

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O Bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores
idosos**

Juliana Barros de Oliveira

Orientadora: Prof^{fa}. Dra. Regina Célia Gonçalves

Linha de Pesquisa: Ensino de História/Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
OUTUBRO - 2012

O BAIRRO DE JAGUARIBE NA MEMÓRIA DOS SEUS MORADORES IDOSOS

Juliana Barros de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dra. Regina Célia Gonçalves

Linha de Pesquisa: Ensino de História/Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
2012

O BAIRRO DE JAGUARIBE NA MEMÓRIA DOS SEUS MORADORES IDOSOS

Juliana Barros de Oliveira

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Regina Célia Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof^a. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa

Prof^a. Dra. Regina Maria Rodrigues Behar
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

Prof^a Dra. Regina Coeli Nascimento
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externa

A mainha, por todo amor...

Aos idosos de Jaguaribe que contribuíram para que esta pesquisa se realizasse.
À D. Anunciada que não pode estar presente quando da conclusão deste trabalho.

“Nos olhos do jovem arde a chama
Nos do velho, brilha a luz”
(Victor Hugo)

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de um trabalho acadêmico é, indubitavelmente, muito desgastante, no entanto, é também um momento de júbilo, visto que exatamente nessa hora iremos agradecer a todos aqueles que fizeram parte dessa nossa trajetória, aqueles que durante dois anos de nossas vidas nos fizeram rir, chorar, compartilhar estresses e alegrias, que nos aconselharam, orientaram e principalmente torceram por nós!

Conversando despreziosamente com um amigo historiador membro de um programa de pós-graduação de outro Estado, contei-lhe que o mestrado foi um período tenso, mas, ao mesmo tempo, maravilhoso e que eu tinha um temor muito grande quando da minha escrita da dissertação: esquecer de alguém nos meus agradecimentos. Ele até assustou-se e ficou pensativo... Eu poderia “temer” não fazer um bom trabalho, temer a banca, mas temer esquecer-me de alguém nos agradecimentos? Parecia um temor estranho, mas isso sempre me acompanhou no decorrer desse percurso acadêmico, confessei-lhe em segredo. Ele, pensativo, reconheceu que meu medo era legítimo visto que, nos dias atuais, segundo o próprio, “a ingratidão e a falta de humildade são as algumas das maiores mazelas do meio acadêmico”...

Com vistas a não incorrer em nenhum desses dois erros, peço antecipadamente desculpas caso tenha esquecido alguém nesta seção do trabalho e tento usar como justificativa o cansaço inerente ao fim de uma longa caminhada. Ao mesmo tempo, a sensação de vitória me acompanha neste momento e, por isso, contagiada por esta alegria, peço a Deus para não ter esquecido ninguém!

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, força criadora do universo, causa primária de todas as coisas pelo dom da vida, pela oportunidade, por essa felicidade imensa que sinto agora, enfim, por tudo! Deus que é meu porto seguro e fortaleza, sempre... Obrigada, Senhor!

Aos meus pais pela educação, pelos anos de dedicação, carinho e “puxadas de orelha” sempre essenciais. À minha mãe pela simplicidade, humildade, calma, paciência, tolerância e amor incondicional. Ao meu pai pelo carinho, pelas “broncas” e por dividir o gosto pela profissão de professor e também pela História. Leitor sempre atento desse e de outros tantos trabalhos meus, contribuiu significativamente para a melhoria desse texto em termos ortográficos, gramaticais, metodológicos, historiográficos etc.

Aos irmãos Carolina e Pedro Henrique, aos primos Michell, Rogério e Livia e a minha tia e “segunda mãe” Valdete pelo carinho, compreensão e momentos de alegria e consolo.

À vovó Maria Anunciada e Tia Geralda (Dada), sempre prontas a nos aconselhar e animar quando necessário.

À Regina Célia Gonçalves, querida orientadora de todas as horas, de todos os momentos, a quem eu “aperreio” desde a graduação. Com você aprendi e aprendo cada dia mais o que é ser professor, o que é amar a profissão de historiador. Mulher maravilhosa em todos os

sentidos, dedicada, sensível e compreensiva, agradeço a Deus pela oportunidade ímpar de tê-la ao meu lado nessa caminhada. Obrigada por ter transformado a nossa relação orientadora-orientanda em uma amizade a qual eu espero que continue florescendo e rendendo inúmeras parcerias, “flores e frutos” de nossos esforços.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, por me conceder a bolsa que proporcionou o financiamento deste trabalho acadêmico.

Às professoras Regina Behar e Regina Beatriz pelas contribuições e orientações quando de nosso exame de qualificação. Obrigada, professoras, pela leitura atenta e pelo carinho, respeito e consideração dispensados durante de todo este trabalho.

Aos meus professores da Graduação e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, em especial aos professores Barosso, Ângelo, Mozart, Cláudia Cury e Paulo Giovanni. Agradecimentos especiais também aos professores Lúcio Flávio Vasconcelos e Solange Rocha que nos acompanharam, respectivamente, durante um ano, na realização de nosso estágio docência nas disciplinas de História da América-II e História do Brasil –II.

Aos professores José Artigas de Godoy do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ivone Lucena, do Programa de Pós-Graduação em Letras pela oportunidade de termos cursado disciplinas que contribuíram significativamente para o nosso enriquecimento acadêmico.

Aos professores de outros Programas de Pós-Graduação que torceram por nós nessa caminhada: professor Antônio Clarindo (UFCG), sempre pronto a ajudar com suas indicações fantásticas de leitura; professor Américo (UFPI) e professora Lila Luz Xavier (UFPI), que nos auxiliaram muitíssimo nessa caminhada e nos apresentaram os escritos de um autor essencial para nosso trabalho – Alessandro Portelli.

Ao professor Waldeci Ferreira Chagas, pesquisador perspicaz e leitor atento, pessoa maravilhosa que torce pelo sucesso deste trabalho e compartilha comigo do amor por tudo que diz respeito a Jaguaribe.

Aos colegas historiadores matriculados em outros Programas de Pós-Graduação da UFPB e de outras instituições do Brasil, entusiastas desse trabalho e que nos auxiliaram muito em nossa caminhada: Laércio Teodoro (UFC), Inaldo Chaves Junior (UFF), Antônio Fernando (UFRN) e Mariana Marques (PPGE-UFPB). Agradecimentos

especiais à Jaqueline Soares, graduada em História pela UFPE, pela amizade e pelo carinho.

Aos amigos mestrandos do PPGH que compartilharam as dores e delícias da produção e pesquisa acadêmica:

- Turma de 2008: Jucieldo Alexandre, meu querido e inesquecível monitor de História do Brasil II.

- Turma 2009: Amanda, Simone, Anne, Keliene, Bernardo, Jivago, Wesceley e Azemar.

- Turma 2010 (minha turma): agradeço a todos pelos momentos que dividimos nas disciplinas, nos encontros fora da UFPB e nos congressos acadêmicos. Agradecimentos especiais para João Paulo, Fabíolla, Germana, Leonardo, Marcos, Yamê, Itacyara, Vanderlan, Karla, João Batista e Márcio.

Aos amigos que fizeram esta caminhada ser mais do que especial: Vânia, minha amiga, que felicidade é compartilhar de tantos momentos da vida com você! Obrigada pelas risadas, conselhos e auxílios mútuos. Sabes que tens um lugar guardado em meu coração, pra sempre! Jean Patrício, verdadeiro “anjo de guarda” num momento muito difícil da minha vida, ensinou-me que é possível nutrir amizades verdadeiras dentro do mundo acadêmico. Deus te abençoe hoje e sempre, amigo! Hadassa Kelly, querida de todas as horas! Obrigada por tudo! Bruno César, suas “presepadas” e sorrisos me deixam pra lá de feliz! Valeu, amigo! Sylvia, não importa se longe ou se perto, não importa se agora ou daqui a meses vamos nos ver, se há um oceano nos separando momentaneamente... Não importa, o que é verdadeiro permanece! Sucesso, minha amiga é o que te desejo sempre!

Aos colegas, amigos e monitorandos da Graduação em História da UFPB, em especial Alyne, Aldo, Dmitri, Thayná, Luiza Yolanda (minha colega de monitoria), André Fonseca, Carla Almeida, Ana Débora, Giulia Melo, Inácio, Nathália, Juliana, Myrai, Solange Mouzinho (maravilhosa, sempre), Matheus, Éber, Victor, José Marcos, Fabiana, Thiago, Márcia Albuquerque e Lenilson (Gigante).

Aos colegas do Projeto Subindo a Ladeira – Ali Cagliani, companheira de aulas e “presepadas”, Paula, Erick e aos colaboradores sempre presentes, mesmo que “um pouco distantes”: Lara, Hostílio e Elis.

Às “minhas” crianças lindas da Comunidade do Porto do Capim integrantes do Projeto Subindo a Ladeira.

Às amigas mais que especiais – Moama Lorena e Maiara Belo. Obrigada por tudo, amigas lindas, presentes em minha vida! Moama, amiga irmã, tesouro do meu coração! Maiara, pessoa linda por dentro e por fora... Pensei que a sua amizade era o maior presente que eu poderia ter, daí me enganei e como é bom nos enganarmos na vida às vezes, não é? Enganei-me porque você me deu algo maior do que isso: deu-me a oportunidade de ser “tia” de Gabriel! E a “tia” mais babona de todas!

Aos meus eternos alunos da E.E.E.F.M Professor João José da Costa. Que orgulho pra mim encontrar alguns já na UFPB, a exemplo de Maria Juliana (Engenharia Civil) e Cássio Giovanni (História). Agradecimentos especiais também a todo o corpo docente e discente dessa instituição, em especial à minha querida e “eterna diretora” Célia.

Ao querido Zé, funcionário da coordenação de Licenciatura em História-UFPB.

Aos “amiganjos” que compõem as equipes de trabalhadores dos Centros Espíritas Caravana da Fraternidade Cristã, Núcleo Espírita Amigos da Paz (Guarabira-PB), União Espírita Diogo de Vasconcelos Lisboa – UEDVL, Associação de Estudos Espíritas Kardecistas – ASSESESK, Encontro de Integração de Jovens Espíritas Paraibanos – ENIJESP, Grupo Sol Maior, Grupo de Teatro Espírita Em Cena e Grupo Canto e Luz.

A Kléber Nascimento, sentinela da minha serenidade. Se a vida é a arte do encontro, só posso dizer em agradecimento isso: “Ainda bem/que agora encontrei você/Eu realmente não sei/o que fiz pra merecer você” (Marisa Monte).

A Maria do Socorro Melo, pela escuta atenta de todas as horas.

A Pedro Osmar e Gustavo Moura, em especial pelo auxílio no início de nossa pesquisa.

Ao “quarteto do barulho” aqui de casa, meus “anjos de quatro patas”: Lili, Mike, Pitty e Yoko, sempre brincando, pulando, latindo, miando, traquinando e alegrando meu dia!

Por fim, os principais agradecimentos desse trabalho: aos idosos entrevistados nessa pesquisa. Obrigada por me deixar fazer parte de suas vidas e por fazerem parte da minha por este breve período de tempo. Obrigada pelos depoimentos sinceros e emocionados, pela troca, pela construção mútua da fonte de pesquisa, pela confiança e carinho. Meu muito obrigada àqueles sem os quais este trabalho não teria se realizado: Anunciada (*in memorian*), Izabel, Leda, Tereza, Zezita, Emilson, Carlos e Martinho.

RESUMO

O presente trabalho, vinculado à linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com área de concentração em História e Cultura Histórica, tem por objetivo analisar os relatos de memória dos moradores idosos do bairro de Jaguaribe no sentido de compreender, a partir deles, as transformações ocorridas nesse espaço que compõe a cidade de João Pessoa. Em outras palavras, pretende-se estudar a memória dos moradores idosos da localidade visando elucidar como os mesmos observaram as mudanças e permanências desse espaço no decorrer do tempo. Nesse sentido, escolhemos a memória dos idosos acerca de Jaguaribe como referencial para este trabalho pelo fato de que o bairro pode ser caracterizado como o lugar por excelência da vivência cotidiana, marcado pela subjetividade daqueles que nele residem ou residiram, pela afetividade que esses sujeitos passam a desenvolver em relação ao local, o que nos leva a propor questionamentos do tipo: em que medida essas relações afetivas interferem no registro que esses sujeitos elaboram a respeito desse lugar em sua memória? Dessa forma, a perspectiva da memória pode ser considerada como um dos fatores que contribuem para os estudos e pesquisas relacionados aos bairros, sobretudo a partir dos depoimentos dos mais velhos que nos permitiram investigar, dentre outros elementos, as mudanças e permanências no espaço do bairro, as festas de rua de Jaguaribe e as relações sociais de trabalho, lazer e familiares pautadas numa perspectiva de gênero. Através dos relatos desses moradores é possível desvendar inúmeros elementos relativos à história e cultura histórica de um bairro, especialmente quando se toma por base para esta análise aspectos que dizem respeito ao cotidiano, no presente ou no passado, além daqueles que estão interligados às mudanças que são instituídas nos níveis social, cultural, econômico e estrutural do lugar no decorrer do tempo.

Palavras-chave: história, relatos de memória, idosos, cultura histórica, história oral, bairro de Jaguaribe.

ABSTRACT

This work is linked to the research of Teaching History and Historical understanding of the Graduate Program in History from the Federal University of Paraíba - UFPB, with a major in History and Historical Culture, it aims is to analyze the memory accounts of the elderly residents of the neighborhood Jaguaribe in order to understand from them, the changes occurring in this space that comprises the city of João Pessoa. In other words, we intend to study the memory of the elderly residents of Jaguaribe to elucidate how these observed changes and continuities that space over time. In this regard, we chose the memory of the elderly about Jaguaribe as a reference for this work by the fact that the neighborhood can be characterized as an important place of daily life, marked by the subjectivity of those who reside or resided there, the affection that these subjects are develop over the place, which leads us to propose questions such as: the extent to which these affective relations interfere in the record that these people work out of this place in your memory? Thus, the perspective of memory can be considered as one of the factors that contribute to studies and research related to neighborhoods, particularly from the testimony of the elders. Through the stories of these residents can reveal many details of the history and culture of a historic neighborhood, especially when it is based on this analysis aspects that relate to everyday life in the present or the past, beyond those that are linked to changes that levels are established in the social, cultural, economic and structural place over time.

Keywords: history, memories account, elderly residents, oral history, Jaguaribe neighborhood.

SUMÁRIO

1) À GUIA DE INTRODUÇÃO: PELOS CAMINHOS DA MEMÓRIA OU PERCURSO DE UMA PESQUISA	1
2) O ESPAÇO DE JAGUARIBE NO TRÂNSITO DAS MEMÓRIAS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	30
2.1) Do rural ao urbano: as redefinições da paisagem de Jaguaribe	43
2.2) Um bairro, uma divisão: Jaguaribe de Cima x Jaguaribe de Baixo.....	58
2.3) Formas de locomoção no bairro de Jaguaribe: trânsito e transporte	64
2.4) Mudanças e permanências nas formas de uso do espaço do bairro.....	70
3) “NINGUÉM FICA PARADO, NINGUÉM FICA ENCOLHIDO. O HOMEM FICA DOIDO E A MULHER, PERDE O MARIDO”: MEMÓRIA DAS FESTAS DE RUA DE JAGUARIBE	89
4) “O BAIRRO ENTÃO PRA MIM FOI UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA MUITO FORTE, NÃO É?”: VIVÊNCIAS DO COTIDIANO NO BAIRRO DE JAGUARIBE	136
4.1) Mundos do Trabalho.....	142
4.2) Diversões.....	168
4.3) Relações Familiares	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS.....	227
ANEXOS A.....	237
ANEXOS B	244

1) À GUIA DE INTRODUÇÃO: PELOS CAMINHOS DA MEMÓRIA OU PERCURSO DE UMA PESQUISA

Memória: palavra que remete a vários significados. Memória que é antônimo de esquecimento, mas que também é composta por este elemento, que é permeada por lembranças relacionadas a diversas fases da vida, que é sonho por ser telúrica, por lidar com aspectos intangíveis e que é, ao mesmo tempo, trabalho – de rememorar, de não esquecer.

Alguns imaginam que a função da memória esteja reduzida a ser apenas a capacidade de armazenar informações, no entanto, ela é mais do que isso: é uma das formas de representar o passado humano, de lidar com ele, permeada não só por aquilo que lembramos, mas também pelo que esquecemos.

A memória não é um simples lembrar (que ocorre espontaneamente) ou recordar (que é um trabalho deliberado da consciência), mas revela uma das formas fundamentais da nossa existência, que é a relação com o tempo e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado (CHAUI, 1995, p.130).

A atividade de lembrar, portanto, não é solitária: nossas lembranças estão pontilhadas pelos outros, mesmo quando deles não temos a presença física. Pelo fato de não se configurar simplesmente na condição de registro, é importante perceber que a memória individual ancora-se na memória social ou coletiva e vice-versa posto que, juntas, formam um imbricado tecido que abarca as nossas lembranças.

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história*, dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossas vidas. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente [destaque da autora] (BOSI, 2009, p.407).

O indivíduo, portanto, é testemunha e, ao mesmo tempo, sujeito posto que aquilo que ele lembra também passa a compor uma memória coletiva, afinal de contas, ela é formada por um conjunto de lembranças que são repassadas, do plano individual para o plano coletivo, muitas vezes, através da oralidade. Os sujeitos lhes conferem significado

e as interpretam de modo a conduzir a diferentes pontos de vistas acerca de um mesmo fato.

Dessa maneira, toda lembrança evoca outras que a elas estão também relacionadas, direta ou indiretamente, lembranças essas originárias do próprio indivíduo ou de outros indivíduos que também lhes ouvem, que lêem aquilo que se escreveu sobre um determinado fato, enfim, que tomam várias dessas lembranças como referência e lastro para a sua própria memória, sendo, por vezes, impossível separar completamente as lembranças de âmbito individual das de âmbito coletivo.

Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, *é um ponto complexo de convergência dos muitos planos de nosso passado* [destaque nosso] (BOSI, 2009, p.413).

Portanto, pode-se afirmar que a memória nasce no plano individual, mas só se realiza, enquanto processo cognoscível, no plano social, conferindo aos sujeitos que ora a compartilham e que ora a silenciam a capacidade de reconhecer a si e para além de si, permitindo o equilíbrio entre aquilo que é individual e o que é coletivo. Afinal, a lembrança pessoal insere-se num contexto maior, num período de tempo e num espaço que não são referências apenas para um sujeito, mas também para muitos outros.

Le Goff (2008) afirma ser o conceito de memória algo crucial e que ela, durante muito tempo, foi interpretada apenas como a capacidade do ser humano em reter/armazenar informações, concepção extremamente ligada à sua função biológica e psicológica. Outro aspecto importante diz respeito à interpretação da memória do ponto de vista da comunicação, da sua visibilidade social. Nesse sentido, o ato de narrar seria o de comunicar e repassar esta memória ao mesmo tempo em que, através desta ação, o narrador acaba repassando muito mais do que simplesmente o assunto narrado, ou seja, o significado dessa narração: o significado da história que conta para os outros.

Em paralelo a essas concepções acerca da memória, Le Goff (2008) introduz informações a respeito do entendimento sobre este assunto do ponto de vista social e histórico, deixando claras as relações entre memória individual, como o próprio nome diz, pertinente ao sujeito, ao indivíduo, e memória social, coletiva, além de evocar a ideia de que a memória, ou melhor dizendo, a institucionalização dela pode ser utilizada como um instrumento de poder, exercendo a história um movimento crítico em relação ao passado. Dessa maneira,

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2008, p. 422).

Memória e poder, portanto, são instâncias diretamente relacionadas: aqueles que são lembrados detêm o poder de sê-lo, repassam as suas versões dos fatos para a história, que disciplina a memória, utilizando-a na condição de fonte e também objeto de estudo, memória essa que é seletiva e que pode ser manipulada, assim como pode vir a ocorrer com outras fontes históricas.

Outra contribuição de extrema importância acerca da memória coletiva são as reflexões de Pierre Nora (1993) a respeito dos lugares de memória, que evocam e guardam as lembranças sociais – a exemplo de museus, bibliotecas e arquivos, ou lugares que exaltam as comemorações, a exemplo de monumentos, praças, estátuas¹.

Os lugares de memória surgem com o propósito de simbolicamente “zelar” por aquilo que, em sua aceleração, a sociedade temporariamente pode vir a desconsiderar, mas que, ao mesmo tempo, é necessário para lhe conferir valor identitário e noção de pertencimento. O autor não os restringe a lugares espacialmente determinados, considerando também como lugares de memória as festas, os arquivos, as comemorações, os processos, os monumentos, as bibliotecas, os cemitérios e outros. Na opinião de Nora (1993), eles são necessários para evocar algo ou suscitar sensações que não estão mais presentes no cotidiano, que sucumbem à volatilidade da pressa.

São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p.13).

Sobre a criação de novos arquivos que buscam contribuir para o estreitamento metodológico dos laços entre história e memória – os arquivos orais formados a partir

¹ Para maiores informações a esse respeito, recomendamos a leitura de NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História* – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC. n.10, São Paulo: EDUC, 1993. p.07-28.

de relatos de memória e que permitem ao pesquisador se apropriar da memória coletiva como objeto de estudo – Le Goff assevera que

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2008, p. 471).

Assim, a memória coletiva é um assunto que se faz presente e necessário à sociedade como um todo e em todos os níveis, do nacional ao local. Sua trajetória é marcada por tentativas de perpetuação frente ao esquecimento, lembrando-nos que tal ato está diretamente relacionado ao poder, expresso na “batalha” pela liberação de arquivos, pelo retorno de comemorações a datas esquecidas ou através da aclamação pelo direito de muitos atores sociais em propagarem a sua identidade e bens culturais, sobretudo imateriais, através da valorização de sua memória.

Ancorados nessa última perspectiva conduzimos o nosso trabalho. Aproximamo-nos dessa discussão acerca da memória procurando demonstrar a importância da multiplicidade de vozes, incluindo as das “pessoas comuns”, na construção da história. Assim, buscamos observar de que maneira um grupo específico de pessoas – os idosos – descreve suas experiências e histórias de vida; procuramos entender principalmente como esses atores sociais representam o local onde passaram grande parte de suas vidas, lugar este que é, no caso de nosso estudo, o bairro de Jaguaribe, localizado na cidade de João Pessoa.

Por que o bairro? Por que Jaguaribe? Na constituição do espaço urbano, o bairro pode ser interpretado como uma espécie de microespaço que se integra à cidade, configurando-se enquanto lugar onde diferentes experiências da vida social acontecem. As experiências compartilhadas pelas pessoas que convivem nesse espaço se constituem, por sua vez, em elementos fundamentais para a construção das lembranças relativas a esse lugar.

Dessa forma, ao se apresentar como um local em que as relações sociais se concretizam, é possível afirmar que os bairros apresentam, sem dúvida, um relevante caráter histórico alicerçado em suas origens, ocupação, formas de uso de seu espaço e relações que ali são travadas cotidianamente entre os seus moradores e frequentadores.

Os estudos acerca dos bairros são recorrentes em algumas áreas do conhecimento humano, a exemplo da Engenharia e Planejamento Urbano, Arquitetura e

Urbanismo, Sociologia, Antropologia, Geografia, entre outras. Todavia, em se tratando da História na condição de disciplina, ou melhor dizendo, de área específica do conhecimento humano, especialmente em relação às pesquisas relativas aos bairros que compõem o município de João Pessoa, esta temática tem sido pouco estudada, registrando-se, a esse respeito, esparsas publicações, sobretudo trabalhos de alguns autores que não são, em sua maior parte, historiadores de ofício². Essa é uma lacuna que se torna ainda mais perceptível quando esses trabalhos se ancoram na memória dos moradores dos locais estudados, principalmente quando seus relatos são utilizados na condição de principal fonte de investigação de estudos, projetos e pesquisas.

Dessa maneira, o bairro pode ser caracterizado como o lugar por excelência da vivência cotidiana, marcado pela subjetividade daqueles que nele residem ou residiram e pela afetividade que esses sujeitos passam a desenvolver em relação ao local, o que nos leva a propor questionamentos do tipo: em que medida essas relações afetivas interferem no registro que esses sujeitos elaboram a respeito do bairro em sua memória?

A perspectiva da memória pode ser considerada como um dos fatores que contribuem para os estudos e pesquisas relacionados aos bairros, sobretudo a partir dos depoimentos dos mais velhos. Através dos relatos desses moradores é possível desvendar inúmeros elementos relativos à história e cultura histórica de um bairro, especialmente quando se toma por base para esta análise aspectos que dizem respeito ao cotidiano, no presente ou no passado, além daqueles que estão interligados às mudanças que são instituídas nos níveis social, cultural, econômico e estrutural do lugar.

Em certo sentido, podemos afirmar que a nossa intenção inicial neste trabalho foi a de estudar o bairro de Jaguaribe e a sua história. Para isso, resolvemos nos ancorar numa plêiade de fontes bibliográficas, de documentos escritos e nos depoimentos constituídos por relatos de memória de alguns moradores idosos e de antigos residentes do bairro. Todavia, ao iniciarmos a fase de identificação de nossos depoentes seguida, posteriormente, das entrevistas realizadas com os mesmos, percebemos o quão ricos em detalhes eram aqueles relatos e percebemos mais: que o interessante para nós não era

² São exemplos de trabalhos dessa natureza publicações, geralmente de pequena tiragem, escritos por autores que residem ou residiram em alguns bairros da capital paraibana, a exemplo dos bairros de Mandacaru, Mangabeira e Oitizeiro, respectivamente. MACEDO, Vicente Bezerra. *Mandacaru: sua história e seu povo*. João Pessoa: A União, 2009; FERNANDES, Salismar (org.). *Mangabeira: uma história viva*. João Pessoa: Mangabeira, 2006; LIMA, João Batista de. *Oitizeiro: sua história e sua gente*. João Pessoa: Atual, 2008.

mais estudar pura e simplesmente a história do bairro em si, mas sim analisar de que maneira o processo de transformação de Jaguaribe foi interpretado e vivenciado a partir das lembranças daqueles sujeitos históricos.

Os relatos de memória que antes apresentavam uma espécie de papel “complementar” frente às fontes de natureza bibliográficas passaram, em nosso estudo, a se apresentar na condição de fontes centrais dessa pesquisa na medida em que realizávamos e transcrevíamos as entrevistas. Um “novo” Jaguaribe descortinava-se através das lembranças dos idosos: era o Jaguaribe reconstruído pela memória, permeado de simbologia e idiossincrasias dispostas para além da cartografia e do discurso dito oficial acerca do bairro e com os quais nós entramos em contato a partir das entrevistas realizadas.

Por essa razão, acreditamos que os relatos de memória são capazes de apontar novas perspectivas no que tange aos saberes históricos visto que, através deles, “são apreendidos acontecimentos cotidianos esmiuçados, verdadeiras bricolagens de histórias ocorridas no passado, coexistindo com histórias presentes, compondo um vasto conjunto de narrativas” (GUIMARÃES NETO, 2006, p.149). Assim, de fontes privilegiadas, à medida que avançávamos em nossa pesquisa e em nossa reflexão, os relatos dos nossos narradores tornaram-se o objeto de nosso estudo.

Portanto, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar os relatos de memória dos moradores idosos do bairro de Jaguaribe no sentido de compreender, a partir deles, as transformações ocorridas nesse espaço que compõe a cidade de João Pessoa. Em outras palavras, pretende-se estudar a memória dos moradores idosos da localidade visando elucidar como os mesmos observaram as mudanças e permanências ocorridas nesse espaço no decorrer do tempo.

Um aspecto importante a ser esclarecido em nosso estudo diz respeito à predileção pelo uso das entrevistas com idosos que são, ao mesmo tempo, sujeitos e testemunhas das mudanças ocorridas no bairro de Jaguaribe. Por que os idosos? Esse segmento social, considerado por alguns como simples testemunhas de um passado distante, muitas vezes não tem sido observado pelos pesquisadores e até mesmo pela sociedade, de modo geral, como atores sociais, pessoas que atuaram e ainda atuam diretamente nos processos de mudanças históricas e sociais.

Assentamos nosso trabalho, portanto, nesse conjunto de princípios. Assim, a memória dos idosos, antes apenas tomada como fonte, acabou por se transformar em nosso principal objeto de estudo, visto que

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto (HALBWACHS, 2009, p.69).

Após leituras e observações acerca dos temas relacionados à memória e velhice, chegamos à constatação de que os idosos podem ser observados como uma síntese de dois processos de transformação: o de si próprio e o do mundo ao seu redor. Isso acontece pelo fato de que a velhice não se configura apenas como uma etapa da vida do indivíduo, mas sim como uma condição (o ser idoso) compartilhada socialmente.

Justamente por se configurarem dessa forma – sujeitos que passaram por um processo de mudança de si e para além de si – optou-se por fazer uso daquilo que poderíamos chamar de entrevista de história de vida. No entanto, o resultado da análise do material obtido quando da realização da pesquisa configurou-se naquilo que podemos chamar de “forma híbrida”, visto que, na verdade, misturava aspectos da história de vida dos idosos entrevistados com temáticas que foram trazidas à baila pelos referidos dos sujeitos.

Nessa perspectiva, observamos que através da memória dos idosos é possível desvendar os pormenores de um dado período histórico, o que permite que os mesmos se expressem na qualidade de protagonistas da história do local em que residem ou residiram e com o qual ainda travam relações próximas, a exemplo de um bairro, de uma cidade, de uma comunidade entre outros. Na sociedade atual, por vezes, a condição de sujeitos capazes de se expressar e perpetuar suas experiências e histórias de vida tem sido negada a alguns idosos, visto que

A moral oficial prega o respeito ao velho, mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada, mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes (...). (BOSI, 1987, p.36).

Dentre os idosos cujos relatos conduzem a nossa análise, encontram-se donas de casa, professoras e alguns que, inclusive, exercem ou exerceram a função de gestores

públicos³, além de outros que tiveram uma importante incursão na militância política⁴. Não encontramos, nesta trajetória, nem heróis, nem vítimas. As pessoas que emergem das entrevistas que realizamos e analisamos são idosos ainda ativos e preocupados com o seu papel social e histórico; são sujeitos cujos relatos de memória apresentam uma flagrante importância para a História e para a produção do conhecimento histórico.

Mas por que estudar a memória dos moradores idosos especificamente do bairro de Jaguaribe? É perceptível que este objetivo se enquadraria para um estudo da mesma natureza relacionado a qualquer outro bairro da capital paraibana, principalmente no que se refere àqueles considerados como sendo os “mais antigos”; locais cujo eixo de ocupação seguiu o mesmo sentido que aquele tomado pelo crescimento urbano do município de João Pessoa, ou seja, partindo da região do Centro para o litoral, tal como ocorreu em Jaguaribe, e não ao contrário.

Optamos por estudar a memória dos moradores idosos a respeito de Jaguaribe não apenas em razão de sua localização geográfica e lógica de ocupação⁵, mas principalmente pelo fato de que esta foi uma parte da cidade que sofreu diversas transformações no decorrer do século XX. Jaguaribe é atualmente um bairro completamente interligado à área urbana da cidade de João Pessoa, passando da condição de área ruralizada para lugar eminentemente residencial e, após isso, local de caráter heterogêneo, abrigando lojas comerciais e de serviços, além de inúmeras repartições públicas que acabaram por conferir ao bairro uma nova configuração.

Procuramos, portanto, observar como essas transformações foram reconstituídas/resignificadas na memória daqueles que residiram ou ainda residem naquele lugar na busca por responder algumas indagações: de que maneira os idosos entrevistados interpretam esse processo histórico em suas memórias? Quais elementos desse processo de modificação do bairro de Jaguaribe foram citados e descritos por eles? E em meio às

³ Um exemplo disso é o entrevistado Carlos Pereira de Carvalho e Silva, atual Superintendente do Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba – DER/PB e que foi Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba em gestão anterior.

⁴ Martinho Leal Campos, um de nossos entrevistados, foi militante do Partido Comunista em Jaguaribe durante a sua adolescência e juventude. Já na idade adulta, sob a égide do Regime Militar (1964-1985), precisou fugir da cidade de João Pessoa. Veio a ser preso e torturado, anos depois, no Estado de São Paulo.

⁵ Para maiores informações acerca da temática recomendamos a leitura de CHAGAS, Waldeci Ferreira *et al.* O bairro de Jaguaribe: das origens à ocupação. In: *Boletim de Pesquisas UNIPÊ*, João Pessoa, v.1, 1998, p.1-19. Ainda em relação à lógica de ocupação do bairro, recomenda-se a leitura de CHAGAS, Waldeci Ferreira *et al.* Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe. In: *Boletim de Pesquisas UNIPÊ*, João Pessoa, v.2, 2000, p.7-20.

mudanças, há ainda alguns aspectos do bairro que permanecem, senão iguais, parecidos com aquilo que se encontrava “no seu tempo”? Essas são algumas perguntas específicas que este trabalho se propõe a responder.

Desse modo, busca-se estudar de que forma a população local, representada por alguns moradores idosos de Jaguaribe, observou o trânsito dessas mudanças no decorrer do tempo, demonstrando de que modo as mesmas ficaram marcadas em sua memória. Além disso, é indubitável o fato de que a escolha pelo tema, assim como ocorre em vários projetos de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento humano, perpassou questões subjetivas.

A temática relativa à história local, mais especificamente no que se refere à relação entre este campo de estudos, a metodologia da história oral e questões acerca da memória, sempre suscitou nossa curiosidade e interesse desde o período da Graduação em História. Ademais, existe um componente afetivo muito forte em relação ao bairro: apesar de nunca ter morado ali, Jaguaribe para nós se configurava como um lugar de passeio, de diversão e descobertas na infância, pois ao passarmos pelos lugares do bairro em que os mais velhos de nossa família – pai e tios – freqüentaram ou residiram, os mesmos nos apontavam as ruas, as instituições, as praças, as casas de parentes ou conhecidos e outros locais interessantes. Aliás, isso acontecia não só em relação a Jaguaribe, mas também a outros locais considerados na condição de antigos bairros da capital paraibana, a exemplo dos bairros da Torre, Varadouro, Tambiá e Roger.

O impacto de tais descobertas foi tão significativo que contribuiu para a nossa formação na condição de historiadora que se interessa pelos meandros e peculiaridades dos relatos de memória, além de termos o interesse de investigar que relação esses relatos têm como o espaço em que essas pessoas conviveram, seja no que se refere ao bairro de Jaguaribe em si, seja relacionado ao município de João Pessoa como um todo, o que contribui para o nosso entendimento de que

(...) todo relato de memória é um relato de percurso. Dessa forma, o ato de contar é criador, ele “dá a ver”, desenhando os espaços habitados, do mesmo modo que as imagens de ruas, casas, praças, compostas em cena, geram quadros narrativos: contam as histórias das cidades [e, por conseguinte, de seus espaços habitados, a exemplo dos bairros]. (GUIMARÃES NETO, 2006, p.150).

Em um primeiro momento, mais especificamente no que se refere ao projeto aprovado em seleção realizada pelo Programa de Pós-Graduação em História –

PPGH/UFPB no fim do ano de 2009, a temporalidade escolhida para esse estudo abarcava as décadas de 1950 a 1990. Entretanto, este período foi alterado para as décadas de 1940 a 1980, atendendo a sugestão dos professores do Programa quando da realização de entrevista referente a uma das etapas do processo seletivo. Além disso, foi primordial observar que os moradores idosos, em sua maior parte, iniciavam seus relatos de memória por volta dos anos 40, enfatizando, no decorrer das entrevistas, mudanças ocorridas consigo e com o bairro entre as décadas de 1940 a 1980, majoritariamente, apesar de não seguir uma ordem cronológica de apresentação dos acontecimentos que narravam em seus relatos, por vezes, “regredindo”, alguns deles, até meados da década de 1930.

A relação tempo e memória, *a priori*, estaria associada ao tempo passado, afinal, se recordamos algo, esse acontecimento está ancorado na experiência que vivenciamos antes ou que outros vivenciaram, num período já transcorrido. Todavia, em que época está o sujeito que lembra? No presente. E mais: é através da narração do passado no presente que esta lembrança é evocada, aflora e perpetua-se para o futuro. Dessa forma, lidar com a dimensão da memória é lidar diretamente com temporalidades múltiplas que se interconectam, conforme enfatiza Delgado (2006).

Nessa relação entre nós e as lembranças, seguimos um fluxo que nos é próprio, ou seja, que não obedece, necessariamente, a uma ordem cronológica fixa que deva coincidir, por sua vez, com a ordem cronológica de nossa vida. Essa cronologia não linear se pauta por aspectos que ocorreram conosco sem, necessariamente, apresentar um ordenamento, uma regulação: tempos de escola, nascimento dos filhos, velhice, aniversário, casamento, etc. Tais etapas são exemplos daquilo que pode nos servir como pontos de referências durante o exercício do lembrar. Assim, o tempo é revivido ancora-se em um dado conjunto de lembranças que também pertence à memória social mais ampla. A matéria da memória é burilada pelo tempo: ele é seu lastro, a ele pertence à memória e nele se imbrica, pois

(...) uma apreensão do tempo depende da ação passada e da presente, diversa em cada pessoa. Um tempo que fosse abstrato e a-social nunca poderia abarcar lembranças e não constituiria a natureza humana. É esse, que ouvimos, tempo represado e cheio de conteúdo, que forma a substância da memória (BOSI, 2009, p.422).

A não-linearidade temporal, portanto, perpassa a memória e, por conseguinte, os relatos utilizados como fontes principais desse estudo. Em tais depoimentos os idosos, apesar de enfatizarem acontecimentos ocorridos, em sua maior parte, no século XX, não seguem uma linearidade temporal no que diz respeito a sua narrativa, pelo contrário, seguem uma espécie de “polifonia de datas”, às quais Pollack (1992) faz menção. Mesmo assim, apesar de tal polifonia, percebe-se que o recorte temporal ancorado nos relatos de memória referentes a nossa pesquisa abarca, em especial, o século XX, mais precisamente a segunda metade deste até os dias atuais.

Dessa maneira, não seria forçoso lembrar que esses cortes que fragmentam a dimensão temporal nos relatos, conforme nos esclarece Pinto (1998), impossibilitam que o profissional que trabalha com a memória priorize em seu estudo a precisão de datas. Por essa razão, se necessário for apontar um recorte temporal para o nosso trabalho, *pro forme*, o mesmo se estenderia de meados do século XX até os dias atuais, visto que os idosos também fazem referência ao bairro como ele se encontra, nos dias de hoje, em seus depoimentos.

Tais narrativas, portanto, não seguem uma linearidade cronológica, posto que algumas se iniciam no presente e voltam à infância, numa espécie de *flashback*. Já outras seguem uma tênue linearidade, partindo da infância, mas que rapidamente modificam o motivo/temática de sua exposição, tratando da idade adulta no bairro, retornando, momentos depois, à infância e à convivência com os pais e assim sucessivamente. Isso posto, no sentido de nos alertar para o fato de que a memória opera com temporalidades diversas, Pinto (1998) relembra que

Pela memória constituímos nosso passado: recoletamos cenas, reconfirmamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentando um dado passado. Da história à memória, talvez se configure, assim, o espaço de uma poética que insiste na abordagem dos tempos idos, constituídos individualmente, mas revelados com a textura do coletivo (PINTO, 1998, p. 205).

Em se tratando do referencial teórico para a constituição dessa pesquisa, o mesmo ancora-se na chamada história social. Este é um termo, conforme explicita Hobsbawm (2005), que pode parecer, num primeiro momento, algo redundante. Afinal, que história não é social, visto que um dos possíveis conceitos de História seria, parafraseando Marc Bloch (2002), o de que esta se constitui como sendo “a ciência dos

homens no tempo”. No entanto, quando a expressão “social” é utilizada pelos historiadores, nesse caso específico, refere-se a uma concepção de história que se opõe aos antigos paradigmas ditos metódicos: “A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, por que seu tema não pode ser isolado” (HOBSBAWM, 2005, p.87).

As bases do que se convencionou chamar de história social estão inegavelmente assentadas na Escola dos Annales⁶, porém a expressão em si não chega a ser alvo de consenso entre os historiadores, a ponto de Hobsbawm (2005) apontar pelo menos três significados possíveis para o termo. O primeiro é o de que à história social caberia estudar os movimentos sociais do trabalho e as organizações socialistas. Esta seria, portanto, uma concepção da História pautada num projeto de protesto social. Já a segunda aceção é a de que a história social faz referência aos usos, costumes, vida cotidiana e diversidade das atividades humanas, o que a resume como uma espécie de “história com a política deixada de fora” (“*history with the politics left out*”). Por fim, propõe que o termo história social faz referência à história econômica, visto ser a economia um dos mais importantes fenômenos sociais, daí decorre sua denominação: história social econômica.

Segundo o autor, todas e nenhuma, ao mesmo tempo, seriam definições corretas para o termo “história social”. De acordo com o historiador inglês, até os anos 50 do século XX, nenhuma dessas três aceções “(...) produziu um campo acadêmico especializado em história social (...)” (HOBSBAWM, 2005, p.87). Na verdade, os primeiros historiadores sociais estudavam temas residuais oriundos de outras ciências, a exemplo da Economia e da Sociologia.

A partir disso foi possível construir uma espécie de “estatuto” para a história social pelo fato de terem ocorrido mudanças técnicas e institucionais no interior das disciplinas acadêmicas. A postura isolacionista de alguns historiadores e também dos estudiosos de outras áreas das ciências humanas perdurou anos a fio, mas acabou por se render à constatação de que não se pode estudar qualquer aspecto do social, em qualquer ciência, sem dar o devido crédito à história das sociedades.

Os estudos que se pautam pela história social sofreram importantes modificações e produziram contribuições para outras áreas do conhecimento, tais como a

⁶ Para maiores informações acerca do movimento de renovação na historiografia denominado Escola dos Annales, recomenda-se a leitura de BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

Antropologia, notadamente no que se refere à interpretação de temas como tradição e cultura. É justamente a partir dessas novas abordagens que, na década de 1960, a obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson adquire institucionalização e expressividade teórica especialmente através da renovação que ele processa ao enfatizar os aspectos culturais na formação da classe, demonstrando que não é só a estrutura, não são apenas os aspectos materiais, mas também os culturais que a formam.

Esta é a linha mestra de Thompson que se encontra expressa em uma de suas obras de maior destaque *A formação da classe operária*, livro no qual o autor deixa claro aquilo que, a partir de então, passou a se constituir como o principal objeto desse tipo de produção historiográfica:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesan ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 1987, p.13).

A obra de Thompson e suas interpretações a respeito da “história dos de baixo”⁷, “dos excluídos”, continua a influenciar historiadores ao redor do mundo, se propagando também no Brasil, especialmente entre as décadas de 70 e 80 do século XX. A emergência de uma crise de paradigmas na própria História e o advento de temáticas de pesquisa que se distanciavam cada vez mais da chamada “história tradicional” contribuíram para isso.

Conclui-se, portanto, que o aparecimento da história social não pressupõe apenas o estudo a respeito de temas de pesquisa inéditos ou pouco usuais, mas também a

⁷ A chamada história vista de baixo (*history from below*) é um tipo de interpretação que se difundiu fundamentalmente através das obras de Edward Palmer Thompson. Suas interpretações a respeito da “história dos de baixo”, “dos excluídos” ou dos “socialmente pequenos” continua a influenciar historiadores ao redor do mundo. Apesar de suas interessantes inovações, o pressuposto teórico da história vista de baixo apresenta algumas dificuldades, conforme nos alerta Sharpe (1992). Uma delas diz respeito à categorização daqueles que são assim qualificados: quem são “os de baixo”? Esta é uma indagação importante, posto que aqueles assim considerados não devem ser meramente interpretados como grupo social residual, mas sim como uma categoria de estudo cuja abrangência é tão ampla quanto os diversos grupos sociais que foram tomados pela historiografia na condição de sujeitos literalmente invisíveis durante muito tempo. Faz-se mister ressaltar que a “história vista de baixo” não deve ser interpretada como “verdadeira redenção” se comparada à dita “história tradicional”, por isso não se deve esquecer a necessidade de criticar as fontes de pesquisa, posto que a ampliação de uma gama de novas fontes a serem utilizadas por esses historiadores é perceptível: cadernetas, poemas, memórias escritas em diários íntimos, cartas, panfletos de ações políticas, jornais proletários, fotos oriundas de acervos pessoais, enfim, quanto maior é a profusão de fontes, maior a necessidade de criticá-las. Para maiores informações, recomendamos a leitura de Jim SHARPE. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

necessidade de se investigar antigos temas a partir de novas fontes. Desse modo, “(...) as fontes documentais não devem ser pensadas como possibilidade de instituir totalidades; são fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados” (GUIMARÃES NETO, 2010, p.2).

Observamos, portanto, que o nosso trabalho se insere numa concepção alinhada com a história social inglesa de inspiração thompsoniana, além de inserirmos, na condição de balizadores de nossos estudos, alguns elementos importantes das pesquisas de Michel de Certeau acerca do cotidiano⁸, o que foi de fundamental importância para este trabalho, notadamente nos capítulos 2 e 4, momentos em que tratamos acerca do arcabouço conceitual referente ao espaço e ao cotidiano do bairro, respectivamente.

É importante ressaltar que esta é uma pesquisa que se insere na área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – História e Cultura Histórica – pelo fato de que apresenta como objetivo principal a análise das interpretações do passado e do presente contadas por homens e mulheres que são protagonistas de um processo histórico e o reproduzem através do registro de suas memórias.

Assim, apesar da expressão “cultura história” ainda não ter sido objeto de uma reflexão teórica mais aprofundada capaz de erigi-la à condição de conceito – processo este que ainda está em construção – podemos compreendê-la como sendo a intersecção entre a forma dos historiadores conceberem e divulgarem o conhecimento histórico e a maneira como outros indivíduos o abordam, conceituam e produzem, a exemplo de memorialistas, cronistas, cineastas, produtores culturais e leigos, ou seja, pessoas que não são necessariamente historiadores de ofício, conforme elucida Flores (2007).

Esse trabalho se inscreve na linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”, visto que a sala de aula não se configura como o único lugar em que se aprende História, processo que ocorre em diversos espaços, como em casa, na rua, no trabalho, no bairro e que se desenvolve através de diversas relações, inclusive aquelas que se sustentam nas memórias das pessoas idosas.

⁸ Trata-se das seguintes obras: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. v.1. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009 e CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 6.ed. v.2. Petrópolis: Vozes, 2011.

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura. A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. (BOSI, 2003, p.15).

Ainda em relação às fontes, optou-se pelo uso das entrevistas ou relatos de memória pelo fato dos mesmos aproximarem o historiador de seu objeto de estudo de maneira ímpar, permitindo também que o pesquisador possa, além de interpretar, construir as suas próprias fontes, posto que “(...) o campo da ‘Memória’ tem se constituído, em especial para os historiadores, um sério desafio a exigir permanentemente uma reflexão mais aprofundada acerca de suas relações com a História” (GONÇALVES, 1999, p.13).

Dessa forma, os relatos orais se configuram como registros da memória que, ao ser narrada, transcrita e interpretada, converte-se em fonte histórica passível de análise e crítica. É imprescindível apontar a contribuição da história oral para diversas pesquisas, visto que a memória, ao ser narrada e registrada torna-se relato, convertendo-se assim em fonte histórica.

A história oral é, segundo Alberti (2010), uma metodologia praticamente nova em meio aos “cânones” historiográficos. Apesar do uso de entrevistas ser prática comum em outras áreas do conhecimento, a exemplo da Sociologia, Antropologia e Jornalismo, para a História isso começou a ser empregado com maior constância a partir do início da década de 1950, nos Estados Unidos. Também contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da história oral as entrevistas coletadas por pesquisadores registrando os relatos de vítimas e/ou soldados que participaram da Segunda Guerra Mundial, especialmente em território europeu.

Apesar do fato de que ouvir testemunhas de certos acontecimentos históricos não seja uma prática tão recente⁹, a institucionalização da história oral como metodologia só ganhou corpo a partir da década de 50 do século XX, principalmente nos países europeus e de cultura anglo-saxã. Sua disseminação no meio acadêmico brasileiro se

⁹ Alberti (2010) nos chama atenção para o fato de que autores da Antiguidade Clássica, a exemplo de Heródoto, Tucídides e Políbio já fazerem uso do relato de seus próprios testemunhos e dos de outrem em suas obras. Relembremo-nos do radical grego da palavra história (*histor*), que significa “testemunha”.

processou durante os anos 70 do século XX e a sua institucionalização propriamente dita se consolidou apenas na década de 90 do mesmo século. Por isso, várias ainda são as críticas manifestadas em relação ao uso dessa metodologia mesmo sabendo-se que, atualmente,

(...) o documento escrito deixa de ser a referência dominante que justifica o discurso historiográfico, abrindo espaço a uma enorme diversidade de fontes e testemunhos, convocada a fazer parte de “práticas autorizadas”. Essa variedade documental passa, portanto, a receber, cada vez mais, atenção redobrada dos historiadores, que procuram legitimá-la segundo as regras estabelecidas no campo da disciplina da história. (GUIMARÃES NETO, 2010, p.3).

Nos dias atuais, a concepção das fontes orais como fontes históricas é comum, todavia a visão de que o documento escrito é o único tipo de documento válido ou o tipo de documento mais importante para os estudos historiográficos ainda se faz presente no meio acadêmico, contudo esta é uma opinião que vem se modificando a partir da ampliação do número de pesquisas históricas que utilizam os relatos orais na qualidade de fontes.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal qual ela se apresenta (POLLACK, 1992, p.08).

Ademais, há indubitavelmente a maturação da discussão metodológica referente ao uso dos relatos de memória a partir da ampliação do próprio conceito de fonte. A perspectiva dos *Annales* franceses e da Nova História em muito contribuíram para isso, posto que “(...) tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p.402).

No que diz respeito especificamente à história oral, segundo Alberti (2010), o historiador deve tomar alguns cuidados quando da utilização das fontes orais no sentido de não se portar, no decorrer da realização de sua pesquisa, como alguém que está imbuído de uma “aura de redenção”, afirmando que a mesma será responsável por “dar voz” aos excluídos do passado. Há nessa expressão um imenso preconceito embutido. É

como se esses grupos sociais minoritários não pudessem se expressar por si só, que sempre tivessem a necessidade de que alguém dito superior se expresse por eles ou os defendam, inclusive, em matéria de registro de suas memórias, quando os mesmos podem se fazer ouvir por outras instâncias da sociedade.

No caso das fontes orais (...) não se tem mais a ingenuidade de considerá-las “testemunhos do real”, “elos com a realidade”, “captura do real”, ou até mesmo levantar questões, tais como, “reviver o passado” e “dar voz aos silenciados”, entre tantas afirmações do mesmo tipo. Mas, de maneira enfática, a orientação é outra, procura-se ampliar os aportes teóricos que dão amparo às discussões e sistematizações dos procedimentos de análise próprios ao seu uso e complexidade (GUIMARÃES NETO, 2010, p.4).

Por essa razão, as narrativas orais, na condição de fonte, permitem ao historiador analisar diferentes versões acerca da história, propiciando, portanto, um exercício de crítica e problematização que objetiva observar os sujeitos históricos verdadeiramente como seres humanos que vivenciam, experimentam, se alegram, se entristecem e que possuem semelhanças e diferenças entre si. Ao fazer uso desse tipo específico de fonte em sua pesquisa, o historiador pode captar detalhes importantes, a exemplo da entonação dos sujeitos que falam, das pausas curtas ou prolongadas registradas no decorrer do depoimento, dos silêncios dos entrevistados mediante certas perguntas ou assuntos específicos, enfim, peculiaridades que não são perceptíveis em outros tipos de fonte.

Quanto mais avançamos nesse trabalho, tanto mais temos a consciência de que o diálogo é um processo dinâmico, por meio do qual o pesquisador e entrevistados vão se modificando e reformulando suas interpretações e que estes são elementos da cultura e do movimento da história (KHOURY, 2001, p. 102).

Nesse sentido, a natureza dialógica do trabalho com a história oral é um elemento de fundamental importância a ser destacado nos estudos que tratam a esse respeito, visto que o produto de uma entrevista não é apenas a versão do entrevistado a respeito do assunto tratado, bem como também não é, tão somente, a visão do historiador acerca daquilo. Há, durante o processo da entrevista, a criação de uma narrativa dialógica no sentido de que “(...) cada narrador dá uma interpretação da

realidade e situa nela a si mesmo e aos outros e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativa para nós [os historiadores]” (KHOURY, 2001, p.84).

No nosso caso, os depoimentos dos moradores idosos foram levantados através de entrevistas cujo objetivo era o de investigar a maneira pela qual eles perceberam as mudanças ocorridas no bairro de Jaguaribe. Os relatos de memória, portanto, se constituem como nossas principais fontes utilizadas nessa pesquisa, remetendo-nos ao nosso objeto de estudo – a memória dos idosos de Jaguaribe. Além do uso dos relatos, lembremo-nos que foram realizadas também algumas pesquisas bibliográficas a fim de balizar passagens referentes à história do bairro em si, sua lógica de ocupação dentre outros aspectos.

No que se refere às entrevistas, mais especificamente em relação ao número de entrevistados, procurou-se selecionar, desde o projeto inicial de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História –PPGH/UFPB, o mínimo de cinco depoentes e o máximo de dez idosos. Ao final da pesquisa chegou-se a um total de 8 (oito) idosos entrevistados, ressaltando-se que, a exemplo do que assevera Khoury (2001), pessoas não são números, ou seja, nosso objetivo neste trabalho não foi o de amearhar e, posteriormente, analisar uma exaustiva quantidade de entrevistas, mas sim, por meio delas “(...) identificar, avaliar e explicar possibilidades, alternativas e limites presentes, e embates, na realidade social” (KHOURY, 2001,p.82).

Para o presente trabalho foram realizadas oito entrevistas de diferentes durações com idosos que se dispuseram a participar da pesquisa. O procedimento de realização das entrevistas se deu, de forma geral, da seguinte maneira: primeiramente foi realizada com cada um dos idosos uma espécie de “pré-entrevista” sem a presença do gravador/instrumento de captação de áudio com vistas a estabelecer uma relação de confiança entre a pesquisadora e o entrevistado (a).

Cada um dos oito idosos foi entrevistado apenas uma vez visto que a pesquisadora descartou – após a escuta e transcrição das entrevistas – a necessidade de repetição do procedimento. Por variarem as suas respectivas durações, algumas entrevistas estão divididas em duas partes, considerando também a necessidade de pausa (descanso) dos idosos no caso de entrevistas mais longas, a exemplo da realizada com Carlos Pereira de Carvalho e com Maria Izabel do Nascimento.

Desse modo, achamos por bem investigar o Jaguaribe construído, simbolizado e imaginado com o qual tomamos contato a partir dos relatos de memória de nossos depoentes idosos, lembrando que a escolha pelos relatos orais de memória pautou-se no

fato de que, antes de qualquer coisa, a narração nada mais é do que “(...) a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2010, p.198).

Em se tratando dos entrevistados, o *corpus* documental ou conjunto de depoimentos que deram forma a essa pesquisa foi composto pelos relatos de memória de três homens e cinco mulheres, todos com mais de 60 anos de idade e que apresentaram, no decorrer das entrevistas, capacidade de fazer fluir as suas lembranças. É válido destacar, em relação aos entrevistados, que o critério de seleção dos mesmos para participar desse estudo não levou em conta aspectos como distinção de classe social, etnia, gênero, grau de escolaridade ou local de residência dos idosos de Jaguaribe. A escolha pautou-se na adequação do idoso à faixa etária referida e no fato de que o entrevistado ou entrevistada ainda resida ou tenha residido no bairro, além de ter demonstrado interesse em participar da pesquisa.

Também se levou em consideração o fato de que cada memória é única e, por isso, narrada de maneira diversa pelos diferentes atores sociais entrevistados. Por essa razão, não objetivamos apresentar o bairro de Jaguaribe numa visão homogênea, mas sim numa visão múltipla e extremamente rica para quem narra e para quem ouve a respeito deste lugar, pois esses atores sociais “(...) adquirem visibilidade através das narrativas que descrevem, com uma diversificada riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da memória” (MONTENEGRO, 2010, p.69).

São múltiplos e indivisíveis os “Jaguaribes” narrados através dos relatos de memória dos moradores idosos entrevistados. É o Jaguaribe da infância sofrida de D. Anunciada, 87 anos, que descia a ladeira do Varjão (atual bairro do Rangel), na divisa com Jaguaribe, sem medo e que protegia a mãe e a avó, afastando-as do trabalho árduo, o qual ela mesma iria enfrentar ainda menina.

Anunciada era dona de casa e da casa, mãe responsável não apenas pelos seus filhos, mas que também tomava conta de tantos outros “filhos e netos postiços”, como ela mesma costumava chamar, sendo alguns desses membros de sua “família de santo”, de laços que ultrapassam a consangüinidade, que abrangem todos os participantes do seu “centro espírita” – na verdade, sua outra casa: o templo umbandista no qual congregava, localizado no bairro do Rangel, o qual já não freqüentava mais visto que, pela sua idade, já havia cumprido todas as obrigações que a vida na religião lhe

imputava. Infelizmente D. Anunciada partiu do mundo físico antes de poder ver o resultado final de nosso trabalho.

Ora, eu sou é umbandista! Agora, deixei porque não dava pra mim não. Me afastei e aí passei pra mãe Naninha de Trajano que você deve saber, tem um terreiro no centro de Trajano (...) É, viu? Lá é bom por que lá é caridade. (...) E lá eu dei minha obrigação no dia de Iemanjá. Aí, depois eu adoeci, ela [mãe Naninha de Trajano] veio, preparou minha mesa, e disse assim: “Bem, agora você tá pronta, tá aí sua mesa, não precisa você ir pra canto nenhum! Sua obrigação é essa, atender quem chegar” (Anunciada, 87 anos).

O Jaguaribe representado por essas memórias é o bairro que é “palco” das festas de rua, nas quais D. Izabel, 87 anos, vizinha e amiga de D. Anunciada, trabalhava e participava. Jaguaribe foi o bairro onde criou seus filhos, onde residiu tantos anos, onde amargou a viuvez, ainda jovem, e onde viu serem erguidas e demolidas as casas de taipa e palha onde, em uma delas, um dia morou. É o lugar que hoje, por conta da cegueira ocasionada por uma catarata, não pode mais ver, apenas sentir, guardando-o no recôndito de suas lembranças.

Perdi minha visão, sofri muito pra criar os meus filhos. Fiquei sem pai, sem mãe, eu nem conheci minha mãe com um ano de idade. Depois fiquei com meu pai, minha tia me criou, meu pai bebia muito... Aí não ligou pros filhos, pra nada, né, ficou 5, 7 filhos. Morreram os homens tudinho, só ficou duas mulher. (...) E... de lá pra cá, eu vim sofrendo, né? Perdi minha visão, bordei muito, trabalhei muito, costurava, bordava, lavava roupa, o que viesse pra mim ganhar dinheiro eu não injeitava nada! Até hoje, até agora estou aqui, sofrendo, né, por que eu tô sofrendo, bendizer só. Cada um nas suas casas, né? A gente tem que ficar sozinha mesmo! Mas, a vida é assim mesmo, é como Deus quer. Deus não... Deus dá o bom e o ruim pra pessoa escolher agora siga o que quiser, né? Que não é a gente quem quer... (Izabel, 87 anos).

O bairro de Jaguaribe também é aquele das brincadeiras infantis de Carlos Pereira de Carvalho e Silva, antigo morador do lugar, atualmente com 72 anos que, além de narrar suas memórias através da entrevista cedida para esse trabalho, é considerado um dos mais importantes cronistas que escrevem a respeito de Jaguaribe, cujas histórias sobre o bairro já foram publicados em jornais de grande circulação local.

O narrador descreve, dentre outras lembranças, a alegria que era brincar nas mangueiras centenárias do bairro.

A mangueira é uma fruteira deliciosa por que ela tem tudo, ela dá sombra, dá frutos, ela dá flores e essas flores têm outra história interessante por que as flores, quando caem, na época em que caíam, a gente andava descalço, e dizem que a flor da mangueira, ela cria o chamado bicho de pé, né, e aquele bichinho que dá, eu não sei se você já teve, e essas crianças de hoje que não brincam na rua não sabe o que é, mas é uma delícia de coceira, só que é uma coisa meio perigosa por que o que cria de lêndea, aí vamos tirar ... Bem isso é outra história. Mas nas mangueiras a gente dormia, sonhava, se alimentava, e fazia até uma espécie de campeonato. Quem colhia mais mangas – a gente colhia as mangas e botava na bacia pra vender na mercearia do pai (...) (Carlos, 72 anos).

O narrador ainda nos fala, em seus depoimentos, a respeito do Jaguaribe de seus primeiros dias de escola, da obediência à mãe, dos “bichos de pé” que apanhava depois de correr descalço sob as mangueiras centenárias das avenidas do bairro, árvores imponentes que testemunharam as suas histórias de menino, suas e de tantos outros que nelas subiam para tirar fruta madura, para descansar do sol nos meses mais quentes ou para espiar a jovem vizinha tomando banho numa época em que algumas das casas do bairro ainda não possuíam banheiros em suas áreas internas.

É o Jaguaribe das matinês nos cinemas, dos “causos”, dos tipos populares cheios de apelidos, do esporte e das peladas nos terrenos baldios descritos na entrevista de Emilson Ribeiro, autor do livro de memórias “Retratos de Jaguaribe”. O clima de aparente cordialidade entre os vizinhos que, segundo este morador, era algo comum no Jaguaribe de sua época, é um aspecto recorrente nas entrevistas de alguns dos idosos entrevistados.

Gostei muito de Jaguaribe, praticamente é um bairro que, ainda hoje, há essa memória... Não me esqueço jamais. De vez em quando eu tô lá, tenho umas casas lá que meus filhos moram, tenho um outro filho morando por lá, tanta gente amiga, conhecida de antigamente, quando eu chego lá eu sempre converso com um, converso com outro. Aquilo ali é uma maravilha aquele bairro. Muita gente não gosta não! Diz que tá ruim, por que tem índice de violência, pior são os outros! O bairro de Jaguaribe é diferente, sempre foi diferente! (Emilson, 76 anos).

É o mesmo espaço que apresenta uma divisão social bem marcada – o Jaguaribe de Cima e o Jaguaribe de Baixo, mas é também o lugar da diversão, das brincadeiras, das primeiras paqueras e também das primeiras responsabilidades de Maria José Azevedo – a Zezita, funcionária pública, 61 anos, que de tanta saudade do bairro, sente “beber” Jaguaribe enquanto relembra, cheia de poesia e saudade, o seu “tempo de moça”, comparando a vivência entre amigos e vizinhos de Jaguaribe com uma grande família tradicional onde todos se ajudam e onde os mais velhos admoestam ao mesmo tempo em que ensinam as “tradições” aos mais jovens, tal qual ela mesma foi um dia.

E tinha aquela coisa de usar o preto ao morrer meu avô, a gente tinha que usar preto e branco durante 6 meses. O porquê disso, dessa família? Jaguaribe tinha uma coisa dessas famílias, sabe, parecido um pouco com Antônio Conselheiro, porque, como aquela comunhão que mamãe tinha, tinham várias pessoas, como ela, assim, do mesmo comportamento (Zezita, 61 anos).

O Jaguaribe descrito pelos idosos de diferentes idades contorna o período da vida desses entrevistados do qual, conforme explicita a maior parte dos relatos, eles sentem mais saudade. Este é um sentimento que permeia as entrevistas que compõem este trabalho, uma saudade tão grande que

(...) é um pouco como fome. Só passa quando se come a presença. Mas às vezes a saudade é tão profunda que a presença é pouco: quer-se absorver a outra pessoa toda. Essa vontade de um ser o outro para uma unificação inteira é um dos sentimentos mais urgentes que se tem na vida (LISPECTOR, 2011, s.p).

O espaço de Jaguaribe, portanto, é mais do que descrito, sendo, antes de tudo, vivenciado pelos moradores idosos e revivido em suas memórias. É nesse bairro que o então jovem estudante de Economia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Martinho Campos, hoje com 69 anos, sonhava com um projeto político diferente para o desenvolvimento do Brasil, se divertindo ao mesmo tempo em que esperava por transformações, assim como outros colegas de movimento estudantil quando, no ano de 1964, irrompe a Ditadura Militar no país.

No bairro eu fui morar na Rua Senador João Lyra, aliás, Avenida Senador João Lyra que antes era chamada de Rua da Concórdia. E quando eu cheguei lá, isso eu não sei, isso me foi dito pelos meus pais, meus tios e tal, no ano que eu fui pra lá era

Rua da Concórdia, mas logo a seguir mudaram o nome para Avenida Senador João Lyra, até hoje eu não sei direito quem é que foi esse cara, que senador foi esse. Uma coisa interessante, eu deveria procurar saber. Eu vou fazer isso... E a rua, é uma rua que... Como é uma grande avenida, ela começa na Rua das Trincheiras e vai terminar na Bento da Gama, acho, não tenho bem certeza, mas é ali no PAM, onde hoje é o PAM - Posto de Atendimento Médico de Jaguaribe. E eu fiquei nessa rua até 1964, porque em 64 eu tive que fugir, perseguido pela Ditadura, e só voltei em 1975, mas não fui morar lá. Fiquei algum tempo lá [em Jaguaribe], mas não voltei a morar. No entanto, fiquei algum tempo. Minha mãe e meu pai moravam ainda na mesma casa do bairro e eu pude cotejar as diferenças, não é, que se desenvolveram a partir de 1964 até aquela data de minha volta (Martinho, 69 anos).

Jaguaribe foi, portanto, o espaço do qual ele precisou fugir, sendo capturado pela repressão, anos depois, no Estado de Pernambuco e, posteriormente, em São Paulo, outro local para onde fugiu. Nos dias de hoje, atuando como economista, esse senhor de memória apurada e inteligência flagrante ainda continua desenvolvendo projetos, algo comum em sua profissão, pondo-os em prática agora na iniciativa pública e privada. De certo modo, Martinho ainda tenta modificar o Brasil, só que agora de uma forma diferente...

É ainda o bairro em que a recém-formada professora de História, D. Leda, atualmente com 72 anos, comparecia às missas da Igreja do Rosário, mas também participava dos desfiles dos blocos de carnaval da Avenida Conceição e que hoje lamenta o fim das festas de rua que ocorriam no local: “Isso praticamente acabou. Hoje Jaguaribe, no primeiro dia de carnaval você não vê ninguém, você tem até medo de andar na rua do primeiro ao último dia, ao terceiro dia. Você tem medo de andar na rua porque é... Um vazio, um vazio mesmo!” (Leda, 72 anos).

Para essa avenida citada por D. Leda convergiam as agremiações de Jaguaribe em época de folia, a exemplo da Escola de Samba “Última Hora”, que se concentrava na Rua Carmello Ruffo, antiga Avenida São Vicente. Da esquina desta com a Avenida 12 de Outubro, a jovem dona de casa Tereza Moraes, atualmente com 83 anos, esperava passar com ansiedade, em frente à sua casa, as escolas de samba do bairro, já que o fato de ser mãe de inúmeros filhos ainda pequenos a impedia de participar desse e de outros momentos lúdicos que ocorriam em Jaguaribe de forma mais ativa: “Quase não lembro porque eu tinha muitos filhos pequenos naquela época e eu quase não saía de casa, né?

Quase não saía de casa, nas festas eu não ia, meus filhos eram pequenos e eu não tinha quem cuidasse...” (Tereza, 83 anos).

A partir de leituras que tratavam a respeito da temática da memória e da história oral, faz-se mister elucidar que a nossa trajetória de pesquisa passou por diversas mudanças, como já tivemos a oportunidade de expor anteriormente, desde nossa entrada no Programa de Pós-Graduação em História, etapas essas que estão também registradas nas modificações de títulos que essa pesquisa sofreu no decorrer do tempo.

Em um primeiro momento esse estudo intitulou-se “O bairro de Jaguaribe: memória e histórias de vida de seus moradores idosos (1950-1990)”. No entanto, após a realização de algumas entrevistas, percebemos que os depoimentos não se restringiam apenas às histórias de vida dos moradores, mas também apresentavam eixos temáticos bastante delineados a respeito das transformações ocorridas no bairro, sendo os assuntos mais recorrentes nas entrevistas realizadas as mudanças e permanências no espaço de Jaguaribe, as festas de rua desse lugar e, por fim, aspectos acerca do cotidiano dos moradores idosos entrevistados.

Em um segundo momento, etapa esta referente à apresentação pública do trabalho final da disciplina obrigatória intitulada Seminário de Dissertação, percebemos que a centralidade da análise ainda estava ancorada na história do bairro em si, quando deveria passar a ser, segundo o objetivo principal de nossa pesquisa, a perspectiva da memória dos moradores do lugar. Em razão disso, resolveu-se dar um novo título ao estudo: “O bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores e ex-moradores idosos (1950-1980)”. Dessa forma, acreditava-se que o novo título da pesquisa faria menção direta ao principal objetivo da mesma: o estudo e análise da memória dos idosos que residem ou residiram no bairro.

Todavia, através de uma análise mais apurada dos depoimentos, bem como a realização e transcrição de novas entrevistas, percebeu-se que a “categoria” de ex-morador do bairro por nós proposta, na verdade, sequer existia visto que, mesmo alguns moradores que não residiam mais no espaço de Jaguaribe ainda se consideravam, efetivamente, na condição de “eternos moradores” desse lugar.

Então, o que acontece pra mim, pra mim Jaguaribe é uma poesia, tá certo? É tão engraçado que eu “bebo” as coisas de Jaguaribe, as ruas de Jaguaribe, os pés de jambeiro a (...) Então, o que é interessante na vida de Jaguaribe pra mim, é que é todo uma fantasia, todo um, como é que eu diria pra você: é minha vida, é minha história! (Zezita, 61 anos).

Assim, através dos relatos de memória percebeu-se que mesmos os moradores que não residiam mais no lugar não se auto-qualificavam, em seu discurso, com a alcunha de “ex-moradores”. Pelo contrário, eles se sentiam ainda moradores do bairro, estando ligados ao lugar, independente de ainda habitá-lo, por estruturas de sentimento, tal como elucida Williams (1979). Por essa razão, o título que por fim resolvemos dar ao trabalho é “O bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos”.

No que tange aos capítulos deste trabalho, os mesmos seguem a sequência dos temas recorrentes e objetivos específicos observados quando da transcrição das entrevistas realizadas com os moradores idosos do bairro: a análise das mudanças e permanências no espaço do bairro, o estudo acerca das festas de rua que ocorreram em Jaguaribe e o levantamento e interpretação dos aspectos acerca do cotidiano, tudo isso registrado e reconstituído na memória desses moradores idosos.

Neste primeiro capítulo – à guisa de introdução – procuramos apresentar a pesquisa realizada, enfatizando seu objeto, objetivos, metodologia e as suas diferentes fases de consecução, daí a razão pela qual o primeiro capítulo apresenta como subtítulo a frase “o percurso de uma pesquisa”, visto que desejamos aqui registrar o “passo a passo” empregado na construção da mesma.

No segundo capítulo intitulado “O espaço de Jaguaribe no trânsito das memórias: mudanças e permanências” objetivamos identificar, nos relatos orais de memória dos moradores, as mudanças e permanências percebidas no espaço do bairro, processo este atrelado ao crescimento e à expansão urbana da cidade de João Pessoa. Para tanto, nos ancoramos no conceito de lugar proposto pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (1983), dentre outras leituras que dialogam diretamente com as áreas de Geografia e Ciências Sociais.

Além disso, nos propusermos a fazer uma espécie de interface entre o conceito de lugar e o conceito de espaço na forma como este último é interpretado por Certeau (2009), o que contribuiu sobremaneira para auxiliar-nos na compreensão acerca da idéia dialógica de Jaguaribe como lugar de permanências e como espaço de transformações, conforme nos expressam os relatos de memória utilizados em nossa pesquisa.

Com vistas a tornar a nossa análise mais inteligível, resolvemos dividir o segundo capítulo em quatro partes. Na primeira delas versamos sobre as redefinições da paisagem de Jaguaribe que, de lugar esparsamente povoado e que apresentava marcadas feições rurais ainda no início do século XX, passou a se configurar como um bairro que foi sendo dotado paulatinamente de equipamentos e melhorias urbanas. Além do mais,

no decorrer do capítulo, foram apresentados aspectos que dizem respeito à ocupação daquela área.

No segundo sub-tópico do capítulo analisamos a divisão social que demarcava o bairro e que era conhecida por alguns dos idosos entrevistados sob a alcunha de “Jaguaribe de Cima x Jaguaribe de Baixo”. Esta é uma divisão que se caracteriza pela sua simbologia, posto que não existe fronteira física demarcada entre essas duas partes que compõem o bairro, fato que configura a constituição de uma espécie de cartografia simbólica do lugar, construída e significada através das memórias dos moradores idosos que participaram do estudo e que se ancora na clivagem social encontrada no bairro – Jaguaribe de Cima como lugar dos mais ricos e abastados moradores em contraposição ao Jaguaribe de Baixo, local de residência dos mais pobres.

A terceira parte do segundo capítulo intitula-se “Formas de locomoção no bairro de Jaguaribe: trânsito e transporte”, em que foram analisados, a partir dos relatos de memória dos entrevistados, esses dois elementos que se modificaram no decorrer do tempo em Jaguaribe. Já na quarta parte desse mesmo capítulo resolvemos tratar acerca da relação dos moradores para com as mudanças e permanências no espaço do bairro. No que tange às mudanças, esse processo registra dois fatores principais: a instalação de repartições públicas no lugar de antigas residências de Jaguaribe e a expansão do comércio no bairro.

O processo de transformação, no que se refere aos novos usos do espaço do bairro, relaciona-se diretamente à modificação do caráter eminentemente residencial de Jaguaribe, que acabou por se configurar como um bairro de feições heterogêneas: em seu espaço ainda existem diversas residências, entretanto, o significativo número de repartições públicas e a expansão de estabelecimentos comerciais localizados principalmente em suas ruas e artérias mais movimentadas acabou por lhe conferir um aspecto de bairro comercial e de serviços, processo que se tornou bastante acentuado a partir dos anos 70 do século XX. É importante ressaltar que esse é um processo que vem ocorrendo não apenas em Jaguaribe, mas também em outros bairros da cidade de João Pessoa, tais como Mangabeira e Bancários, localizados na porção sul da capital paraibana.

Já em relação às permanências ainda encontradas no bairro, essas se caracterizam por sua natureza sutil, sendo, portanto, mais difíceis de detectar do que as flagrantes mudanças. Essas permanências resumem-se, basicamente, a três: a realização da feira de quarta-feira que, no dias atuais, continua a acontecer em outro espaço; as

atividades e relações estabelecidas pelos fiéis dos dois principais templos religiosos– a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora de Lourdes; a vocação do bairro no que se refere à prestação de serviços públicos e privados voltados à área de saúde e assistência.

No capítulo três intitulado “‘Ninguém fica parado ninguém fica encolhido. O homem fica doido e a mulher perde o marido’: memória das festas de rua de Jaguaribe” objetivou-se analisar as festas de Jaguaribe como eventos que foram considerados importantes pelos depoentes idosos em seus relatos. Dessa forma, buscou-se investigar como os atores sociais entrevistados reconstroem tais eventos em suas memórias e de que forma participavam desses momentos lúdicos que ocorreram no bairro durante o período estudado, a exemplo da Festa de Nossa Senhora do Rosário, Carnaval, Malhação do Judas, Festas Juninas e Comemorações do Natal e Ano Novo.

Nesse sentido, as festas de rua estudadas no terceiro capítulo foram escolhidas a partir dos depoimentos dos moradores idosos entrevistados, considerando-se como festejos de rua todos aqueles que eram realizados, no todo ou em parte, nos espaços públicos do bairro.

Em relação ao aporte teórico desse capítulo, nos ancoramos em diversos autores que tratam a respeito de festas em geral, mas que também fazem menção em seus estudos às chamadas festas de rua, a exemplo de Amaral (2008), Durkheim (1996), Ferreira (2001), Lima (2010), Ozouf (1988), Silva (2011) dentre outros.

No quarto e último capítulo intitulado “‘O bairro então, pra mim, foi uma experiência de vida muito forte, não é?’: vivências no cotidiano do bairro de Jaguaribe”, pretende-se analisar de que forma os depoentes perceberam e relataram as relações cotidianas que os mesmos travaram no espaço do bairro. Pelo fato das recorrências dos assuntos relativos ao cotidiano, no decorrer das entrevistas, se ancorarem em três temáticas principais – mundos do trabalho, diversões e relações familiares – resolvemos dividi-lo, respectivamente, em três subtópicos que abarcam os referidos temas.

Após a fase de transcrição, a partir de uma leitura mais apurada das entrevistas que compõem este trabalho, observou-se que as atividades cotidianas dos homens e mulheres entrevistados apresentaram aspectos que os diferenciavam entre si. Por essa razão, optamos, no quarto capítulo, por analisar o cotidiano dos moradores de Jaguaribe através de um recorte de gênero, entendendo esta categoria de análise como algo que abrange tanto os homens quanto as mulheres, conforme elucida Gonçalves (2006).

Com a finalidade de embasar teoricamente as nossas análises acerca do cotidiano, foram utilizadas obras de autores que tratam a respeito deste assunto, a exemplo de Heller (2000), de Certeau (2009), Lefebvre (1991), Silva Filho (2002) e Matos (2002). Além disso, foram utilizadas obras de autores que trabalham especificamente com cada uma das temáticas enfatizadas no capítulo, a exemplo de Perrot (2010), Baitello Júnior (1998), Andrade (2001), Dumazedier (1976), Souza (2006), Almeida *et al* (1987) entre outros.

Nas Considerações Finais optou-se por abordar a idéia de morte presente nos depoimentos de alguns moradores idosos quando os mesmos se referiam ao bairro de Jaguaribe nos dias atuais, fazendo uso de expressões do tipo “Jaguaribe está morrendo” ou “Jaguaribe morreu”, “Jaguaribe está morto”, “Acabou-se Jaguaribe”. As discussões a serem desenvolvidas na parte final da pesquisa se propõem a investigar a seguinte questão: por que o bairro de Jaguaribe está “morrendo” ou “morreu”, segundo o relato de seus moradores idosos?

Desse modo, através da análise dos relatos dos idosos pesquisados, pretende-se compreender se a afirmação de que o bairro de Jaguaribe está morrendo/desaparecendo se configura como uma continuidade, fenômeno de fundamental importância para a investigação histórica já que, de acordo com Gaddis (2003, p.46), esses são “(...) fenômenos que reaparecem com regularidade tornando-se, assim, aparentes para nós. Sem esses padrões, não teríamos uma base para generalizar sobre a experiência humana (...)”. Investigaremos, portanto, o quanto a idéia de “morte do bairro” é recorrente nos depoimentos dos idosos e o que isso suscita.

Outro ponto que também merece explicação é a escolha da “metáfora do caminho” para compor o título do primeiro capítulo do trabalho. Pelo fato de nossa pesquisa tomar por base a análise das memórias de idosos e também por fazer uso da metodologia da história oral, entendemos que esses sujeitos históricos já percorreram diferentes caminhos na vida, ou seja, acumularam experiências, são sujeitos de uma longa trajetória.

Caminho, método, trajetória: palavras que pertencem a um mesmo campo semântico, palavras que pressupõe a idéia de escolha, seja de vida, seja de investigação, de temas ou de fontes que estão, portanto, relacionadas diretamente à perspectiva da história e à seletividade da memória. Apenas procuramos demonstrar isso de uma forma mais “poética”, afinal a escrita da história necessita de imaginação criadora, cuja

finalidade é a de expor os argumentos do pesquisador e cativar nosso leitor. Não repousa a história entre a ciência e a arte: ciência por comprovar, arte por narrar?

Esse fato nos deixa suspensos em algum lugar entre as artes e as ciências: sentimo-nos livres para pairar acima das restrições do tempo e do espaço, de usar nossa imaginação, de ousar (...). Mas temos de fazer isso de tal modo que convençamos nossos alunos, nossos colegas e qualquer pessoa que leia nosso trabalho (...). Não é uma tarefa fácil. (GADDIS, 2003, p.33).

Por fim, ressalta-se que este trabalho não tem a pretensão de registrar cronologicamente quais foram as transformações ocorridas no bairro de Jaguaribe durante o período estudado, mas sim a de estudar como esse processo ficou marcado na memória daqueles que foram por ele diretamente afetados – os seus moradores. Afinal, a partir dos relatos dos idosos é possível melhor compreender o processo de mudança do bairro, abrindo espaço, dessa forma, para propor interpretações acerca da sua história, a partir desses depoimentos.

Os relatos orais de memória permitem-nos enxergar, segundo Bosi (2009), que um mundo social extremamente rico e diverso pode chegar até nós através da memória dos idosos, daqueles que literalmente construíram e constituíram os espaços, participaram de momentos lúdicos, vivenciaram o cotidiano e, acima de tudo, experimentaram uma série de acontecimentos que não devem ser relegados “aos desvãos da História”, conforme elucida Montenegro (2010), mas que dela são parte integrante, apresentando-se, portanto, como elementos de fundamental importância em seu processo de construção e investigação.

2) O ESPAÇO DE JAGUARIBE NO TRÂNSITO DAS MEMÓRIAS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Tempo e espaço, dois elementos fundamentais no que se refere ao pensamento e à escrita da história. Segundo Gaddis (2003), ambos constituem o campo no qual a história acontece. Ambas são grandezas que devem ser objeto de preocupação por parte dos historiadores e de outros profissionais que produzem o saber histórico, lembrando que essa não é uma prerrogativa exclusiva dos primeiros.

Espaço e tempo são categorias coexistentes. Por vezes, a simples menção a uma traz a lembrança da outra. Todavia são diferentes entre si, podendo ser mensuradas de maneiras diversas, além de comportarem significados que lhes são próprios. Apesar disso, essas categorias se confundem, inclusive no que tange à nossa linguagem comum. Por isso, muitas vezes, faz-se uso de uma em lugar da outra, posto que

Freqüentemente o comprimento [distância] é dado em unidades de tempo. O espaço arquitetônico, porque parece refletir os ritmos de sentimento humano, tem sido denominado de “música congelada” – tempo espacializado. A passagem do tempo, ao contrário, é descrita como “comprimento”. O tempo ainda é “volume”, como, por exemplo, quando as pessoas falam dos “grandes momentos” da vida, uma linguagem figurada (...). A vida diária da sociedade moderna requer que estejamos conscientes do espaço e do tempo como dimensões separadas e como medidas transponíveis de uma mesma experiência (TUAN, 1983, p.132).

Dessa forma, não seria nada espantoso ressaltar que existe no espaço um significado temporal e, por conseguinte, existe no tempo, um significado espacial. O espaço é histórico, ou seja, registra em si diferentes mudanças temporais, por exemplo: ao se observar a existência ou a supressão de uma rua que outrora existia em uma cidade, as construções de novos prédios ou a restauração de um prédio antigo, a ocupação de uma paisagem outrora inóspita por um determinado grupo humano, dentre outras possibilidades. Assim sendo, o espaço é dotado de historicidade¹⁰, ou seja, suas modificações ou permanências podem ser percebidas, comparadas e registradas.

¹⁰ Milton Santos se refere à historicidade do espaço como “rugosidade espacial”, asseverando que essas rugosidades, ou seja, as mudanças do espaço “(...) não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como lembranças socioterritoriais ou sociogeográficas (2008, p.43). Para aprofundamento da discussão ver: SANTOS, Milton. As técnicas, o tempo e o espaço geográfico. In: *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.p.42-49.

O tempo, por sua vez, também pode ser espacializado, visto que se pode medir a distância de um deslocamento, a exemplo de uma viagem, utilizando milhas, quilômetros entre outras unidades de medida, no entanto, essa distância pode ser evidenciada de forma diferente, ou seja, através de horas, minutos, dias, meses, luas, etc, unidades de medida que se referem ao tempo e não ao espaço em si.

Quando nos informam que a outra vila fica a três dias de distância, sabemos mais ou menos quanta comida e água precisamos levar; podemos calcular a quantidade de energia para chegar a nosso destino. Qual é a distância de Mineápolis a Los Angeles? Uma resposta em milhas ou quilômetros não é muito útil a não ser que estas unidades de distância possam ser rapidamente traduzidas para tempo, esforço e recursos necessários. Ao contrário, a resposta “está a três dias de carro” nos diz mais diretamente quanto dinheiro levar para pernoites, gasolina e comida (...) (TUAN, 1983, p.145).

Em se tratando do tempo, várias ciências o utilizam na condição de grandeza, a exemplo da Matemática e da Física, que tem a sua mensuração como um de seus objetivos principais. No caso da História, o tempo encontra-se relacionado à idéia de duração, o que desemboca diretamente na relação entre mudanças e permanências de dos acontecimentos em determinados locais. Nesse sentido, o tempo é interpretado pelos historiadores não como uma “realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, [mas] o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 2002, p.55).

O tempo em si é uma grandeza natural, mas as maneiras de medi-lo e conferir-lhe significado são decorrentes de aspectos culturais. As sociedades humanas, desde as mais tradicionais até as mais complexas, possuem formas diferentes de apreender a noção de tempo, que variam bastante entre si. O cantar de um galo nas sociedades rurais indica o tempo do despertar, assim como o pio da coruja pode indicar o momento de se recolher. Da mesma forma, a duração de orações, o tempo de cozimento de alimentos, processos de semeadura e colheita são outros exemplos de como se proceder à divisão do tempo para diferentes culturas.

As formas de se observar as noções de tempo que permeiam uma determinada época podem ser interpretadas de maneiras diferentes a partir do modo como os historiadores pensam e escrevem a respeito de um dado período. Um exemplo disso é encontrado na maneira como dois historiadores que estudam sobre um mesmo período –

a Idade Média – identificam e interpretam a forma como os sujeitos do mundo medieval lidavam com o tempo. São eles Le Goff (1983) e Pastoureau (1989).

Para o primeiro, o tempo na Idade Média era visto como uma grandeza sagrada, daí o reconhecimento social daqueles que podiam, mesmo que debilmente, inferi-lo e estudá-lo: os clérigos. Desse modo, o tempo era entendido como sendo “(...) apenas um momento da eternidade. Só a Deus pertence e pode, simplesmente, ser vivido. Apanhá-lo, medi-lo, tirar dele partido ou vantagem é um pecado. Desviar uma sua parcela é um roubo” (LE GOFF, 1983, p.205).

Durante a Idade Média paulatinamente se desfez a noção de tempo cíclico originário da Antiguidade para se dar lugar a uma noção de tempo linear, contínua e divina. A origem era o Gênesis, a criação, e o escatológico fim deveria ser o Juízo Final. Os homens viviam imersos nesse tempo litúrgico, porém, os estamentos sociais dos quais faziam parte apresentavam uma leitura própria a seu respeito. De acordo com Le Goff (1983), o tempo social do medievo era dividido entre o tempo rural, o tempo senhorial e o tempo clerical, estando esses incomensuravelmente imersos num tempo natural e divino.

O tempo rural era o do plantio e da colheita, da obediência ao ciclo de obtenção dos alimentos, tempo respeitado por senhores e vassallos em uma época em que a terra era de imprescindível valor. Era um tempo de imobilismo e paciência, segundo Le Goff (1983), um tempo altamente referenciado pelas questões naturais: o dia e a noite, as estações do ano, a vida e a morte, dentre outros aspectos.

O tempo senhorial estava relacionado ao belicismo e às prestações de contas por parte dos vassallos aos seus senhores, tomando como referência a estação do ano no qual os exércitos se movimentavam para se enfrentar – o verão – e também as grandes festas de colheita, quando os prazos para prestação de contas na produção dos feudos deveriam ser obedecidos.

Em se tratando do tempo clerical, esse se relacionava à divisão do ano a partir da liturgia sagrada. “Tempo clerical porque o clero, pela sua cultura, é senhor da medida do tempo. Só ele, para a liturgia, tem necessidade de medir o tempo; só ele é capaz, pelo menos de um modo aproximado, de o fazer” (LE GOFF, 1983, p.225).

Por ser a medição do tempo um fator cultural é possível afirmar que, mesmo em um período como a Idade Média, caracterizado pela imobilidade social (um de seus mais marcantes aspectos), as diferentes mudanças relativas às noções de divisão do

tempo foram sentidas, ainda que de maneira lenta, na transição da instância feudo-rural para uma ordem social urbana e comercial.

Os êxitos do movimento urbano e os progressos da burguesia de mercadores e dadores [empregadores] de trabalho, que sentem a necessidade de medir com maior exactidão o tempo do trabalho e das operações comerciais – especialmente bancárias (...). E principalmente o progresso científico, apoiado na evolução da ciência, que criticava a física aristotélica e tomista, fragmentou o tempo, fazendo-o descontínuo, permitindo o aparecimento dos relógios, medidores de hora no sentido moderno, no sentido da vigésima quarta hora do dia¹¹ (LE GOFF, 1983, p.228).

Neste sentido, pode-se entender a partir da perspectiva de Le Goff (1983) que, de uma maneira mais ampla, problematizar sobre o tempo é problematizar sobre a história. Portanto, para o autor, a mudança nas formas de se conceber e medir o tempo refere-se não apenas às transformações tecnológicas e científicas, mas também às modificações econômicas, políticas e culturais, indicando, dessa maneira, as formas como os homens procuraram apreender o tempo na Europa Ocidental no século XIV.

Pastoureau (1989), por sua vez, descreve o ritmo do tempo social do medievo de uma forma parecida com a de Le Goff (1983), contudo, o subdivide apenas em duas classificações: o tempo curto da jornada de trabalho e o tempo longo do ano e do calendário. O primeiro refere-se à jornada dos sujeitos que se guiavam e se regulavam segundo o tempo natural, que obedecia a mesma ordem do nascer ao pôr do sol, variando também segundo as estações do ano. Já em relação ao tempo longo ou do calendário, esse perpassava a sequência dos dias ancorada no calendário litúrgico, a exemplo dos dias das festas dos santos e das prestações de conta junto aos senhores. Visto ser a atividade de mensuração do tempo exclusiva dos clérigos, esse historiador ressalta que “para a imensa maioria dos indivíduos, as festas litúrgicas e os dias dos santos são [eram] os únicos pontos de referência do ano” (PASTOUREAU, 1989, p.30).

Ainda com a finalidade de demonstrar o quanto a afirmação precedente está correta, ou seja, que as formas de mensuração do tempo variam de uma cultura para outra, de um período histórico para outro, a guisa de exemplificação, recorreremos aos

¹¹ Segundo Le Goff (1983) essa foi uma importante modificação no que se refere à forma de mensurar o tempo na passagem da Idade Média para a Modernidade pelo fato de que as horas antes não apresentavam unidade igual à sua medição atual (60 minutos), dividindo-se o dia em matinas (por volta da meia noite) e contando-se, a partir daí, a divisão através do período equivalente, nos dias atuais, ao intervalo de três em três horas: laudes (3 horas), primas (6 horas), terça (9 horas), sexta (meio-dia) nona (15 horas), vésperas (18 horas) e completas (24 horas) para se recomençar a mesma contagem em um novo dia.

estudos de Edward Palmer Thompson a respeito do tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial na Inglaterra dos séculos XVIII a XIX.

A passagem do século XVIII ao XIX foi um momento em que a sociedade da Europa Ocidental, sobretudo a inglesa, estava vivendo o processo de transição da produção manufatureira domiciliar (*putting out system*) para o sistema de trabalho fabril. Na verdade, Thompson (2008) objetiva estudar de que maneira e até que ponto a mudança de noção referente à medição do tempo influenciou os trabalhadores desse período, especificamente. Esta fase configura-se como um momento de transição não apenas na perspectiva econômica – mudança de sistemáticas de produção – tratando-se, antes de qualquer coisa, de um período de transição cultural no que se refere às formas de se representar o tempo. Para os trabalhadores que exerciam suas atividades a partir de tarefas, o tempo desprendido tomava por base as necessidades de cada sujeito em relação a um determinado dia de trabalho, a exemplo de arar campos, cuidar da casa, cuidar dos animais e, concomitantemente a essas atividades, trabalhar na produção manufatureira em seus domicílios.

A partir do processo de divisão social do trabalho diretamente relacionado à emergência do sistema fabril de produção, houve a separação entre trabalho e casa, no sentido literal, já que o mesmo passou a ser realizado nas fábricas. O tempo acabou sendo mensurado e entendido como mercadoria, o que acarretou a criação de expressões como “gastar o tempo”, “tempo é dinheiro”, dentre outras. A esse respeito, Thompson assevera que

A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas etc, e não atentar para esses fatores simplesmente produz uma visão pouco profunda dos fenômenos e torna a análise trivial (THOMPSON, 2008, p.289).

Assim, observando-se as mudanças em relação ao tempo e ao espaço numa perspectiva cultural, constata-se que os historiadores apresentam certa autonomia ao lidar com estas categorias, no sentido de manipulá-las, não com a intenção de reproduzir a realidade tal e qual ela ocorreu, mas sim no que tange a sua representação, o que varia de acordo com as maneiras como essa realidade ficou registrada. Dessa forma,

Os historiadores não têm outra escolha senão se engajarem nessas manipulações de tempo, espaço e escala – essas rupturas com a representação literal – porque uma verdadeira representação literal de qualquer entidade seria seu próprio reflexo (GADDIS, 2003, p.41).

Já no que tange ao espaço, o mesmo se caracteriza por ser um termo utilizado por várias ciências e por apresentar uma série de interpretações e significados, um conceito heterogêneo que, por essa razão, encontra-se diretamente relacionado a diferentes noções. Verifica-se que a noção de espaço está relacionada a ciências como a Matemática – mais especificamente ao campo da Geometria –, a Arquitetura, a Geografia, dentre outras. Em relação a esta última, o termo encontra-se geralmente acrescido à palavra “geográfico”, que o caracteriza. Mas, o que seria o espaço? Quais suas definições? Do que se compõe este conceito? Quais são os significados que o termo “espaço” origina e abarca?

As possíveis interpretações para o termo “espaço” abrangem diferentes formas de observá-lo, visto que este não deve ser entendido apenas como uma espécie de receptáculo, ou de “palco” onde as ações humanas se realizam. Martins Neto (2011) alerta para o fato de que o conceito de espaço, além de ser bastante amplo, constitui-se como um dos balizadores de ciências como a Geografia, constituindo-se a partir de diferentes abordagens. Sob uma interpretação marxista, por exemplo, o espaço pode ser concebido, conforme elucida Lefebvre (*apud* Martins Neto, 2011) como o *locus* onde as relações sociais de produção se desenvolvem.

Atentando também para isso, Suertegaray (2001) reitera a idéia de que o espaço se caracteriza justamente por ser um termo plural. Por essa razão se constitui num conceito que, a partir de diferentes lógicas de interpretação, resultaria em outros, de imprescindível importância. São eles os conceitos de território, paisagem, lugar e ambiente. O autor alerta-nos ainda para o fato de que cada um desses conceitos: “(...) expressa uma possibilidade de leitura do espaço geográfico delineando, portanto, um caminho metodológico” (SUERTEGARAY, 2001, p.8).

Como dito acima, uma das interpretações possíveis para o conceito de espaço é a de paisagem, concebida como “(...) a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito” (SUERTEGARAY, 2001, p.08). Pode ser interpretada numa dupla perspectiva: como paisagem natural e como paisagem humana, ou seja, aquela que sofreu diretamente a intervenção dos seres humanos. Essa divisão origina, por sua vez, a interpretação da paisagem do ponto de vista de sua configuração

(forma) e de sua funcionalidade, ou seja, os usos que os humanos dela fizeram ou fazem, bem como sua organização e suas modificações no sentido físico.

Já a interpretação do espaço como território perpassa a idéia de apropriação. Nesse sentido, território seria o espaço em que se desenrolam as relações de poder, visto ser considerado como o espaço apropriado por um indivíduo ou determinado grupo de indivíduos, animais ou humanos, para o seu uso exclusivo. Por essa razão, os territórios são defendidos a partir da idéia de posse.

No que tange ao conceito de ambiente, pertencente aos estudos que tomam como referencial as Ciências Biológicas – o mesmo foi, durante muito tempo, de acordo com Suertegaray (2001), concebido apenas como sinônimo de paisagem natural, quando, ao contrário disso, não se refere apenas a questão da natureza, devendo-se incluir também o homem, o grande responsável pelas alterações ambientais.

Por fim, é possível interpretar o espaço numa perspectiva que se relaciona diretamente a uma questão subjetiva e psicológica: o lugar. Dessa forma, lugar pode ser entendido como “(...) uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos a partir da experiência individual ou dos grupos sociais” (MARTINS NETO, 2011, p.2). O lugar, portanto, seria o espaço que nos desperta a emoção, em que nos aproximamos de uma noção de pertencimento, de enraizamento. O lugar seria, assim, o espaço que evoca a nossa memória, os nossos sentidos e sentimentos, sendo interpretado como um espaço diferenciado, o qual nós dotamos de valor.

Ancorando-nos no conceito de lugar como um espaço diferenciado, objetivamos, nesse capítulo, identificar nos relatos orais de memória dos moradores idosos de Jaguaribe as mudanças e permanências percebidas no espaço do bairro, processo este atrelado ao crescimento e à expansão urbana da cidade de João Pessoa. Em outras palavras, a centralidade de nossa investigação recai na interpretação do modo como os idosos entrevistados perceberam essas mudanças e permanências, na maneira como vivenciaram esse processo e o registraram em suas memórias.

Nesse sentido, corroboramos a idéia de que, para se compreender o lugar, deve-se “reconhecer os interesses envolvidos, as motivações, as lutas sociais, a capacidade de articulação das pessoas do lugar [o que] significa ler além da paisagem” (CALLAI, 2004, p.05).

E foi justamente essa forma, a de compreender o bairro na condição de lugar, que detectamos nos depoimentos de alguns dos nossos entrevistados. Os mesmos não

observam aquele espaço apenas como o local em que residem ou residiram, mas sim como o lugar escolhido para morar, o local onde passaram a infância, a adolescência e a juventude, onde hoje repousam ou desejariam repousar na velhice, onde sofreram ou foram felizes, um lugar em relação ao qual se processa uma ligação afetiva ao ponto de suscitar saudades.

Então, o que é interessante na vida de Jaguaribe pra mim, é que é toda uma fantasia, todo um... Como é que eu diria pra você? É minha vida, é minha história! É tanto que hoje eu estou sofrendo muito com saudades de Jaguaribe porque todos os dias eu ia pra Jaguaribe, todos os dias eu “bebia” Jaguaribe, quer dizer, as pessoas de Jaguaribe, o cotidiano de Jaguaribe, porque é do mesmo jeito, a vizinha chega e continua do mesmo jeito... É cajá, é um cajá que não tem igual, vem, traz o cajá. Como é que nós fomos criados quando jovem? Com cuscuz, dava o cuscuz: “Toma aqui, Anésia, o cuscuz. Toma aqui, fulano, o cuscuz. Traz a tapioca que tá aqui”. Todos nós, nós não passávamos fome, a gente era bastante pobre, por que? Porque todos nos ajudavam. A gente ajudava e tinha alguém que nos ajudava (...) (Zezita, 61 anos).

A relação de afeto para com o bairro é tamanha que a depoente se refere ao mesmo de uma forma sinestésica¹²: “Eu bebia Jaguaribe”, como que para demonstrar que o bairro, mais do que o local onde se mora, mais do que o *locus* da vida cotidiana está, antes de tudo, dentro dela, sendo externalizado, corporificado e, por que não dizer, construído, através de seus relatos de memória. É como se existissem dois Jaguaribes: um é bairro como espaço da cidade, o outro é o lugar sentido e lembrado, reiterando assim a idéia de que o lugar “(...) é por sua vez definido por e a partir de apropriações afetivas que decorrem com os anos de vivência e as experiências atribuídas às relações humanas” (MARTINS NETO, 2011, p.02).

Deve-se ressaltar também que esta relação de afetividade para com o bairro é legitimada pela solidariedade entre vizinhos através das trocas que sedimentam este afeto. O objeto material trocado pelas vizinhas, ou seja, a comida – o cuscuz, a tapioca e

¹² “[De sin - + gr. *aísthesis*, «sensação» + - ia] Processo estilístico que consiste na associação, pela palavra, de duas ou mais sensações pertencentes a registros sensoriais diferentes. A utilização de tal figura de retórica permite a transposição de sensações, ou seja, a atribuição de determinadas impressões sensoriais a um sentido que não lhes corresponde. Por exemplo, na expressão ‘aquela cor é gritante’, a percepção visual (cor) como que é ouvida, processo que acentua a intensidade da mesma”. Cf. ESCARDUÇA, Carla. Sinestesia. E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Cieca. Disponível em: http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=289&Itemid=2. Acesso em 01 ago. 2011.

o cajú – não serviam apenas para matar a fome. No relato da narradora eles se transformam em verdadeiras materializações dos laços de solidariedade e relações construídas dentro do espaço do bairro, guardadas na memória da depoente e das quais ela sente falta, pois hoje reside em outra área da cidade. Daí a ênfase, em sua narração, relativa à saudade, ao sentimento de “sentir falta de”, ao sofrimento em que ela se encontra, nos dias atuais, visto estar morando geograficamente distante do lugar que para ela reafirma lembranças tão reconfortantes que estão baseadas na solidariedade mútua ante as condições sociais de pobreza.

Pelo fato de suscitar essas diferentes interpretações, o espaço é interpretado como um meta-conceito, um elemento dinâmico de análise. Nas palavras de Suertegaray (2001), o espaço é um termo uno e múltiplo ao mesmo tempo. Por outro lado, a idéia de lugar perpassa diretamente a questão da experiência humana, dos sentimentos e da relação emocional dos sujeitos para com o local. Para Tuan (1983, p.03), “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria?”. O ser humano organiza o espaço transformando-o em lugar, ressaltando os fatores culturais como os verdadeiros balizadores da mudança do primeiro para o segundo.

A experiência cultural e afetiva dos sujeitos modifica a forma como os mesmos interpretam o espaço, passando a entendê-lo como lugar. Desse modo, é possível afirmar que a mudança de percepção – de espaço para lugar – encontra-se permeada por sutilezas, idiosincrasias e sentimentos daqueles que residem ou residiram num determinado local, a exemplo de um bairro, como o de Jaguaribe, e em uma cidade, como a de João Pessoa, e assim por diante. Por essa razão, Callai afirma que o lugar

(...) é um espaço construído como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. É, portanto, cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado. Considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando espaço, e dando feição ao lugar. Um lugar que é um espaço vivido, de experiências sempre renovadas o que permite que se considere o passado e se vislumbre o futuro (CALLAI, 2004, p.1).

Contudo, interpretar o bairro apenas na condição de lugar, a nosso ver, não seria suficiente para abarcar um processo reiterado pelos relatos dos moradores acerca de Jaguaribe: as suas modificações. As relações de afeto e estabilidade são evidenciadas quando se estuda o bairro a partir da perspectiva de lugar, no entanto, são apenas esses tipos de relações que permeiam os depoimentos acerca desse local? Não. Ao mesmo tempo em que é fixo e estável, Jaguaribe também é “fluido”, visto ser um espaço que ainda vem passando por mudanças em suas configurações físicas, culturais e sociais, cujos principais atores são aqueles que residem ou residiram nesse local.

Desta feita, percebeu-se a necessidade de se trabalhar com outra categoria além da de lugar: a de espaço praticado. Nas palavras de Certeau (2009, p.185) “(...) a existência é espacial.”, ou seja, existir é estabelecer-se e, ao mesmo tempo, movimentar-se, modificando assim o lugar. Em outras palavras, modificar o lugar é praticá-lo, vivenciá-lo e, por esta razão, também interpretamos Jaguaribe como um local de práticas que são, ao mesmo tempo, impostas, permitidas e burladas por seus próprios moradores. Dessa forma,

As narrativas assinalam as práticas de espaço que se tornam referências fundamentais, indicativas para a produção discursiva do passado, entendendo que todo relato de memória é um relato de percurso. Desta forma, o ato de contar é criador, ele “dá a ver”, desenhando os espaços habitados, do mesmo modo que as imagens de ruas, casas, praças, compostas em cenas, geram quadros narrativos: contam histórias das cidades. *Os espaços, assim, longe de serem uniformes e fixos, aparecem em movimento, segundo as práticas de seus usuários, impregnados de significados simbólicos*, seja no ambiente urbano – no bairro, na rua, no interior das habitações –, seja numa rede de relações “exteriores” a esses ambientes e que estabelecem com outros territórios (étnicos e culturais, políticos) e os situam numa dada configuração de poder. Desse modo, os espaços não são anteriores às práticas que os produzem; pelo contrário, são elas, as práticas, que lhes conferem significados (GUIMARÃES NETO, 2008, p.157) [grifo nosso].

Sob essa perspectiva de análise que coaduna com aquela utilizada por Certeau (2009), a diferenciação entre espaço e lugar diverge um pouco da proposta de Tuan (1983). Para o primeiro, o lugar está relacionado à inércia, a imobilidade, à fixação, enquanto o espaço é observado como um elemento dinâmico e, este sim, vivenciado a partir das práticas dos sujeitos.

No entanto, observamos que há um ponto em comum entre a teoria de Tuan (1983) e a interpretação de Certeau (2009): a relação entre lugar e estabilidade, tanto no que se refere à orientação do sujeito no espaço, quanto no que tange ao sentido daquilo que lhe é próprio e, portanto, que lhe gera segurança¹³. Pode-se afirmar, portanto, que o espaço se transforma em lugar a partir dos sentimentos e sensações que este nos evoca, sendo também o espaço praticado a partir das modificações e experiências que nele são vivenciadas, compartilhadas e motivadas pelos seus usuários e moradores.

Por essa razão, interpretamos o bairro de Jaguaribe de forma a considerá-lo mais do que sendo apenas uma das várias partes que compõem a cidade, mas sim como um espaço construído e reconstruído pelos seus moradores, sendo constantemente (re) interpretado na memória deles, processo este que acaba por suscitar sentimentos de diferentes ordens nos idosos entrevistados.

O bairro em si, conforme elucida Mayol (1996), pode ser definido e classificado de acordo com diferentes pontos de vista: antropológico, geográfico, histórico, topográfico, social, entre outros. A palavra bairro é, portanto, um termo multiconceitual, ou seja, que abrange diversas interpretações e possui diferentes definições que variam de acordo com as mais diversas áreas do conhecimento humano que o tem como seu objeto de estudo.

Assim, o bairro deve ser interpretado de uma forma mais abrangente do que apenas como um dos muitos espaços heterogêneos que compõem este verdadeiro mosaico urbano que é a cidade. A nosso ver, por se caracterizar de maneira diferente em relação a outras áreas que integram a cidade, o bairro pode ser entendido na qualidade de célula pulsante da vida cotidiana, sendo o local onde ocorrem mudanças históricas que se refletem diretamente nas modificações morfológicas e, por que não dizer, nas mudanças sociais que são também registradas na paisagem urbana do local. Tais modificações são capazes de gerar, por sua vez, consequências que se relacionam aos mais diversos aspectos da vida dos seus habitantes. Destarte,

(...) por sua própria natureza, o bairro é concebido como um lugar de grandes potencialidades; um espaço complexo, imbuído

¹³ Já no que se refere à diferenciação entre espaço e lugar para Merleau-Ponty (*apud* CERTEAU, 2009), a relação de afetividade e segurança do sujeito se processa com o espaço, e não com o lugar propriamente dito, visto que o mesmo classifica o espaço de duas maneiras: espaço geométrico e espaço antropológico. O primeiro remete à estruturação física enquanto que o segundo seria considerado como sendo um “espaço existencial”, sentido e interpretado a partir das experiências de quem nele vive, o que consideramos praticamente como um sinônimo do conceito de lugar, segundo a interpretação de Tuan (1983).

de variadas significações conferidas pela própria dialética do cotidiano; é ainda a referência que o usuário tem de pertencimento ao lugar – seu ponto de partida e chegada. (SILVA, 1999, p.12).

Por essa razão os moradores estabelecem com o bairro uma noção de pertencimento mais efetiva do que com o espaço maior que é a cidade, “(...) bairro como espaço imediato da vida, das relações cotidianas mais finas, dos lugares onde o homem habita e que dizem respeito a sua vida cotidiana, um espaço palpável, como plano de prática socioespacial” (CARLOS, 2001, p.221). É no bairro em que se reside que muitas das relações referentes ao campo social são vivenciadas no dia a dia, seja em locais destinados ao lazer, ao comércio e ao consumo, à religiosidade, às demandas por serviços imediatos, dentre outros.

Outro aspecto importante que se estabelece entre o bairro e os seus moradores relaciona-se às instâncias do público e do privado. Ao mesmo tempo em que a casa se configura como um espaço de moradia, o bairro também acaba por funcionar como uma espécie de “extensão da morada”, um local cuja noção de familiaridade encontra-se imbuída no indivíduo a partir de suas experiências e que se processa na forma como o morador percorre as suas ruas, como evita certas áreas consideradas perigosas, como utiliza as praças, os becos, as vilas, os espaços comerciais, os locais de diversão, etc.

Existe, em primeiro lugar, a elucidação de uma analogia formal entre o bairro e a moradia: cada um deles tem [apresenta], como limites que lhes são próprios, a mais alta taxa de controle pessoal possível, pois tanto aquele como esta são os únicos “lugares” vazios onde, de maneira diferente, se pode *fazer* aquilo que se quiser. (...). Assim, o limite público/privado, que parece ser a estrutura fundadora do bairro para a prática do usuário, não é apenas uma separação, mas constitui uma separação que une. O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como são sempre interdependentes um do outro, porque, no bairro, um não tem nenhuma significação sem o outro [destaque do autor] (MAYOL, 1996, p.43).

Diante disso, não se pode interpretar o bairro apenas do ponto de vista de seus dados quantitativos, ou apenas através de uma perspectiva que contemple exclusivamente aspectos econômicos, o que inclui itens como consumo e relações entre classes. Apesar dos mesmos serem dados primordiais, é preciso proceder a uma análise desse lugar de forma que esta se relacione diretamente à trajetória daqueles que verdadeiramente lhe conferem o *status* de bairro: os seus moradores, sobretudo os mais

velhos que, por vezes, vivenciaram a maior parte das mudanças realizadas naquele local.

Na condição de sujeitos que já experimentaram de diversas maneiras o lugar onde por tanto tempo residiram ou ainda residem, os idosos estão aptos a nos indicar que modificações ali ocorreram, tanto do ponto de vista estrutural como social, além de demonstrar como essas mudanças do/no bairro foram por eles percebidas. Lembramos que estamos interessados, nesse trabalho, em perscrutar como os depoentes traduzem essas mudanças através do trabalho da memória, e não em observar apenas as transformações estruturais do bairro em si. Seus relatos se convertem em um tipo de registro em que essas modificações podem ser analisadas, avaliadas e até mesmo comparadas. Por essa razão, Bosi (2009) afirma que

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, *resignação pelo desfiguramento das paisagens caras*, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora (...) [destaque nosso] (BOSI, 2009, p.82).

Com vistas a perscrutarmos os depoimentos dos moradores idosos do bairro de Jaguaribe acerca das mudanças e permanências verificadas nesse local, resolvemos obedecer a uma divisão dos assuntos a serem tratados a partir da sua recorrência nos relatos dos idosos entrevistados. A esse respeito, percebemos, no referente às modificações espaciais do bairro, que os pontos mais frequentes nas entrevistas analisadas foram quatro, sendo que o primeiro se refere à redefinição da paisagem do bairro entre os anos 40 e 60 do século XX, passando o mesmo a apresentar uma condição cada vez mais urbanizada, sendo eliminados gradativamente dessa paisagem, por conseguinte, aspectos que outrora a caracterizavam como um espaço permeado por elementos rurais bem marcantes.

O segundo ponto diz respeito à existência de uma espécie de cartografia simbólica do bairro baseada em um aspecto real: a divisão social existente naquele lugar, expressa popularmente como os “dois bairros dentro de um só” – o Jaguaribe de Cima e o Jaguaribe de Baixo. Já o terceiro aspecto engloba o trânsito e as formas de

locomoção dentro do espaço do bairro, contemplando também o que diz respeito ao uso dos meios de transporte utilizados para interligar Jaguaribe e suas cercanias.

O quarto e último aspecto refere-se às mudanças e permanências nas formas de uso do espaço do bairro que, outrora eminentemente residencial, assumiu uma feição comercial e de prestação de serviços relacionados às esferas pública e privada, passando assim a abrigar, notadamente na transição da década de 1960 para os anos 70, diferentes repartições públicas das instâncias estaduais e municipais que passaram a ocupar antigas residências de Jaguaribe, principalmente os amplos casarões e edificações de maior porte.

2.1) Do rural ao urbano: as redefinições da paisagem de Jaguaribe

De acordo com Mendonça (2010) e Chagas *et al* (2000), a área onde hoje se localiza o bairro de Jaguaribe configurava-se como um local esparsamente ocupado desde o período colonial até o século XIX¹⁴ resguardando, até as primeiras décadas do século XX, alguns aspectos rurais. É importante ressaltar que esta característica não era exclusiva de Jaguaribe, sendo contígua a outras áreas que compunham a capital paraibana, à época ainda denominada Cidade da Parahyba.

Apesar da atual proximidade com o Centro da cidade e com o Varadouro (área próxima ao Rio Sanhauá, onde se localizava um porto, o chamado Porto do Capim (que fica a cerca de 1,5 quilômetros do bairro), por muitos anos, a área conhecida como Jaguaribe foi tida como distante da parte central da cidade, visto que ainda não existiam os principais corredores de ligação entre esses bairros. Segundo Chagas *et al* (2000), os primeiros caminhos que recortaram o Jaguaribe atual foram abertos a partir de 1910. Alguns dos primeiros habitantes foram atraídos para ocupar o lugar através da doação de terras foreiras de propriedade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba¹⁵. Assim, a

¹⁴ Segundo Mendonça (2010), a origem da ocupação da área onde hoje se encontra o bairro de Jaguaribe data do ano de 1587, quando foi concedida pela Coroa Portuguesa uma sesmaria em favor de Francisco Gonçalves Serralheiro para a ocupação do local. Anterior a esta data, o lugar onde hoje se situa o bairro limitava-se com a antiga Aldeia Braço de Peixe, dos Tabajara, que apoiaram os conquistadores portugueses na guerra para desalojar os Potiguaras do baixo curso do Rio Paraíba, de acordo com Gonçalves (2004). Para observar a leitura do documento em que a área de Jaguaribe é citada – inclusive já com este nome, o mesmo do rio cujo curso abrange o atual bairro e cujo nome significa “rio dos jaguares” ou “rio onde as onças bebem água”, recomendamos a leitura de CHAGAS, Waldeci Ferreira *et al*. Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe. *Boletim de Pesquisas UNIPÊ*, v.2, João Pessoa, 2000, p.7-20.

¹⁵ Para maiores informações, recomendamos a leitura de CHAGAS, Waldeci Ferreira. O bairro de Jaguaribe no contexto da cidade da Paraíba. CHAGAS, Waldeci Ferreira *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. s.p. 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

ocupação do bairro se deu, basicamente, em duas frentes. A primeira delas perpassava as áreas disponibilizadas pela Santa Casa para os migrantes pobres advindos do interior que literalmente fugiam das intempéries da seca. Em relação a esses migrantes pobres que ocuparam não apenas Jaguaribe, mas também outras áreas ruralizadas da capital paraibana, a exemplo do bairro da Torre, Silva esclarece que,

O deslocamento dessa população para João Pessoa não se constituía apenas numa questão de ordem econômica e política. Para o migrante, a mudança significava muito mais: criava-lhe novas necessidades e produzia alterações profundas em seu modo de vida e na forma de satisfazer suas necessidades. Essa mudança implicava um reordenamento do universo simbólico do migrante, na medida em que lhe era necessário construir novos laços de amizade e vizinhança, transformar hábitos e costumes e adaptar-se ao ritmo de vida de uma cidade maior, com seus equipamentos urbanos e sua cultura diferente (SILVA, 1999, p.38).

Na outra frente de ocupação do bairro estavam os ricos proprietários de terras de origem rural que se estabeleceram nas partes mais próximas ao Varadouro, mais precisamente na Rua das Trincheiras e Avenida João Machado locais que, pela sua proximidade do chamado “Centro Antigo” da cidade dispunham, à época, de condições de salubridade superiores às áreas destinadas às moradias dos foreiros pobres.

Ainda em relação a essas áreas ruralizadas ou áreas de sítio, já nas proximidades da década de 1940, observa-se que

Naquela época Jaguaribe era muito [pouco], era pouco habitado e em quase todas as ruas havia... Não havia terreno murado, havia sítios, sítios que não tinham muito valor, as pessoas tinham aquilo... As mais das vezes eram terras foreiras, da Igreja e tal, principalmente ali por perto da Igreja do Rosário, quase tudo aquilo eram casas que pagavam foro à Igreja, à Santa Casa, não sei. Sei que ali perto da [Avenida] Vasco da Gama tinha vários sítios e na esquina lá de casa tinha um sítio que a gente conseguiu com o proprietário – que eu não me lembro mais o nome dele – acho que era Sr. Adauto – fazer uma espécie de uma clareira dentro do sítio, sem sacrificar nenhuma árvore grande e botou duas traves e fez um campinho de futebol. Era onde a gente jogava, e aí juntava a molecada toda do bairro, principalmente em dia de chuva, que era uma beleza (...) (Carlos, 72 anos).

Através do relato de memória desse morador percebe-se que os vazios urbanos que existiam em Jaguaribe foram preenchidos, mesmo que temporariamente, nas décadas de 1940 e 1950, de duas formas: ou se tornavam terras cultiváveis para o uso dos moradores dos sítios ou se tornavam campos de futebol, uma das principais alternativas de diversão do bairro, principalmente para as crianças.

É importante ressaltar que a relação entre a memória, o lúdico e a infância se configurou num aspecto reiterado pelos idosos na maioria das entrevistas realizadas e que compõem o *corpus* documental deste trabalho. Para se ter uma idéia, seis dos oito idosos e idosas entrevistados apresentaram em suas narrativas algum aspecto relativo às suas experiências infantis no espaço do bairro. Todos os seis residiram em Jaguaribe em algum momento de suas infâncias, sendo que apenas um deles não nasceu, literalmente, no bairro. Assim, as lembranças dos idosos - quando se referem à infância no bairro - estão eivadas de saudades e, sobretudo, expressam elementos relacionados ao lúdico tais como brincadeiras com amigos, relações familiares (proteção materna/paterna), lembranças das escolas onde estudaram, dentre outras.

No caso específico do relato do depoente Carlos Pereira, este relembra o quanto era bom jogar em um campinho de futebol, com toda a molecada do bairro reunida nos dias de chuva. Neste caso estão registrados na memória os momentos relacionados à subjetividade: as brincadeiras com os amigos, os laços de amizade, a beleza que era brincar de futebol nos dias de chuva, logo, não há apenas o registro das mudanças relacionadas aos elementos externos – a paisagem do bairro que se modificou. O depoimento de Carlos reitera o que foi mencionado por Bosi (2009, p. 83) acerca da infância: “Se o adulto não dispõe de tempo ou desejo para reconstruir a infância, o velho se curva sobre ela como os gregos sobre a idade de ouro”.

Assim sendo, observamos que o bairro de Jaguaribe teve sua origem assentada numa área rural da capital paraibana, razão pela qual, por muitos anos, conservou muitas dessas feições. Além disso, a região era cercada por matas que formam a atual Reserva da Mata do Buraquinho, sendo uma considerável porção do bairro área ainda ocupada por parte dessa reserva, nos dias atuais. Nas palavras de Ribeiro (2000), as origens rurais do bairro são descritas da seguinte maneira:

Walfredo Rodriguez, no seu livro *Roteiro Sentimental de uma Cidade*, nos fala do “Sítio Trincheiras, na atualidade um dos principais bairros, foi confiscado aos jesuítas, quando daqui saíram, e vendido em leilão, conjuntamente com seu anexo, o

Jaguaribe”. Isto referindo-se à parte do Jaguaribe de Cima onde o bairro passou a se desenvolver. Mais adiante, ele [Walfredo Rodriguez] descreve: “O Sítio Jagaricumbe, cujas águas de seu riacho são captadas para o atual abastecimento da Capital, referindo-se a toda área do Jaguaribe de Baixo, onde se encontra a Mata do Buraquinho”. Então, a origem do bairro, pelo que se lê nos autores antigos, surgiu desses dois sítios: o Jaguaribe (próximo do Sítio Trincheiras) e o Jagaricumbe (próximo da Mata do Buraquinho) (RIBEIRO, 2000, p.03).

Durante muitos anos, Jaguaribe conservou em sua paisagem as feições de um grande sítio, notadamente nos locais que ficavam um pouco distantes das vias mais antigas que foram abertas no bairro, segundo Chagas (2004), pelos próprios moradores, a exemplo da Rua da Palmeira, Rua da Alegria, Rua Vera Cruz, Rua da Concórdia, Rua do Meio e Rua da Glória. Essas ruas tiveram seus nomes modificados, passando a ser chamadas, respectivamente, de Avenida Rodrigues de Aquino, Avenida Almeida Barreto – sendo essas duas primeiras ainda consideradas, em parte, como território pertencente ao Centro da cidade, Avenida Aderbal Piragibe, Avenida Senador João Lyra, Rua Maximiano Machado e Avenida Monsenhor Almeida (antiga Rua Minas Gerais).

Um dos fatores que podem ser apontados como sendo impulsionadores das mudanças dos nomes dessas ruas do bairro está assentado no processo de laicização do Estado Brasileiro com o advento da República e a necessidade que os homens públicos da época tinham em homenagear as “grandes figuras da classe política” da capital, dotando seus logradouros de diferentes nomes próprios. Tais modificações foram registradas no bairro de Jaguaribe e também em outros locais da cidade de João Pessoa, a exemplo da Rua Maciel Pinheiro, no Centro, conhecida outrora como Rua do Comércio e as Ruas Direita e Nova, também localizadas na parte central da cidade, que respectivamente tiveram os seus nomes modificados para Duque de Caxias e General Osório, dentre outros exemplos.

A mudança de nomes dos logradouros públicos de Jaguaribe e da cidade de João Pessoa remete-nos aos comentários de Certeau (2009) acerca dos dispositivos simbólicos que permeiam o espaço da cidade, a exemplo do papel legitimador dos nomes próprios dados às ruas e às avenidas, visto que esses nomes

(...) tornam habitável e crível o lugar que vestem com uma palavra (esvaziando-se do seu poder classificador, adquirem o de “permitir” outra coisa): lembram ou evocam os fantasmas (os

mortos supostamente desaparecidos) que ainda perambulam, escondidos nos gestos e nos corpos que caminham; e enquanto nomeiam, isto é, impõem uma injunção vinda do outro (uma história) e alteram a identidade funcionalista afastando-se dela, criam no próprio lugar essa erosão ou não lugar cavado pela lei do outro (CERTEAU, 2009, p.172).

Em se tratando das feições rurais do bairro de Jaguaribe, um de seus exemplos mais significativos registrava-se na presença de várias casas de taipa e de palha em algumas ruas. Essas moradias pertenciam às pessoas de menor poder aquisitivo que, muitas vezes, apesar dos antigos terrenos cedidos pela Santa Casa de Misericórdia, não tinham recursos suficientes para a construção de casas de alvenaria, conforme elucida uma de nossas entrevistadas:

Foi... porque Jaguaribe não era assim, né? Jaguaribe era ... Era pobre! Era pobre, como diz o ditado. Hoje tá tudo rico, hoje ninguém quer ser pobre! É tudo rico, todo mundo é rico aqui! Era essas casa aqui... Tudo cheio de casa de palha. Essa rua aqui [Rua Professor Renato Carneiro da Cunha]? Ninguém dava valor a ela! Era cheio de casa de palha, muita mulecada, o pessoal só vivia brigando de polícia. Agora acabou-se mais a metade do povo. Mas daqui pra ali, o outro lado também era cheio de casas de palha. Quer dizer que, mudou muito porque né, pra vista do que era... Do que eu conhecia... Eu nasci numa casa de palha, lá na [Avenida] Senador João Lira, agora não existe mais uma casa de palha aqui em Jaguaribe não (Izabel, 87 anos).

O depoimento da moradora idosa reitera a origem pobre das pessoas que residiam nas casas de palha e na porção em que ela mesma habitava do bairro de Jaguaribe: “Era cheio de casa de palha, muita mulecada, o pessoal só vivia brigando de polícia”, o que demonstra que era comum a presença do aparato policial representante do poder coercitivo para apartar desinteligências entre os moradores pobres do local. Ao descrever que todos eram pobres na área, mas que, nos dias atuais todos estão “ricos” e ninguém quer ser mais pobre, ela interpreta isso como o fato de que ninguém quer mais residir em uma casa de palha se tem condições de morar numa casa de alvenaria.

Numa outra passagem desta mesma entrevista, a depoente relembra com saudades o período em que residiu numa casa de palha. Acreditamos que este sentimento se relaciona diretamente ao fato de que, ao lembrar desta passagem de sua vida, ela rememora o período de sua infância.

Era muita casa de palha aqui em Jaguaribe. Essa rua da gente, essa daqui [aponta em direção à direita]. Agora ninguém quer, tão bonito que era! Na minha casa de palha eu fui tão feliz. Era tão bonitinha, bem arrumadinha por dentro (Izabel, 87 anos).

Relacionam-se, portanto, em seu depoimento, a casa – como espaço de natureza privada, e a vida da depoente, as impressões que teve do período em que residiu numa casa de palha, suscitando para nós a indagação: será que era bom mesmo residir em uma casa de palha ou o que era bom era o fato de ser criança na época à qual ela faz referência em seu relato? Nunca saberemos ao certo, o que nos remete a Halbwachs (2009) ao tratar a respeito da memória acerca da infância:

(...) o conteúdo inicial dessas lembranças [de infância] que as destacam de todas as outras, se explicaria pelo fato de estarem no mesmo ponto em que se cruzam duas ou mais séries de pensamento, pelos quais elas se interligam a tantos grupos diferentes (HALBWACHS, 2009, p.46)

Desta feita, pode-se inferir que, pelo fato de ter nascido e vivido seus primeiros anos de infância numa casa como essa, vivenciando momentos lúdicos que são típicos do universo infantil, a depoente deixa-se levar pela saudade que tem deste período de sua vida. Nesse sentido, Bosi afirma que: “A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida (...)”. (2009, p.73).

Além disso, lembremo-nos que a relação com o lugar está ancorada nos sentimentos, naquilo que nos é mais caro e íntimo, o que, no caso do lar, suscita uma interpretação acerca do local eivada de experiências únicas e de extrema importância para a depoente. Isso encontra respaldo nas palavras de Tuan (1983) no que diz respeito à relação do indivíduo com sua casa, na condição de lugar.

Uma casa é um edifício relativamente simples. No entanto, por muitas razões, é um lugar. Proporciona abrigo; a sua hierarquia de espaços corresponde às necessidades sociais; é uma área onde uns se preocupam com os outros, um reservatório de lembranças e sonhos (TUAN, 1983, p.184).

A substituição gradativa das casas de palha por casas de alvenaria foi um processo que se configurou com mais intensidade a partir do momento em que a urbanização do bairro seguia avançando, notadamente durante a década de 1960. Esse processo ficou registrado na memória de outra moradora do bairro da seguinte maneira:

Bem, essa rua, [a moradora reside na Avenida 12 de Outubro] ainda tinha casa de palha. Quer dizer, não tinha [uma] grande quantidade de casa de palha, mas tinha ainda muitas casas de palhas. Às vezes tinha de duas em duas: teve terreno que foi vendido duas casas pra construir uma de telha. E ela [a rua] se modificou, hoje ela não tem mais casa de palha. Eu acho que aqui em Jaguaribe você não encontra mais nenhuma casa de palha, [mas] nesse tempo tinha muita casa de palha. (Leda, 72 anos).

Esse processo de substituição das casas de palha por casas de alvenaria foi verificado, no mesmo período, em diferentes partes do bairro. Assim como ocorreu na antiga Rua da Paz (atual Rua Professor Renato Carneiro da Cunha) e Avenida 12 de Outubro, semelhante processo foi observado na antiga Rua São Vicente (atual Rua Carmelo Ruffo), desencadeando assim significativa mudança na paisagem urbana do bairro.

A maioria das casas da ex-rua São Vicente era de taipa coberta de palha. As casas cobertas de telhas também eram de taipa (paredes de madeira revestidas de barro). As de alvenaria (tijolos) representavam uma minoria. Hoje, as residências tomaram outra feição e as casas de palha desapareceram. As outras ruas dessa parte do bairro tinham casas semelhantes que foram desaparecendo com o passar dos anos. Ninguém vê, hoje, sequer, uma casa de palha em Jaguaribe (RIBEIRO, 2000, p.190).

As melhorias urbanas que o bairro foi incorporando aos poucos modificaram significativamente o perfil de sua paisagem, além de valorizar o preço do solo urbano no local. A população muito pobre que outrora residia nas casas de palha e que em suas proximidades plantava fruteiras ou tubérculos para a sua própria subsistência ou comercialização em pequena escala, a exemplo da batata e macaxeira, se viu tentada a repassar seus terrenos através da venda ou se viu forçada a deixar Jaguaribe para habitar em outras áreas, visto que alguns desses casebres de palha eram alugados, conforme observamos em um trecho de outro depoimento: “Minha primeira casa inclusive, a da [Avenida] Conceição, era uma casa de palha alugada”. (Zezita, 61 anos).

Assim, as relações entre os moradores e o espaço, além das percepções que os primeiros guardam a respeito do segundo, acabaram por sofrer uma interferência que se configurou de forma concomitante ao avanço do processo de urbanização naquele lugar. Portanto, Jaguaribe sofreu modificações principalmente no que tange às relações sociais que determinavam as formas de uso dos seus espaços, em especial aquelas que eram

regidas por meio do capital, a exemplo da valorização, em diferentes níveis, do solo urbano em determinadas áreas onde a presença de casas de palha já não era mais tolerada, nem desejada, devido ao início de um crescente processo de especulação imobiliária.

(...) a urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial (...). Como toda e qualquer outra forma de repartição no espaço, é dependente da maneira como os instrumentos de trabalho e os fatores de produção se distribuem. Há, portanto, uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização como ela se faz (SANTOS, 2009, p.114).

Outro elemento perceptível no que diz respeito ao processo de redefinição da paisagem de Jaguaribe, no que se refere às transformações de suas feições rurais em feições urbanas, foi a instalação de dois conjuntos habitacionais construídos no bairro na transição das décadas de 1940 a 1950. Foram eles a Vila Popular – cujos primeiros moradores chegaram para ocupá-la no ano de 1948, e a Vila dos Motoristas, inaugurada, segundo Ribeiro (2000), em dezembro de 1954.

Esses dois conjuntos habitacionais reconfiguraram a paisagem de Jaguaribe em sua porção leste, ou seja, próximo à Mata do Buraquinho, uma área que era considerada, à época, muito distante do núcleo original de ocupação do bairro, ou seja, a porção de ruas localizadas mais próximas ao Centro da cidade. Os conjuntos eram destinados, principalmente, a abrigar migrantes pobres advindos do interior do Estado, além de outras pessoas que se “aventurassem” a residir no local, dada a sua proximidade da mata.

Um dos depoentes idosos descreveu em seus relatos de memória uma discussão familiar ocorrida entre seus pais quando um dos cônjuges resolveu ventilar a idéia de adquirir uma residência nessas novas imediações do bairro Jaguaribe.

Ao me mudar – aí é uma outra história, já começo a segunda história, porque nos mudamos da [Rua] Senador João Lira, antiga Rua da Concórdia, para essa [Avenida] Diogo Velho, que é Coronel Antônio Soares, para uma casinha, pequena, recém-construída. E aí, houve um embate doméstico que é preciso contar, porque meu pai não queria sair de lá – tinha uma venda – e minha mãe não queria mais continuar lá. Achava que a casa era velha, aquela história toda... Naquela época, acho que o

Governador José Américo, estava começando a construir conjuntos habitacionais, e estava construindo um ali perto, em Jaguaribe, no que se chama hoje de Vila dos Motoristas, você deve conhecer, é ali perto de onde hoje é a feira de quarta-feira da Escola Técnica Industrial [atual IFPB]. Então, meu pai queria ir pra ali e minha mãe disse “De jeito nenhum! Daqui pra mais perto do Centro, não pra mais longe!”. E se criou um embate entre os dois e no final, o que sempre acontece, a mulher é que vence, não é? Então, venceu o pensamento dela (Carlos, 72 anos).

Neste depoimento percebe-se que a referência do “bem morar” em Jaguaribe estava diretamente relacionada à porção do bairro em que a família do narrador deveria se fixar: perto do Centro, ou seja, próximo do núcleo original de ocupação, servido de rede elétrica, ruas abertas – algumas já calçadas, perto dos chafarizes que supriam o abastecimento de água em área não tão distante do Centro, em outras palavras, próximo à Mata do Buraquinho, porção do bairro cujo processo de ocupação ainda estava sendo iniciado, assim como a instalação de diversas melhorias urbanas, o que já se verificava na outra parte do bairro.

De acordo com o relato do narrador, a mãe foi quem “ganhou a disputa” na discussão com o pai, de certo, valendo-se do bom senso em relação à segurança dos filhos, à proximidade de equipamentos urbanos como escolas e igrejas, além de contar com os serviços básicos que já existiam nos arrabaldes das primeiras áreas habitadas de Jaguaribe. Pode-se inferir também que a decisão favorável a não ir morar nos conjuntos habitacionais recém-construídos indica que a família, ou pelo menos a mãe, não gostaria de demonstrar algo que poderia ser indicativo, à época, de certa perda de *status* social, deixando de residir nas áreas já povoadas do bairro para morar num local distante e tido como “lugar de pobre”, pelo menos no contexto das décadas de 1940 e 1950, às quais o relato faz referência.

Segundo Lavieri e Lavieri (1992), os conjuntos habitacionais aos quais o narrador faz menção em seu depoimento – Vila Popular e Vila dos Motoristas – foram construídos como parte de uma ação política das esferas estadual e nacional, no entanto, essa foi uma ação aparentemente menor do que aquela observada na cidade de João Pessoa e diversas outras cidades do país a partir do ano de 1963, com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH.

Não é forçoso lembrar que estas ações de construção de grandes conjuntos habitacionais configuravam uma medida característica do Governo Militar, instalado no

o mesmo tenha sido ocupado apenas pelas famílias de motoristas de praça/carros de aluguel ou de outros tipos de transportes, sendo também local de moradia para famílias cujos chefes faziam parte de outras categorias profissionais, a exemplo dos militares. Acredita-se que muitos desses “praças” foram atraídos para morar neste novo conjunto habitacional porque exerciam as suas atividades em um regimento do Exército Brasileiro localizado bem próximo ao bairro de Jaguaribe – o 15º Batalhão de Infantaria Motorizado¹⁸, conforme observado no seguinte depoimento:

(...) aí começa a existir um item – ave Maria, se você pudesse falar com eles – começa a existir um item que, na divisão ali da casa das meninas, como é o nome, da Rua da Paz, adiante, o governo fez, como agora – por que aquilo era longe demais, e era o Conjunto dos Motoristas. Esse Conjunto dos Motoristas era longe demais, meu Deus do céu, de onde a gente morava, era longe demais, ninguém queria morar! O que acontece... (...) Era, era perto da mata! Parte dali foi loteada para os militares, é tanto que Tenente Lucena que era da banda do exército foi... Os amigos de mamãe, todos têm, todos que eram do exército ali ficou. Chamou-se Conjunto dos Motoristas, mas na verdade, ficou uma divisão muito para os militares por ali. (Zezita, 61 anos).

Neste depoimento pode-se perceber o quanto os relatos de memória, ao se referirem à descrição do espaço habitado são, inegavelmente, conforme elucida Certeau (2009), relatos de percurso. Os advérbios de lugar (ali, adiante, perto, longe) marcam esta característica no discurso da narradora. Na época a qual a antiga moradora faz referência em seu depoimento, a Vila dos Motoristas era considerada como sendo muito distante de outras partes do bairro. Na verdade, o que regia esta percepção da distância entre um lugar e outro relacionava-se tanto ao tempo gasto para o deslocamento para o local quanto à distância deste em comparação às primeiras áreas ocupadas de Jaguaribe, localizadas próximas ao Centro da cidade e servidas de vários equipamentos urbanos já instalados nas suas imediações. Por esta razão, o uso dos advérbios de lugar no relato são marcas toponímicas importantes a serem observadas posto que

¹⁸ O 15º Regimento de Infantaria foi criado através do Decreto nº 3.334 do ano de 1941. Para maiores informações acerca desse importante regimento do Exército Brasileiro localizado na cidade de João Pessoa, mais precisamente na fronteira os bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas, recomendamos a leitura de uma série de textos disponíveis em: < <http://www.15bimtz.eb.mil.br/historico.php>>. Acesso em 15 de jan. 2011.

No quadro da enunciação, o caminhante constitui, com relação a sua posição [no espaço], um próximo e um distante, um *cá* e um *lá*. Pelo fato de os advérbios *cá* e *lá* serem precisamente, na comunicação verbal, os indicadores da instância locutora (...), deve-se acrescentar que essa localização (*cá-lá*) necessariamente implicada no ato de andar e indicativa de uma apropriação presente no espaço por um “eu” tem igualmente por função implantar um outro relativo a esse “eu” e instaurar assim uma articulação conjuntiva e disjuntiva de lugares (CERTEAU, 2009, p.165).

Esses lugares outrora “longe de tudo”, a Vila dos Motoristas e Vila Popular, encontram-se, nos dias atuais, completamente integrados a outras partes de Jaguaribe através da Avenida Engenheiro Leonardo Arcoverde e Avenida 1º de Maio, que apresentam como função o fato de serem importantes corredores de ligação de Jaguaribe, e também a outros bairros próximos como o da Torre, cuja ligação se estabelece através de uma das avenidas mais importantes da cidade como um todo – a Av. Dom Pedro II.

É inegável que ambos os conjuntos habitacionais construídos no bairro na transição das décadas de 40 a 50 do século XX contribuíram tanto para consolidar a expansão de Jaguaribe em direção ao leste, aproximando-o do bairro da Torre, como também remete ao fato de que a criação dos conjuntos ajudou a eliminar alguns dos vazios urbanos que ainda existiam no bairro, constituindo-se assim num dos vetores de crescimento do local.

Assim, a paisagem de Jaguaribe foi se redefinindo gradativamente, o que fez com que certos aspectos rurais que ainda persistiam em pleno processo de urbanização e expansão do bairro fossem desaparecendo. No entanto, em se tratando dos conjuntos habitacionais mais afastados do núcleo original de ocupação de Jaguaribe, isso foi realizado à custa de certo isolamento da população que neles residiu primeiramente.

Em princípios de 1948 chegaram à Vila Popular os primeiros moradores. Eram os desbravadores, pois os parentes e amigos, que ficaram em outras paragens, temiam pela integridade física daqueles pioneiros, face às cobras e outros animais (...), porque a Mata do Buraquinho estava às portas. Era ali, a poucos metros de distância das casas, da Rua da Mata, hoje chamada de [Rua] Generino Maciel (RIBEIRO, 2000, p.192).

Outro fator que pode ser apontado como um dos responsáveis por contribuir significativamente para dirimir o isolamento desses conjuntos habitacionais em relação ao restante do bairro foi a transferência de um dos mais importantes equipamentos ligados à área de educação para as proximidades desse local: a Escola de Aprendizizes Artífices¹⁹.

Esse estabelecimento de ensino, fundado durante a administração do então presidente da república Nilo Peçanha, no ano 1910, localizava-se na Avenida João da Mata e destinava-se a atender uma clientela de menor poder aquisitivo, constituída por rapazes que, além de adquirirem conhecimentos a respeito das disciplinas básicas do currículo escolar, desenvolviam também os conhecimentos práticos voltados para atividades relativas ao mundo do trabalho, a exemplo de marcenaria, tipografia, alfaiataria, entre outras “artes”.

No ano de 1947, quando já estava sendo construído o primeiro dos dois conjuntos habitacionais a serem entregues à população – a Vila Popular – houve, por parte do poder público, a intenção de modificar o local em que se encontrava o então Liceu Industrial de João Pessoa (antiga Escola de Aprendizizes Artífices), dotando-o de um prédio mais moderno e com infraestrutura capaz de abrigar os novos cursos então oferecidos. Este novo prédio localiza-se na Avenida 1º de Maio e teve sua construção iniciada em 1951, conforme elucidam Ferreira (2002) e Ribeiro (2000).

Desse período em diante, a referida escola passou a ser denominada Escola Industrial Federal da Paraíba, recebendo, em 1968, a denominação de Escola Técnica Federal da Paraíba - ETEFPB, com o objetivo de formar técnicos de nível médio em diversas áreas. Atualmente, com a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB, a instituição oferece não apenas cursos técnicos, mas também cursos de nível superior, configurando-se como um dos equipamentos urbanos de reconhecida importância por parte dos moradores do bairro.

Tem uma outra coisa interessante aí, outra coisa mais importante aqui, outro ícone de Jaguaribe, chamava-se Escola [pausa que configura esquecimento], escola... Oh meu Deus, não é Escola Técnica não, o nome, eu queria me lembrar do nome de quando era na época... Os pais colocavam os filhos pra aprenderem a ser torneiro mecânico, é... Escola de Artífices, que é a primeira escola, famosíssima! (Zezita, 61 anos).

¹⁹ Para maiores esclarecimentos sobre a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba recomenda-se a leitura de FERREIRA, Almiro de Sá. *Profissionalização dos Excluídos: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1910-1940)*. João Pessoa: Gráfica A União, 2002.

A expansão urbana de Jaguaribe seguiu substituindo áreas outrora rurais do bairro também na direção sul, mais precisamente nas proximidades do vizinho bairro de Cruz das Armas. Nessa parte de Jaguaribe, segundo Ribeiro (2000), foram abertas as seguintes artérias: Rua Francisco Manoel, Avenida Coelho Lisboa, Rua Silvino Nóbrega (antiga Rua ABC), Rua Joaquim Hardman (antiga Rua do Abacateiro), Rua Coronel Aristarco Pessoa (antiga Rua da Jaqueira), Rua Marcílio Dias, Rua Dr. Seráfico da Nóbrega e Rua Professora Ana Borges. Parte dessas artérias de Jaguaribe surgiu a partir do desmembramento e posterior loteamento e venda de uma área rural do bairro conhecida como “sítio de D. Zaíra”.

(...) as terras de D. Zaíra que foram loteadas a partir dos anos 60. Com o loteamento a avenida [Coelho Neto] se estendeu até a antiga ladeira que dá acesso ao Varjão (hoje bairro do Rangel), onde está a sede central da CAGEPA. Também surgiram, após o loteamento, novas ruas no trecho, como por exemplo a Estudante José Paulo Neto, a Anúbio Falcão, a José de Alencar, a José G. de Melo, a Cipriano Galvão e a Benedito Lacerda (RIBEIRO, 2000, p. 204).

Por se caracterizar até então como um local esparsamente povoado e distante do núcleo original de ocupação do bairro, as terras de D. Zaíra geravam medo em alguns dos moradores e frequentadores do bairro que precisavam atravessá-las, principalmente as crianças. Pelo seu caráter rural, a paisagem do grande sítio trazia à tona as chamadas “histórias de assombrações e almas penadas” tão comuns nas cidades do interior e que tanto assustam as crianças, visto que “uma criança tem medo no escuro ou quando se perde num lugar deserto, porque povoa o escuro ou esse lugar com inimigos imaginários (...)” (HALBWACHS, 2009, p.48).

No relato de memória de uma das entrevistadas a proprietária do sítio chamava-se Zulmira e não Zaíra, no entanto, presumimos tratar-se da mesma pessoa, visto que as informações coletadas através dos escritos de Ribeiro (2000) também apontam para a existência desse sítio, afirmando que o nome da antiga proprietária das terras era Zaíra. De acordo com a narradora,

Depois da igreja pra trás, praticamente era um sítio, hoje é que foi desbravado e hoje tem casa, mas era um sítio. Na minha infância, pra lá, tinha uma amiga minha que morava pra lá, eu tinha medo de ir pra lá, por que já era um sítio, se eu não me

engano, era o sítio de D. Zulmira, mas hoje tá cheio de casas, não é? (Zezita, 61 anos).

Além do surgimento dessas ruas e da construção de diversas outras moradias nos locais que compunham essas áreas de aspecto rural do bairro, outros terrenos formados por antigas terras cultiváveis permitiram o alargamento de várias ruas já existentes em Jaguaribe, conforme elucida Ribeiro (2000), a exemplo das avenidas 1º de Maio, 12 de Outubro, Conceição e Alberto de Brito. É válido ressaltar que, no caso dessas quatro grandes avenidas, as mesmas precisaram passar por um processo de alargamento pelo fato de que receberam, ao longo de seu traçado, vários equipamentos urbanos de fundamental importância para o bairro. No caso específico da Avenida Conceição, a porção dessa artéria onde se concentraram esses equipamentos passou a ser denominada, após o alargamento, de Rua Ester Borges.

Esta avenida, uma das mais tradicionais do bairro, tem seu início na Av. Aderbal Piragibe e terminava logo após a [Avenida] Alberto de Brito. Digo terminava por que no trecho entre ela e a antiga Av. da Paz [atual Av. Professor Renato Carneiro da Cunha] não havia saída. Somente quando foi construído o novo Hospital Clementino Fraga é que esta avenida aumentou, com o nome de Ester Borges, a partir da Rua Alberto de Brito. Essa artéria é uma só com dois nomes. A Ester Borges surgiu de um grande terreno, descampado, que servia apenas para plantações de macaxeira e batata, e contendo diversas fruteiras como mangueiras, cajueiros, abacateiros e coqueiros. Nessa grande área foram construídos o novo Hospital Clementino Fraga, o Hospital Napoleão Laureano, DETRAN [Departamento de Trânsito], Tribunal de Contas do Estado e todos os prédios [públicos] que ficam naquelas imediações. (RIBEIRO, 2000, p.132).

Assim, observamos que Jaguaribe foi se expandindo e se reconfigurando, com o passar do tempo, através das antigas áreas rurais, o que também se acentuou a partir da chegada de novos equipamentos urbanos no lugar, a exemplo dos conjuntos habitacionais (Vila Popular e Vila dos Motoristas), da mudança de local e posterior expansão da Escola Técnica, da criação de hospitais como o Napoleão Laureano, dentre outros.

Por serem as modificações do espaço do bairro resultantes das práticas de seus moradores que, antes de qualquer coisa, o sentem, vivenciam e experimentam, o bairro de Jaguaribe, onde os idosos residiram em sua juventude, era basicamente interpretado

como sendo a junção de duas porções, denominadas de Jaguaribe de Cima e Jaguaribe de Baixo, indicando que é possível se registrar nos relatos de memórias algumas

(...) práticas estranhas ao “espaço geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca* e *cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível [grifos do autor] (CERTEAU, 2009, p. 159).

E é justamente isso, a referência a esses espaços metaforizados e simbólicos, porém assentados no real, “espaço dentro de espaços” que procuramos interpretar no próximo item devido às recorrentes referências feitas a eles em algumas das entrevistas realizadas: a divisão do bairro entre Jaguaribe de Cima e Jaguaribe de Baixo.

2.2) Um bairro, uma divisão: Jaguaribe de Cima x Jaguaribe de Baixo

O espaço é uma grandeza que, indubitavelmente, relaciona-se a algo que é tangível, mensurável, concreto e real, que passa por mudanças e, ao mesmo tempo, registra permanências. Todavia, ao tratarmos a respeito do espaço, não devemos considerá-lo apenas nessa perspectiva, visto que vários aspectos que se referem ao sentimento e às formas de interpretação daqueles que transitam ou residem em um determinado local são capazes de modificar as suas configurações e, até mesmo, a percepção de sua cartografia.

Dessa maneira, há de se ressaltar que a noção de espaço não se relaciona única e exclusivamente à realidade física. Há espaços intangíveis que são constituídos pelos seres humanos e que não deixam de contemplar elementos reais, a exemplo da divisão por classe – espaços dos ricos e dos pobres; por gênero – espaço dos homens e das mulheres; por idade – espaço das crianças e dos idosos, entre outros. Isso ocorre porque a imagem que construímos do espaço físico em si, tal como é, se relaciona, de forma bastante imbricada, com a memória.

Todo quadro tem uma moldura, mas não há nenhuma relação necessária e estreita entre um e outra, e a moldura não tem como evocar o quadro. Essa objeção seria válida se, por espaço entendêssemos somente espaço físico, ou seja, o conjunto das

formas e das cores tais como os percebemos a nosso redor. Será este espaço primitivo para nós? Será assim mesmo que normalmente e com maior frequência percebemos o ambiente exterior? (HALBWACHS, 2009, p. 171).

Não, não apenas assim, mas principalmente através dos sentimentos que aquele espaço evoca, passando a se constituir na forma de conjunto, sendo a maneira que o interpretamos o aspecto que nos leva a lembrar dele, a guardá-lo em nossa memória e a ela recorrer para trazer à tona essa lembrança. Mais do que espaço físico, é um espaço sentido, vivenciado, lembrado a partir de elementos que vão além da forma e da imagem, além do concreto, abarcando aspectos que se referem diretamente à intangibilidade.

Em se tratando especificamente do bairro de Jaguaribe observou-se, através de alguns relatos de nossos entrevistados, que este espaço abarcava uma divisão que reflete a realidade social do lugar: o Jaguaribe de Cima e o Jaguaribe de Baixo. Conforme elucida Ribeiro (2000), não existe nenhuma delimitação fronteiriça entre esses que são considerados como sendo “dois bairros dentro de um só”, ou seja, não existe nenhuma fronteira natural (declive, colina, rio) ou artificial (uma ladeira, uma ponte, um marco, uma rua, uma linha de casas) que divida essas duas porções do bairro. Essa divisão reflete a condição social dos moradores do bairro e está assentada na sua memória.

Entre os adolescentes de Jaguaribe havia uma divisão. Os que residiam nas Avenidas Aderbal Piragibe, Senador João Lira, Capitão José Pessoa (...), Minas Gerais (hoje Monsenhor Almeida), Maximiano Machado (antes chamada de Rua do Meio), Vasco da Gama, consideravam-se a elite do bairro. Já os moradores das Ruas São Vicente (hoje Carmelo Ruffo), Senhor dos Passos, Av. da Paz (hoje Prof. Renato Carneiro da Cunha), Praça Aquiles Leal (na época conhecida como Praça Onze, onde se destacava uma mangueira – manguito – centenária), Alberto de Brito, Doze de Outubro, 1º de Maio (antes conhecida como Rua do Hipódromo), e Floriano Peixoto, faziam parte da gente mais humilde do bairro, principalmente os que residiam mais próximos do campo do Filipéia²⁰, o qual ficava na beira da Mata do Buraquinho (RIBEIRO, 2000, p.29).

²⁰ O Filipéia Futebol Clube era uma verdadeira referência em termos de times de futebol no bairro de Jaguaribe desde a década de 1940, tendo sido campeão invicto do Campeonato Paraibano de Futebol no ano de 1946. O time treinava num grande terreno baldio conhecido como “campo do Filipéia”, onde hoje está localizado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB, segundo informações de Ribeiro (2000).

Desse modo, observa-se que o elemento que definia a pertença do morador a cada um dos “lados” de Jaguaribe estava diretamente relacionado à sua condição social, afinal, de acordo com Halbwachs (2009, p.169), “(...) não há paisagem urbana na qual essa ou aquela classe social não tenha deixado sua marca”, o que, de certa forma, procura elucidar de que maneira o morador do bairro exercitava a suas relações com o espaço, fosse ele residente no Jaguaribe de Cima ou no Jaguaribe de Baixo.

Outra característica que demarcava a divisão entre Jaguaribe de Cima e Jaguaribe de Baixo era a presença, no primeiro e a ausência, no segundo, de equipamentos urbanos que se relacionavam à infraestrutura de cada uma das porções do referido local. As casas do Jaguaribe de Cima eram dotadas de água encanada ou estavam localizadas próximas a chafarizes que existiam nas cercanias do lugar. Além disso, parte das casas dessa porção do bairro era dotada de iluminação, assim como algumas de suas ruas. As artérias do Jaguaribe de Cima, por exemplo, recebiam limpeza regular e tinham coleta de resíduos. Já no que se refere ao Jaguaribe de Baixo, tais melhorias eram escassas ou, em algumas de suas partes, sequer existiam.

As nossas ruas [Jaguaribe de Baixo] não possuíam calçamento nem água encanada, enquanto aquelas outras possuíam esses melhoramentos. Ali as casas eram, grande parte, de tijolos e telhas, e muitas delas eram verdadeiras mansões, a exemplo das que ficavam no início da Av. Capitão José Pessoa. Enquanto cá, predominavam as casas de taipa cobertas de palha. A casa de taipa é a confeccionada de madeira e barro cru em suas paredes. A rivalidade entre os jovens não tinha maiores consequências (RIBEIRO, 2000, p.30).

Nesse sentido, o autor deixa transparecer em que parte do bairro ele mesmo residia, o Jaguaribe de Baixo, além de esclarecer também que a rivalidade entre os jovens que moravam tanto de um lado como de outro não se configurava como uma condição problemática. Ele, por exemplo, não registra brigas ou desavenças de maior porte. Todavia, morar de um lado ou do outro era, sem dúvida alguma, um demarcador social que direcionava os seus residentes, sobretudo os mais jovens, a frequentar certos lugares comuns a sua respectiva condição social, a ter um maior número de amigos do “lado” do bairro em que residia, etc.

E de que maneira “surgiram” esses “dois Jaguaribes”, o de Cima e o de Baixo? O que os caracterizava e, ao mesmo tempo, os fundava, se não existiam fronteiras tangíveis entre ambos? Percebemos a partir dos relatos que, na verdade, não existiam

fronteiras geográficas, mas sim sociais que dividiam os dois lugares, estando esta divisão ancorada nas lembranças dos moradores idosos do lugar.

Essas fronteiras sociais, por sua vez, são interpretadas na condição de elementos capazes de fundamentar a existência dos “dois bairros em um só”, dois lados que, topograficamente, não estão registrados na cartografia dita oficial (mapa de Jaguaribe na Prefeitura Municipal de João Pessoa, por exemplo) sobre o lugar, mas que, ao mesmo tempo, têm sua existência identificada a partir de uma divisão de classes que realmente existe e que se encontra registrada nos relatos de memória dos nossos entrevistados. Por isso, faz-se necessário ressaltar que

(...) o relato tem um papel decisivo. Sem dúvida ele “descreve”. Mas “toda descrição é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente *criador*”. Ela tem até poder distributivo e força performativa (*ela realiza o que diz*) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então *fundadora de espaços*. [destaques nossos] (CERTEAU, 1994, p.209).

Dessa forma, percebe-se que Jaguaribe de Cima e Jaguaribe de Baixo fazem parte da experiência vivida pelos moradores do local, experiência esta expressa na narração, elemento que reitera a existência desses dois espaços, que os legitima em relação à memória daqueles que ainda residem ou que já residiram no lugar. A multiplicidade de experiências vividas se expressa na maneira como os sujeitos observam o local onde habitam e está presente na relação que os mesmos mantêm com o espaço em que convivem, configurando-o, assim, a partir de uma cartografia simbólica, tal qual fazem os moradores idosos do bairro de Jaguaribe.

Ainda sobre a perspectiva da relação existente entre história, memória e espaço urbano, notadamente no que se refere aos bairros, Khoury (2001) ressalta que:

(...) considerando as memórias como processos vivos de lembrar e esquecer e que história e memória se relacionam de maneira imbricada, complexa e contraditória na realidade social, temos buscado compreender, por exemplo, processos de configuração e transformação das cidades, refletindo sobre as relações entre espaço, cultura e memória, trabalhando com o ponto de vista de seus moradores (...). A lembrança narrada de vivência nesses lugares traz modalidades de lidas diárias, de encontros diurnos ou noturnos de trabalhadores e moradores de um bairro. *Lugares trazidos pela memória aparecem como referências simbólicas de experiências vividas, de relações disputadas*, da mesma

forma que neles se produzem novas experiências [destaque nosso] (KHOURY, 2001, p. 85).

O bairro, portanto, não pode ser observado apenas como uma porção da cidade. Ele é, antes de tudo, vivido, sentido, experimentado e expresso pelos seus moradores. Sob esta perspectiva, é possível afirmar que são os sujeitos que criam e constituem o bairro ou do contrário ele poderia até existir topograficamente, mas, no entanto, não seria interpretado como tal, ou seja, considerado como bairro, mas sim na condição de um conjunto qualquer de ruas entrecortadas.

Um exemplo disso é a descrição do subúrbio de *West End*, em Boston, Estados Unidos, feita por Tuan (1983). Segundo o geógrafo, este bairro não era observado pelos seus moradores como tal visto que, durante muitos anos, buscavam melhorias não para o bairro em si, num sentido amplo, mas para as ruas em que habitavam ou possuíam negócios, num localismo extremo que já havia sido percebido por diversos políticos locais, candidatos a cargos na legislatura da cidade e suas cercanias que, notadamente nos períodos eleitorais, prometiam melhorias aos seus eleitores tomando por base as ruas em que moravam, e não a dimensão maior, ou seja, a de bairro.

Os moradores e lojistas do local apenas começaram a observar *West End* como bairro quando o governo americano ameaçou deslocá-los do lugar e demolir todas as edificações existentes. Esta ação compunha um plano de modernização e redefinição urbana para aquela área específica e também para a cidade de Boston como um todo. Somente a partir da ameaça de demolição os residentes, usuários e lojistas de *West End* passaram a percebê-lo e admiti-lo como um bairro, pois, até então, não o interpretavam desta maneira. Em outras palavras, *West End*, de fato, surgiu como bairro a partir da eminência de seu fim.

Além de expressar a desigualdade social do bairro, a divisão de Jaguaribe de Cima e Jaguaribe de Baixo representava mais do que isso para alguns moradores. Ser de Jaguaribe de Cima ou de Baixo não contemplava apenas o local do bairro onde se residia, ou a classe social à qual pertencia, mas perpassava aquilo que podemos chamar de “estilo de vida” dos moradores de ambos os lados, no que se refere aos locais que freqüentavam, onde estudavam, se divertiam, dentre outros, além de ser um demarcador social no sentido de indicar com quem os moradores se relacionavam ou não. Nas palavras de uma de nossas entrevistadas, essa verdadeira clivagem social se expressava da seguinte maneira:

Jaguaribe era uma divisão: nós tínhamos as áreas dos pobres e as áreas dos ricos. As áreas dos pobres eram casas, a maioria das casas ficava entre as avenidas Aderbal Piragibe e Vasco da Gama, praticamente todas as casas, da Avenida Capitão José Pessoa até a Igreja do Rosário, casas onde 70% delas eram todas de palha e pessoas bastante humildes. (...). Agora, era uma relação muito boa. Minha primeira casa inclusive, a da [Avenida] Conceição, era uma casa de palha, alugada. E depois, a que nós fomos morar nessa rua, a Benjamim Constant, não era? Era uma casa que caía, inclusive, quando chovia muito por que era de taipa. Então, a nossa relação, pra começar, pra lhe dizer exatamente isso, este grupo, mesmo assim, os dois [Jaguaribe de Cima e de Baixo], eles tinham uma unidade: o grupo dos pobres era unido e o grupo dos ricos também. Agora, nós não passávamos, nós, enquanto jovens, jamais íamos para um grupo que... Sim, essa divisão tinha uma coisa que era muito interessante. Ela era capitaneada pelas igrejas: quem ficava aliado à Igreja do Rosário eram os pobres, dos franciscanos; e quem tava do lado dos ricos, era a Igreja de Lourdes [Igreja de Nossa Senhora de Lourdes]. Frequentar a Igreja de Lourdes, você se sentia assim, já discriminado, os grupos de jovens, de vôlei, os grupos do *rock and roll*, então, naquela época, nós tínhamos duas divisões. (Zezita, 61 anos).

Vê-se neste depoimento que a relação dos “de baixo” e dos “de cima”, segundo a antiga moradora, era tutelada de alguma forma, pelas duas paróquias do bairro: A Igreja de Nossa Senhora de Lourdes²¹, mais perto do Centro da capital, localizada nas proximidades de uma importante artéria de Jaguaribe, a Avenida João Machado, e a Igreja do Rosário, localizada na Rua Frei Martinho, nas proximidades do Centro Administrativo Estadual. Assim, o local em que ambas se situavam no bairro estava diretamente relacionado com essa divisão. A avenida em que estava a Igreja de Lourdes foi, durante muitos anos, ocupada por belos palacetes onde residiam famílias abastadas, descendentes de ricos proprietários rurais que moraram no bairro, conforme elucidam Chagas (2004) e Mendonça (2010).

²¹ O Curato de Nossa Senhora de Lourdes foi criado em 1923, pelo então arcebispo da Paraíba D. Adauto, conforme elucidam Chagas *et al* (2000). Já para Oliveira (2010), a paróquia de Nossa Senhora de Lourdes foi instalada em 1913. Afirma que “além das poucas referências bibliográficas desta comunidade católica no período colonial, só em 1913 começou a existir um documentário [inventário] oficial da história da paróquia. Recebeu os nomes de Senhor do Bom Fim, Bom Jesus dos Martírios, Ermida dos Presos e [por fim] Nossa Senhora de Lourdes” (OLIVEIRA, 2010, p.71). Apesar dessas informações, em seu artigo, o autor não identifica as razões para que a igreja tenha tido o seu nome tantas vezes modificado até passar a se chamar Igreja de Nossa Senhora de Lourdes. Para maiores informações recomendamos a leitura de OLIVEIRA, Alberto Rodrigues. A Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes – João Pessoa-PB. *Revista do Unipê*: revista quadrimestral do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Ano XV, nº 1. João Pessoa: Gráfica do UNIPÊ, 2010, p.70-77.

Já no que se refere à Igreja do Rosário, a mesma se localiza nas proximidades do núcleo pobre do bairro, ou seja, no núcleo dos “de baixo”, sendo gerida pela Ordem dos Franciscanos, tendo sua construção sido iniciada após a fundação do Curato de Nossa Senhora do Rosário (1921), sendo concluída, em sua primeira expansão, no ano de 1929.

Assim, ressalta-se a importância que esta divisão de Jaguaribe, ancorada numa clivagem social, apresentava para os moradores, notadamente no período que compreende as décadas de 40, 50 e 60 do século XX. Alguns desses depoentes são idosos nos dias atuais, mas, à época, eram jovens e vivenciaram o quanto esta divisão espacial e social se fazia bastante presente em seu dia a dia no bairro, uma demarcação que não está representada nos mapas e plantas da cidade, mas que é, sobretudo, registrada nos relatos de memória.

Onde o mapa demarca, o relato faz a travessia. O relato é “diegése”, como diz o grego para designar a narração: instaura uma caminhada (“guia”) e passa através (“transgride”). O espaço de operações que ele pisa é feito de movimentos: é *topológico*, relativo às deformações de figuras e não *tópico*, definidor de lugares [destaques do autor] (CERTEAU, 1994, p.215).

O Jaguaribe de Cima e o de Baixo, portanto, podem ser interpretados como sendo espaços significados pelos moradores, espaços registrados na memória, que ganharam corpo e nome a partir dela, lugares que seguem existindo porque são experimentados pelos moradores, aqueles que, literalmente, “os constroem” e lhes conferem a sua “razão de ser”. Uma demarcação que apresenta fronteiras físicas evanescentes, estando ancorada, na verdade, em demarcadores de diferenciação social.

2.3) Formas de locomoção no bairro de Jaguaribe: trânsito e transporte

A pequena distância entre Jaguaribe, o Centro da cidade e o bairro do Varadouro (centro histórico do município de João Pessoa), cerca de 1,5 km, facilitava sobremaneira o deslocamento dos moradores do bairro para essas localidades a pé, notadamente nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Os habitantes de Jaguaribe caminhavam rumo aos bairros próximos, nesse período, com diversas finalidades, a exemplo de ir para as escolas onde estudavam, visitar parentes, efetuar compras, dentre outros.

Juliana – E pra ir por Mercado Central, D. Anunciada, como era que ia?

D. Anunciada – Oxente, ia a pé!

Juliana – A pé, não tinha ônibus não?

D. Anunciada – Que danado de ônibus que nada! A gente ia era a pé! Eu ia porque lá da Minas Gerais [Avenida Monsenhor Almeida] era perto, e daqui eu ia. (Anunciada, 87 anos).

A ênfase na fala da depoente remete à condição em que se encontravam o bairro de Jaguaribe e a cidade de João Pessoa que, de uma maneira geral, ainda apresentavam resquícios de aspectos rurais, inclusive nas formas de deslocamento da população. Andar a pé é o modo usual de fazê-lo no espaço rural. O registro no relato da narradora acerca da ênfase de se “andar a pé” é algo esperado em uma cidade cujo processo efetivo de modernização ocorreu tardiamente, quando comparada a outras capitais do Nordeste, a exemplo da vizinha cidade do Recife, capital de Pernambuco, no mesmo período.

Até a década de 70, a vida das pessoas de Jaguaribe ainda dependia muito do Centro da cidade, mesmo já existindo no bairro algumas lojas e casas comerciais. Era expressão comum das pessoas desse período a frase “Vou ao comércio”, em vez de falar “Estou indo ao Centro da cidade”. No relato da depoente percebe-se essa relação com o comércio a partir da necessidade de se comprar víveres, estivas e outros artigos de consumo imediato no Mercado Central localizado, como o próprio nome sugere, no Centro da capital paraibana.

Fosse por economia ou por comodidade, deslocar-se a pé para outros bairros da capital, sobretudo os mais próximos, era algo que fazia parte do cotidiano dos moradores de Jaguaribe, reiterando aquilo que Certeau (2009) em sua obra *A Invenção do Cotidiano* descreve como sendo um dos aspectos mais importantes do deslocar-se a pé pela cidade.

Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. (...) Certamente, os processos de caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços (aqui densos, ali mais leves) e as trajetórias (passando por ali e não por lá). (CERTEAU, 2009, p.163).

No entanto, o bairro era servido de transportes urbanos, a exemplo dos bondes e ônibus – sendo estes últimos, à época, denominados de “sopa”, sobretudo pela população mais carente do lugar – e marinetes, pequenos ônibus que se assemelham aos microônibus dos dias atuais. Os carros de aluguel (táxis) também eram outra alternativa

de transporte utilizada por alguns moradores do bairro devido a proximidade do ponto localizado na Praça Vidal de Negreiros, no Centro da cidade, popularmente conhecida ainda hoje como Ponto de Cem Réis, área relativamente próxima a Jaguaribe.

O principal meio de transporte dos habitantes de João Pessoa era o bonde. Ônibus (ou Sopa, como se chamava na época), e mesmo as “Marinetes” (pequenos ônibus de cara [frente] comprida), podia-se contar nos dedos das mãos. Do Ponto de Cem Réis [Praça Vidal de Negreiros], ou Praça do Relógio, face ao grande relógio ali existente até 1952, no centro da praça, onde funcionava o pontos dos carros de praça (táxis), partiam os bondes em direção aos bairros. O ponto das “Marinetes” ficava na Praça 1817, do lado da agência do Banco do Brasil de hoje, ou ao lado do prédio do Jornal A União, onde está agora a Assembléia Legislativa (RIBEIRO, 2000, p.34).

No que se refere aos serviços efetuados pelas linhas regulares de transporte público no local, de acordo com Chagas (2004), Jaguaribe passou a contar, em 1932, com o serviço de bonde cuja finalidade era a de atender ao segmento populacional do bairro que se deslocava para trabalhar no Varadouro e no Centro. Segundo este autor, o bonde contava apenas com o funcionamento e horário restritos aos dias úteis. As viagens eram realizadas no início da manhã, quando os trabalhadores se deslocavam para suas jornadas de trabalho, e ao fim da tarde, quando retornavam às suas residências.

Como alguns trabalhadores optavam por se deslocar para o Centro, Varadouro e Porto do Capim a pé, dada a proximidade desses locais em relação a Jaguaribe, o bonde que servia ao bairro era bem menor que outros que circulavam na cidade de João Pessoa. Por apresentar uma menor capacidade para passageiros por conta de seu tamanho, o “bondinho de Jaguaribe”, como era conhecido, foi também apelidado pelos moradores do bairro com as alcunhas de “loré”, “lambreta” e “caixa de fósforos”.

Além da linha que trafegava diretamente pelo bairro, segundo Ribeiro (2000), existiam linhas de bondes maiores cujo trajeto e alguns pontos de parada ficavam nas cercanias de Jaguaribe, a exemplo daqueles que se dirigiam para Cruz das Armas e para o Centro. Essas linhas acabavam por servir como uma opção de transporte aos moradores de Jaguaribe pelo fato de que efetuavam parada numa avenida que interligava os três bairros: a Avenida João da Mata. Segundo o autor, o trajeto dos bondes que se dirigiam a Jaguaribe nos anos 40 seguia este itinerário:

Os [bondes] que tomavam o rumo de Jaguaribe, os bondes pequenos, vinham pelas ruas mencionadas [Rua das Trincheiras

e Avenida João da Mata] acima e, ao lado do prédio da Escola Industrial, que já foi residência de universitários, (...), dobravam em direção da Av. 1º de Maio. Daí entravam na Av. Floriano Peixoto tomando o destino das Ruas Coremas, João Machado (em frente à Maternidade Cândida Vargas), Maximiano Figueiredo, Almirante Barroso, Av. Eurípedes Carvalho (esse trecho ainda se chama Tabajaras), até atingir o Tambiá, atualmente a Rua Monsenhor Walfredo Leal. O circular concluía-se no mesmo Ponto de Cem Réis (RIBEIRO, 2000, p.35).

Em se tratando dos ônibus e das marinetes, a partir de alguns depoimentos dos moradores idosos entrevistados, percebe-se que estes meios de transporte passaram a se tornar mais comuns e, por conseguinte, mais utilizados pelos habitantes de Jaguaribe do final dos anos de 1950 em diante. Acreditamos que isso aconteceu não apenas pela substituição das linhas urbanas de transporte público dos bondes pelos ônibus, mas principalmente pelo fato de que algumas ruas do bairro já eram calçadas durante este período. De acordo com uma antiga moradora de Jaguaribe,

A escola de Engenharia, que eu fiz três anos de Engenharia, eu ia com o meu colega que estudava comigo e a gente juntava os dinheiros pra ir pro Cassino da Lagoa²², a gente sempre vinha a pé de lá, sempre! Eu ia pro Liceu e voltava a pé. Eu ia pra feira, que tinha, o Mercado Central, a pé, e voltava. Pro Centro da cidade eu nunca peguei ônibus. O ônibus de Jaguaribe, meu Deus, Marta Rocha? Marta Rocha foi um sucesso. Era um dos primeiros ônibus: ele fazia um circular, vinha pela [Avenida] Aderbal Piragibe, passava por trás lá da Igreja do Rosário, voltava pela Vasco da Gama, aí, é engraçado porque ele vinha pela Torre, o Marta Rocha! Ele foi um sucesso tão grande: um ônibus enorme, bonito. Aí meu compadre, que estudava no [colégio] Lins de Vasconcelos, foi botar a mão porque não sabia, o ônibus novo, onde passava o gás carbônico que passava, né, no...Cano de escape, é, e queimou a mão toda! Então é essas graças que tem, né, Jaguaribe é um delírio! (Zezita, 61 anos).

Através desse depoimento, observa-se que percorrer as distâncias entre o bairro e o Centro – onde se localizava a antiga Faculdade de Engenharia – a pé era algo corriqueiro. No entanto, os ônibus estavam cada vez mais presentes como um tipo de transporte viável para o uso de alguns moradores do bairro nesse período.

Ressalta-se também outro aspecto: da mesma forma que os habitantes apelidaram, nos anos anteriores, outros tipos de ônibus de “sopa” e os bondinhos que

²² Conhecido restaurante que se localiza na parte central de João Pessoa, mais precisamente no Parque Sólon de Lucena, popularmente chamado de “Lagoa”.

faziam a linha de Jaguaribe de “caixas de fósforo”, devido ao seu tamanho pequeno, batizaram de “Marta Rocha” o grande e então novo tipo de ônibus que passou a fazer a linha regular de transporte do bairro. Os moradores associaram ao ônibus a beleza e imponência da imagem da Miss Brasil, Marta Rocha, a musa baiana eleita no ano de 1954 e que concorreu, representando o Brasil, no concurso de Miss Universo no mesmo ano, ficando em segundo lugar.

Outro aspecto destacado nos relatos dos moradores idosos de Jaguaribe refere-se às mudanças alusivas ao trânsito do bairro, o que veio a se acentuar nos anos 70 e 80 do século XX, principalmente nesses últimos, quando algumas das principais artérias de ligação passaram a ser calçadas e, posteriormente, asfaltadas. Nas palavras de uma depoente idosa,

Eu moro aqui em Jaguaribe, nessa mesma casa, há 51 anos. Quando eu cheguei aqui, Jaguaribe era um bairro mais calmo. O trânsito menor, a rua não era calçada, não passava tanto carro aqui na minha porta, os meninos iam pra escola – pequeno ainda – fazendo companhia aos outros, e eu nem ficava preocupada, porque não é como hoje o trânsito e a preocupação que a gente tem com os filhos, né? (Tereza, 83 anos).

Através deste depoimento percebe-se o quanto as mudanças no fluxo do trânsito do bairro interferiram na forma como a idosa passou a interpretá-lo: aquele que outrora era um lugar calmo, pacífico, onde se podia mandar os filhos a pé e sozinhos para a escola passou a se constituir como um lugar perigoso, que gera preocupações referentes à segurança dos transeuntes. Já não é mais possível caminhar despreocupadamente no local, já não se pode vivenciá-lo da mesma forma que se fazia há alguns anos atrás. Ao se modificar o trânsito transformou-se também, direta ou indiretamente, a relação dos habitantes com o local.

As ruas tranqüilas das quais D. Tereza sente saudades eram as mesmas ruas de aspecto rural e de terra “batida” nas quais seus filhos e outras crianças do bairro brincavam e caminhavam sem maiores temores. A saudade em relação à perda de certa atmosfera de tranqüilidade do bairro de Jaguaribe pode ser justificada pelas mudanças ocorridas em suas principais artérias. Segundo outra moradora idosa, Jaguaribe e as suas ruas podiam ser descritos da seguinte forma:

Pois é, essa é a história desse lugar mágico, onde o sol é mesmo igual. (...) Ah e as ruas quando não eram calçadas? Ave-maria, as lamas eram bom demais, era bom pular dentro das lamas, né, as coisas... Ah, tinha até isso, a Avenida Capitão José Pessoa era

calçada. Da [Avenida] Capitão José Pessoa pra cá [fez gesto com a mão] era calçada, pra cá [repetiu o gesto] não era calçada. Nós tínhamos, faziam [fazíamos] os reguinhos pra passar água. Era tão bom. Ah, eu lembro demais, a gente fazia barquinhos pra eles andarem ou então juntar as minhocas. Everaldo conta essas histórias: eu juntava as minhocas todas em um vidro pra jogar em Iara. Eu era muito medonha! (Zezita, 61 anos).

Este é um depoimento cuja afetividade da moradora em relação ao bairro se expressa na maneira poética que ela se utiliza para falar de Jaguaribe, referenciando o bairro como sendo um “(...) lugar mágico, onde o sol é mesmo igual”. Além disso, a questão do lúdico e da relação entre memória e infância transparece na sua fala quando ela narra as brincadeiras realizadas, quando criança, nas ruas ainda sem infraestrutura do bairro, remetendo-nos a um trecho da música de Milton Nascimento, *Saudades dos aviões da Pan Air*, que coaduna com a fala da narradora Zezita quando esta trata de sua infância. Nesse trecho da música, o autor descreve parte de sua infância mostrando a criança como a verdadeira “dona da rua”: a brincadeira domina o espaço – a rua, e também o imaginário da criança.

E lá vai menino xingando padre e pedra
E lá vai menino lambendo podre delícia
E lá vai menino senhor de todo o fruto
Sem nenhum pecado sem pavor (NASCIMENTO, 2011, s.p)

Desta feita, o que para um adulto poderia ser interpretado como um problema – o fato da rua não ser calçada – foi interpretado pela depoente, ao falar de sua condição de criança, como uma possibilidade de brincadeira: brincar com os reguinhos, fazer barcos de papel, catar minhocas para jogar em cima da coleguinha. Conforme justifica Halbwachs (2009, p.46): “[Em sendo uma] Criança, todos os seus pensamentos estavam à altura de uma criança”.

As mudanças na estrutura do bairro foram necessárias após o aumento do fluxo do trânsito, o aumento da sua população, entre outros aspectos, no entanto, a rua de outrora, a casa de outrora, o bairro de outrora permanecem carinhosamente na memória de seus moradores, assim como a Praça da República, no coração do Centro antigo da megalópole São Paulo ganha ares de simplicidade e singeleza na descrição de Ecléa Bosi (2009).

Outro dia, caminhando para o viaduto do Chá, observava como tudo havia mudado em volta, ou quase tudo. O Teatro

Municipal, repintado de cores vivas, ostentava sua qualidade de vestígio destacado do conjunto urbano. Nesse momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto. Percebi com satisfação a relação familiar dos colegas, dos namorados, dos vendedores ambulantes com as esculturas trágicas da ópera que habitam o jardim do teatro. Os dedos de bronzes de um jovem reclinado numa coluna da escada continuam sendo polidos pelas mãos que o tocam para conseguir ajuda em seus males de amor. As pessoas resistiram e, em íntima comunhão com elas, os meninos brincavam nos lances da escada, os mendigos nos desvãos, os namoradores junto às muretas, os bêbados no chão. O planejamento funcional combate esses recantos. Na sua preocupação contra os espaços inúteis, elimina as reentrâncias onde os párias se escondem do vento noturno, os batentes profundos das janelas dos ministérios onde os mendigos dormem. Mas a cidade conserva seus terrenos baldios, seus desvãos, o abrigo imemorial das pontes onde se pode estar quando se é estrangeiro e desgarrado (BOSI, 2009, p.444).

Tal como as pedras da cidade que espantosamente não se modificaram e foram sentidas debaixo dos pés da escritora Ecléa Bosi e os reguinhos das ruas onde se brincava de barquinho e catava-se minhoca no relato de Zezita, muitos são os pontos de referência não-formais que constituem o mapa afetivo do mundo urbano construído pela memória dos moradores de um lugar. Há locais em Jaguaribe que passaram por mudanças extremas, enquanto outros ainda teimam em preservar, em maior ou menor grau, aspectos que remetem às mesmas feições de anos atrás. E é justamente isso que buscamos investigar no quarto e último tópico deste capítulo: como as mudanças e permanências no espaço do bairro foram sentidas e interpretadas por alguns de seus moradores idosos e, por conseguinte, se expressam em seus relatos de memória.

2.4) Mudanças e permanências nas formas de uso do espaço do bairro

No que tange à relação entre memória e espaço, pode-se afirmar que este último apresenta uma importância cabal para a primeira em diferentes perspectivas, seja do micro para o macro ou, no sentido contrário. A casa, por exemplo, na condição de lugar, é composta por diferentes lugares que permeiam a memória e que são “pontos de pausa” no movimento do tempo: um cômodo, um objeto, a própria disposição desse objeto no ambiente, etc.

Assim, ao espaço de nossa casa e de nosso lar, nossa memória se apega. Quando há uma mudança, mesmo que não seja brusca, nessa ordenação do espaço que confere

certa estabilidade, alguns idosos podem se sentir inseguros e acabar perdendo, em diferentes graus, a capacidade de evocar lembranças relativas ao lugar.

Em se tratando da memória, os objetos e lugares que rodeiam o indivíduo também parecem estar, assim como os seus relatos, impregnados de lembranças e sentimentos em relação ao vivido. Isso se processa não apenas no que se refere aos espaços da cidade, do bairro, enfim, do local em que se reside, partindo também, numa perspectiva micro, para a observação da casa, do quarto, da cozinha, das paredes que nos rodeiam. A relação entre espaço, memória e afetividade é contígua ao nosso lar, numa perspectiva que perpassa o público e o privado, especialmente na velhice.

Os objetos que nos são caros repassam para nós uma sensação de familiaridade, de segurança e bem estar, criando ao nosso redor uma atmosfera acolhedora e única. A ordenação desses objetos tal como nós os conhecemos – no caso da cidade – ou, muitas vezes, escolhemos – em se tratando da nossa casa – é capaz de gerar, de acordo com Bosi (2003), um elo familiar entre nossa memória, o espaço social e o espaço particularizado ou individual.

São esses os objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... *Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador (...).* Só o objeto biográfico é insubstituível: *as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade* [grifo nosso] (BOSI, 2003, p.26).

O objeto biográfico, seja qual for, se diferencia de um objeto de *status*, ou seja, de um objeto cuja função principal é a de decoração e estética pelo fato de que o primeiro é praticamente uma espécie de “tradutor” da vida de seu proprietário, ou seja, conta a sua história – ou pelo menos parte dela, representando o seu dono, caracterizando-se como um recurso para a memória.

O conjunto dos objetos que nos rodeiam e, por conseguinte, o espaço maior no qual nos encontramos inseridos – a comunidade, o bairro e a cidade – quando passam por mudanças, costumam trazer certa parcela de sofrimento para algumas pessoas, acostumadas com um mundo que simplesmente se foi – mundo que elas conheceram e que tomavam para si como seu. Os lugares que por ventura foram sendo destruídos, deteriorados ou bruscamente modificados acabam por se tornar, para alguns idosos, em

especial, mais do que apenas elementos formadores de uma paisagem urbana: eram os seus pontos de referência, eram os lugares que evocavam as suas memórias. Nesse espaço os idosos costumam construir um mapa afetivo que se relaciona à morfologia da cidade e que nela se pauta. Quando isso se modifica, é como se perdessem a matéria que compunha suas lembranças. Assim,

Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência. Os velhos lamentarão a perda do muro em que se recostavam para tomar sol. Os que voltam do trabalho acharão cansativo o caminho sem a sombra do renque de árvores. A casa demolida abala os hábitos familiares e para os vizinhos que a viam há anos aquele canto de rua ganhará uma face estranha ou adversa. *Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância de seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas e os jardins cimentados (...). Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas, as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? (...). À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar mais antigo [destaque nosso] (BOSI, 2009, p.452).*

A forma ou disposição com que os seres humanos se organizam em um dado espaço é extremamente elucidativa no que diz respeito a sua memória, ou seja, a memória que ele conserva de um determinado local. Um espaço organizado por nós a partir de nossas perspectivas nos garante uma sensação de familiaridade, reconhecimento e conforto em relação ao local. Não é à toa que Halbwachs (2009) afirma que “(...) as imagens do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 2009, p.157). A forma como se organiza em um dado espaço diz muito dos humanos que nele habitaram ou transitaram, ressaltando marcas que os mesmos deixaram naquele lugar.

Desse modo, a organização coletiva do espaço – monumentos, áreas comerciais, residenciais, industriais, dentre outras – está numa cidade, por exemplo, seguindo uma ordem, uma lógica. Nela existem fatores que direcionam esta organização, que é realizada, por sua vez, por homens e mulheres que residem nesses locais. Nem sempre essas relações são amigáveis ou fortuitas, perpassando também aspectos de ordem econômica, política, social e estrutural das mais diversas ordens.

Por essa razão, é inegável que as mudanças que um determinado grupo imprime no local onde vive, transita e habita são percebidas e registradas em sua memória coletiva. Há uma relação afetiva entre espaço, memória e grupo social, visto que qualquer alteração nesse espaço, em maior ou menor grau, influencia a forma como os grupos humanos que nele residem ou que dele se utilizam o percebem. Nesse sentido, Halbwachs (2009) assevera que,

Temos de levar em conta o fato de que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual ao que chamamos de aspecto material da cidade, mas que a maior parte certamente se sentiria bem mais sensibilizada com o desaparecimento dessa rua, desse prédio, daquela casa, do que pelos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais sérios. Por isso o efeito de perturbações que abalam a sociedade sem alterar a fisionomia da cidade se abranda quando passamos a essas categorias do povo que se apegam mais às pedras do que aos homens; por exemplo, o sapateiro em sua oficina, o artesão em seu ateliê, o comerciante em sua loja no ponto do mercado em que normalmente o encontramos, o transeunte nas ruas que percorre, pelas estações de trem onde passeia, nos terraços dos jardins, as crianças no canto da praça em que brincam, o velho no muro exposto ao sol, no banco de pedra, o mendigo acordado na beira da calçada. (...) não se interessa pelo que aconteceu na realidade fora de seu círculo mais próximo e além de seu horizonte mais imediato. (HALBWACHS, 2009, p.161).

Isso posto, percebe-se o quanto as relações com o espaço que nos rodeia ultrapassam o que podemos perceber de imediato. Tais relações estão imbuídas num contexto que abarca permanências, rupturas, resistências por parte dos que convivem num determinado local, ressaltando-se assim os diferentes sentimentos que o lugar suscita em relação àqueles que o habitam: os seus moradores. Conforme afirma Halbwachs (2009), se um determinado grupo social não se importasse com o espaço no qual habita, não se importaria de destruí-lo e reconstruí-lo quantas vezes fosse necessário.

Portanto, o espaço apresenta pontos de referência, sejam eles quais forem, e não necessariamente se restringe a uma paisagem determinada. Uma casa, por exemplo, é um espaço interpretado na condição de lugar que gera estabilidade e comporta uma série de “lugares menores” dentro de si, tais como cômodos e, especificamente, objetos com os quais os sujeitos mantêm uma relação de afeição. Desse modo, o espaço pode ser formado, inclusive, a partir de um local que não possua, necessariamente, limites

visíveis, tal como se percebe na relação entre o Jaguaribe de Cima e o Jaguaribe de Baixo quando nos referimos, especificamente, ao bairro de Jaguaribe.

Deve-se ressaltar que o tempo é um fator preponderante quando se trata do espaço, porém, por vezes, o mais importante neste sentido é a relação de intensidade de sentimentos que o sujeito apresenta no que tange a um determinado local. Portanto, estar arraigado a um espaço é, necessariamente, senti-lo, praticá-lo e até subvertê-lo, conforme reitera Certeau (2009). Para isso, deve-se percebê-lo e observá-lo, de certa maneira, como uma espécie de guardião de nossas lembranças. Nessa perspectiva, a casa em que residimos é um espaço onde existem diversos lugares e objetos que suscitam essas lembranças relativas a nós, sendo este um sentimento muito presente nos mais velhos.

A relação entre tempo e espaço, por sua vez, abarca interpretações diversas a partir da forma como os enxergamos: seja como pausa num movimento contínuo, como experiência intensa, mesmo que não duradoura, ou como ponto de referência e estabilização de nossas lembranças de uma maneira deliberada e consciente. As categorias de tempo e espaço, através da memória, no ato de rememorar, passam a ser identificadas e entendidas de uma maneira diferente.

Desse modo, o tempo passa a ser visto não apenas como uma grandeza da Física, mas um tempo fluído, tempo da duração, “(...) o tempo concreto e qualificado das lembranças” (BOSI, 2003, p.49). Por sua vez, o espaço passa a não se referir mais apenas à forma, mas sim a um espaço do vivido, espaço da experiência e da afetividade:

Se a memória é não passividade, mas *forma organizadora*, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o *mapa afetivo* da sua experiência e da experiência do seu grupo (...) [destaque nosso] (BOSI, 2003,p.56).

No caso específico do bairro de Jaguaribe, através de uma análise que toma por base os relatos de memória utilizados neste trabalho, observou-se que a relação dos moradores no que se refere às mudanças e permanências no espaço registra dois fatores que asseveram que este local sofreu transformações significativas: a instalação de repartições públicas no lugar de antigas residências de Jaguaribe e a expansão do comércio no bairro.

Esse processo de mudança no uso dos espaços urbanos encontra-se diretamente relacionado a um aspecto flagrante na própria paisagem de Jaguaribe: a modificação de

seu caráter eminentemente residencial para um caráter misto. Em outras palavras, em seu espaço ainda existem diversas residências, todavia, o significativo número de repartições públicas e a expansão de estabelecimentos comerciais localizadas em sua extensão – especialmente nas ruas e artérias mais movimentadas – imprimiu-lhe um aspecto de bairro comercial e de serviços, processo que se tornou bastante acentuado a partir dos anos 70 do século XX. Foi durante esse período que o local passou a sofrer essas transformações de maneira mais efetiva, o que passou a se acentuar após a implantação do complexo denominado Centro Administrativo Estadual, no ano de 1972.

As mudanças são particularmente notáveis em Jaguaribe que recebeu, em 1972, o Centro Administrativo com as Secretarias de Estado (...) [localizando-se] a 1,5 Km ao sul da Praça João Pessoa; também lá [em Jaguaribe] se encontram outros órgãos do governo, tais como: DETRAN (Departamento de Trânsito), TC (Tribunal de Contas), CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) CINEP (Companhia de Industrialização da Paraíba) uma subestação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco)²³. (RODRIGUEZ; DROULERS, 1981, p.30).

O Centro Administrativo passou a ocupar o espaço onde outrora se localizava a antiga feira de Jaguaribe, que era montada em um grande terreno baldio localizado em frente à parte lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tomando todo o espaço existente desde as proximidades da lateral da antiga Escola de Aprendizes Artífices em diante, para o lado direito, tomando-se como ponto de referência aquele grande templo católico. Impulsionado pela expansão do bairro em direção ao leste, onde já se encontravam dois de seus importantes conjuntos habitacionais, a Vila dos Motoristas e a Vila Popular, além do novo prédio da então Escola Técnica Federal da Paraíba, a feira de Jaguaribe foi transferida para as imediações da Avenida Primeiro de Maio, local onde foi construído o Mercado Público do bairro²⁴.

²³ Dos órgãos citados pelas autoras, apenas o DETRAN não permanece mais em Jaguaribe. Sua sede atual situa-se no bairro de Mangabeira VII, porção sul da cidade de João Pessoa.

²⁴ A respeito das atividades realizadas na feira livre de Jaguaribe antes da transferência desta para o Mercado Público do bairro, localizado atualmente na Avenida 1º. de Maio, Mendonça (2010) assevera que existia um mercado de menor porte em frente ao local onde hoje se encontra o Centro Administrativo Estadual e onde funcionava a antiga feira do bairro: era o Mercado Santo Antônio, edificado na administração do prefeito Apolônio Sales de Miranda, ainda na década 1950 e que acomodava, em seu interior, alguns estabelecimentos de comércio e serviços, a exemplo de mercearias, armazéns, barbearias, bares e restaurantes. O prédio do Mercado Santo Antônio se mantém até os dias atuais, com pequenas vendas e estabelecimentos comerciais ainda funcionando no local.

Também modificou o mercado. O mercado... Eu falei naquele dia também sobre o mercado? O mercado era ali em cima, no final dessa rua, tem uma pracinha ali que vai encontrar com aquela Balaustrada que, pra gente ir pra Cruz das Armas a gente passa por ali. Pronto, então, o mercado era ali e ali onde hoje é o mercado era um terreno enorme que faziam um campo de futebol para as crianças, pro pessoal vir... Até adulto treinar. Aí mudou-se dali, da feirinha dali da General João Neiva, que é aquele pedaço ali, pra aquela parte ali onde era, onde era o campo e hoje é o mercado de Jaguaribe (Leda, 72 anos).

Apesar da iniciativa do Governo do Estado, nos anos 1970, o Centro Administrativo não conseguiu comportar em sua estrutura o grande número de repartições públicas estaduais existentes até então. Como alternativa para resolver o problema, o poder público da esfera estadual passou a locar os antigos palacetes e casarões localizados no bairro e que pertenciam a particulares para abrigar repartições.

Em alguns desses prédios foi necessário fazer adaptações na estrutura física para que viessem a acomodar melhor as funções dos serviços públicos, visando atender a seus novos propósitos de utilização. Como exemplos de repartições públicas que funcionavam em antigas residências de Jaguaribe estavam a Comissão Estadual de Planejamento - CEPA, localizada na Avenida Capitão José Pessoa e a Fundação Instituto de Planejamento - FIPLAN, localizada na Avenida 1º de Maio.

Sim, o Centro Administrativo, porque as secretarias do Estado eram todas distribuídas em casas alugadas... Mas foi construído, no governo parece que foi, de Ernani Sátiro, se não me engano... Tô sabendo bem o governo não, mas parece que foi de Ernani Sátiro. Foi construído esses blocos onde funciona o Centro Administrativo (Leda, 72 anos).

Além desses exemplos, outros prédios particulares foram ocupados pelo poder público em importantes corredores do bairro, tal como ocorreu nas Avenidas João da Mata e Avenida João Machado, abrigando, sobretudo, órgãos ligados à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

Essa nova forma de uso dos espaços outrora exclusivamente destinados a residências se consolidou pelo fato de que parte da população de maior poder aquisitivo do bairro de Jaguaribe, a partir da expansão da cidade de João Pessoa rumo ao eixo leste, iniciada na década de 1950, passou a residir em outras áreas da capital, a exemplo de bairros localizados nas proximidades da Avenida Eptácio Pessoa, tais como o Bairro dos Estados e dos Expedicionários. Assim, nos antigos casarões, instalaram-se

gradativamente, nos anos 60 e 70 do século XX, várias repartições públicas. “Com a expansão da cidade em direção [ao] leste, ocorreu uma transferência para a Avenida Epitácio Pessoa, da burguesia urbana e rural que residia, principalmente, na Avenida João Machado e Avenida Trincadeiras”. (RODRIGUEZ, 1980, p. 52).

No que se refere à expansão das atividades comerciais do bairro, esse processo se acentua concomitantemente à chegada do Centro Administrativo Estadual e de outras repartições públicas em Jaguaribe. No entanto, ainda nas décadas de 1940, 1950 e 1960 já havia registro de atividades comerciais no bairro como as chamadas bodegas, onde se comercializavam secos e molhados, víveres e outros produtos indispensáveis às necessidades domésticas, além da feira livre, realizada às quartas-feiras.

Na década de 1970 as casas comerciais ou de prestação de serviços que passaram a se instituir no espaço de Jaguaribe caracterizavam-se por serem de maior porte que as antigas “vendas”: tratava-se de supermercados, lojas de materiais de construção, oficinas mecânicas, lojas de peças para carros, dentre outros. Nesse sentido, apontamos dois elementos que podem ter motivado esse processo.

O primeiro deles diz respeito à localização do bairro, pelo fato de ser uma área bastante próxima ao Centro da cidade e por apresentar grandes avenidas que formam corredores de ligação entre este e outros bairros, tal como o de Cruz das Armas. Um exemplo disso foi o processo verificado na Avenida Vasco da Gama que de grande artéria residencial do bairro passou a se configurar como um de seus principais endereços comerciais.

Essa tradicional avenida [Vasco da Gama] com o desvio do trânsito das avenidas João da Mata e Rodrigues de Aquino (transformadas em mãos únicas, nos sentidos bairro e centro, respectivamente), sofreu modificações extraordinárias a partir dos anos 70. De local calmo, com suas ‘vendas’ nas esquinas dos cruzamentos com outras ruas, tornou-se o escoadouro do tráfego de veículos de todo o porte em demanda do Centro da cidade. São ônibus, caminhões, carretas, automóveis provenientes do Recife, Distrito Industrial, Campina Grande (via Cruz das Armas) do conjunto José Américo, Cristo, Rangel, que tomam direção da Lagoa/Centro. Esse logradouro nem se parece com aquela artéria dos anos 50 (...). O que se vê hoje da Vasco da Gama são residências se transformando em casas comerciais de todo o gênero, restando poucas em que os donos teimam em morar. Crianças? Nem pensar em brincar nas calçadas. Até as antigas ‘vendas’ deram lugar a postos de combustíveis, farmácias, padaria, armarinhos, mercadinhos, transportadoras, bares, lanchonetes, funerária, serralharia, agências de

automóveis, despachantes, vendas de baterias para carros, casas de ferragens entre outras atividades comerciais (RIBEIRO, 2000, p.150).

Um dos aspectos que chama atenção neste trecho diz respeito a um processo que se configurou não apenas no bairro de Jaguaribe, mas que pode ser observado no município de João Pessoa como um todo: a descentralização do comércio e dos prestadores de serviços. À medida que a cidade cresceu em termos populacionais e se expandiu em outras direções, os bairros próximos ao Centro, a exemplo de Jaguaribe e da Torre, passaram a sofrer um incremento em suas atividades comerciais, mas não apenas eles. Em outras áreas da cidade de João Pessoa isso também aconteceu, mesmo que de maneira “tardia” em comparação aos dois primeiros locais, a exemplo do processo que ainda está ocorrendo nos bairros que se localizam na porção sul do município, tais como Mangabeira e Bancários.

Também é possível observar no relato do autor as impressões a respeito da transformação do caráter eminentemente residencial de Jaguaribe para um caráter comercial, mais especificamente numa importante artéria do bairro que, além disso, passou a se consolidar como um eixo de conexão do corredor sul da cidade em direção à rodovia que conduz ao vizinho Estado de Pernambuco e, em especial a capital deste, a cidade do Recife – importante pólo econômico do Nordeste – bem como era caminho rumo à Campina Grande, uma das maiores cidades da Paraíba.

Apesar disso, as impressões do autor não se pautaram apenas nos aspectos concretos, a exemplo da diminuição no número de residências localizadas na avenida, mas principalmente pela supressão de aspectos antes considerados corriqueiros em Jaguaribe, a exemplo da brincadeira das crianças na calçada.

A gente é muito sozinho, mas antigamente, não! À noite, nas casas, as crianças saíam porque, graças a Deus, não tinha televisão, não tinha nada... A brincadeira era demais! Então, assim, passa anel, cantar, a gente tinha a horinha. Mas a mãe bastava dizer: “Vamos!” (Zezita, 61 anos).

Gradativamente o morador vai contrastando a referência que esses lugares apresentavam para sua memória – o lúdico – e as referências que possui agora, levando-o assim a um estranhamento em relação à nova paisagem que surge ante seus olhos, bem como às novas práticas dos espaços que agora ele habita ou frequenta. Este

estranhamento, de certa maneira, se registra na ênfase inicial da fala da narradora idosa para o verbo no presente: “A gente é muito sozinho”, ou seja, a condição atual da velhice é, em maior ou menor grau, uma condição de solidão, de afastamento da rua, dos vizinhos, dos amigos e até do próprio bairro. Em outras palavras, é sentir falta de um tempo que já passou e que era gostoso, registrado pelo uso do advérbio *antigamente*.

A televisão, segundo a depoente, é um dos elementos que, na vida moderna, suscita a solidão, mas no tempo em que ela era criança, não era assim: ela não era sozinha! A infância aparece mais uma vez não apenas como o “território do lúdico”, mas como o tempo de “se agregar” ao outro, de compartilhar e, principalmente, de brincar. Reiterando isso, é necessário ressaltar que a brincadeira citada pela entrevistada é de caráter coletivo. Na infância “o outro” é desejado, via de regra, como o companheiro de brincadeiras e, na velhice, ele é lembrado com saudades, já que o idoso se encontra, por vezes, com sua vida social mais restrita do que na juventude, sendo isso motivado por diferentes aspectos, a exemplo das doenças, dificuldades de locomoção, dentre outros.

Já o segundo fator se refere ao preço do solo urbano para o comércio local, posto que a este era atribuído um menor valor, quando comparado a certas áreas do Centro e do Varadouro, sobretudo no que se refere aos aluguéis e preços de venda de antigas residências a serem adaptadas e transformadas em lojas. Esses elementos juntos contribuíram para a instalação de casas comerciais e de prestadores de serviços no bairro de Jaguaribe, fato que, guardada as devidas proporções, também aconteceu em outro bairro da capital paraibana também localizado próximo ao Centro da cidade, assim como Jaguaribe: o bairro da Torre²⁵. Numa relação de contigüidade, pode-se afirmar que esse processo, para ambos os bairros, tem se caracterizado pelo fato de que as atividades comerciais buscaram se estabelecer nas grandes avenidas e corredores de maior movimento desses dois locais.

²⁵ Com relação ao processo de redefinição do uso dos espaços do bairro da Torre, notadamente no que se refere à mudança de seu caráter eminentemente residencial para um caráter misto, ou seja, ser reconhecido como um bairro residencial e ao mesmo tempo comercial, sugerimos a leitura de SILVA, Regina Celly Nogueira da. *As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa*. 1999. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

Sabe-se que os serviços urbanos tendem, quase sempre, a privilegiar certas áreas, sobretudo as principais avenidas, os cruzamentos, as áreas próximas ao comércio, onde se registra maior fluxo de carros e pessoas. Em determinadas condições, portanto, empresas e indivíduos disputam as mesmas áreas do espaço urbano, por igualmente utilizarem os mesmos serviços urbanos – transporte, comunicações, comércio varejista etc. *Dai, a nítida tendência de empresas de serviços e negócios a invadirem antigos bairros residenciais* [destaque nosso] (SILVA, 1999, p.71).

Destarte, percebe-se que o processo de transformação da paisagem urbana é, antes de tudo, um processo histórico. Na paisagem ficam registradas as modificações, as demarcações, as demolições, as restaurações, as depredações, enfim, uma gama de elementos que juntos compõem a morfologia de um lugar, ao tempo em que apontam também para aspectos que se referem à sua história.

Deve-se lembrar ainda que o vetor que impulsiona tudo isso é o homem. É na paisagem do bairro e das cidades que esses processos por ele desencadeados e vivenciados são expostos e demarcados. A tais processos estão relacionadas, indubitavelmente, as mudanças no que se refere aos aspectos sociais, a exemplo das relações de vizinhança e do compartilhamento do espaço em que se reside.

Assim, o novo caráter do bairro modificou não somente a paisagem urbana de Jaguaribe, transformando também a maneira como os seus moradores, sobretudo os mais velhos, passaram a apreender o seu lugar de moradia e a se relacionar com ele. Modificaram-se itinerários, avenidas inteiras, mas não somente isso: modificaram-se também as relações de vizinhança no local, conforme observado por Silva (1999) em relação ao bairro da Torre. “(...) a transformação da paisagem urbana expulsou das ruas os moradores, que preferem a segurança do interior das casas à conversa com seu vizinho, junto ao portão” (SILVA, 1999, p.92).

Como abrir a porta e não perceber que os vizinhos de anos atrás se foram? Em lugar das residências, alguns moradores passam a ter, como vizinhos, lojas ou repartições públicas, locais cuja rotatividade é muito maior do que a de uma casa. Como se relacionar com desconhecidos? A sensação de acolhimento encontrada na figura do vizinho passa a não mais existir.

D. Tereza – O trânsito aumentou, né, porque isso incomoda muito, eu moro aqui numa rua que o trânsito é horrível e também na... As pessoas vivem com suas portas fechadas, o movimento também, as pessoas não querem se expor assim, né?
Juliana – As relações de vizinhança mudaram então...

D. Tereza – Mudaram, é cada um em sua casa! Cada um em sua casa, a gente se conhece assim, quando abre a porta, se encontra, dá um bom dia, mas ninguém freqüenta a casa do outro, falta de tempo também, né? (Tereza, 83 anos).

Apesar das relações continuarem se pautando pela cordialidade, elas são regidas pela efemeridade. Uma atmosfera diferente “cerca” esse “novo Jaguaribe” no que diz respeito às relações de vizinhança, conforme ilustra uma moradora idosa do lugar, expressando em sua fala o fato de que não há mais o tempo para a conversa, para o compartilhamento desinteressado de informações.

Deve-se ressaltar, no entanto, que isso acontece principalmente porque estes “novos padrões” de sociabilidade perpassam a vida urbana como um todo em suas subjetividades e não apenas pelo fato de que o bairro modificou o seu caráter eminentemente residencial para um caráter heterogêneo, permeado pelo comércio e prestação de serviços. “Olhar a vida” do outro, perguntar sobre o outro e conversar sobre o outro passa a se configurar como algo proibitivo na medida em que o bairro cresce e perde seus antigos moradores para ganhar mais transeuntes, usuários, clientes. Essa proibição atinge, sobretudo, os mais velhos que, muitas vezes, admoestados pelos próprios filhos, parentes e vizinhos passam a não mais “se meter na vida dos outros”.

Observa-se, portanto, que a mudança das relações de vizinhança não está pautada apenas nas transformações espaciais, mas também naquelas de ordem temporal que são expressas na fala da moradora idosa: “(...) ninguém freqüenta a casa do outro, falta de tempo também, né?”. Não há mais tempo para as conversas cotidianas, para as lúdicas brincadeiras na calçada. Além disso, há o medo ocasionado pelo crescente aumento da violência urbana.

A gente descia ali a descida do Varjão [atual bairro do Rangel], oxente, qualquer hora a gente saia, a gente não tinha medo. Hoje não: tá cheio de casa, cheio de gente e a gente tem medo até de sair, não tem segurança! Se a gente avistar um soldado ou qualquer coisa assim a gente já tem até medo! (Anunciada, 87 anos).

Há neste relato da moradora idosa um paradoxo flagrante do mundo moderno: mesmo com a existência de um fluxo maior de pessoas em Jaguaribe, há o medo dos desconhecidos. Os moradores idosos sentem falta da segurança que outrora existia ou, pelo menos, pensavam que existia, no bairro. Assim, as transformações físicas de

Jaguaribe, bem como a modificação das relações de vizinhança, formam apenas uma parte daquilo que caracteriza as mudanças ocorridas nesse local.

Outro ponto a ser ressaltado neste depoimento se refere à passagem: “Se a gente avistar um soldado ou qualquer coisa assim a gente já tem até medo”! O “medo de avistar o soldado” chama atenção por duas razões: seria o medo daquilo que o soldado está perseguindo/fazendo ou medo do próprio soldado em si? Por se tratar de uma moradora idosa que residia na porção mais pobre do bairro há muitos anos, o chamado Jaguaribe de Baixo, este “medo” que ela sentia pode se justificar através da representação que o poder coercitivo (a força policial), muitas vezes utilizado a favor dos mais abastados e contra os pobres, possui, sendo interpretado como um instrumento de violência e demonstração de poder.

Mas e as permanências? Essas, sem dúvida, são mais difíceis de serem apreendidas e interpretadas. As mudanças são flagrantes, literalmente “saltam aos olhos”, mesmo do observador menos atento, mas as permanências do bairro “se escondem” nos meandros das sutilezas, sendo expressas não apenas no espaço visível, mas, sobretudo, na relação do morador com esses diferentes espaços de Jaguaribe.

Nesse sentido, podem-se apontar três aspectos que ainda permanecem no bairro, apesar de suas transformações: a realização da feira de quarta-feira, que, atualmente, ocorre em outro espaço de Jaguaribe – o seu mercado público; as atividades e relações estabelecidas pelos fiéis dos dois principais templos religiosos do bairro – a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora de Lourdes e, por fim, a vocação do bairro relativa à prestação de serviços públicos e privados voltados à área de saúde e assistência.

Em se tratando da feira de quarta-feira de Jaguaribe, um antigo morador do local descreve o bairro da seguinte maneira:

Jaguaribe era, veja bem, Jaguaribe era o bairro mais importante da cidade depois do Centro. Primeiro, porque não existia nada na praia. Tambaú era um lugar de veraneio. Expedicionários tava começando, Miramar não existia, a Torre tava começando... Tinha Cruz das Armas que era mais famoso por causa do comércio que tinha em Cruz das Armas, né? Mas Jaguaribe, como era o bairro mais próximo do Centro, era o lugar, era um bairro residencial por excelência. E, como tal, tinha todos os equipamentos para que ali as pessoas morassem. Então tinha a melhor feira da cidade depois da feira do Mercado Central, que era a feira de quarta-feira, que na época era o local onde hoje é o

Centro Administrativo. Ali era feira, depois que construiu o Centro Administrativo, a feira foi para onde é hoje, ali perto da Escola Técnica Industrial (Carlos, 72 anos).

A primeira passagem do relato merece ser problematizada, visto que o narrador indica Jaguaribe como sendo “(...) o bairro mais importante da cidade depois do Centro”, destacando a proximidade deste com o Centro como um dos fatores que justificariam este “título”. Todavia, nos indagamos: mas o Varadouro, o bairro do Roger e o bairro de Tambiá, por exemplo, também são próximos do Centro e também são áreas da capital paraibana que se configuram entre as primeiras em termos de ocupação, logo, por que não são consideradas pelo morador como sendo as mais importantes da cidade depois do Centro? Não o são pelo fato de que existe nessa fala um componente de subjetividade intrínseco: Jaguaribe era o bairro mais importante, depois do Centro, para o morador porque era, antes de tudo, o “mundo”, o bairro, o lugar onde o idoso residia, daí o reforço de importância desse local em sua narração.

Na descrição do morador está presente uma dessas “marcas” de permanência de Jaguaribe – a feira de quarta-feira que, apesar da modificação de seu lugar de realização, continua atraindo consumidores do próprio bairro ou de lugares mais distantes de João Pessoa, configurando-se assim como um dos elementos mais expressivos do que poderíamos denominar como sendo uma espécie de “identidade” do bairro.

No que tange à permanência dos dois principais templos religiosos de Jaguaribe – a Igreja do Rosário e a Igreja de Lourdes – percebe-se, nos dias atuais, que ambos os templos não costumam mais organizar algumas das principais festas de rua no bairro ou as pomposas celebrações de casamento que eram costumeiras no local, conforme descreve uma entrevistada,

Sim, aí tem uma história engraçada em Jaguaribe: na [Avenida] Capitão José Pessoa, no trecho da Aderbal Piragibe até a João da Mata, são os ricos, ricos! Ali são “as famílias”! [ênfase]. Primeira família: família Pessoa! Casarão da família Pessoa, onde foi a CEPA, lindo o casarão! Segundo: a família Zaccara, terceiro... Sim, a primeira mesmo é a Maroja. Aí vem, Maroja, Zaccara. Os nomes mais... As famílias tradicionais era aqui! Então, esses bendito morava aqui e freqüentava, no geral, a Igreja de Lourdes. Mas diga, no geral, onde eram os casamentos? Porque a Igreja de Lourdes é feia, a Igreja do Rosário era linda! É outra coisa que a gente... Não gosto muito da Igreja de Lourdes, eu gosto muito da Igreja do Rosário! E os casamentos? Os da mãe de Fuba [ex-vereador da cidade de João

Pessoa e ativista cultural], foi lá! O da tia dele, o casamento da tia de Fuba, na Igreja do Rosário? Merecia alguém ter feito um filme pra botar em qualquer coisa ainda porque era fora de série (...) Botavam lâmpadas desde a entrada da Igreja, como se fosse a festa da Igreja do Rosário. E a Igreja, olhe, a chegada da noiva? A Igreja completamente lotada, claro, de todos os ricos, aqueles carros antigos mais... E eles deixavam a gente entrar. A gente entrava, no gargarejo, né? Ficava pra ver a noiva entrar, ficava lá, claro, mas eles deixavam a gente entrar. E assim, tinha uma delas que eu achava linda! Elas usavam umas roupas compridas, com um sapatinho baixinho... Acho que era a tia dele, irmã da mãe dele. Mas as moças, assim... Os casamentos de arromba, como diz a história, eram todos lá (...) Você fazer uma decoração como eles faziam na Igreja do Rosário... Porque, tinha umas coisas filmadas ali na Igreja do Rosário que parecia, era como se você tivesse na Roma! Ela tem aquela coisa lindíssima... (Zezita, 61 anos).

As próprias igrejas em si exercem a função de serem verdadeiras “guardiãs” da tradição, de serem os *locus* de permanência do bairro. Mais uma vez a diferença de classes associadas aos dois templos religiosos transparece na fala da narradora: a Igreja de Lourdes como sendo a referência religiosa dos “de cima” e a do Rosário como sendo a referência “dos de baixo”. No entanto, conforme enfatiza a depoente, durante as realizações dos casamentos, havia uma inversão, mesmo que momentânea, dessa divisão: o templo em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, local freqüentado pelos pobres, era utilizado pelos ricos para as suas cerimônias de casamento eivadas de “pompa e circunstância”, especialmente por conta do tamanho e capacidade deste, quando comparado ao primeiro.

Outro ponto interessante no relato refere-se ao fato de que os “de baixo”, apesar de estarem em “seu território” – a Igreja do Rosário – precisavam da permissão dos ricos para ver, mesmo que de longe, os casamentos: a entrada da noiva, a decoração, dentre outros. Lembremo-nos que os casamentos eram festas particulares em que a presença dos mais pobres era indesejada ao extremo, porém, por vezes, tolerada momentaneamente, o que se encontra expresso na frase: “E eles *deixavam* a gente entrar. A gente entrava, no gargarejo, né? Ficava pra ver a noiva entrar, ficava lá, claro, mas *eles deixavam a gente entrar*” [grifo nosso].

Algo que ainda permanece, de forma bastante expressiva, nesses dois templos religiosos é a realização de suas missas principais nos mesmos dias da semana, especialmente no que se refere à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde a missa de Santo Antônio, realizada às terças-feiras, continua sendo uma das celebrações mais

freqüentadas do bairro, momento em que ocorre também a distribuição de pães aos mais carentes de Jaguaribe e adjacências. Nessa ocasião são distribuídos os chamados “pães de Santo Antônio”.

(...) a terça-feira é o dia em que se comemora Santo Antônio, a missa aí [na Igreja do Rosário] é dedicada a Santo Antônio (...) Não é o dia mesmo de Santo Antônio, viu, é a terça-feira que é comemorado toda a semana, rezam a ladainha de Santo Antônio, cantam...Nessa paróquia aqui do Rosário (Leda, 72 anos).

Por fim, dentre as permanências destacadas, encontra-se a vocação do bairro para os serviços relativos à área de saúde e assistência, seja na esfera pública ou na privada. No que se refere à área de saúde, a prestação desses serviços atrai uma população oriunda não apenas da Grande João Pessoa, mas também de várias cidades do interior, aumentando, de forma significativa, o número de pessoas que transitam pelo bairro de Jaguaribe diariamente.

Hospitais, nós temos muitos hospitais aqui, né? Tem o [Posto de Atendimento Médico] PAM, que é muito freqüentado, tem a Casa Santa Lúcia²⁶, tem o Laureano, que é o hospital do câncer, Clementino Fraga, tem muitos hospitais aqui (Tereza, 83 anos).

Ainda no que diz respeito a outros equipamentos urbanos públicos ligados à prestação de serviços relativos à área de saúde, destaca-se a Maternidade Cândida Vargas, fundada no ano de 1945²⁷ durante o governo do interventor Ruy Carneiro. Esse equipamento destinado à prestação de serviços de saúde nas áreas de ginecologia, obstetrícia e neonatal ainda atende aos mais diversos segmentos da população, considerando que o mesmo estava vinculado à Legião Brasileira de Assistência – LBA. Por ser considerado um hospital de referência, sua clientela ultrapassava as fronteiras do município de João Pessoa, estimulando assim um fluxo constante de usuários provenientes de todo Estado e até mesmo de cidades localizadas em estados vizinhos.

Eu sou Maria José Azevedo, mas o meu apelido é Zezita, né? Nasci no dia 30 de abril de 1949, já em Jaguaribe na

²⁶ Atualmente esta unidade hospitalar de caráter privado localizada em Jaguaribe modificou o seu nome para Hospital Monte Sinai.

²⁷ No que se refere às datas de fundação e demais informações sobre os equipamentos urbanos existentes no bairro de Jaguaribe, reiteramos que esses dados foram colhidos *in loco* através de um levantamento, visto que realizamos visitas sistemáticas aos estabelecimentos para que fossem colhidas essas informações. Tais visitas foram realizadas no mês de dezembro de 2009 e tinham como objeto levantar informações para compor nosso Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso – TACC intitulado *O Bairro de Jaguaribe: origens, ocupação e formas de uso do espaço do bairro (1930-1960)*.

Maternidade Cândida Vargas que é referência pra todos nós, principalmente o pessoal da classe mais humilde, que naquela época era na Maternidade Cândida Vargas que nós nascíamos (Zezita, 61 anos).

Além da Maternidade Cândida Vargas, Jaguaribe dispunha, até o final da década de 1960, de mais duas maternidades: a Maternidade Frei Martinho e a São Vicente de Paula. A primeira, localizada na Rua João da Mata, primava pelo atendimento particular e de profissionais ligados aos institutos de previdência representantes de entidades classistas. Atualmente esta instituição não funciona mais.

A segunda, ou seja, a Maternidade São Vicente de Paula, caracterizava-se por desenvolver trabalhos em duas vertentes: uma no campo da filantropia e a outra pela prestação de serviços particulares, atendendo assim a uma clientela humilde ao mesmo tempo em que prestava serviços também a uma clientela detentora de um alto poder aquisitivo. É válido destacar que este estabelecimento de saúde não restringia o seu atendimento apenas à maternidade, mas também dispunha da realização de tratamento médico em outras especialidades, sendo conhecido na cidade pela denominação de “Casa de Saúde São Vicente de Paula”.

A Casa de Saúde São Vicente de Paula, localizada na Avenida João Machado, próxima ao Orfanato Dom Ulrico, surgiu a partir do antigo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Estado da Paraíba, fundado em 1912, inaugurado no ano seguinte e que passou a desenvolver suas atividades em sede própria no ano de 1927, durante a administração do então prefeito Guedes Pereira.

Ainda no que se refere aos equipamentos públicos da área de saúde, na década de 1960 foi inaugurado em Jaguaribe um equipamento hospitalar especializado no tratamento do câncer: o Hospital Doutor Napoleão Rodrigues Laureano. O referido hospital está localizado na confluência das Avenidas Capitão José Pessoa e Engenheiro Leonardo Arcoverde, exercendo as suas atividades desde 1962 até os dias atuais.

Em se tratando dos equipamentos públicos ou religiosos destinados a dar assistência à infância, em especial, o bairro de Jaguaribe possui dois: o orfanato Jesus de Nazaré, hoje sob administração do Governo do Estado da Paraíba e o Orfanato Dom Ulrico que “(...) foi criado em 1912 e passou a funcionar em 1922. Paralelamente à sua criação, foi instaurada a Comissão de Proteção com o intuito de angariar recursos e materiais necessários à conclusão do prédio, o que só ocorreu em 1922” (CHAGAS, 2004, s.p). Nos dias atuais essa instituição não recebe mais crianças órfãs sob os seus

cuidados, funcionando nas suas dependências apenas uma escola e uma pequena capela, que lá se encontra desde sua fundação.

Outro órgão que durante anos prestou assistência à infância no bairro estava sob administração da chamada Legião da Boa Vontade – LBA e, nos dias de atuais, encontra-se desativado: tratava-se de uma creche que acolhia crianças do bairro cujas mães necessitavam trabalhar.

Assim, é possível perceber que o bairro de Jaguaribe apresenta, desde o início do século XX, uma tendência a receber investimentos públicos que garantiam a construção de equipamentos voltados para a prestação de serviços na área de saúde e assistência. Tal característica ainda se mantém, com destaque para a presença de hospitais particulares, clínicas e policlínicas, além de hospitais públicos de referência no tratamento de várias enfermidades, tais como tuberculose e AIDS (Hospital Clementino Fraga), doenças infantis (Hospital Arlinda Marques) e atendimento clínico e ambulatorial (PAM de Jaguaribe). Neste último, o PAM de Jaguaribe, funcionou, durante a década de 1960, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba.

A faculdade possuía vários serviços médicos que atendiam ao povo. Havia um departamento de clínica infantil sob a orientação do Dr. João Medeiros, onde médicos-professores trabalhavam. O local destinado às doenças infecto-contagiosas, e o hospital infantil, ali permaneceram durante o tempo em que a Faculdade de Medicina funcionou [em Jaguaribe] (RIBEIRO, 2000, p.165).

Dessa forma, observou-se que tanto na visão dos antigos moradores idosos de Jaguaribe expressas através de seu relato de memória como também considerando as informações levantadas *in loco* nesses equipamentos públicos de saúde, além daquelas obtidas a partir de pesquisas bibliográficas, Jaguaribe modificou-se e continua inserido num processo de transformação constante que não se restringe apenas ao seu espaço físico, mas que engloba principalmente as relações sociais estabelecidas nesse lugar.

No entanto, deve-se ressaltar que nesse conjunto de modificações existem elementos que permanecem e perduram não apenas na memória de seus moradores, mas também no cotidiano do bairro: a feira, as celebrações religiosas e a vocação do bairro que desde o início do século XX constitui-se numa área que propicia a oferta de serviços na área de saúde e assistência social aos habitantes de distintos níveis

socioeconômicos que residem no próprio bairro, na capital paraibana e até mesmo em outras localidades da Paraíba e de estados vizinhos.

É importante mais uma vez ressaltar que essas transformações atingiram diferentes esferas da vida dos moradores de Jaguaribe, a exemplo das relações com o espaço do bairro e das relações sociais, com destaque para a esfera econômica e também no que se refere ao cotidiano, mas não somente isso, visto que também afetaram sobremaneira as relações dos moradores do bairro no que diz respeito aos momentos lúdicos e festivos, o que pode ser observado nas análises que constituem o objeto de estudo do capítulo 3.

3) “NINGUÉM FICA PARADO, NINGUÉM FICA ENCOLHIDO. O HOMEM FICA DOIDO E A MULHER, PERDE O MARIDO”: MEMÓRIA DAS FESTAS DE RUA DE JAGUARIBE

Festas: expressões culturais da humanidade, dinâmicas de celebração, eventos permeados por simbolismos e realizados por diferentes grupos humanos. A festa, na sua condição de manifestação cultural significativa, é interpretada como objeto de estudo de diferentes ciências que a analisam com propriedade, a exemplo da Antropologia, da Sociologia e da História.

As festas despertam o interesse e a curiosidade de pesquisadores de diferentes áreas que buscam interpretá-las e conceituá-las, de forma geral, mas que também estudam as idiossincrasias presentes nessas manifestações específicas de cada cultura. Dessa forma, identifica-se assim um elo de ligação

(...) entre a festa, no seu significado antropológico e subversão dos papéis tradicionais de controle das forças da natureza e da busca ritual de benesses por parte das divindades a ela relacionadas, de um lado, e, de outro lado, a história, no seu entrelaçamento entre tradição popular, posições religiosas e processos de modernização – tudo isto sedimentado em complexos resultados contemporâneos sincréticos culturais (FERREIRA, 2001, p.09).

As festas são, assim como outros tipos de manifestações culturais, extremamente dinâmicas, estando assentadas em aspectos que perpassam sua estruturação, função e significado. Festas são eventos compostos por diferentes tipos de relação, quer seja entre o sagrado e o profano, entre o privado e o público e/ou entre o concreto e o simbólico. A festa é um fenômeno social, uma manifestação cultural que faz parte do modo de vida de diferentes tipos de sociedades²⁸, tais como grupos nômades, comunidades rurais ou urbanas e agrupamentos humanos de diferentes ordens.

Um dos autores que buscou estudar as festas na condição de fenômeno social foi o sociólogo Émile Durkheim na obra *As formas elementares da vida religiosa*, escrito

²⁸ Apesar de ser uma idéia que permeia a produção de muitos estudiosos que pesquisam acerca das festas, nem todos concordam com o fato delas serem consideradas como manifestações culturais presentes em todos os agrupamentos humanos, a exemplo de Duvignaud (1983) que afirma: “(...) não se pode dizer que a festa é uma ‘constante de todas as civilizações’ ou uma ‘categoria da experiência’. Ato surpreendente, imprevisível, ela se declara tanto durante as cerimônias rituais com as quais não se confunde, quanto ao âmbito de toda manifestação pública” (DUVIGNAUD, 1983, p.31). Ainda na opinião desse autor, as festas trazem em si um elemento subversivo responsável pelo descontrole e destruição social, diferente da idéia de Durkheim (1996) e de outros autores que as consideram como importantes agregadores sociais.

exatamente há um século (1912). Nesse estudo o autor traça um paralelo entre a festa e as religiões, afirmando que

(...) uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a idéia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços da cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias. Por isso, observam-se em ambos os casos as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, busca de estimulantes que elevem o nível vital etc. Foi assinalado com freqüência que as festas populares levam aos excessos, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito; também há cerimônias religiosas que determinam como que uma necessidade de violar as regras, ordinariamente as mais respeitadas (DURKHEIM, 1996, p.418).

Contudo, mesmo se caracterizando como momentos de lazer, diversão e afastamento da rotina, há autores que reiteram a necessidade de enfatizar que as festas pressupõem uma organização prévia e que apresentam uma importância fundamental para a vida de diversas comunidades. Essa é a idéia de Amaral ao afirmar que: “(...) divertimento é coisa séria, e pode ser entendido até mesmo como a segunda finalidade do trabalho, vindo logo após a necessidade de sobrevivência” (2008, p.27). A autora destaca que diferentes comunidades têm na festa um elemento capaz de unir os indivíduos e que a caracteriza como “coisa séria” porque ela demanda, por vezes, mobilização, organização e discussões entre os membros do grupo.

Em se tratando da maneira como alguns historiadores interpretam a festa, chama-nos atenção a opinião de Ozouf a esse respeito. Na sua concepção, a história passou a observar a festa como um objeto de estudo válido através da sua relação com outras ciências que já a interpretavam como tal. Para a autora,

A história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços dos homens do que com os seus divertimentos ou, como se queira, com as suas diversões. Se as festas tornaram-se, doravante, com pleno direito, objeto da história, deve-se isso à dupla investigação do folclore e da etnologia. Por freqüentar um outro campo, o historiador aprendeu a levar em consideração a armadura que a ritualização dá à existência humana, mesmo que

seja uma ritualização anônima, desprovida de regulamentação explícita, de coesão coerente (OZOUF, 1988, p.217).

Todavia, por mais que a festa seja considerada como um objeto de estudo para o historiador, não se deve perder de vista aquilo que elas têm de mais importante: os sujeitos que as organizam e que delas participam. Não basta apenas descrever as festas, pontuar suas idiossincrasias ou suas semelhanças, mas perscrutar de que forma o elemento humano participa, organiza e interpreta essas manifestações. Do contrário, nosso trabalho de investigação histórica tenderá a ser, por si só, vazio. É necessário identificar, assim, quem são os homens e mulheres que criam e participam das festas, não nos atendo apenas ao estudo meramente descritivo dos festejos em si.

No que tange ao espaço urbano, mais especificamente aos bairros, pode-se interpretar as festas de rua como acontecimentos que evocam a memória dos moradores dessas localidades, apresentando-se na condição de eventos responsáveis por integrar, em seus preparativos e durante a sua realização, parte significativa deles. Dessa forma, as festas de rua não se reduzem a um simples “fenômeno de fuga da realidade”, mas resguardam em si importantes aspectos que dizem respeito à história, à memória e à identificação dos moradores com o espaço em que residem ou residiram.

Nesse sentido, pelo fato de nosso enfoque teórico perpassar a História Social, não se pode, na nossa interpretação, deixar de centrar a nossa análise nos sujeitos sociais que vivenciaram as festas e que nelas desempenharam diversos papéis, desenvolvendo assim diferentes ações. Dessa forma, corroboramos a idéia de Bloch ao afirmar que,

(...) o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (...), por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2002, p.54).

Neste capítulo objetiva-se analisar as festas de rua do bairro de Jaguaribe como eventos que foram considerados importantes pelos depoentes e, por essa razão, registrados nos seus relatos de memória. Busca-se investigar, portanto, como esses sujeitos históricos organizaram, vivenciaram e registraram em sua memória as

principais festas de rua ocorridas no espaço do bairro de Jaguaribe, a exemplo da Festa de Nossa Senhora do Rosário, do Carnaval, da Malhação do Judas, das Festas Juninas e das Comemorações do Natal e Ano Novo²⁹. Além das entrevistas, foram utilizadas na nossa análise, na condição de referência bibliográfica, informações que constam na obra *Retratos de Jaguaribe*, livro de memórias escrito pelo historiador e antigo morador de Jaguaribe, o senhor Emilson, e que também é um dos oito idosos entrevistados para a composição deste trabalho.

É importante ressaltar que consideramos todos os festejos mencionados pelos idosos na condição de “festas de rua” pelo fato de que as mesmas se realizavam, no todo ou em parte, nos espaços públicos do bairro – ruas, avenidas e praças. Em relação às festas analisadas, a característica de ser comemorada nas ruas é mais marcante, por exemplo, nas festas sacras que apresentavam uma porção profana, tais como a festa de Nossa Senhora do Rosário e as festas de fim de ano (Natal e Ano Novo), para as quais eram reservados lugares públicos específicos para alojar os parques de diversão e barracas de jogos e de prendas, vendas de alimentos e bebidas, entre outros. A parte sacra dessas festas, ou seja, as missas e novenas, era realizada no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a maior paróquia do bairro³⁰.

No caso do Carnaval e do São João, as festas em si ocorriam em espaços diferenciados: parte nos clubes, no caso do carnaval, ou na casa de moradores do bairro, no caso do São João. A outra parte dessas festas ocorria nas ruas: no carnaval eram os desfiles que se concentravam na Avenida Conceição e, no São João, as danças de quadrilhas e as brincadeiras em volta da fogueira que também eram comuns nessa mesma avenida. No caso da festa da malhação do Judas, a mesma acontecia totalmente na rua e seu ponto alto consistia, e consiste ainda, na destruição completa do boneco que representa o Judas, o que acontece anualmente na Praça dos Motoristas, em Jaguaribe.

História e memória são diferentes formas de representação do passado. A memória tem sido considerada por alguns historiadores como fonte de informação para

²⁹ Durante a realização dessa pesquisa percebeu-se a escassez de referências bibliográficas que estivessem especificamente relacionadas às festas de rua do bairro de Jaguaribe. A única publicação encontrada foi a produzida por FONSECA, Ivonildes da Silva *et al.* Festas na rua: momentos que permitem leituras sociais, de autoria de Ivonildes da Silva Fonseca e outros (*Boletim de Pesquisa*, v.1. João Pessoa: Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ, 1998. p.112-120). Trata-se de um relatório parcial de pesquisa acerca das festas de rua do bairro de Jaguaribe. Apesar dos autores do artigo terem feito uso de diferentes tipos de documentação, a exemplo de relatos orais de memória de moradores de Jaguaribe acerca das festas que ocorriam no bairro, não tivemos acesso às entrevistas realizadas para compor o trabalho, utilizando-o apenas na condição de fonte bibliográfica.

³⁰ Além da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, o bairro de Jaguaribe possui ainda as paróquias de Nossa Senhora de Lourdes e uma pequena igreja em homenagem a São Cristóvão.

fomentar os estudos históricos, conforme elucidam Silva; Silva (2010). Tomando por base a idéia de memória a partir da reflexão de Le Goff (2008), os autores consideram-na como sendo:

(...) a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere ao conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História. A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia. Só no fim da década de 1970 que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória (SILVA; SILVA, 2010, p.275)

De acordo com Delgado (2006), a história e a memória têm como ponto em comum o fato de se apresentarem como esforços contra o esquecimento. Os relatos de memória obtidos por meio de entrevistas são considerados como importantes fontes de embasamento utilizadas pelo historiador. A produção e pesquisa das fontes orais exigem uma posição de criticidade por parte do profissional da História que se vê enredado em um duplo processo: o de produzir as próprias fontes que se propõe a investigar e o de problematizá-las, no sentido de compreender que

Para o historiador, as vozes da memória são processos sociais ativos. São essenciais tanto para a produção de novas fontes históricas como para a prática de preservação da documentação já existente. (...) ao historiador cabe estimular e contribuir para que as condições de registro desse tipo de memória possam se efetivar (DELGADO, 2006, p. 48).

Ainda no que tange a relação entre história e memória, é importante ressaltar que para Delgado (2006) existem, na verdade, duas interpretações possíveis sobre este par:

Na primeira, a História pode ser identificada como alimento da memória e, simultaneamente, a memória pode ser tomada como uma das fontes de informação para a construção do saber histórico. Na segunda, a História assume dimensão específica de uma cultura erudita, voltada para a produção de evidências e, portanto, assume função destrutiva da memória espontânea. (DELGADO, 2006, p.49).

A esse respeito, autenticamos a primeira interpretação, visto que consideramos os relatos orais de memória como fontes para a construção do conhecimento histórico, além do fato de que a memória e a História se retroalimentam numa relação de complementaridade: a História disciplina a memória, utilizando-a como fonte na construção do conhecimento e a memória disponibiliza à História novas informações e versões acerca dos acontecimentos.

Assim, a partir dos relatos de memória obtidos através da metodologia da história oral, o historiador consegue registrar, comparar e analisar diferentes versões da história que expressam mudanças e permanências relacionadas a diversos aspectos da vida cotidiana, as modificações espaciais e sociais de uma determinada comunidade, entre outros aspectos.

Dessa maneira, o relato de memória utilizado como fonte para a construção do conhecimento histórico se porta como uma das formas de representação do passado, auxiliando na constituição desse conhecimento de forma plural e integrada às demandas, necessidades e características de uma sociedade também plural, mas que procura conviver, resguardar e resgatar aquilo que a singulariza.

Nesse sentido, é possível traçar uma relação entre festas, memória e o processo de identificação de uma comunidade ao seu espaço de origem e convivência, considerando que as festas são manifestações culturais que remetem à noção de pertencimento de determinados grupos sociais. Através das cerimônias e ritos festivos, de acordo com Durkheim (1996, p.409), “(...) o grupo reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais”. Dessa maneira, é possível interpretar as festas como momentos em que os laços de sociabilidade são estreitados numa determinada comunidade. Além disso, a festa teria ainda, como função, o fato de distanciar, mesmo que de forma momentânea, os homens de sua “vida séria”, ou de seu cotidiano³¹.

É importante ressaltar que, apesar dos diversos conceitos de “cotidiano”, o estamos utilizando nesse capítulo no sentido de “dia a dia” ou de “atividades rotineiras” que varia entre os diversos grupos humanos, diferindo-o de outros aspectos considerados como sendo excepcionais na vida humana. Escolhemos demarcar esse

³¹ As relações do cotidiano relatadas através dos depoimentos dos moradores idosos do bairro de Jaguaribe serão explicitadas, de maneira mais detalhada, no quarto capítulo deste trabalho.

termo pelo fato de que concordamos com a idéia de Silva; Silva (2010), ao afirmarem que

(...) percebemos que ainda não existe um conceito definitivo de cotidiano. Mas é possível realizarmos algumas distinções entre o cotidiano e outras esferas da vida humana. Nele, práticas de trabalho, lazer, resistência, religiosidade, visões sobre a vida e sobre a morte, modos de morar, falar – só para mencionar alguns de seus aspectos, compõem um quadro rico (...) (SILVA; SILVA, 2010, p.78).

No que diz respeito à relação entre festas e cotidiano, este processo se desenvolve, segundo Ferreira (2001), assentado numa dupla ordem: a de afastamento e, ao mesmo tempo, de aproximação. As festas retiram momentaneamente o indivíduo da rotina ao mesmo tempo em que, pelo seu caráter muitas vezes cíclico, conferem aos seres humanos momentos de prazer e distanciamento dos afazeres ditos comuns, tornando-os mais fortalecidos para enfrentar essa mesma rotina, visto que

(...) a festa possui uma dupla e contraditória potencialização entre conservação e criatividade cultural. De um lado, empurra o indivíduo à fuga, à evasão da realidade banal, do cotidiano, para mergulhar no momento mágico da festa, que é também o momento do sagrado, do caos primordial. (...). De outro lado, o clima festivo abre uma possibilidade psicológica e fornece uma carga de energia psíquica que permite ao indivíduo enfrentar com rigor a independência criativa das batalhas do cotidiano (FERREIRA, 2001, p.17).

Nesse aspecto, as festas de rua realizadas no bairro de Jaguaribe se configuravam como momentos em que as relações de aparente ruptura do cotidiano ocorriam ao tempo em que se verificava uma integração entre seus moradores, o que se processava no decorrer da preparação dos festejos e durante a realização dos mesmos.

Nas festas do bairro – notadamente naquelas em que a ligação com o sagrado se apresentava de forma mais ostensiva – festas juninas, festas de Natal e Ano Novo e festa da padroeira, observava-se, em algumas delas, a construção de grandes pavilhões provisórios localizados nas proximidades de uma de suas principais construções religiosas: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Próximo ao templo religioso concentravam-se os moradores que participavam da festa da padroeira, além de pessoas provenientes de várias partes da capital paraibana que visitavam o bairro durante o período com a finalidade de aproveitar as diversões, comidas e bebidas oferecidas nessa festa.

Em relação aos elementos sagrados e profanos presentes nos festejos de Jaguaribe, é importante ressaltar que, de uma maneira geral, segundo Eliade (2008), essas duas instâncias são, na verdade, duas formas das pessoas enxergarem o mundo no qual vivem e convivem. Essa relação se revela, dentre outras formas, na maneira como os sujeitos concebem o espaço ao seu redor, diferenciando-o. Assim,

Para o homem religioso o espaço *não é homogêneo*: o espaço apresenta roturas, quebras; há posições de espaço qualitativamente diferente das outras. (...) Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Mais ainda: para o homem religioso essa não-homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe, que o cerca [destaque do autor] (ELIADE, 2008, p.25).

Durante a realização dessas festas de rua do bairro de Jaguaribe a diferença entre o espaço da manifestação sagrada e o da manifestação profana, apesar de conviverem conjuntamente, se encontrava bem demarcada. A parte sagrada das referidas festas relacionava-se principalmente ao espaço interno – fosse da Igreja, onde eram realizadas missas e novenas, fosse da casa dos moradores católicos, em que se rezava o terço ou as novenas durante essas ocasiões. Reiterando Eliade (2008, p.29): “No interior do recinto sagrado, o mundo profano é transcendido”.

O espaço sagrado e o espaço profano apresentam pontos em que se encontram e se tocam; pontos em que transparece o seu limiar. O limite entre ambos é explicitado no exemplo que Eliade (2008) propõe:

(...) uma igreja, numa cidade moderna. Para um crente, essa igreja faz parte de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica, ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distingue e opõe dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado (ELIADE, 2008, p.29).

No caso de Jaguaribe, este espaço sagrado era representado por suas igrejas, notadamente a Igreja do Rosário, que ficava mais próxima ao lugar onde as festas se realizavam. Esse templo pode ser interpretado, portanto, como um dos elementos

responsáveis pela irrupção do sagrado no espaço profano, além do fato de que a própria igreja se configurava como a instituição organizadora dessas festas, por excelência, tutelando os fiéis em relação à forma como deveriam se comportar no transcorrer dos festejos, censurando, direta o indiretamente, seu comportamento caso não fosse adequado, dentre outros aspectos.

Já a parte profana das festas, representada pelos festejos de rua propriamente ditos acontecia, literalmente, do lado de fora do templo ou fora da casa dos moradores: nos parques de diversão, barracas de jogos, comidas e bebidas na área externa da igreja ou, no caso das festas juninas, na frente das casas, onde as fogueiras eram acesas e se dançavam as quadrilhas.

A festa em homenagem à padroeira Nossa Senhora do Rosário era realizada, segundo Ribeiro (2000), no mês de outubro e, durante esta festividade religiosa, além das missas e do novenário realizado no interior da igreja, as pessoas se divertiam na área externa do templo, ao redor do pavilhão principal. Próximos a esse local eram instaladas as barracas de jogos, bares e parques de diversões dotados de carrosséis, balanços, rodas-gigantes e outros brinquedos. Durante o período em que durava esta festividade, o bairro de Jaguaribe revestia-se de certa “aura de inocência” das cidades do interior, cidades essas onde estavam assentadas as origens de muitos dos moradores que neste local fixaram residência desde as primeiras décadas do século XX.

(...) os pavilhões eram freqüentados pela “fina flor da sociedade”. Porque, como na época não havia festa em outro canto, todo mundo ia pra festa do Rosário. E lá se sentavam à noite, e as moças de Jaguaribe era quem serviam as mesas. Imagine se fosse se pensar nisso no dia de hoje? E serviam, e eram os “endinheirados” que ficavam assim numa espécie de leilão de um pombo assado, de uma galinha, e tal, por que isso tudo se revertia em benefício das obras sociais da Igreja. E havia a escolha da rainha da festa. As pessoas votavam, compravam... Tinham as senhorinhas que iam oferecer cerveja, um tira-gosto, e que iam vender o voto, não é, e cada voto... Naquela época era um cruzeiro, sei lá, e no outro dia da festa, se apurava quem foi que vendeu mais, ou seja, cada voto era computado e no final era escolhida a rainha da festa que era coroada, no último dia da festa (...) (Carlos, 72 anos).

A partir do relato de memória desse depoente, outrora morador do bairro de Jaguaribe, e também através das informações de Ribeiro (2000), que escreveu a sua versão para a história do bairro ancorando-se em sua própria memória, percebe-se que,

durante a Festa do Rosário, a distinção social verificada no espaço de Jaguaribe se tornava mais aparente, visto que nem todos os moradores e freqüentadores da festa ocupavam os mesmos lugares destinados à diversão.

O relato chama a atenção também para a função de garçoneiro, executada momentaneamente pelas moças do bairro que eram candidatas à rainha da festa. Isso ocorre no momento em que o entrevistado compara o passado com os dias atuais. De certa maneira a indagação: “Imagine se fosse se pensar nisso no dia de hoje?” explicita que as pessoas da época em que ele participava das festas de rua do bairro não entenderiam como “humilhação” o fato daquelas que eram consideradas as mais belas jovens de Jaguaribe – notadamente as que faziam parte de abastadas famílias residentes na localidade – estarem servindo as mesas dos participantes da festa.

Em nossa opinião, esta atitude seria interpretada de forma positiva, pois procedendo dessa maneira, a moça estaria demonstrando ser uma excelente candidata à rainha na medida em que estreitava o relacionamento com os seus “súditos” – os moradores do bairro e demais freqüentadores das festas – servindo-os, literalmente.

O principal pavilhão, cujas atividades de organização, decoração e vendas de alimentos ficavam a cargo dos frades franciscanos da Igreja do Rosário, era muito freqüentado, de acordo com o depoente, pelo que ele denomina de “fina flor da sociedade”. Todavia, mesmo sob a tutela e organização dos padres, a parte profana da festas abria espaço para a subversão da “ordem”.

Um exemplo disso é a área que ficava mais afastada do pavilhão principal freqüentado pelas famílias, e que se denominava “bagaceira”, local em que as pessoas desprovidas de recursos financeiros, ou até mesmo aqueles que pretendiam ficar mais próximos dos pontos de venda de bebidas alcoólicas, resolviam se “refugiar”, conforme descreve Ribeiro (2000).

Na lateral da Igreja, precisamente onde está o Centro Administrativo, ficavam as palhoças (barracas de palha), local denominado “bagaceira”. Nessas barracas tinha de tudo, desde cerveja, rum, gim, até a popular aguardente que se bebia acompanhada do caranguejo, fígado, caju, galinha, ou qualquer outro tira-gosto. Naqueles recantos tudo era mais barato do que no pavilhão, não havia luxo. O local era preferido até por pessoas de posse, já que era simples, mais popular e, muitas vezes, descolava uma ‘nega’ (termo usado na época e que hoje se diz ‘gata’). A vantagem é que depois saía dali com a ‘gata’ para se fazer amor (transar). Era fácil porque a parte baixa da

balaustrada³², deserta naqueles tempos, era a alcova que estava às mãos. Só as cobras, formigas e mosquitos poderiam incomodar (RIBEIRO, 2000, p.56).

Ao analisar esse trecho referente à Festa do Rosário escrito por Ribeiro (2000), percebe-se a evidente divisão social que perpassava o bairro, reiterada pelos espaços da festa que os componentes de cada classe social procuravam ocupar: as famílias consideradas distintas, nos pavilhões e, os mais pobres, ou por vezes os próprios homens ditos distintos, logicamente desacompanhados de suas famílias, na parte da festa denominada “bagaceira”.

A própria terminologia utilizada para dar nome a esse local traz em si uma conotação pejorativa, visto que “bagaceira” tem como significados, segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2009), “resto, resíduo, restolho”. É importante destacar que este é um termo comum na Zona da Mata, onde se localiza o município de João Pessoa, pelo fato de que se refere diretamente à cultura canavieira, para a qual o termo “bagaceira” relaciona-se à idéia de “resto”, ou seja, referindo-se à parte da cana de açúcar que, depois de processada, não serviria para mais nada³³.

O trecho do depoimento acima referido remete também às práticas sexuais daqueles que ocupavam o espaço da “bagaceira”: uma de suas intenções era a de “descolar uma nega” para se fazer amor, de forma furtiva, na parte de baixo da Balaustrada da Avenida João da Mata, aproveitando-se do fato deste local ser ermo à época. Percebe-se através desse registro de memória sobre a festa a interação entre os homens, fossem endinheirados ou pobres, ao observar as práticas sexuais como “farra”, algo típico da sociedade brasileira. A festa, apesar de seu caráter religioso e familiar, se transformava também em um espaço de subversão, de inversão da moral e do convívio

³² Na área do bairro localizada próxima à Rua João da Mata em que foi construída, ainda durante o governo de Camilo de Holanda (1916-1920), a chamada “Balaustrada”, construção que demarca a separação entre o bairro de Jaguaribe e a depressão existente à frente do referido logradouro, próximo ao Rio Jaguaribe. Abaixo da Balaustrada, nos dias atuais, está localizada a comunidade Saturnino de Brito.

³³ Não é à toa que este é o título de um conhecido romance da literatura nacional escrito pelo ex-governador e ministro paraibano José Américo de Almeida, denominado “A bagaceira” (ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 16.ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974). O ano de publicação da primeira edição da obra foi 1928. A mesma é classificada pelos estudiosos em literatura como um romance regionalista de 30, geração que inclui obras de outros autores, a exemplo da cearense Rachel de Queiroz, com a obra *O quinze*, além de romances escritos por Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e outros autores. Para mais informações, recomendamos a leitura de *Anos de incerteza* (1930-1937): romance regionalista. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/RomanceRegionalista>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

entre o sagrado – festa da padroeira – e o profano – a festa da “bagaceira”, ou seja, de um espaço de conquista do sexo oposto, da prática sexual e dos excessos de toda ordem.

Faz-se necessário destacar que não apenas em relação ao espaço se percebe uma diferenciação entre a sua porção sagrada e profana, mas também no que diz respeito ao tempo. Se no espaço existem os limiares, as rupturas, os interstícios entre o sagrado e o profano, o tempo apresenta os intervalos periódicos entre um e o outro. De acordo do Eliade,

Tal como o espaço, o tempo também não é, para o homem religioso, nem homogêneo nem contínuo. Há, por um lado, os intervalos de tempo sagrado, o tempo das festas (na sua grande maioria, periódicas): por outro lado, há o tempo profano, a duração temporal ordinária na qual se inscrevem os atos privados de significado religioso. Entre essas duas espécies de Tempo, existe, é claro, uma solução de continuidade (...) (ELIADE, 2008, p.63).

Ainda em relação ao tempo festivo, Eliade (2008) aponta que o mesmo se caracteriza como um esforço para reatualizar os mitos e os fatos que originaram o motivo de sua comemoração, além de trazer consigo uma atmosfera, a depender da festa, de permissividade ou proibição.

Por essa razão, ambos – tempo e espaço – são demarcadores da diferenciação entre o tempo festivo e o tempo profano. A permissividade pode ser percebida, por exemplo, em festas como o carnaval, que antecede o período sacro da Quaresma. Já a proibição ou tabu podem ser percebidos, por exemplo, no caso dos cristãos católicos, em relação à proibição de se consumir carne vermelha durante a Semana Santa, no fim da Quaresma, período de preparação, jejuns, restrições e recolhimento que precede uma das maiores comemorações da cristandade: a Páscoa, festa símbolo da ressurreição do Cristo.

Observa-se, portanto, no que diz respeito ao espaço e ao tempo, que as instâncias do sagrado e do profano lhes conferem uma característica de heterogeneidade e mais: apesar de serem instâncias diferentes da vida do ser humano, ambas se complementam. O tempo sagrado, o interstício da festa, se complementa ao tempo ordinário da rotina. Por sua vez, o espaço sagrado se integra ao espaço profano no momento em que o irrompe.

As festas religiosas se configuram, assim, como uma das expressões de irrupção do tempo sagrado na rotina dos homens, ou seja, em seu tempo ordinário. Além disso, a festa religiosa reitera a idéia do evento original que a configurou, reatualizando-o ao

proceder, periodicamente, a sua comemoração, lembrando, dessa forma, o fato que se processou em um passado mítico ou distante e que deu origem àquela festa, conferindo-lhe uma característica cíclica. Tal acontece, por exemplo, com a festa de Natal em que, no intervalo de um ano, os homens trazem à lembrança, na mesma data, o nascimento de Jesus. Nesse sentido, a respeito das festas religiosas, Eliade afirma que:

Participar religiosamente de uma festa implica a saída da duração temporal “ordinária” e a reintegração no Tempo mítico reatualizado pela própria festa. Por consequência, o Tempo sagrado é indefinidamente recuperável, indefinidamente repetível (...) (ELIADE, 2008, p.64).

O Natal era outra festa de cunho religioso que se caracterizava por representar, ao mesmo tempo, uma celebração íntima e familiar e também uma festa pública que tomava o espaço das ruas de Jaguaribe. As festividades em comemoração ao nascimento de Cristo e ao Ano Novo acabavam se perpetuando no espaço público e, assim como na festa da padroeira, os pavilhões e os parques de diversão eram elementos responsáveis por fazer a alegria do público presente.

Alguns moradores de Jaguaribe aproveitavam esse momento para trabalhar por conta própria ou para os donos dos pavilhões, durante o período festivo, preparando e vendendo alimentos e bebidas nas barracas localizadas em vários pontos do bairro.

A [Avenida] Conceição aí, daqui até essa esquina da [Avenida] Alberto de Brito até a [Avenida] Vasco da Gama era de pavilhão. Pavilhão pra fazer o povo beber, tinha as mulheres pra cozinhar. A minha tia era uma das tais que cozinava, cozinava para os donos do pavilhão. Era a noite todinha até de manhã, o dia amanhecer. (Izabel, 87 anos).

O depoimento de D. Izabel sobre os pavilhões erguidos durante os festejos natalinos aponta um dentre os principais lugares sociais que os mais pobres ocupavam durante a realização das festas de rua: a condição de trabalhadores. E mais: no que perpassa as relações de gênero e trabalho, percebe-se que cabia às mulheres pobres do bairro a atividade de cozinheiras durante os festejos a fim de satisfazerem os participantes das festas nas suas necessidades de alimentação e bebidas, além daqueles que investiam financeiramente nesses empreendimentos – os donos dos pavilhões. É válido destacar ainda a esse respeito que a entrevistada, no trecho que trata sobre as festas natalinas em seu depoimento, não fez menção às atividades relacionadas ao

mundo do trabalho desempenhadas pelos homens pobres do bairro durante a realização da festa.

À época do Natal as lapinhas³⁴, danças folclóricas características desse período, dividiam a preferência dos moradores do bairro entre os cordões azul e encarnado. De acordo com Ribeiro (2000), as lapinhas perpetuavam as suas apresentações antes, durante e um pouco depois do Natal, mais exatamente até o chamado “momento do queima”, que geralmente ocorria na noite de Reis, ou seja, no dia 06 de janeiro.

Com a venda de votos ganhava um dos cordões – Encarnado [vermelho] ou Azul – dependendo dos simpatizantes de uma das correntes ou, de um padrinho rico de uma das componentes do grupo. O esforço dos familiares e amigos era de grande valia. A festa, no final do dia da “queima”, era espetacular, esplêndida. As roupas, os diademas, todos coloridos e iluminados com pequenas luzes conectadas a pilhas davam um aspecto singular ao espetáculo (RIBEIRO, 2000, p.60).

No que tange a essa informação a respeito das lapinhas, verifica-se certa diferença em relação aos depoimentos anteriores dos moradores idosos de Jaguaribe sobre as festas de rua em que se percebia a distinção social dos moradores do bairro. Durante a realização das lapinhas, mesmo que momentaneamente, sobreleva-se a indistinção social a partir da existência dos cordões azul e encarnado. De fato, as cores simbolizavam o elemento de divisão e distinção dos participantes desse folguedo específico, invertendo, dessa forma, a ordem social dominante no bairro, que se mostrava de forma bastante evidente em outros depoimentos a respeito das festas de rua realizadas nesse lugar.

Assim, os participantes, independente dos cordões dos quais faziam parte, utilizavam os mesmos artifícios para se caracterizar como o mais bonito e vencer a disputa entre os dois cordões: vender mais votos, arranjar um padrinho rico que lhes concedesse considerável soma a fim de comprar as roupas e adereços mais belos, etc. A sua distinção não perpassava, portanto, uma questão social – tal qual a divisão de classe, mas sim uma divisão que estava centrada na competição entre os dois cordões, numa

³⁴ De acordo com o folclorista Câmara Cascudo, a lapinha é “a denominação popular do Pastoril, com a diferença de ser representada a série de pequeninos autos diante do presépio (...). Lapa, lapinha são sinônimos tradicionais de presépio” (CASCUDO, 2002, p.325).

disputa entre brincantes aparentemente iguais que constituíam o cordão do lado vermelho e o cordão do lado azul.

Tal como acontecia durante a Festa do Rosário, caracterizada pela coexistência das celebrações sagradas e dos festejos profanos, no momento de realização das festas de fim de ano – Natal e Ano Novo – os moradores do bairro divertiam-se nos pavilhões, barracas e parques, mas também participavam das missas em homenagem ao nascimento de Cristo e à chegada de um novo ano. Conforme registro de memória de um de nossos entrevistados, dentre as duas grandes celebrações que ocorriam no mês de dezembro, a chamada Missa do Galo era considerada a mais importante.

Naquela época, a missa era celebrada em latim e o padre celebrava de costas para a... Para o público, ele ficava de frente para o altar, diferentemente de hoje que o padre fica de frente para o público, de costas para o altar e é em português. A gente ajudava – eu era coroinha – e uma das passagens interessantes é que eu fui coroinha e aí é também um fato inesquecível, num dos últimos anos, que eu já estava saindo de Jaguaribe, eu fui coroinha na Missa do Galo, que era a missa mais freqüentada na igreja por que era a missa de Natal. A chamada Missa do Galo celebrava-se geralmente à meia noite e depois havia comemoração. (...) E então eu me lembro que, nessa noite, eu me senti importante, porque eram poucos os escolhidos – eram muitos os candidatos, mas eram poucos os escolhidos – para ser coroinha na Missa do Galo, porque era a missa mais importante do ano! E vestia aquela veste branca, e ia ajudar o padre a espargir aquele incenso num instrumento que depois eu vim saber que se chamava tamboril, eu nem sabia, depois eu vim descobrir. (...) Eu ajudei a missa com Frei Jorge, que era o pároco, né, o vigário da igreja, era o sacerdote maior, e com toda a [comunidade de] Jaguaribe presente, aquilo pra mim foi um... Foi uma glória ser um ajudante de missa naquelas circunstâncias! (Carlos, 72 anos).

Esse depoimento acerca da Missa do Galo reitera a opinião de Eliade (2008) de que o espaço sagrado, no caso, a Igreja, reveste-se de uma aura de poder, fato que emana da própria idéia de aproximação do espaço sagrado com o espaço dos deuses ou de Deus, de onde provém a criação e organização do Cosmo. A manifestação dessa instância de poder do espaço sagrado fica clara, na fala do depoente, quando ele descreve a importância da figura do sacerdote, que ficava de frente para o altar e de costas para os fiéis, centralizando assim as atenções durante o culto, além do fato de a missa ser celebrada em latim, língua que poucos dominavam e entendiam, entre outros aspectos.

Ademais, o depoente reitera essa idéia de poder da instituição ao afirmar que muitos eram os chamados para ser coroinha na Igreja, mas poucos eram escolhidos para a missa que ele indica como sendo a mais importante do ano: a missa do Galo, a missa da noite de Natal, a parte sagrada da festa que comemora o nascimento do Cristo. Essa diferenciação dos melhores a serem escolhidos para auxiliar na Missa do Galo é demonstrada também, no que tange à simbologia, pela veste branca que os mesmos usavam e no ato de espargir o incenso no instrumento sacro, o tamboril. Ser escolhido para essas ações era, na opinião do entrevistado, ser privilegiado: “Foi uma glória ser um ajudante de missa naquelas circunstâncias”!

Em Jaguaribe, apesar das festas de rua, quando de sua realização, ocuparem várias artérias, vias e outras áreas do bairro, havia uma avenida em especial na qual as mesmas se concentravam durante alguns períodos específicos do ano: era a Avenida Conceição. Essa informação foi obtida através da leitura e do cruzamento dos relatos orais e também de informações em fonte bibliográfica que versam sobre a organização e realização de duas festas, em especial, que se concentravam nesta avenida: os festejos de rua realizados na época do Carnaval e do São João.

A importância da Avenida Conceição como o lugar, por excelência, da realização de várias festas de rua de Jaguaribe chama-nos a atenção também por outro aspecto: o fato desta avenida localizar-se na porção do bairro conhecida por alguns dos seus moradores como “Jaguaribe de Baixo”, o que suscita o caráter popular que esses festejos de rua apresentavam.

Nos Estados que compõem a Região Nordeste do país, os festejos juninos se caracterizam como importantes celebrações anuais que fazem parte do imaginário e da cultura regional. No que tange ao discurso folclórico acerca das festas juninas, o entendimento a respeito da sua origem comporta duas interpretações possíveis: na primeira alguns estudiosos defendem que os festejos do mês de junho são derivados das tradições pagãs, tendo sido reinterpretados e modificados, em alguns aspectos, pela Igreja Católica. Já alguns folcloristas defendem que essas festas são tradições legitimamente criadas pela Igreja, com elementos respaldados na própria tradição bíblica.

Dentre aqueles que defendem a primeira vertente está o historiador inglês Peter Burke (1989) que acredita que a adaptação dos cultos pagãos à tradição católica encontra respaldo em alguns elementos característicos da festa, a exemplo da

simbologia do fogo, do dia em homenagem a São João Batista coincidir com o solstício de verão, dentre outros aspectos.

À noite de São João cai no Solstício de Verão. Nos inícios da Europa moderna, essa festa era a ocasião de muitos rituais, que incluíam acender fogueiras e pular por cima delas (...). O fogo e a água são símbolos usuais de purificação, de modo que é plausível afirmar que o significado da festa era a renovação e a regeneração, e também a fertilidade, pois existiam rituais para adivinhar se a próxima colheita seria boa ou se uma determinada moça se casaria no ano seguinte. O que tudo isso tem a ver com São João? É como se a Igreja medieval adotasse uma festa pré-cristã e a fizesse sua (...) (BURKE, 1989, p.205).

Alguns folcloristas portugueses e brasileiros também adeptos dessa mesma matriz interpretativa justificam essa relação entre as festas pagãs e as festas juninas ao comparar a disparidade entre as características desses festejos e a forma como a Bíblia descreve a personalidade do principal patrono das comemorações do mês de junho: João Batista.

(...) Como foi que pôde rodeiar-se de ruidosos e desenvoltos festejos a memória d'este austero Precursor, que viveu no Deserto uma vida de isenção e penitência; que só falava para fazer reconhecer a identidade do Messias ou para moralizar os costumes? Como foi que o asceta, o solitário, o purificador, que somente deixava a sua caverna para afirmar pelo apostolado a divindade de Jesus, e para conduzir à remissão dos pecados pela instituição do baptismo, como foi que o martyr, o prisioneiro, o decapitado, pôde transformar-se no santo aventureiro e folião, leviano e galhofeiro, patrono de estúrdias e licenciosidades, tal como o kalendário popular o considera na tradição dos séculos? E' a volta das cerimônias lithurgicas com que a egreja celebra o aniversário do Precursor, vieram agrupar-se os vestígios de um mytho solar, pela coincidência chronologica d'esse anniversario com o solstício de verão (PIMENTEL *apud* LIMA, 2010, p.63).

À parte dessas controvérsias entre as possíveis interpretações para as origens da festa, Lima (2010) aponta para o fato de que o seu significado e a sua realização no Brasil serem de extrema importância para a população que vê nesses festejos uma oportunidade de conagração e um momento propício para que se possam estreitar os laços de sociabilidade na comunidade. Além disso, no caso do Nordeste brasileiro, as festas juninas realizam-se durante o período do inverno, época em que, após as chuvas dos meses de abril, maio e início de junho, o trabalhador do campo espera comemorar

uma farta colheita de milho. Não é à toa que ele é o principal ingrediente das iguarias da culinária junina, a exemplo da pamonha, da canjica, dos bolos, dentre outros.

De acordo com Amaral (1998), corroborando a interpretação de Burke (1989), as festas juninas têm origem no século XII. Tratava-se de celebrações de origem pagã que foram gradativamente incorporadas e sofreram modificações por parte da Igreja Católica. Na opinião dessa autora, as festas juninas são consideradas historicamente como o evento festivo mais importante da Região Nordeste, chegando a ultrapassar, inclusive, a importância do Natal.

O “São João” (modo pelo qual se referem os nordestinos ao ciclo de festas do mês de junho) principalmente, adquire tal importância na vida social nordestina que não apenas é fonte de preocupação durante todo o ano (quando se poupa dinheiro a ser investido na participação na festa, ou se organizam eventos a serem apresentados nela), como ainda move interesses políticos e econômicos que poucas vezes se imagina (AMARAL, 2008, p.166).

Popularmente as três datas que compõem as festas juninas – 13 de junho, dia de Santo Antônio; 24 de junho, dia de São João e 29 de junho, dia de São Pedro, são comemoradas em suas respectivas vésperas com a preparação de comidas típicas à base de milho, o “pipocar” dos fogos, as fogueiras e a dança típica da quadrilha. Conforme elucida Amaral (1998), a quadrilha é uma dança de origem francesa que foi adaptada para ser executada em salões. Essa dança e suas coreografias típicas foram trazidas ao Brasil ainda durante o período colonial. Isso remete à existência de passos, bem como suas denominações, de origem francesa que foram adaptados para a língua portuguesa, a exemplo de “anarriê” (derivada de *arrière*) que significa “para trás” e “anavantu” (derivada de *avant*), que significa “para frente”.

As festas juninas se consolidaram no bairro de Jaguaribe como um dos momentos de diversão mais esperados do ano. No local, segundo Ribeiro (2000), existiam algumas quadrilhas que dançavam nas noites festivas. Os moradores costumavam se reunir para enfeitar as ruas com bandeirolas e balões. Nas bodegas e nas barracas da feira livre era comum o comércio de fogos de artifício que animavam as crianças e jovens, além da venda dos ingredientes para o preparo das comidas típicas, tais como a canjica e a pamonha.

Aqui era bom. Por São João essas rua aí, a [Avenida] Senhor dos Passos era enfeitada, era de chamar a atenção. Tinha gente

que vinha só pra ver a rua embandeirada porque era bonito (...). As fogueira daqui era cada uma, cada tora de pau, agora, depois, a eletricidade e agora com essa história de quem não quer tirar madeira, né, aí proibiu e Vandinho [filho da entrevistada] fazia parte aí, não fez mais fogueira não. Eu sinto falta da minha fogueira pra assar meus milho... Um milhozinho assado na fogueira é bom... Aí ele [Vandinho] compra assado, mas quando chega já chega é frio (risos). Não é nunca igual ao que a gente sacudia dentro da fogueira. Eu já fui uma vez para o interior, menina, mas lá foi muito bom. Era quebrando os milho assim e sacudindo dentro da fogueira, com palha e tudo! Menina! Dancei pra medonho, só faltava largar meu braço! (risos) (Anunciada, 87 anos).

D. Anunciada recorda com certo saudosismo a festa de São João em Jaguaribe comparando, inclusive, o tempo passado, sobre qual se fala, com o tempo presente, no qual se fala, chamando atenção para duas razões que expressam porque a tradição de fazer fogueiras está se extinguindo no bairro: a existência (chegada) da luz elétrica e a questão do desmatamento das florestas, salientando inclusive o fato do seu filho, Vandinho, ser contrário a essa tradição das fogueiras justamente em razão da consciência ambiental. Observa-se, portanto, que o depoimento de D. Anunciada pode se configurar como um ilustrativo da idéia de Bosi (2009), para quem

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 2009, p.60)

Nas proximidades da Avenida Conceição, reconhecida pelos moradores como um dos mais importantes locais de Jaguaribe quando se tratava das festas de rua, os festejos do mês de junho, em especial os de Santo Antônio e São Pedro, eram bastante esperados pelos moradores pelo fato de que um dos “tipos populares” que circulava anonimamente pelas ruas de Jaguaribe no decorrer do ano ganhava *status* de verdadeira “estrela circense” durante esse período, conforme se pode observar no relato da entrevistada Zezita:

Uma outra coisa de festas, né, era a festa de São Pedro, por sinal, começava por Santo Antônio. Olha a rua como é famosa, a Conceição: na Conceição existia D. Júlia, que era quase em frente a Metusael Dias [morador do bairro que, durante o período carnavalesco, fantasiava-se de rei Momo] e o dia de Santo Antônio era a grande festa que D. Júlia promovia. Eram três dias de festa de Santo Antônio. Íamos para lá todos, cantávamos, e tínhamos, no final, lanche para todos nós. Do lado de cá da [avenida] Conceição tinha essa festa que era famosa, que era a festa do São Pedro. Esta é, no imaginário da nossa cabeça... Porque, o que acontecia: era uma casa grande, era um rapaz que tinha um pouco mais de recurso e a casa dele era maior... E tinha uma coisa interessante: tinha uma grande fogueira que no final, depois do novenário, que a gente rezasse os hinos e as rezas de São Pedro, aí tinha um caboclo, que passava em cima das brasas. Era fantástico porque esse caboclo, o ano inteiro, ele vendia inhame na feira de Jaguaribe, tá? Então, como a feira, antes de ir pra onde ela é atualmente, ela entrava até a [avenida] Benjamim Constant e tinha as áreas e o inhame e a batata, esses, esses... Os tubérculos eram vendidos quase em frente lá de casa e o caboclo passava o ano todinho lá, botava chapeuzinho, era moreno, era “inturicado” assim, e quando era no dia de São Pedro, ele brilhava, porque no dia de São Pedro, o caboclo passava por cima das brasas. Então a gente esperava o ano todinho pra ver como o caboclo passava por cima das brasas, e a gente não entendia como é que ele fazia isso (Zezita, 61 anos).

O depoimento de Zezita aponta para algo contraditório que acabava sendo sobrelevado durante o período do São João: como o caboclo, feirante, anônimo, um homem comum acabava se tornando uma verdadeira “celebridade” no São João de Jaguaribe, numa aparição quase que comparada a um número circense, esperada por todos? Este é um “mistério” em si que a própria depoente não entende, cabendo a ela, portanto, apenas deslumbrar-se com a aparição do caboclo e sua destreza ao andar sobre as brasas incandescentes da fogueira de São João.

Em relação aos três santos comemorados no mês de junho, mas especialmente no que se refere a São João, a fogueira mostra-se como um dos mais fortes simbolismos da festa, o que é justificado principalmente por uma história da tradição católica que conta que Izabel, mãe de João Batista, avisaria à Maria, mãe de Jesus e sua prima, do nascimento do pequeno profeta através de uma fogueira³⁵.

³⁵ A respeito disso, é válido ressaltar a constatação de Lima (2010) sobre o fato de essa ser uma história veiculada através da tradição da Igreja Católica e não do Cristianismo, visto que: “Convém acrescentar que na Bíblia Sagrada, em nenhum de seus Livros ou Evangelho, existe qualquer registro sobre um acordo entre Santa Isabel e Santa Maria” (LIMA, 2010, p.93).

A fogueira das festas de São João, além de homenagear o santo, tem a função de servir também como instrumento de preparo de uma das principais comidas servidas durante o período: o milho, principalmente na região Nordeste, onde o período da festa coincide com o período de colheita deste cereal, tendo o São João, portanto, uma verdadeira conotação de “festa do milho”. Ainda em relação à importância da fogueira nas festas juninas, o hábito de se passar descalço por cima de suas brasas incandescentes era, segundo Lima (2010), uma prova de ousadia e fé por parte do cristão. A autora destaca que esse costume teve origem em práticas pagãs da região da Itália, onde pessoas passavam por cima de brasas incandescentes para saudar uma divindade relacionada às colheitas: a deusa Ferônia.

Com relação ao tradicional costume de se acender fogueiras, no bairro de Jaguaribe observou-se, a partir do relato de memória da moradora Zezita que, durante o período das festas juninas, moradores e frequentadores anônimos as acendiam e alguns acabavam por chamar a atenção do público participante dos festejos, a exemplo do caboclo à qual a depoente se refere, frisando, inclusive, o fato de ele ser um pobre vendedor de inhame, mas que, no dia de São Pedro, literalmente “brilhava” e se destacava dos outros por andar sobre brasas incandescentes de uma fogueira e não se queimar.

Este, aliás, não é o único registro a respeito de tal “personagem”, visto que Ribeiro (2000) faz menção ao mesmo acontecimento. Contudo, a exemplo da entrevistada, não se recorda do nome do senhor que andava sobre as brasas, denominando-o sob a alcunha de “Caboclo do Mel”: “O senhor Rosendo, [era] um dos organizadores das festas na avenida [Conceição], principalmente a de São Pedro, quando o caboclo do Mel aparecia para andar descalço sobre o braseiro” (RIBEIRO, 2000, p.134). Acredita-se, assim, tratar-se do mesmo “personagem”.

Tomando por base o relato de memória obtido através da entrevista da depoente Zezita, percebe-se que, apesar de serem festas oferecidas nas cercanias das casas de moradores do bairro, misturando assim o caráter público e o privado, os festejos de Santo Antônio e São Pedro acabavam por tomar também o espaço da Avenida Conceição por conta da comemoração em volta da fogueira e da apresentação do caboclo andando sobre as brasas, o que arrebatava a atenção de todos.

Outro aspecto que merece destaque nessa narrativa é o fato de que, apesar da festa de São João ser considerada, na Região Nordeste, como a mais importante dos três festejos juninos, a entrevistada recorda, de forma mais proeminente, das festas de Santo

Antônio e São Pedro. Uma das explicações para o fato de que em Jaguaribe a véspera de São João fosse uma festa “menos animada” que as duas anteriores e, por essa razão, não esteja tão presente nos relatos de memória dos moradores idosos do bairro tal como as festas de Santo Antônio e São Pedro, pode estar relacionado à origem de muitos dos residentes no bairro que passaram a morar nesse lugar desde as primeiras décadas do século XX, conforme elucida Chagas (2004), na condição de migrantes pobres advindos do interior.

Esses moradores deixaram as suas cidades natais com a finalidade de fugir, literalmente, das intempéries naturais, notadamente a seca, além de migrarem para a capital paraibana em busca de melhores condições de vida. Isso remete para o fato de que alguns deles provavelmente viajavam, durante a referida data, para o interior, a fim de passar a festa mais importante do calendário junino junto às suas respectivas famílias, o que pode ser justificado, inclusive, no depoimento anterior de D. Anunciada, no qual ela fala a respeito de uma festa de São João em que ela viajou para o interior, dançou, comeu milho assado e se divertiu.

Os três santos patronos dos festejos do mês de junho são homenageados nas respectivas vésperas de seus dias, sendo a festa de Santo Antônio a primeira delas, comemorada no dia 12 de junho, considerado no Brasil como sendo o dia dos namorados. De acordo com Lima (2010),

O culto de Santo Antônio é, como o de São João, uma herança portuguesa. Sendo um santo português, nascido em Lisboa, foi também um dos mais populares e cultuados tanto em Portugal quanto no Brasil. Segundo os portugueses, a ação de Santo Antônio foi fundamental na guerra e o seu nome funcionava como arma contra perigos imbatíveis. Na época do Brasil Colônia merece destaque o seu papel de militar, dadas às inúmeras guerras e revoltas durante as quais era invocado. E tanto fez ao lado das forças armadas brasileiras que recebeu patente e meio soldo em várias companhias do exército brasileiro. Recebeu ainda, por esta razão, o apoio dos militares, com dinheiro e prestígio, às suas igrejas, obras e festas. É incontável a quantidade de homenagens dedicadas a Santo Antônio; diversas Igrejas foram construídas em seu louvor, bem como diversas ruas, praças e pessoas levam seu nome. Atualmente Santo Antônio já não é mais cultuado como militar e sim como o “santo casamenteiro” e reparador das coisas perdidas (LIMA, 2010, p.68).

Apesar de Santo Antônio ter sido alçado à alcunha de santo casamenteiro, é inegável também a relação que existe entre a véspera e o dia de São João e a grande quantidade de sortilégios e adivinhações para se saber quem vai se casar, quem vai ficar solteiro, etc. É importante ressaltar que, de certa maneira, esta ligação entre o caráter sagrado dos santos e as brincadeiras e sortilégios realizados às vésperas dos dias que os homenageiam incutem, no imaginário popular, certa desmistificação em torno de suas figuras.

É como se, por conta das brincadeiras, adivinhações e outras tradições, o povo se sentisse mais próximo da tríade junina ao ponto de ressignificar esses três santos: de asceta e austero profeta, São João passa a ser o menino que segura um cordeirinho em seu estandarte. De douto orador, Santo Antônio passa a ser o protetor das donzelas casadoiras e, da posição de destaque de primeiro papa da Igreja Católica, São Pedro passa a ser o emissário das chuvas, além de ser também interpretado como guardião das chaves do céu. Há uma reinterpretação da tríade de santos juninos por parte daqueles que os homenageiam: “(...) é o povo que com sua imaginação, inventa formas de contato com o sagrado, aproximando e até mesmo trazendo o santo, para o âmbito do mundo profano” (LIMA, 2010, p.88).

No que diz respeito à comemoração da festa de Santo Antônio em Jaguaribe, é perceptível através do depoimento de uma de nossas entrevistadas a importância deste santo para os padres franciscanos responsáveis pela administração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. O santo é bastante venerado pela população católica do bairro tanto que, todas as semanas, durante um dia, em caráter fixo, são realizadas missas em sua homenagem, além do novenário cuja data de realização coincide com o dia em que se homenageia o santo português: 13 de junho. Além disso, o santo também dava nome ao antigo cinema e ao grupo escolar tutelados pelos mesmos franciscanos. O cinema se localizava onde está atualmente a Casa da Cidadania do Governo do Estado da Paraíba, na Avenida Vasco da Gama, número 146.

As festas do ciclo junino são apontadas, portanto, como momentos importantes de congraçamento da comunidade, especialmente a principal delas – a festa de São João – sendo muitas vezes as três festas denominadas apenas sob a alcunha de “Festas de São João”, tal a centralidade dessa data do ciclo junino em detrimento das outras. Trata-se de uma festa em que

(...) o sagrado e o profano caminham juntos não só por que a distância entre ambos é tênue, mas, sobretudo, porque ambos são produtos de invenções imagéticas, práticas e discursivas criadas e recriadas para substancializar, justificar e instituir determinadas práticas culturais (LIMA, 2010, p.111).

Todavia, são perceptíveis as modificações pelas quais passam atualmente as festas juninas da região Nordeste, num processo atravessado pela espetacularização e mercantilização, o que vem ocorrendo com várias festas de rua de cunho popular e também religioso.

O caso das festas juninas, um regionalismo do semi-árido, segue o mesmo diapasão monopolista da renda cultural. Grandes festas públicas, lucros privados que vão se alargando para frente e para trás do mês de junho. Desde a última década do século 20 já se confundiam com os carnavais, de tal modo que há festa junina em fevereiro e carnaval em junho, numa espetacular hibridez de tempos festivos, ritmos, comportamentos e investimentos (FLORES, 2007, p.93).

A Avenida Conceição também era o lugar por excelência de uma das mais tradicionais, importantes e conhecidas festas de Jaguaribe: o carnaval. Essa manifestação sociocultural observada no cenário urbano se constituía, segundo depoimento de alguns dos moradores idosos entrevistados, como uma das mais animadas festas de rua do bairro. As comemorações referentes a essa data festiva são interpretadas por parte deles como importantes momentos de sua história de vida, daí estarem tão presentes em seus relatos de memória.

É importante ressaltar que, durante a realização das entrevistas, quando perguntados a respeito das festas realizadas no bairro ou quando falavam espontaneamente acerca das mesmas, a maior parte dos narradores idosos fez menção ao carnaval, descrevendo-o como um dos mais relevantes festejos dentre os que eram realizados no bairro. As informações obtidas sobre o carnaval de Jaguaribe através das entrevistas foram bastante significativas em comparação às informações relacionadas a outras festas de rua que aconteciam nesse local, proporcionando assim maiores subsídios para que se analisasse este festejo específico com maior profundidade.

Assim, não é forçoso lembrar que as narrativas e as diferentes versões que as mesmas podem suscitar acerca de um acontecimento não são de domínio exclusivo do historiador, conforme nos esclarece Souza:

(...) as memórias informacionais dos historiadores não podem ser as únicas possíveis ou autorizadas a se pronunciar sobre assuntos da lembrança. Temos que nos perguntar como as pessoas que não realizam esta operação intelectual, delimitada por um método, encaram esta construção memorialística sobre a vida na cidade (SOUZA, 2010, p.114).

A memória, portanto, nunca é demais reafirmar, pode ser considerada como um dos elementos que contribuem sobremaneira para os estudos e pesquisas relativos à história de um bairro, sobretudo a partir dos depoimentos daqueles que nele residem ou residiram, em especial os mais velhos. Dessa maneira, pode-se afirmar que cultura histórica e memória estariam indiscutivelmente relacionadas visto que a memória se posiciona como “(...) uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o seu passado” (CHARTIER, 2009, p.21).

O carnaval, pelo fato de ser uma das múltiplas manifestações sociais e culturais observadas no cenário urbano, se constitui como um objeto de estudo cujas especificidades o direcionam para um campo de investigação extremamente interessante e fértil para os estudiosos da memória social. Considerada como sendo uma festa de origem popular³⁶, o carnaval apresenta um caráter cíclico ou, em outras palavras, um período de ruptura em relação à rotina e de amortização dos costumes sociais, o que confere a uma comunidade, durante este período festivo “(...) o relaxamento do rigor moral e (...) uma espécie de desarticulação momentânea do sistema” (SEBE, 1986, p.04). Há uma quebra da rotina no espaço da cidade e do bairro expressa pelas atividades dos cidadãos durante o carnaval. Há a ingerência de um “tempo extraordinário” em oposição à prática de atividades comuns.

Desde as origens da festa – o que, segundo Sebe (1986), ocorreu na Europa durante a Antiguidade, derivada dos festejos em homenagem às colheitas – ao carnaval associa-se o fim de um dado período de tempo e o início de outro ciclo, seja natural ou religioso: da chegada da primavera, da preparação para a Quaresma, da comemoração de uma farta colheita entre outros.

À época da transição da Idade Média para o Renascimento, com base na análise realizada a partir da produção literária de François Rabelais, Bakhtin (1993) afirma que o carnaval ocupava um papel de extrema importância no mundo medievo-feudal porque permitia aos homens que viviam numa sociedade dual, altamente hierarquizada e tutelada pelos cânones da Igreja Católica exercitarem, mesmo que temporariamente, o

³⁶ Essa é a interpretação de SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

riso cômico. Além do período do carnaval, era permitido a essa população fazer isso durante os festejos carnavaalizados, a exemplo da “festa dos tolos” e da “festa do asno”, ambos citados pelo autor. Para Bakhtin (1993) os festejos dessa natureza

Ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferentes, deliberadamente não oficial, exterior à Igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de *dualidade do mundo* e cremos que, sem levá-la em consideração, não se poderia compreender nem a consciência cultural da Idade Média nem a civilização renascentista. Ignorar ou subestimar o riso popular na Idade Média deforma também o quadro evolutivo histórico da cultura européia nos séculos seguintes (BAKHTIN 1993, p. 5) [destaques do autor].

Ainda em relação ao carnaval, Bakhtin (1993) ressalta que as festas que apresentavam um caráter oficial eminentemente remetiam à idéia de serem reforçadoras da visão hierarquizada da sociedade feudo-medieval, já que as mesmas não se caracterizavam pela inversão de valores, o que era típico do carnaval, além da universalidade do riso cômico carnavalesco. Diferentemente dos ritos oficiais, cujo objetivo era exatamente o contrário, o de reforçar as hierarquias, no carnaval, mais especificamente na transição da Idade Média para o Renascimento, verificava-se que

A abolição das relações hierárquicas possuía uma significação muito especial. Nas festas oficiais, com efeito, as distinções hierárquicas destacavam-se intencionalmente, cada personagem apresentava-se com as insígnias dos seus títulos, graus e funções e ocupava o lugar reservado para o seu nível. Essa festa tinha por finalidade a consagração da desigualdade, ao contrário do carnaval, em que todos eram iguais e onde reinava uma forma especial de contato livre e familiar entre os indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras intransponíveis da sua condição, sua fortuna, seu emprego, idade e situação familiar. Contrastando com a excepcional hierarquização do regime feudal, com sua extrema compartimentação em estados e corporações na vida diária, esse contato livre e familiar era vivido intensamente e constituía uma parte essencial da visão carnavalesca do mundo. O indivíduo parecia dotado de uma segunda vida que lhe permitia estabelecer relações novas, verdadeiramente humanas, com os seus semelhantes. A alienação desaparecia provisoriamente. O homem tornava a si mesmo e sentia-se um

ser humano entre os seus semelhantes. O autêntico humanismo que caracterizava essas relações não era em absoluto fruto da imaginação ou do pensamento abstrato, mas experimentava-se concretamente nesse contato vivo, material, sensível. O ideal utópico e o real baseavam-se provisoriamente na percepção carnavalesca de mundo, única no gênero (BAKHTIN 1993, p. 9).

O carnaval, portanto, era um festejo de grande importância para a sociedade feudo-medieval. Nesse período, a licenciosidade ultrapassava as hierarquias sociais e eclesiásticas, o riso cômico, o escárnio eram a tônica durante os festejos; o homem encontrava-se temporariamente livre para divertir-se.

É justamente esse traço de liberalidade que ainda caracterizava os carnavais do século XX, guardadas as devidas diferenças. As marchinhas, as fantasias, o “mela-mela”, os blocos, troças e cordões de frevo eram os símbolos dessa liberalidade cômica que também tomava as ruas de Jaguaribe, que subvertia a ordem, mesmo que apenas por alguns dias, que se posicionava como uma espécie de “válvula de escape” das tutelas de uma instituição que exercia um papel social muito importante no bairro: a Igreja Católica, representada, à época, pelas paróquias de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora de Lourdes.

(...) não podíamos ir pra carnaval. Essas coisas, a gente via passando. Nos dias em que nós íamos à Igreja do Rosário nos dias de carnaval, ficávamos na igreja de joelho por conta dos pecadores, mas o meu juízo tava lá era no carnaval, por que ? Porque Jaguaribe foi sempre uma grande festa. A [Avenida] Conceição, onde eu fui criada, quer dizer, na outra rua vizinha à minha, tinha um rei, um rei momo, Metusael Dias. Ele era mais ou menos da minha idade, então, o pai dele inventou que Metusael ia ser o rei do carnaval, e lá tinha um grande palanque que passava o ano inteiro, e avisa as horas e botava música o dia inteiro. E no carnaval era a grande festa por que os blocos carnavalescos passavam. Passavam os índios, passavam as escolas de samba e minha grande paixão que foi sempre: que era o bloco dos Piratas de Jaguaribe. Os Piratas de Jaguaribe era assim, era um delírio, não é? Passavam numa esquina e passava na outra eles vestidos tocando frevo que era a nossa marca. Essa era a história do carnaval. (Zezita, 61 anos).

Nesse relato de memória da moradora Zezita, percebe-se a capacidade da festa de carnaval do bairro em subverter a ordem: a ordem da igreja era rezar pela alma dos pecadores, mas a entrevistada afirma que só o fazia “de corpo presente”, que o seu “juízo”, ou seja, seu pensamento estava na algazarra das ruas.

Em seu depoimento aparecem também importantes “personagens” das festas de carnaval, “personagens” esses que estão presentes também em outros depoimentos dos moradores idosos do bairro: Metusael Dias e seu pai. Ainda garoto, Metusael foi “alçado” pelo próprio pai ao título de eterno Rei Momo do Carnaval de Jaguaribe. O pai, morador do bairro e exímio freqüentador e organizador das festas de rua ocorridas no local, aproveitava-se dos dotes físicos do filho, ou seja, do fato dele ser gordo e bonachão, para instituí-lo como o rei da festa desde a sua infância. Para tanto, construiu um palanque em frente à sua casa – a de número 261 na Avenida Conceição, para que os blocos de Jaguaribe saudassem “sua majestade” no decorrer dos festejos.

A cidade teve um Rei Momo bem especial. Foi Metusael Dias. Foi coroado Rei Momo infantil, em 1954, em programa de auditório da [rádio] Tabajara e ficou no trono por vinte anos. Em sua casa em Jaguaribe, tinha trono e ele reinava o ano inteiro. Em seu Palácio era visitado por políticos e quando de sua coroação oficial houve bonita festa, com a presença do prefeito do Recife, o paraibano Augusto Lucena, e monarcas de diversos Estados do Brasil. Até pouco tempo, sua casa (...) ainda ostentava a cadeira do Rei. Teve fim trágico, ao ser assassinado no interior de uma rádio (LEAL, 2000, p.141).

A idéia de ser uma festa extraordinária no pleno sentido do termo, ou seja, que se sobrepõe ao ordinário, ao cotidiano, é tão forte que leva o carnaval a modificar até mesmo o ciclo das atividades diárias mais básicas, a exemplo da própria necessidade de se alimentar, o que pode ser verificado no relato de memória de outra moradora de Jaguaribe.

Era muito bonito, essa menina. Era uma animação tão grande! Ninguém comia direito, a minha tia deixava o “cumê” no fogo e quando chegava, o “cumê” tava queimado, por que ela era muito fogosa. Eu me comparo com ela mesmo. Ela gostava muito de carnaval! (Izabel, 87 anos).

Já outra moradora registrou em sua memória uma situação que corrobora essa mesma idéia. A festa no bairro era tão animada e sua passagem era tão rápida, tão fugaz e, ao mesmo tempo, tão esperada em comparação a outros momentos do ano, que não havia nem tempo e nem vontade dos foliões para comer.

Sim, o que eu gostava muito quando cheguei aqui era o carnaval. Parece que eu falei naquele dia, não foi, do carnaval?(...). Aí, o carnaval era animadíssimo, era bloco pra lá, bloco pra cá, era escola de samba... Era tudo. Eu não podia nem

almoçar... Quando começava... Eu não conseguia almoçar nem jantar! (Leda, 72 anos).

Esses dois relatos de memória a respeito do carnaval em Jaguaribe corroboram, em certa medida, a idéia de Da Matta (1990) sobre a separação dos espaços onde se pratica toda a subversão da ordem que é característica desse festejo: a casa e a rua. Segundo o autor, “O Carnaval não promove reuniões de famílias nas casas, mas reuniões de indivíduos nas ruas. Assim, nada existe que prenda a pessoa em casa” (DA MATTA, 1990, p.113), nem mesmo as suas necessidades mais básicas e imediatas, a exemplo da alimentação.

Os primeiros festejos carnavalescos de que se têm registro na cidade de João Pessoa datam, de acordo com Leal (2000), da passagem do século XIX para o século XX. Essas manifestações se concentravam onde atualmente se localiza o Centro Histórico da capital paraibana, mais precisamente no bairro do Varadouro. À época, a Rua da Areia era a via por onde passavam os corsos³⁷ e ocorriam as visitas dos foliões às casas de participantes e beneméritos dos chamados “cordões carnavalescos”. Com o passar do tempo, o principal desfile de carnaval da cidade se deslocou para a Avenida Duque de Caxias. Neste local, por muitos anos, se concentravam os foliões para brincar.

Os desfiles de carnavais organizados em diferentes bairros da cidade de João Pessoa ganharam força, segundo Leal (2000), a partir de 1940. Nesse período aconteceram desfiles oficiais de blocos, agremiações, cordões e orquestras de frevo em bairros relativamente próximos ao Centro da cidade, a exemplo de Cruz das Armas e Jaguaribe. Nesse último, a festa popular passou a se concentrar numa das suas mais importantes avenidas: a Avenida Conceição.

O carnaval era bem animado, a gente não precisava nem ir pro Centro da cidade olhar aqueles desfiles porque tinha carnaval na Avenida Conceição e tinha carnaval aí na Praça Onze, se chama essa Praça Aquiles Leal. (...). Toda a agremiação de fora, Torre... É, Roger, Cruz das Armas dava uma passada ali, né? A mesma coisa quando passavam ali depois iam para a Praça Aquiles Leal onde também tinha um palanque... Era, o que fazia o [carnaval] da Aquiles Leal era funcionário da Prefeitura, chamado... Antônio Leite e era conhecido por... Cachimbo Eterno. Chamavam ele assim, de Cachimbo Eterno. Aí também ele fazia convite, né, arrumava o palanque em frente ao clube

³⁷ Os corsos consistiam em desfiles de carruagens ou carros abertos enfeitados pelas famílias de elite nos quais as pessoas desfilavam e brincavam os carnavais.

aonde ele era presidente, que ainda hoje existe esse clube. (Leda, 72 anos).

Todavia este não era o único desfile carnavalesco que ocorria no bairro. Troças, blocos e cordões de frevo saíam das ruas próximas de suas respectivas sedes e marchavam rumo à Praça Vidal de Negreiros (popularmente conhecida como Ponto de Cem Réis) ou rumo ao Parque Sólon de Lucena (Lagoa), dependendo do lugar onde o poder público municipal organizasse os festejos carnavalescos naquele ano.

Tinha também uma escola de samba, “Última Hora”, aqui pertinho, na [Avenida] Carmelo Ruffo [antiga Rua São Vicente], que animava muito na época de Carnaval. E tinha uma escola de samba, parece-me que ainda existe, Piratas de Jaguaribe. (...) ³⁸. As escolas de samba a gente aguardava com ansiedade quando passava aí, na frente de casa, porque ficava aqui na [Avenida] Carmelo Ruffo (...) pra poder ir lá pro Ponto de Cem Réis, encontrar com as escolas de samba, que era no Ponto de Cem Réis... Passavam aqui na minha frente! (Tereza, 83 anos).

Na passagem da década de 1950 para 1960, de acordo com Leal (2000), uma disputa de interesses de moradores e lojistas de diferentes áreas do Centro da cidade acabou por auxiliar o crescimento do carnaval do bairro de Jaguaribe. Foliões da Rua Duque de Caxias – um dos locais onde ocorriam os desfiles dos antigos corsos – protestaram contra a saída do desfile principal das agremiações carnavalescas daquela via. Por outro lado, alguns moradores das áreas próximas do Parque Sólon de Lucena objetivavam transferir definitivamente o desfile principal para aquela área, que à época comportava um maior número de residências que a Duque de Caxias. Assim, corroborando as impressões de Da Matta (1990) acerca de como o carnaval altera o espaço da cidade e a rotina dos cidadãos, percebe-se que

O mundo urbano fica demarcado para o Carnaval. Mas não é só isso. Essa demarcação tem muito espaço. Existem ruas inteiras que assumem um aspecto quase privado, relacionando-se com suas residências e se abrindo para elas, com iluminação e decoração próprias, fazendo o seu próprio desfile e concurso de fantasias (DA MATTA, 1990, p. 90).

A divisão do principal festejo de carnaval da capital paraibana em dois distintos locais comprometeu a qualidade da festa no Centro da cidade, fortalecendo assim as

³⁸ A moradora se refere ao Clube Carnavalesco Piratas de Jaguaribe como uma escola de samba quando, na verdade, trata-se de um clube de frevo com sede localizada na Avenida Floriano Peixoto, uma das principais vias do bairro.

manifestações carnavalescas dos bairros próximos ao Centro, a exemplo de Jaguaribe. No ano de 1959, o principal desfile de carnaval do município foi transferido para a Avenida Conceição, espaço já consagrado no bairro de Jaguaribe para a festa de Momo.

Esse assunto da mudança de locais voltou à tona em 1959, quando o presidente da Federação Carnavalesca (naquela época, Mário Torres, que também era vereador), comprou briga com o prefeito Miranda Freire, por falta de apoio para o Carnaval, e levou o desfile das Escolas para a Avenida Conceição. Praticamente todos os blocos aderiram, o Carnaval no Centro ficou só por conta dos carros e dos blocos da chamada elite. (LEAL, 2000, p. 78).

Outro fator que pode ter contribuído para o enfraquecimento dos festejos carnavalescos naquelas duas vias da cidade – Duque de Caxias e Lagoa – foi a mudança de seu caráter de área residencial para um espaço que comportava cada vez mais atividades comerciais e serviços, considerando que a festa de carnaval daquela época (final da década de 1950) era organizada, prioritariamente, pelos moradores desses locais e suas famílias, cabendo aos poderes públicos apenas o apoio institucional. Na medida em que a área foi se transformando em eminentemente comercial, os blocos organizados pelos moradores do Centro foram perdendo a sua importância. Reiterando esta idéia acerca dos blocos carnavalescos, Da Matta (1990) ressalta que:

(...) os blocos colocam-se como reforçadores do bairrismo e da vizinhança, dos fenômenos que tendemos a tomar como irrelevantes na nossa apreciação do mundo urbano moderno. Assim fazendo, os blocos entrecortam distinções de famílias, cor, posição educacional ou ocupacional para unir todos os seus componentes numa mesma tribo ou bloco. (DA MATTA, 1990, p. 105).

Outro aspecto importante a respeito do carnaval da cidade de João Pessoa, notadamente dos festejos que se realizavam no bairro de Jaguaribe, era o fato dessa festa, até o ano de 1957, ser direcionada a dois públicos específicos: um de elite e o outro de cunho popular. A elite residente em Jaguaribe e em áreas próximas do Centro da cidade brincava o carnaval nos bailes de gala e de máscara dos clubes, a exemplo do Clube Cabo Branco, agremiação desportiva que se manteve localizada no bairro até o ano de 1957, quando transferiu sua sede social para o bairro do Miramar, nas proximidades da orla da capital paraibana. Nesse período, a orla marítima e seus arrabaldes ainda eram considerados apenas como áreas destinadas aos imóveis de

veraneio, mas que já começavam a se valorizar no ainda incipiente mercado imobiliário local.

Em Jaguaribe, as comemorações populares relativas ao carnaval concentravam-se em torno do chamado “carnaval de rua”, dentre as quais se destacava o desfile das escolas de samba, cordões de frevo, troças e blocos, além da passagem do “zé-pereira”. Segundo Sebe (1986), os primeiros “zé-pereiras” foram organizados na primeira metade do século XIX e desfilavam no sábado de carnaval, como uma alternativa ao entrudo, celebração também de origem portuguesa, porém marcada pela violência e sujeira. O autor não explica a origem do nome “zé-pereira³⁹”, mas descreve essa prática como sendo bastante alegre e irreverente, bem ao gosto do carnaval.

A passagem do zé-pereira de Jaguaribe foi registrada no depoimento de uma das moradoras idosas do bairro, D. Izabel.

No sábado de carnaval, uma semana antes do carnaval, tinha o Zé-Pereira. A gente ia tudo vê, de meia-noite ele saía na rua num caminhão. A gente tava tudo deitado, aí ela [a tia da depoente] dizia assim: “Menino, lá vem Zé Pereira. Vamo embora?” Quando dizia “vamo embora” ela já tava no meio da casa com uma toalha no pescoço. Ela botava uma toalha no pescoço com uma ponta pra lá e outra pra cá. A gente ia acompanhar até chegar ali na [Avenida] Primeiro de Maio, na casa de Sr. Zé Pereira. O clube parava lá, a gente pinotava, pinotava, depois eles vinham-se embora num carro e a gente voltava pra casa (Izabel, 87 anos).

No relato de memória de D. Izabel a respeito do zé-pereira que desfilava pelas ruas de Jaguaribe, chama atenção o fato de a mesma afirmar que a parada obrigatória dessa troça se dava na frente da casa de certo “Sr. Zé Pereira”, portanto, um homônimo do “bloco”. Reiteramos que em outros depoimentos não foi feita menção tanto a essa troça especificamente, nem mesmo a alguma pessoa de nome José Pereira ou Zé Pereira responsável por organizar cordão de frevo, escola de samba ou outro tipo de agremiação durante festejo de carnaval em Jaguaribe.

³⁹ Conforme explicita Cunha (2002, p.389): “Segundo informação repetida *ad nauseam* em toda a bibliografia sobre o carnaval, ela [a tradição dos zé-pereiras] teria sido introduzida no Rio de Janeiro em 1852 por um sapateiro português, estabelecido à Rua São José, de nome José Nogueira de Azevedo Paredes, saudoso das tradições de sua terra natal associadas ao período do entrudo carnavalesco. Juntamente com alguns patrícios, com fantasias improvisadas e tambores alugados, ele teria inaugurado esta forma de brincadeira que adquiriu grande difusão no carnaval carioca”. Para maiores informações sobre o assunto, recomenda-se a leitura de CUNHA, Maria Clementina Pereira. Vários zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor Pereira no carnaval carioca da virada do século. CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2002. p.371-417.

Porém, pelo fato da depoente afirmar que “o clube” parava na Avenida 1º de Maio, acreditamos se tratar da residência do Senhor Antônio Leite, mais conhecido como “Cachimbo Eterno”, notório organizador do carnaval e de outras festas de rua do bairro de Jaguaribe, o qual Ribeiro (2000) descreve como:

Um cidadão baixinho morador da Av. 1º de Maio, casa nº 528, que nos anos 50 tinha uma amplificadora de nome Poty em sua casa. Como uma rádio ele fazia propaganda e tocava música que uma pessoa oferecia a outra. Ele foi presidente do Clube dos Veteranos e é [era] servidor municipal. (RIBEIRO, 2000, p.221).

A parada obrigatória das escolas de samba e agremiações carnavalescas de Jaguaribe e de outros bairros era a casa de número 261 da Avenida Conceição. Nela residia, de acordo com Ribeiro (2000), o senhor José Bento e seu filho, o jornalista Metusael Dias, organizadores do carnaval de Jaguaribe que são mencionados em vários depoimentos dos moradores idosos entrevistados.

E todos bloco, todos clube ia pra lá, na frente da casa dele [Metusael Dias]. Era um pavilhão e vinha muitos carnaval [blocos] de muito canto, vinha da Torre, Cruz das Armas, São Miguel [Varadouro], daqui de Jaguaribe. Só na [Avenida] Conceição tinha quatro [blocos]: era o Filipéia, Piratas de Jaguaribe, 25 Bichos... (Izabel, 87 anos,).

É importante ressaltar, de uma maneira geral que, em se tratando de festas, faz-se necessário proceder a uma espécie de desmistificação, em especial, no que tange à relação que é feita, notadamente no que se refere ao carnaval, apenas à idéia de alegria e descontração. Lembremo-nos que são os sujeitos históricos – homens, mulheres, trabalhadores, membros das elites entre outros – que organizam e vivenciam essas festas, ou seja, os sujeitos que as organizam e delas participam são “peças-chave” para o entendimento desses momentos lúdicos.

(...) de que vale estudar as festas, as comemorações e deixar de fora os homens e mulheres que se divertem nelas? É importante sim, estudar o conceito de festa, analisar os porquês e os interesses de cada uma delas, mas não podemos nos esquecer de que quem realmente faz a festa são as pessoas que delas participam, afinal, não há festa sem gente (SILVA, 2011, p.34).

Logo, as festas não podem ser analisadas simplesmente como “momentos de diversão”, pois são também espaços de disputa, de trabalho, de tristezas, de perdas e

ganhos de sujeitos plurais. A festa é o momento em que se processa, segundo Cunha (2002, p.17) “(...) um diálogo social *tenso* e intenso” [destaque nosso] onde não só a alegria está presente, mas também as relações de poder, de classe, de etnia, de gênero, as tentativas de imposição cultural, entre outros aspectos.

Assim, apesar de se configurar como uma festa em que o seu caráter lúdico e de diversão se sobrepõe a outros aspectos da rotina, o que não era diferente em Jaguaribe, o carnaval pode ser interpretado na condição de “espaço de disputa” no bairro, principalmente entre alguns dos seus principais organizadores: Metusael Dias e seu pai *versus* o senhor Antônio Leite, conhecido pela alcunha de Cachimbo Eterno. Esse senhor que, de acordo com Ribeiro (2000), era funcionário público da Câmara Municipal de João Pessoa, passou a organizar não apenas o festejo de carnaval, mas outras festas de rua tradicionais de Jaguaribe em um espaço diferente do bairro. Observa-se nesse relato de memória como o lúdico também pode ceder lugar às disputas de poder durante a organização e realização da festa em si.

Mas tudo que se faz bem feito provoca inveja. O senhor Antônio Leite, mais conhecido no bairro por “Cachimbo Eterno”, criador do Clube dos Veteranos, achou por bem dar um golpe nos festejos da Avenida Conceição. Então passou a organizar essas festas na Avenida 1º de Maio, entre as ruas Alberto de Brito e Senhor dos Passos. Realmente, com mais poder de influência nos meios políticos municipais (...) realizou carnavais e festas de fim de ano inesquecíveis. (...) ao cabo de três ou quatro anos nada mais fez, exceto o carnaval, desta vez em frente ao Clube dos Veteranos e, este mesmo, anos depois, se extinguiu. Isso também causou o desaparecimento da folia no bairro de Jaguaribe [que] passou anos e anos sem festejos memoráveis como aqueles. Até a festa do Rosário entrou em decadência até extinguir-se totalmente (RIBEIRO, 2000, p.58).

Seria ingênuo de nossa parte afirmar que as festas de rua do bairro de Jaguaribe chegaram ao fim apenas por conta de brigas e divisões por parte de alguns moradores do bairro que as organizavam – de um lado, o senhor José Bento e o filho Metusael Dias, do outro, o Senhor Antônio Leite “Cachimbo Eterno”. No entanto, não podemos nos furtar a investigar o que parece ser um conflito de interesses entre esses três personagens do bairro que vai além do direito em si de organizar as festas de rua.

As festas são, conforme elucidamos anteriormente, eventos onde não apenas a diversão e o entretenimento têm espaço, mas também os interesses políticos e econômicos. Aquele que organizasse as melhores festas de rua do bairro não só

angariava o apoio dos moradores para si, mas também do poder local, visto que políticos, notadamente vereadores e prefeitos, teriam nelas a oportunidade de expor suas plataformas eleitorais e também “agradar ao povo”, patrocinando atrações musicais, jogos e outras modalidades de entretenimento facilmente encontradas nas festas de rua de Jaguaribe.

Nesse aspecto, Antônio Leite estaria em “certa vantagem” em relação ao senhor José Bento e ao filho Metusael, visto ser funcionário da instância municipal tendo, portanto, uma maior facilidade no trato com os políticos da esfera local, apesar de Metusael Dias também contar com o apoio e “simpatia” de políticos que, durante o carnaval, visitavam sua casa, o seu “palácio da folia”, conforme elucida Leal (2000).

Outro elemento que se pode levantar em relação à disputa entre esses organizadores das festas do bairro é o fato de que Antônio Leite, além de funcionário público da esfera municipal, era também proprietário de uma amplificadora de rádio, a Poty, que fazia propagandas e promovia concertos musicais e uma espécie de “show de calouros de rua”, segundo relata Ribeiro (2000). Todavia, “Cachimbo Eterno” não parecia ser o único morador a ter tal iniciativa no bairro. De acordo com o relato da moradora Zezita, em frente à casa do senhor José Bento, pai de Metusael Dias, existia o que ela chama de “palanque” que tinha funcionalidade não apenas durante o período do carnaval, mas também no decorrer do ano, o que nos remete a uma parte já citada do depoimento dessa mesma entrevistada “(...) lá tinha um grande palanque que passava o ano inteiro, e avisa as horas e botava música o dia inteiro” (Zezita, 61 anos).

Por se tratar de algo que funcionava durante todo o ano, não apenas no período do carnaval, acreditamos que esse “palanque” ao qual a moradora faz referência pode se caracterizar como outra amplificadora no bairro, não só abrigando as atrações do desfile do carnaval, mas também exercendo as funções de entreter a população e veicular músicas e propagandas no bairro durante o ano inteiro. Dessa forma, Antônio Leite teria no senhor José Bento e em Metusael Dias não apenas dois “inimigos” no que se referia à organização das festas, mas também concorrentes do ponto de vista comercial.

Divididas, as duas festas de carnaval e posteriormente, as outras festas de rua do bairro passaram a ser cada vez menos comemoradas. Restou a lembrança daqueles que vivenciaram uma espécie de “fase áurea” das festas de rua de Jaguaribe.

Hoje Jaguaribe, no primeiro dia de carnaval você não vê ninguém, você tem até medo de andar na rua do primeiro ao

último dia (...) Pouca gente fica aqui nessa rua, quase todo mundo... Quem não sai pra granja, sai pra praia... Nitidamente fica a rua deserta, completamente deserta! E o carnaval de Jaguaribe acabou! Acabou de uma vez mesmo! (Leda, 72 anos).

Nesse sentido, a nosso ver, não apenas a divisão da organização e do espaço deve ser apontada como o elemento responsável pelo fato de não se realizarem mais as festas e celebrações que ocorriam no espaço do bairro, sob pena de simplificarmos esse processo, justificando-o apenas a partir desses elementos.

Assim, deve-se destacar também a intensidade do processo de modificação do caráter eminentemente residencial de Jaguaribe como um fator que contribuiu para o declínio das festas. Esse fato se tornou mais perceptível a partir da década de 1970, período em que o local passou a sofrer substanciais transformações em relação às novas formas de uso de seu espaço, principalmente pelo fato de que Jaguaribe recebeu, com mais intensidade, a partir desse período, diversos equipamentos urbanos relacionados aos setores do comércio e serviços, em especial repartições públicas, conforme elucida Mendonça (2010).

Devido à valorização imobiliária de outras áreas da cidade de João Pessoa, a exemplo dos bairros localizados próximos ao litoral, outrora utilizados com mais frequência apenas nos períodos de veraneio, alguns moradores de Jaguaribe passaram a residir em outras localidades, o que acabou por afastar parte dos antigos residentes que organizavam ou participavam das festas de rua do bairro.

Também contribuiu para isso o fato de que, na década de 1970, especificamente no que concerne ao carnaval, conforme afirma Leal (2000), esse festejo de rua da cidade de João Pessoa sofreu importantes modificações que corroboraram com a significativa mudança no eixo de expansão do município em direção à orla marítima da capital. É para as proximidades do litoral que, num primeiro momento, se direcionam as sedes dos clubes sociais. Além do Esporte Clube Cabo Branco, que ainda no fim da década de 1950 modificara o local de sua sede social do bairro de Jaguaribe para o bairro do Miramar, nos anos 70 e 80 duas outras agremiações de grande porte construíram suas sedes sociais na orla – o Iate Clube e o Jangada Clube. Esses clubes também passaram a abrir seus salões para concorridas matinês e bailes noturnos durante o período do carnaval.

Não só o carnaval dos clubes transferiu-se para a orla, mas também o carnaval de rua. A partir dos primeiros anos da década de 80 do século XX, o poder público

municipal e, por conseguinte, a população da cidade de João Pessoa, passou a organizar a chamada “prévia carnavalesca”.

Essa prévia se caracteriza ainda hoje pela a organização e desfile de blocos na orla marítima da capital, mais precisamente nos bairros de Tambaú e Cabo Branco. Esses blocos eram, de início, pequenos, mas pelas proporções atingidas atualmente, no caso de alguns, passaram a se denominar “blocos de arrasto”. Dentre esses, o de maior expressão, indubitavelmente, é conhecido como “Muriçocas do Miramar” que, na quarta-feira da semana que precede o carnaval, denominada “quarta-feira de fogo”, congrega uma multidão de milhares e milhares de foliões por uma das principais avenidas da cidade rumo à zona litorânea: a Avenida Eptácio Pessoa.⁴⁰

A mudança do caráter eminentemente residencial do bairro de Jaguaribe, que a partir da década de 1970 passou a abrigar novos prédios comerciais ou direcionados para uso exclusivo dos poderes Públicos Estaduais e Municipal, aliado ao fenômeno de “migração” do carnaval e de outros festejos de rua para a orla marítima, a exemplo das comemorações do Ano Novo, organizadas pelo poder público, se incluem entre os fatores que contribuíram decisivamente para o enfraquecimento das festas de rua do bairro de Jaguaribe como um todo, e não só no que tange aos festejos do carnaval.

Com relação aos festejos de rua que outrora ocorriam ali, especificamente no que se refere ao carnaval, é necessário ainda ressaltar que a valorização dessas festividades em cidades pernambucanas próximas – a exemplo de Olinda e Recife, bem como a apropriação dos bens culturais populares por parte de empresários que organizaram as chamadas “micaretas” ou carnavais fora de época, são aspectos a serem considerados na análise desse processo de “declínio” do carnaval pessoense em si, já que na cidade, de fato, não existem grandes manifestações populares no exato período de carnaval, mas sim uma semana antes da realização do mesmo – a chamada “prévia carnavalesca”.

No que tange à mercantilização dos festejos de carnaval, elemento expresso de maneira mais aparente através do fenômeno das chamadas “micaretas” ou “carnavais fora de época”, são elucidativas as palavras de Flores (2007):

O extraordinário carnaval dos trios elétricos, um localismo baiano, foi transformado num evento ordinário, repetido à

⁴⁰ Para maiores informações a respeito do bloco “Muriçocas do Miramar”, recomenda-se a leitura de LEAL, Wills. *No tempo do lança-perfume ou a História do Carnaval na/da cidade de João Pessoa*. 2.ed. João Pessoa: Gráfica JB, 2000.

exaustão (...). De modo que as festas dionísicas e momescas, historicamente anteriores à páscoa e à quaresma, se tornaram feiras monopolistas onde se consomem sonoridades, danças, afetos, beijos, alegrias e muito, mas muito mesmo, cervejas, bebidas de todos os tipos, águas, refrigerantes, comilanças. Assim, surgiram os blocos de folia dirigidos por jovens empresários especuladores de emoções que comercializam uniformes, chapéus, pulseiras, braçadeiras, tornozeleiras (na linguagem econômica, são abadás), contratam seguranças para administrar os cordões de isolamento e conforto dos foliões, privatizando ruas, calçadas e iluminação pública com o consentimento tácito dos governantes locais. Uma cultura política de baixa intensidade republicana permite que esses mesmos políticos e representantes do povo ganhem crédito e capital eleitoral dando longevidade aos poderes familísticos e renda familiar que causa inveja a qualquer executivo das grandes empresas globalizadas. Os verdadeiros artistas da terra, das localidades avassaladas, ficam de fora dessas artiscidades difusas e rentistas. Os donos das barracas desses centros comerciais itinerantes de prazer e gula concentram-se entre os apadrinhados dos gestores quando não são os próprios familiares das governanças locais. Resta aos setores subalternos a segurança dos eventos, as fainas serviçais nos camarotes destinados ao olhar panorâmico dos representantes e executivos das empresas patrocinadoras, dos investidores e donos de bandas que invariavelmente se apresentam com vestes erotizadas e cantam refrões sexualizados (FLORES, 2007, p.91).

O verdadeiro “espírito do carnaval” que outrora tomava as ruas do bairro de Jaguaribe pode ser reiterado nos versos de uma antiga canção carnavalesca citada por D. Izabel, moradora idosa do bairro: “Ninguém fica parado, ninguém fica encolhido, o homem fica louco e a mulher perde o marido”. Esse refrão aparentemente curto é representativo da inversão⁴¹ de valores típica do período momesco, da picardia e, até mesmo, das contradições e insinuações de sentido, numa quebra total da rotina em que a recatada e tímida dona de casa caía na folia e o homem, sisudo e trabalhador, perdia de vez a noção do que era certo ou errado.

⁴¹ Apesar de reiterar, por mais de uma vez, a idéia de inversão própria do período do carnaval, chamamos atenção para o fato de que nem todos os autores que estudam essa manifestação cultural concordam com essa interpretação. Um exemplo disso é Queiroz (1992), para quem o carnaval, de certa maneira, reproduz o discurso e a representação de diversas instituições, valores e aspectos que compõem o dia a dia dos foliões, a exemplo da exploração da imagem do corpo feminino, do poder midiático, do caráter punitivo e coercitivo da polícia e de outras instituições de caráter público e privado que tem [ou, pelo menos, deveriam ter] como função zelar pela segurança da população e dos participantes dos festejos. Para maiores informações recomendamos a leitura de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

Das festas de rua que aconteciam no espaço do bairro, ainda resiste ao tempo a chamada “Malhação do Judas”, realizada anualmente ao fim da tarde do sábado da Semana Santa, mais precisamente, no Sábado de Aleluia. De acordo com Arruda (2011), a malhação é uma tradição europeia que foi modificada em terras brasileiras ainda durante o período colonial. Esta, por sua vez, seria uma adaptação dos castigos inquisitoriais dados àqueles que não eram condenados à fogueira, mas que, simbolicamente, pereciam sob escárnio público, visto que eram punidos através do apedrejamento de bonecos com suas feições.

A malhação do Judas que acontece em Jaguaribe se caracteriza por ainda ser considerada como a mais tradicional da cidade de João Pessoa, sendo organizada, segundo Arruda (2011), há 56 anos. No entanto, nos dias atuais, a festa se restringe ao Sábado de Aleluia. De acordo com os relatos de memórias de uma moradora idosa de Jaguaribe, a destruição do boneco do Judas, que ganha feições diferentes a cada ano – geralmente associadas a um político ou a outra figura pública que a população considera como sendo um traidor ou traidora – era recorrente em todos os dias da Semana Santa, não apenas durante o Sábado de Aleluia.

O boneco do Judas é confeccionado com materiais como tecido, espuma e estopa, trazendo em seu interior balas, pipocas e outras guloseimas, o que atrai crianças e adolescentes para participar da malhação.

Ah, tínhamos também a festa do Judas, a malhação do Judas que acabou, né? Porque era assim, era durante a Semana Santa toda, hoje tem só no Sábado de Aleluia. Acabou-se a festa do Judas, que era muito animada também, aqui pertinho na avenida... Não, era num dia só a malhação, mas a festa era durante a semana toda. Aí foi acabando, as pessoas que cuidavam daquilo foram saindo do bairro, hoje só tem a malhação, aí, na Praça dos Motoristas, aqui pertinho (Tereza, 83 anos).

O depoimento de D. Tereza aponta para uma das razões pelas quais tenha diminuído o número de dias em que ocorria originalmente a festa do Judas: o fato de que alguns dos moradores que a organizavam se mudaram para outros locais, o que de certa forma, é uma das razões que justificam o fato de várias festas de rua não serem mais realizadas no espaço de Jaguaribe. A depoente enfatiza isso quando diz que “as pessoas que cuidavam daquilo [da festa do Judas] foram saindo do bairro”. Observa-se que esse evento perdeu a sua “porção festiva” em si, visto que não mais existem as

comemorações realizadas no decorrer da semana, reduzindo-se a festa ao momento da malhação do boneco.

Todavia, nem no depoimento de D. Tereza nem em qualquer outro relato de memória dos moradores idosos entrevistados identificamos quais foram os motivos que levaram a malhação do Judas a continuar sendo a única das festas de rua remanescentes do bairro de Jaguaribe. Uma das causas que pode ser apontada para isso é o fato da malhação ser interpretada como um tipo de manifestação extremamente ligada à idéia de se “fazer justiça com as próprias mãos” em um mundo contemporâneo permeado por um histórico de impunidades, principalmente em um país como o Brasil⁴².

Guardadas as devidas proporções, festas como a malhação de Judas remetem às *rough music* estudadas pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson em um dos artigos de sua obra “Costumes em Comum”. De acordo com Thompson (2008), a *rough music* (“música rude”, em tradução literal), reunia uma série de manifestações de origem plebéia ligadas ao escárnio, ao mau-dizer e às zombarias na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII.

Rough music é o termo que tem sido comumente usado na Inglaterra, desde o fim do século XVII, para denotar uma cacofonia rude, com ou sem ritual mais elaborado, empregada em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam certas normas da comunidade. Parece corresponder, em geral, ao *charivari*⁴³ na França, ao *scampanate* italiano, e a vários costumes alemães (...). Há, na realidade, uma família de formas rituais, bastante antiga e espalhada por toda a Europa, mas seu grau de parentesco está aberto a investigações (THOMPSON, 2008, p.353).

Uma das características em comum dessa forma de zombaria eram as “músicas estridentes” executadas pelos próprios participantes. Essa “música” era produzida através do uso de panelas, frigideiras e outros artefatos. Geralmente as *rough music* ocorriam quando as pessoas tentavam expulsar alguém impopular ou que havia

⁴² É importante esclarecer que não desejamos fazer qualquer juízo de valor em relação à festa do Judas, no sentido de afirmar se a mesma gera ou não intolerância no que tange àqueles que dela participam ou que a organizam. Apenas ressaltamos o caráter de violência implícito ao festejo, visto que o boneco do Judas é completamente destruído, ou seja, malhado, ao final da comemoração, lembrando que o mesmo representa um traidor/traidora na opinião daqueles que participam da festa.

⁴³ Apesar de terem algumas características em comum, tanto as *rough music* quanto os *charivari* franceses possuem as suas especificidades. Para maiores informações recomenda-se a leitura completa de THOMPSON, Edward Palmer. *Rough Music*. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p.353-405.

despertado a reprovação da comunidade, ou seja, tratava-se, geralmente, de uma manifestação de hostilidade. Quando a própria vítima do escárnio público não estava presente em uma *rough music*, o que ocorria algumas das vezes, segundo Thompson (2008), a mesma era substituída por efígies e imagens que as representavam, tal como um boneco substitui a figura do Judas durante a malhação. Dessa maneira, mesmo sem a presença física da pessoa considerada impopular e digna de escárnio, a *rough music* tinha como finalidade a desonra pública.

Quem visse nisso tudo apenas uma brincadeira grotesca se equivocaria. Queimar, enterrar ou celebrar as exéquias de alguém ainda vivo era um terrível julgamento da comunidade, que transformava a vítima num proscrito, numa pessoa já considerada morta, era o grau máximo de excomunhão (THOMPSON, 2008, p.362).

Por mais que as manifestações denominadas como *rough music* acontecessem rotineiramente, havia dias, no caso da tradição britânica, em que elas se repetiam, de forma simbólica, como uma espécie de “acerto de contas” para a população: o dia 5 de novembro, dia da tentativa de explosão do Parlamento Inglês durante o reinado de James I em que apenas um dito conspirador foi preso pelo crime, Guy Fawkes⁴⁴, era um exemplo disso, já que várias manifestações de hostilidade com bonecos que representavam o pretense traidor se realizavam nas praças e noutros locais públicos de Londres.

Já em relação à tradição católica arraigada no Brasil, o dia exemplar em que se punem os traidores é o Sábado de Aleluia que, para os moradores que organizavam a festa do Judas de Jaguaribe, reveste-se de uma conotação especial: era o mesmo dia em que aquele considerado “o traidor mor”, Judas Iscariotes, o homem que traiu o filho de Deus, Jesus, é punido todos os anos, simbolicamente, através de um boneco que representa outro traidor: um político, uma figura que causou algum desagrado aos moradores do bairro, um ditador, alguém acusado de um crime brutal, entre outros.

Portanto, conclui-se que a possibilidade de vingança simbólica, ou seja, pautada numa representação do se fazer “justiça com as próprias mãos” numa sociedade cujas leis apresentam tantas “brechas” que podem levar à impunidade dos criminosos não é

⁴⁴ Para maiores informações, recomenda-se a leitura completa de THOMPSON, Edward Palmer, *op. cit.*, p.362.

por si só a única razão que remete à resistência da festa do Judas de Jaguaribe, mas pode ser apontada, indubitavelmente, como um dos seus motivos: a espetacularização da violência, mesmo que essa se configure apenas no plano simbólico. Nesse sentido,

O ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão com seu grupo. Daí, hoje em dia, a facilidade com a qual os indivíduos se reagrupam para gritar sua agressividade e inventar signos festivos que expressem seu desejo de vingança: apedrejar os símbolos do inimigo, queimar personagens representadas em efígies etc (ANSART, 2001, p.22).

Através dos relatos de memória dos moradores idosos entrevistados observamos que é muito presente em sua narrativa a idéia de finitude das festas que, de fato, deixaram de acontecer no espaço do bairro. Observamos como principais fatores que justificam esse processo de “declínio” das festas a saída de alguns moradores que organizavam os festejos do bairro de Jaguaribe, a exemplo do que a própria D. Tereza relata em sua fala sobre a festa do Judas, a mudança do caráter eminentemente residencial do bairro para um caráter comercial e de prestação de serviços privados, além do fato de que algumas dessas festas de rua foram acompanhando o eixo de crescimento da cidade de João Pessoa, que se deslocou da área central para as porções leste e sul da capital, conforme nos esclarecem Rodriguez (1980), Rodriguez; Droulers (1981) e Lavieri e Lavieri (1992)⁴⁵.

Por essa razão, indagamos: em vez de “declínio” das festas de rua de Jaguaribe até a sua completa extinção, não seria possível afirmar que algumas dessas festas foram, na verdade, deslocadas do seu espaço primordial de ação e ressignificadas?

Na verdade, no nosso entendimento, as festas do bairro de Jaguaribe “sobrevivem” em outras festas de rua que ainda acontecem na cidade de João Pessoa, tendo apenas modificado o seu lugar de ocorrência e algumas de suas características. No

⁴⁵ No sentido de compreender o processo de expansão da cidade de João Pessoa no século XX, recomendamos a leitura dessas três obras: LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. *Evolução da estrutura Urbana Recente de João Pessoa- 1960/1986*. QUIROGA, Ana Maria (org). *Evolução das estruturas urbanas do Nordeste*: elementos indicativos para estudos comparados. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1992, nº 29, p. 01-58; RODRIGUEZ, Janete Lins; DROULERS, Martine. *João Pessoa: crescimento de uma capital*. João Pessoa: Editora Universitária, 1981; RODRIGUEZ, Janete Lins. *Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária, 1980. p.39-59.

que tange ao carnaval, ao São João e ao Ano Novo, percebe-se que essas festas de rua se deslocaram não apenas de Jaguaribe, mas também de outros bairros, para espaços diferentes da cidade, seguindo o ritmo de crescimento do município de João Pessoa a partir da década de 1970 e 1980.

Nesse sentido, é importante ressaltar que há flagrante investimento do poder público das esferas municipal e estadual para que haja uma centralização dessas festas, denotando assim tanto uma maior visibilidade das mesmas como também um processo de disciplinamento da população em relação a tais festejos, outrora pulverizados nos bairros e que eram vivenciados, anteriormente, como parte da vida comunitária desses locais, relegando à população, em sua maior parte, o papel de expectadores das festas e não de serem, efetivamente, os organizadores das mesmas.

Nos dias atuais, parte das comemorações do Ano Novo e do carnaval (na verdade, a prévia carnavalesca) acontecem na Orla Marítima. Além dessas duas festas, persiste também o chamado “carnaval tradição”⁴⁶ que ocorre no Centro da cidade contando, inclusive, em seu desfile, com a presença de um dos blocos de frevo mais representativos de Jaguaribe: os Piratas de Jaguaribe.

Em relação ao São João, essa festa, ao longo dos anos 1990, passou a ser comemorada nas proximidades da Lagoa do Parque Sólon de Lucena, sendo depois disso, já no final dos anos 2000, organizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa na área do Ponto de Cem Réis (Praça Vidal de Negreiros). Ademais, o São João deixou de ser uma festa que anteriormente, em alguns bairros, se realizava, em parte, no espaço público, passando a ocupar o espaço interno das casas dos moradores, das escolas

⁴⁶ Na cidade de João Pessoa, desde o período em que a prévia carnavalesca passou a ser organizada na orla marítima com maior intensidade (décadas de 80 e 90), os festejos de carnaval praticamente se dividiram em dois: a prévia, realizada nas praias urbanas de Tambaú e Cabo Branco uma semana antes do carnaval e o chamado “carnaval tradição”, que reúne as agremiações carnavalescas mais antigas da capital, sendo realizado nas proximidades do Centro da cidade. Atualmente, o desfile das agremiações que compõem o “carnaval tradição” acontece na Avenida Duarte da Silveira, que interliga o Centro ao bairro da Torre. Diferente dos “blocos de arrasto” da orla em que milhares de foliões seguem atrás de trios elétricos, no “carnaval tradição” o público assiste à passagem dos cordões de frevo, escolas de samba, troças, alas-ursas e grupos indígenas do alto de arquibancadas armadas pelo poder público da esfera municipal. As agremiações que formam o chamado “carnaval tradição” são oriundas, em parte, de bairros periféricos da capital, a exemplo do Alto do Mateus e Mandacaru, além de bairros próximos do Centro da cidade, tais como Jaguaribe, Roger e Torre. Ressaltamos aqui que alguns aspectos do “carnaval tradição” da cidade de João Pessoa carecem de maiores investigações, notadamente por parte dos historiadores, no que se refere ao seu surgimento, desenvolvimento e também ao flagrante sectarismo de parte da população da cidade para com essa expressão cultural, reconhecida por muitos como “o carnaval dos pobres”. Sem dúvida este tema precisa ser melhor investigado e tratado como um objeto de estudo relevante pelos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que desejam proceder suas investigações no campo da cultura popular.

existentes nesses locais ou em outros recintos “fechados”. Apenas alguns moradores muito persistentes no que tange à tradição junina em Jaguaribe continuam a fazer as fogueiras do lado externo das casas, contudo, atualmente, não há a organização de grandes arraiais ou apresentações de danças típicas como havia no São João da Avenida Conceição, de acordo com os depoimentos dos idosos entrevistados neste trabalho.

Em relação à festa da Virgem do Rosário, percebe-se que esta ainda continua a ocorrer, entretanto, conserva apenas o seu caráter sagrado, com organização de novenas, missas e rezas no interior da principal igreja do bairro, não se realizando mais, assim como também ocorre com a festa de Natal, a sua porção profana, com a presença de parques de diversões, barracas, entre outros.

As modificações e o processo de ressignificação das festas de rua, portanto, não são fenômenos exclusivos de Jaguaribe. Denotam as mudanças em termos de sociabilidades que vêm ocorrendo neste lugar e também em outros bairros da capital paraibana em um processo contínuo, demarcado pela mudança e até morte de moradores que organizavam os festejos, pelas modificações no caráter residencial dos bairros e até mesmo transformações no que tange às relações de vizinhança e cordialidade nesses locais, conforme visto no capítulo anterior, exemplificado pelo fato de que muitos habitantes de bairro Jaguaribe não saem mais para conversar nas calçadas e nas praças existentes no local, não só por conta da questão da violência, mas principalmente pela imposição de novos comportamentos relativos às sociabilidades do mundo contemporâneo.

Em se tratando especificamente do processo de mercantilização das festas de rua e das mudanças que essas tem sofrido no que tange à sua organização, esse fato não ocorre apenas em âmbito local, conforme elucida Trigueiro (2005),

Mas é preciso chamar atenção para as mudanças por que passam atualmente essas festas populares (Natal, Carnaval, Semana Santa, São João, Vaquejada etc), que eram realizadas espontaneamente pelos grupos locais e agora são organizadas com a participação de grandes grupos multimidiáticos, empresas de bebidas e comidas, promotores culturais e empresas de turismo. É como se existissem duas festas, uma dentro da outra, ou seja, a festa central institucionalizada, de interesse econômico dos megagrupos empresariais, políticos e até religiosos, e a outra periférica, que continua sendo organizada através da mobilização da comunidade, pelas fortes redes sociais

de comunicação, com a finalidade alegórica de rompimento com o cotidiano e com o mundo normativo estabelecido. Ou seja, a celebração para “quebrar a rotina”, em tempo de festa nos diferentes instantes da comunidade e outra no tempo do espetáculo organizado para consumo global (TRIGUEIRO, 2005, s.p).

Todavia, nos negamos a problematizar esse processo de forma a estarmos ancorados em uma idéia de declínio ou extinção total e irrevogável das festas de rua, visto que acreditamos na perspectiva de que as manifestações culturais não desaparecem completamente, mas se transformam, se modificam, se reorganizam e ganham novos significados, lugares de ocorrência, espaços de manifestação.

(...) discutir sobre cultura implica sempre discutir o processo social concreto. É uma discussão que sempre ameaça extravasar para outras discussões e preocupações. Lendas ou crenças, festas ou jogos, costumes ou tradições – esses fenômenos não dizem nada por si mesmos, eles apenas dizem algo enquanto parte de uma cultura, a qual não pode ser entendida sem referência à realidade social de que faz parte, à história de sua sociedade. Quero insistir na idéia de processo. Isso por que é comum que cultura seja pensada como algo parado, estático. Vejam o caso de eventos tradicionais, que por serem tradicionais podem convidar a serem vistos como imutáveis. Apesar de se repetirem ao longo do tempo e em vários lugares, não se pode dizer que esses eventos sejam sempre a mesma coisa (...). O fato de que as tradições de uma cultura possam ser identificáveis não quer dizer que não se transformem, que não tenham sua dinâmica. *Nada do que é cultural pode ser estanque, por que a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é fundamental* [destaque nosso] (SANTOS, 2006, p.47).

As festas foram, portanto, ressignificadas e tiveram seus espaços de ocorrência mudados para diferentes áreas da cidade de João Pessoa. Aliado a isso, o processo de espetacularização e mercantilização de algumas delas remetem-nos à afirmação de Eagleton: “(...) uma vez que a produção cultural tenha se tornado parte da produção de mercadorias em geral, fica mais difícil do que nunca dizer onde termina o reino da necessidade e começa o reino da liberdade” (EAGLETON, 2005, p.58).

A idéia de que o ato de festejar não está em declínio, pelo contrário, apenas mudou suas características, também é compartilhada, de maneira geral, por Amaral

(2008). Para a autora, o que vem acontecendo, na verdade, é um processo de espetacularização e mercantilização das festas outrora classificadas como populares, o que não preconiza, para muitas, o seu desaparecimento, pelo contrário, mas sim um processo de ressignificação que pode também ser interpretado na condição de um processo de crescimento, no caso algumas.

Não se trata, contudo, de a festa ter sido invadida pela publicidade e arrancada das mãos populares, e sim, da necessária negociação para o seu crescimento juntamente à percepção, por parte das populações, das vantagens, além do divertimento, que ela é capaz de proporcionar ao crescer, mesmo se para isso for preciso que algo se transforme um pouco. Deste modo, as grandes festas já não são festas “espontâneas”, mas cuidadosamente planejadas, para as quais os preparativos são feitos com muita antecedência e implicam a organização permanente de pessoas encarregadas de executar inúmeras tarefas (AMARAL, 1998, 276).

Em outras palavras, a análise da autora chama atenção para o fato de que as festas populares, incluindo-se aí as festas de rua, não foram “roubadas” do povo. Se coadunássemos com essa explicação estaríamos, de certa forma, repetindo a interpretação de folcloristas do final do século XIX e início do século XX que romantizavam a noção de cultura popular como legítima representante do passado que não deveria, de forma alguma, ser “aviltada pelo progresso”⁴⁷.

Para Amaral (1998), portanto, o processo de mercantilização das festas de rua caracteriza-se, como uma espécie de “via de dupla mão” onde se observa, em alguns casos, a aquiescência daqueles que outrora organizavam as festas e os grupos empresariais que, em contrapartida, transformam-nas em produtos de consumo e entretenimento. Em certas ocasiões, a mercantilização do festejo torna-se, segundo a

⁴⁷ Nesse sentido, concordamos com a observação feita por Lima (2010), para quem os folcloristas: “(...) outorgam para si, igualmente, o título de tutores e porta vozes da fala, da ação, da sensibilidade do ‘outro’, que necessita, sobretudo, de proteção. Ao falar pelo ‘outro’, ao catalogar os seus costumes e hábitos, cria-se todo um corolário de fatos e acontecimentos que acabavam por ser descontextualizados histórica e culturalmente, e substancializa e congela o tempo e o espaço da própria ação e liberdade criadora de sujeitos. Disto resulta a produção incalculável de toda uma coleção de dados, de meras descrições que muito pouco diz sobre a cultura e seu povo. O pensamento folclórico se sustenta, portanto, na defesa de um estado de cultura já extinto ou em vias de extinção; em narrar romanticamente um tempo já vivido, corrompido pela modernidade, pela inclusão de valores anômalos à cultura de origem, ou como estando em um ‘estado puro’, intocável, preservado com todas as suas características. Esse ‘achado’, com sabor arqueológico, parece ser a grande relíquia e dádiva do folclorista” (LIMA, 2010, p.55).

autora, a única saída plausível para o seu crescimento, fomentando assim o desenvolvimento da festa e afastando a possibilidade de que não mais venha a se realizar.

Tudo indica que o capitalismo cooptou as festas populares e foi cooptado por elas, mas também que o povo vem reinventando suas festas nas novas condições de vida resultantes de novos contextos econômicos e sociais. Pode-se observar, também, que as antigas festas populares, compartilhadas por grande número de pessoas (principalmente as religiosas) fragmentaram-se em formas diferentes de festejar conforme foram se formando grupos em decorrência do crescente processo de desenvolvimento capitalista, e a conseqüente divisão social do trabalho, dos espaços, das classes sociais e, principalmente, do crescimento de diferentes denominações religiosas com maneiras variadas de festejar (AMARAL, 1998, 34).

À guisa de conclusão, percebemos que os relatos orais de memória acerca das festas de rua de Jaguaribe nos oferecem informações sobre como elas eram num tempo passado, mas especialmente nos permitem perceber o seu significado para os entrevistados, e segundo o seu olhar, nos permitem apresentar quem eram os sujeitos sociais que delas participavam e que as organizavam, que relações esses sujeitos concebiam no momento em que elas ocorriam, dentre outros aspectos.

Esses relatos de memória foram por nós utilizados no sentido de propiciar a construção de um conhecimento acerca trabalho de memória de nossos entrevistados, promovendo assim um intercruzamento entre as experiências dos idosos que residiram e ainda residem em Jaguaribe na perspectiva da individualidade inserida numa coletividade.

Assim, percebe-se que os depoentes idosos fazem parte de um processo histórico que perpassa não apenas a perspectiva local, apesar de estar embasada, em sua maior parte, nessa esfera. Seus relatos, portanto, propiciam a criação de registros de suas memórias – em forma de entrevistas, que se perpetuam na e para a história.

4) “O BAIRRO ENTÃO PRA MIM FOI UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA MUITO FORTE, NÃO É?”: VIVÊNCIAS DO COTIDIANO NO BAIRRO DE JAGUARIBE

Cotidiano: um termo que remete a uma pluralidade de sentidos e que, por essa razão, não encontra uma definição acabada. Geralmente utilizado como sinônimo de rotina ou dia a dia, permeado por repetições lineares ou cíclicas, tais como elucida Lefebvre (1991), o cotidiano é uma instância da vida humana que não envolve apenas a repetição e a reprodução, mas também a criatividade e as transformações. No entanto, foi imortalizado, na condição de rotina, através da escrita de diversos literatos, a exemplo de Clarice Lispector que afirma através de um de seus personagens: "O que me mata é o cotidiano. Eu queria só exceções." (LISPECTOR, 2011, s.p).

Durante anos os historiadores não priorizaram o cotidiano como objeto de estudo da História, apesar de, em alguns estudos, tratarem acerca do assunto. Entretanto,

(...) no decorrer do século XX, as renovações conceituais e metodológicas da História propiciaram abertura para os estudos do cotidiano, que começaram a ganhar espaço com a corrente historiográfica chamada Nova História. Daí em diante intensificaram-se os estudos de temas como a família, o papel da disciplina, as mulheres e os significados dos gestos cotidianos (SILVA; SILVA, 2010, p.76).

De acordo com Del Priore (1997), as preocupações a respeito do cotidiano não são novas. Desde Heródoto que “(...) descreveu em detalhes os costumes dos lídios, dos persas e dos egípcios para explicar os conflitos entre os gregos e os bárbaros” (DEL PRIORE, 1997, p.265), foram produzidos uma série de trabalhos de cunho descritivo sobre aspectos do cotidiano de outros povos ou mesmo daqueles que, em séculos anteriores, eram considerados como sendo “bárbaros”, além das monografias francesas que tratavam a respeito de elementos como as relações familiares, ou ainda outros aspectos relacionados às rotinas diárias, a exemplo das chamadas “monografias de família” escritas por Le Play (1806-1882)⁴⁸.

⁴⁸ De acordo com Perrot (2010), um dos aspectos relatados por Le Play em suas monografias familiares diz respeito à administração que a mulheres procediam dos poucos salários que seus maridos operários recebiam. Baseando-se em Le Play, ainda de acordo com Perrot, “A administração do pagamento do marido seria em larga medida atribuída a ela [esposa], e sem dúvida é uma conquista feminina que implica poder, mas também aumento de responsabilidade e, em períodos de penúria, privação pessoal. No entanto, a persistência desse ‘matriarcado orçamentário’ confirmou-se em nossos dias como uma realidade a que se apegam as donas de casa”. Para maiores informações a respeito das monografias escritas por Le Play (1806-1882) e que versam acerca de aspectos do cotidiano francês no século XIX, recomendamos a leitura de BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A Família na obra de Frédéric Le Play.

O que antes era pensado apenas como parte importante de uma história *événementielle* passou a se constituir como um amplo campo de estudos que proporcionava ao historiador observar a emergência de novos enfoques a respeito da História. Assim, a dimensão do cotidiano passa a ser compreendida como um campo fértil para novas análises. A emergência de tais estudos, bem como de outros assuntos que começavam a se transformar em área de interesse para a História, faz parte daquilo que se convencionou chamar de “crise dos paradigmas”, impulsionada que foi pelos questionamentos a respeito do estruturalismo, dentre outros aspectos, conforme descreve Pesavento (2003),

Podemos, talvez, situar os sintomas da mudança nos anos 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da *New Left*, em termos de cultura... Foi quando então se insinuou a hoje comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes da História (PESAVENTO, 2003, p.8).

Ainda em relação à temática do cotidiano, segundo Del Priore (1997), a contribuição de Fernand Braudel (1902-1985) e outros autores vinculados ao movimento de renovação da historiografia francesa – os *Annales* – além daqueles desenvolvidos por Foucault (1926-1984), vinculando as questões políticas e de relações de poder ao cotidiano, como também a abordagem de E. P. Thompson (1924-1993) a respeito do cotidiano da classe operária inglesa na transição do século XVIII para o XIX, foram essenciais para configurar essa mudança.

A ampliação da noção de fontes, bem como das novas perspectivas provenientes dessas análises, acabaram por reorientar o enfoque da História. As investigações acerca do cotidiano revelaram-se na condição de temática multidisciplinar, envolvendo aspectos concernentes a outras ciências, a exemplo da Arqueologia, Arquitetura, Ciências Sociais, Antropologia, dentre outras. As experiências de múltiplos sujeitos comuns foram postas à prova através dessas investigações. A desmistificação do que antes era considerado trivial, apolítico e sem consistência, deu lugar a abordagens que privilegiavam os sujeitos, antes ditos, “sem história”.

(...) os estudos do cotidiano passaram a atrair os historiadores desejosos de ampliar os limites de sua disciplina, de abrir novas áreas de pesquisa e acima de tudo de explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja identidade foi tão freqüentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem (MATOS, 2002, p.24).

Nesse sentido, deve-se destacar a importância do urbano para a leitura do cotidiano, notadamente no que se refere à intensificação deste processo, o que ocorreu, de forma mais expressiva, no Brasil, a partir de meados do século XX, quando um número cada vez maior de pessoas passou a viver nas cidades. É no cotidiano das cidades que estão inseridos os homens e mulheres na contemporaneidade, reconfigurando diariamente esse espaço múltiplo que apresenta, ao mesmo tempo, tantas singularidades.

Todavia, destacamos que, independente de sua natureza, seja urbana ou rural, o cotidiano relaciona-se, antes de tudo, à vivência humana, quer seja esta assentada no mundo rural, quer se trate de uma aldeia de povos da floresta ou outros espaços físicos habitados por seres humanos. Dessa maneira, pode-se afirmar que o que caracteriza o cotidiano não é o espaço onde ele se constitui, mas sim as experiências humanas que se configuram a partir e através do mesmo. No sentido de ilustrar de que maneira os espaços urbano e rural podem ser interpretados como lugares onde as relações cotidianas se desenvolvem, Williams reitera que,

(...) ainda se afirma com freqüência – sob a pressão da experiência urbana e metropolitana, e como resultado de um contraste direto, até mesmo convencional – que a comunidade rural, mais especificamente a aldeia, é o epítome dos relacionamentos diretos: dos contatos face a face nos quais podemos encontrar e valorizar a verdadeira substância dos relacionamentos pessoais. Sem dúvida, tem importância este aspecto imediato da diferença entre a cidade, o subúrbio e a aldeia: esta é menor; seus habitantes são mais facilmente identificáveis e interligados; a estrutura da comunidade é, sob diversos aspectos, mais visível. Mas uma comunidade cognoscível, no campo tanto quanto em qualquer outro lugar, é uma questão de consciência, e de experiência prolongada, além da cotidiana. Na aldeia, como na cidade, existe divisão do trabalho, existem contrastes entre as diferentes posições sociais, e, portanto, há necessariamente pontos de vista alternativos (WILLIAMS, 1989, p.229).

Nesse aspecto, ao considerarmos o bairro de Jaguaribe também como um desses espaços de vivência em que as experiências cotidianas se processam e se transformam, este capítulo tem como objetivo proceder a um estudo a respeito do cotidiano do bairro através das memórias dos moradores idosos do lugar, analisando-se, assim, de que maneira eles perceberam e relataram tais relações. A partir disso, buscou-se deslindar as idiossincrasias que permeavam e ainda permeiam diversas relações que fazem parte da vida cotidiana desses homens e mulheres que residiram ou ainda residem no bairro.

Durante a análise das entrevistas percebeu-se, após transcrição e leitura apurada das mesmas, que energia, no trabalho, um recorte de gênero bastante demarcado: as ações, experiências e aspectos gerais da vida cotidiana dos homens diferenciavam-se, em alguns casos, substancialmente, daquelas que foram relatadas pelas mulheres. Os espaços de relações de convivência eram outros, resultando no fato de que essas acabavam por se processar de maneiras diferentes, porém não opostas, para cada um dos grupos.

Por essa razão, achou-se por bem proceder a uma análise assentada num recorte de gênero, entendendo essa categoria não como uma substituição ou um sinônimo do campo de estudos que se convencionou chamar de “história das mulheres”, conforme elucida Gonçalves (2006), mas sim como algo que contempla a formação cultural e social – mais do que biológica – de homens e mulheres, referindo-se, portanto, ao masculino e ao feminino. Partindo-se desse pressuposto, a categoria gênero

(...) deve ser compreendida como a história da construção social das categorias do masculino e feminino, por meio de discursos e práticas. [Deve ser considerada] porém, distinta da história das mulheres, não podendo excluir a necessidade de uma história social das mulheres(...) [cujo principal desafio é] superar a “penúria dos fatos” sobre sua vida, ampliando os limites de nossa memória do passado (POMATA *apud* GONÇALVES, 2006, p.77).

Ainda no que tange aos relatos de memória dos entrevistados, percebeu-se que alguns assuntos, independente de serem narrados por homens ou mulheres, eram mais recorrentes do que outros, a exemplo das relações que dizem respeito ao trabalho e profissões, formas de lazer e diversão, relações entre familiares e vizinhos, dentre outras. Por isso, resolveu-se agrupar esses assuntos em três divisões que melhor abarcassem o conteúdo narrado e as análises acerca do mesmo. Assim, optou-se por dividir os trechos dos relatos, na tentativa de melhor analisá-los, nas categorias que se

relacionam aos mundos do trabalho, diversão e as relações familiares, reiterando a idéia de que o cotidiano não se compõe de uma urdidura mononuclear, mas que, pelo contrário, é formado por um conjunto de múltiplos aspectos, ações e “artes de fazer”, conforme enfatiza Certeau (2009).

Por essa razão, consideramos que “O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2009, p.38, [destaque do autor]). Entendemos, portanto, que os sujeitos imersos na vida cotidiana são inventivos, não apenas reproduzem palavras, atos e gestos, mas, sobretudo, sobrelevam a rotina, a reprodução e a disciplina, criando e, por vezes, subvertendo o que aparentemente poderia ser interpretado como sendo fruto de uma “ordem” que se pretende homogênea quando, na verdade, não o é.

Em outras palavras, os homens e mulheres ditos comuns reinventam o cotidiano diariamente em suas práticas, naquilo que Certeau (2009) considera como sendo as “artes de fazer”: morar, cozinhar, habitar, ler, enfim, diferentes atividades que fazem parte da rotina dessas pessoas, mas que são perfeitamente adaptáveis às suas necessidades, não seguindo, portanto, modelos prontos e reproduzíveis sempre da mesma maneira.

Já para Heller (2000), o cotidiano é uma das instâncias que compõem a vida humana, perpassando aspectos da individualidade e da coletividade dos sujeitos, abrangendo tanto o que diz respeito a sua vida material, por exemplo, como também aspectos intangíveis, mas que estão diretamente relacionados à vida material, quer sejam sentimentos, paixões, ideologias, capacidade intelectual, dentre outros.

O cotidiano, portanto, é uma instância extremamente abrangente, sendo composta por diferentes hierarquias, no sentido daquilo que é mais ou menos importante para um indivíduo ou uma comunidade, variando de uma sociedade para outra no decorrer do tempo. Para algumas, por exemplo, o trabalho se estabelece e é reconhecido como o aspecto mais emblemático da vida cotidiana. Já para outras, as relações familiares podem se configurar como sendo as mais importantes, e assim sucessivamente.

Para Heller, o ser humano, a partir do seu nascimento, já se encontra inserido na atmosfera da cotidianidade, atingindo a sua maturidade física e principalmente intelectual no momento em que passa a lidar com essa instância com naturalidade. Além disso, o cotidiano não seria o representativo de uma rotina entendida como sendo “à parte” da história, mas sim no sentido de que “a vida cotidiana não está ‘fora’ da

história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 2000, p.20). Interligando as interpretações de Certeau (2009) e Heller (2000), compreendemos que o cotidiano é, conforme assinalou esta última, “a vida de todo homem”, mas uma vida que funciona como um verdadeiro *patchwork*: tal como uma colcha de retalhos que é formada por diferentes pedaços de tecido, o cotidiano é composto por diversas práticas.

Ainda em relação à análise pautada em um recorte de gênero pela qual optamos nesse capítulo, é importante ressaltar que a perspectiva de dividir essas narrações entre os relatos masculinos e femininos não objetiva hierarquizar ou destacar certa dicotomia encontrada nos trechos narrados, pelo contrário. Tal procedimento visa, antes de tudo, demonstrar que, na vivência cotidiana de Jaguaribe, registrada e reelaborada, por sua vez, pela memória dos moradores idosos, existiam espaços, ações e condutas que eram freqüentados, produzidas e seguidas, respectivamente, por homens e mulheres, de forma diversa.

É inegável que há uma relação entre as mulheres e a história do cotidiano quando esta é retratada no sentido de “história das coisas miúdas”, notadamente quando se toma o espaço doméstico como lugar, por excelência, das “artes de fazer” femininas: cozinhar, cuidar dos filhos, limpar, lavar, cuidar de doentes, etc. No entanto, não se pode generalizar afirmando que o espaço do lar e o âmbito do privado são, sobretudo, “lugar de mulher” quase que exclusivamente. Deve-se lembrar que as mulheres, por vezes, também subvertem a ordem no que tange aos lugares que freqüentam, às atividades que realizam, além do fato de que, no âmbito doméstico, conforme elucida Perrot (2010), mesmo na passagem do século XIX para o XX, a figura masculina exercia um papel significativo.

Por outro lado, nem todo privado é feminino. Na família, o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato (...). Na casa, coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés). A fronteira entre o público e o privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o microespaço doméstico (PERROT, 2010, p.180).

Da mesma forma, faz-se necessário esclarecer que, apesar de se aproximar em vários aspectos da vida doméstica, o cotidiano, conforme elucidado anteriormente, não se reduz apenas a isso, daí ser exagerada, a nosso ver, a afirmação de que a história do cotidiano é, por excelência, a história do feminino quando não o é, de todo.

Isso posto, no sentido de analisarmos as semelhanças e diferenças relativas ao cotidiano e que estão presentes nesses relatos de homens e mulheres, passemos a análise das três instâncias mais recorrentes nas falas de ambos os gêneros: mundos do trabalho, diversões e, por fim, relações familiares, lembrando que todos os três apresentam uma importância cabal demarcada nas relações de convivência dos idosos no espaço do bairro de Jaguaribe e também entre si.

4.1) Mundos do Trabalho

Em relação aos mundos do trabalho, em se tratando do gênero feminino, observou-se que as atividades realizadas pela maior parte das entrevistadas ou por mulheres de seu círculo próximo de convivência – mães, tias, irmãs e avós – citadas nas entrevistas concedidas, estavam diretamente relacionadas aos trabalhos domésticos, tais como costura, bordado, preparação de alimentos, lavagem de roupa, dentre outros.

Esses trabalhos eram realizados, em grande parte, dentro do espaço doméstico, podendo também ser efetuados em outros lugares, o que se traduz numa verdadeira plêiade de atividades domésticas e manuais realizadas por essas mulheres. Esse aspecto está expresso, por exemplo, em um trecho do depoimento de D. Izabel, 87 anos, moradora do bairro: “Perdi minha visão, bordei muito, trabalhei muito, costurava, bordava, lavava roupa, o que viesse pra mim ganhar dinheiro eu não enjeitava nada!”. Dessa forma, no que tange às atividades concernentes ao trabalho doméstico das mulheres pobres de Jaguaribe, observa-se que elas demandavam um verdadeiro

(...) esforço para trazer à família recursos monetários marginais, vitais em caso de crise, [o que] sempre acarretou um aumento da atividade feminina, levando as mulheres a reproduzir as ocupações desenvolvidas nos quadros domésticos, como lavar, passar e engomar, que passaram a constituir para as mulheres pertencentes aos estratos sociais mais baixos uma opção de ocupação remunerada, impondo-lhes uma jornada de trabalho ampla numa extensão de sua própria atividade doméstica com míseros ganhos (MATOS, 2002, p.144).

Um dos exemplos de trabalhos domésticos que eram exercidos pelas mulheres pobres no sentido de garantir ou complementar a renda familiar era a lavagem de roupas, que se realizava, por sua vez, às margens do Rio Jaguaribe, atualmente poluído, mas que outrora servia como local para onde as lavadeiras afluíam com a finalidade de

efetuar seus trabalhos, conforme lembra D. Anunciada, de 87 anos, ao descrever que sua mãe

Era lavadeira e me criou. Eu fui criada no Rio Jaguaribe. Ela me botava no braço com uma trouxa de roupa, armava uma rede num pé de ingá, que tinha em frente assim. Quando eu acordava, ela me botava na beira do rio, me sentava, ali e atava a panelinha no fogo com arroz e caldo de feijão e, com isso, eu fui criada... Com esse sacrifício! E hoje, graças a Deus, ela morreu na minha companhia, sem ter que trabalhar mais pra ninguém e minha avó também. Minha avó morreu com 99 anos e, graças a Deus, sou muito feliz hoje, com meus filho, nada me falta (Anunciada, 87 anos).

Neste relato aparentemente simples acerca da atividade de lavagem de roupas que acontecia no Rio Jaguaribe, rio, inclusive, que dá nome ao bairro, emerge uma série de elementos relacionados ao cotidiano que não se pode deixar de enfatizar na análise. Observa-se, indubitavelmente, a centralidade do rio nas lembranças relacionadas à primeira infância da moradora, fazendo às vezes de “ancoradouro” de sua memória, além de ser um importante referencial no que diz respeito ao imaginário popular sobre o lugar, também referendado pelo fato de que a lavagem de roupa, atividade realizada pela mãe da entrevistada, era exercida ali.

É importante ressaltar que em nenhum dos relatos masculinos encontra-se referência ao rio, quer seja como local de trabalho quer seja como lugar de diversão, o que nos leva a inferir que as margens do Jaguaribe se configuravam como um espaço eminentemente feminino, sendo um local de trabalho que também se apresentava, ao mesmo tempo, na condição de lugar onde as mulheres pobres do bairro, notadamente as lavadeiras, poderiam se sociabilizar. Esse é o quadro que Perrot (2010) apresenta quando trata a respeito dos rios e dos lavadouros públicos de Paris no século XIX, descrevendo-os como lugares de troca de experiências femininas dos mais variados matizes.

Detenhamo-nos por um momento nesse ponto alto da sociabilidade feminina, que desempenha um papel tão grande na vida do bairro. Lugar ambivalente, rico de incidentes entre as próprias mulheres, cuja violência muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, recusam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga; (...). *É que o lavadouro é para elas muito mais do que um lugar funcional onde se lava a roupa: um centro de encontro onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas e*

remédios, informações de todos os tipos. Cadinhos de empirismo popular, os lavadouros são também uma sociedade aberta de assistência mútua (...). Os lavadouros são locais de feminismo prático. As mulheres aí vêm várias vezes por semana, duas ou três em média, e freqüentemente várias vezes por dia (...) [destaque nosso] (PERROT, 2010, p.203).

Assim, a lavagem de roupas se configurava enquanto trabalho individual ao tempo em que era também uma atividade que remetia a uma noção ampla de coletividade. Juntas, à beira dos rios, córregos e riachos ou mesmo dos tanques e lavanderias coletivas, várias mulheres exerciam esse papel trocando receitas, informações corriqueiras sobre suas comunidades, famílias e filhos e, por vezes, cantando, para ritmar seu trabalho ou mesmo distrair-se do cansaço da faina de lavar, alvejar e esfregar as peças de roupa. O fato de poderem dividir os problemas e soluções do dia a dia juntas era uma das vantagens referentes a esse tipo de trabalho, visto que essa ocupação impunha às mulheres um ritmo laborioso e cansativo.

As trabalhadoras externas (lavadeiras, engomadeiras) enfrentavam, além da faina cotidiana do seu trabalho doméstico, as obrigações com a freguesia, os prazos para a entrega das encomendas. Encaravam cotidianamente a sobreposição de tarefas e obrigações, com um tempo picotado e constantemente reconstruído, percorrendo grandes distâncias (...). As imagens deixadas das lavadeiras foram sempre de mulheres muito dispostas ao trabalho, muitas delas chefes de família obrigadas a improvisar suas fontes de subsistência, vivendo precariamente (MATOS, 2002, p.144).

Apesar de não se configurar como uma atividade doméstica *pro forme*, visto que algumas dessas lavadeiras a realizavam fora de seus espaços domiciliares, às vezes na própria casa dos patrões, os cuidados com as roupas demandavam uma jornada de trabalho por vezes longa e cansativa que acabava imbricando-se às suas obrigações em seus próprios lares. Além disso, a lavagem de roupas é uma atividade feminina geralmente repassada de geração a geração, remetendo-nos a um trecho da música “Coisa da Antiga”, composição de Wilson Moreira e Nei Lopes, imortalizada na voz de Clara Nunes:

Na tina, vovó lavou, vovó lavou
A roupa que mamãe vestiu quando foi batizada
E mamãe quando era menina teve que passar, teve que passar

Muita fumaça e calor no ferro de engomar (NUNES, 2000, s.p)⁴⁹.

Outros aspectos do cotidiano presentes nesse relato estão expressos, por exemplo, no hábito de dormir em rede, onde a criança poderia se sentir protegida e acolhida enquanto a mãe trabalhava, o que indica também que algumas dessas lavadeiras tinham por costume levar seus filhos para a faina desgastante pelo fato de não ter com quem deixá-los enquanto exerciam seus trabalhos. Guardadas as devidas proporções, a imagem formada pela narração de D. Anunciada quando a mesma descreve a atividade da mãe se relaciona diretamente a mais uma descrição de Michelle Perrot (2010) quando a autora trata a respeito daquilo que as lavadeiras parisienses do fim do século XIX faziam em seus lavatórios, além de cuidar da higienização das roupas.

Passam-se muitas coisas nesse lavadouro. Primeiramente, em nível sonoro, no início, todas estão muito ocupadas, só se ouve o barulho dos batedouros; depois o ritmo diminui, e começa-se a ouvir a conversa de uma mulher com sua vizinha; a seguir, as vozes se tornam mais altas, fala-se de uma tábua para a outra, e o concerto de vozes tende a superar o barulho dos batedores. (...). Elas falam (do bairro, dos acontecimentos), ocupam-se dos filhos pequenos que às vezes trazem, deitando-os nas bacias, como se fossem berços. (PERROT, 2010, p.228).

O conhecimento popular se expressa, no caso do relato de D. Anunciada, em relação à flora local, mais especificamente no que diz respeito ao ingá, quando a narradora faz referência ao lugar onde sua mãe armava a rede de dormir, ou seja, embaixo de uma árvore dessa espécie. É possível inferir, portanto, que a entrevistada detinha saberes diretamente relacionados às práticas populares de cura e alimentação, visto ser o ingá uma planta que possui propriedades medicinais e nutritivas⁵⁰.

Por fim, observam-se também aspectos relativos à dieta alimentar dos mais pobres, posto que a narradora fala que se alimentava apenas de arroz e caldo de feijão, sendo expressiva a ausência de uma fonte de proteína animal – a carne, por tratar-se de

⁴⁹ A referida composição encontra-se em NUNES, Clara. *Clara Nunes – coleção Bis* (álbum duplo). Guarulhos: EMI, 2000. CD stereo (14 faixas).

⁵⁰ O Ingá é uma planta nativa da Mata Atlântica Brasileira e que possui propriedades medicinais, além de fruto aquoso e de gosto argiloso que pode ser comido cru. Para maiores informações a este respeito, recomendamos a leitura de CAMPOS, J.C; LAURENTI, Marcelo. Comportamento do Ingá (*Ingá uruguensis*), em diversas fases de desenvolvimento em Mata Nativa. Disponível em <http://www.unifenas.br/pesquisa/download/ArtigosRev1_98/rev1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2012.

um produto mais caro, enfatizando também o sacrifício que era, para a mãe, a atividade de lavar roupa, não apenas pelo esforço físico, mas também pelo fato de que ela precisava levar todo um aparato para permanecer, durante muito tempo do dia à beira do rio: a panela para cozinhar, a rede para a criança dormir, entre outros, reiterando a idéia de Perrot (2010, p. 192) de que, para a mulher pobre, “Administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se”.

A companhia da mãe e da avó num núcleo familiar formado apenas por mulheres era de fundamental importância para a narradora, tanto que, em outra passagem da entrevista, a mesma revela que iniciou suas atividades profissionais ainda criança, no intuito de poupar a mãe e principalmente a avó da faina dos trabalhos domésticos de lavagem de roupa e das atividades de corte e costura.

Eu saía, descia ali sozinha, meninota, descia pra ir encontrar com minha mãe que era lavadeira. Eu ia para o Rio Jaguaribe encontrar com minha mãe, que ela era doente. Aí, quando eu cresci, pedia sempre a Deus que Ele me desse uma orientação, que me desse força pra eu tirar minha mãe daquele sofrimento. Aí, graças a Deus, comecei a bordar nas casa, não tinha máquina, ia pras casa, mas tirei minha mãe de lá, de lavar roupa. Graças a Deus que ela morreu, na minha companhia, sem trabalhar mais pra ninguém. Ganhava pouco e, o que eu ganhava, era pra casa, pra ela e minha avó (Anunciada, 87 anos).

Observa-se, neste depoimento, a construção de uma espécie de hierarquia do mundo do trabalho a partir do olhar da depoente. Lavar roupas demandava um maior esforço físico, um “sofrimento” maior, nas palavras da própria narradora, do que a atividade de bordadeira que D. Anunciada, na condição social de filha e de membro mais jovem da família, passou a exercer. O trabalho da lavagem de roupa realizava-se sob o sol, agachada durante todo um dia, às margens do rio. A atividade de bordado também era cansativa, todavia era realizada com a trabalhadora sentada, na casa dos patrões, no caso da narradora, visto que ela mesma aponta que “não tinha máquina” adequada para exercê-lo.

É importante perceber também a relação entre sofrimento e trabalho, como se ambos fossem sinônimos. Essa associação entre os dois termos, de acordo com Baitello Junior (1998) está presente desde a formação etimológica do termo “trabalho” em diversas línguas, passando pelo imaginário de diferentes culturas. Dessa maneira,

A etimologia das diversas palavras que designam a atividade laboral é inequívoca. Verdadeiras tragédias estão estampadas nas histórias das palavras designativas do trabalho. Em alemão, *Aberteit* vem do antigo germânico, com significado de sofrimento dos órfãos, herança dos órfãos. Em latim, alguns dos significados de *labor* são: desgraça, desventura, infelicidade, doença, dor física, fadiga, esforços cansativo. Nas neolatinas, com *trabalho*, *travail*, *trabajo*, tem uma origem ainda mais drástica: vem de *tripalium* uma ferramenta de tortura. Mas não apenas nas línguas está estampada a natureza punitiva do trabalho. Também nos mitos gregos, nos judaico-cristãos ocorre o mesmo. O trabalho é o castigo pelo pecado original ou então pela transgressão de alguma proibição ou limite. Prometeu, Sísifo, Adão e Eva são alguns exemplos. Dietmar Kamper chama atenção para a inversão de valores que a sociedade burguesa teve de promover para justificar o culto ao trabalho como atividade enobrecedora, geradora de riqueza, ao contrário da tradição que reservava o trabalho aos escravos ou aos artesãos (BAITELLO JUNIOR, 1998, p.119).

Justamente pelo fato de associar trabalho a sofrimento, D. Anunciada orgulha-se do fato de ter conseguido sustentar a mãe e a família através de outra atividade, dessa vez exercida por ela própria: “(...) tirei minha mãe de lá, de lavar roupa. Graças a Deus que ela morreu, na minha companhia, sem trabalhar mais pra ninguém”. Percebe-se, nessa passagem do relato, que o anseio maior da depoente era fazer com que a mãe deixasse de trabalhar para alguém, embora ela própria continuasse a fazê-lo, bordando, o que pode ser interpretado, inclusive, como um sinal de melhoria da qualidade de vida, ou seja, deixar de lavar roupa para se tornar bordadeira, mas bordadeira doméstica.

No entanto, faz-se mister ressaltar que, apesar de ser considerada pela narradora como uma atividade mais leve do que a lavagem de roupas, o bordado também é um trabalho doméstico e manual que pode ocasionar desconforto e esforço físico significativo para quem o realiza. Gonçalves (1996) trata do tema ao descrever o *modus operandi* do trabalho de bordado em labirinto, atividade das artesãs de Chã dos Pereira, na zona rural do município de Ingá-PB:

Antigamente, quando não havia energia elétrica no povoado, os serões noturnos se davam à base da luz do candeeiro, o que provocava sérios danos à vista. A posição em que ficam para realizar o trabalho, sentadas, com a grade sobre as pernas, inclinando o corpo para tecer a peça, causa uma série de doenças profissionais, em especial, dores nas costas, nas juntas dos dedos das mãos e deficiências visuais. (GONÇALVES, 1996, p.172).

Portanto, um ponto em comum entre as duas atividades – lavar roupas e bordar – reside no fato de que ambas trazem desgaste físico para as mulheres, sobretudo pela razão de que as mesmas, além da faina da profissão, precisam ainda “dar conta” de uma jornada de trabalho extra, relacionada aos afazeres da casa, ao cuidado com os filhos pequenos ou com os mais velhos de sua família – como era o caso de D. Anunciada, que cuidava de sua avó.

Ainda em relação à atividade do bordado, uma antiga moradora do bairro, a senhora Zezita, expressa em sua narrativa que a origem dos clientes que encomendavam os bordados à sua avó – D. Inácia, que a criou como mãe, e suas tias – eram as mais diversas possíveis. Ao contrário de D. Anunciada, que bordava em casas de família, a mãe de Zezita tinha, como cliente habitual para seus bordados, além das “distintas senhoras” da sociedade pessoense, uma mulher que era dona de um cabaré – espaço também conhecido sob as alcunhas de “salão” ou “café” – na Avenida Maciel Pinheiro, à época um dos principais centros comerciais e reduto boêmio da capital paraibana⁵¹.

Mas tem uma história... Ah, meu Deus, devia ter anotado isso, essa história é que é fantástica, porque ela [a avó] trabalhou muito com *Richilieu* [tipo de bordado vazado], ela bordava cada *Richilieu* divino! E ela... Tinha uma mulher que era dona de um cabaré lá na [avenida] Maciel Pinheiro que mandava ela fazer... Ela costurava tanto pra alta, pras mulheres, eu me lembro demais, tinha uma que era até madrinha minha, era na [Avenida] Tabajaras, e ela costurava pra essa mulher que era dona de um cabaré. Ela chegava e dizia o nome dessa mulher sempre: “Inácia, precisa terminar um lençol tal pro cabaré?” Aí a gente ficava até viajando nessa história, que eu acho que era até alguma menina nova que algum coronel ia ter pela primeira vez, então ela mandava preparar, sabe por que? Porque no cabaré era assim: era uma grande festa, o homem tinha uma relação com a família diferente, né? E mamãe costurava pra essa mulher do cabaré, bordava os lençóis dela, não sabe, e ela me aperriava era muito pra eu ir entregar isso aí... (Zezita, 61 anos).

O relato da depoente é rico em passagens que estão diretamente relacionadas não só às relações de trabalho, mas também às diversões e relações familiares, elementos que também serão abordados neste capítulo. A técnica de bordado empregada pela mãe

⁵¹ De acordo com Chagas (2004), a Avenida Maciel Pinheiro era conhecida pelo fato de que “ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, foi o coração econômico [e boêmio] da capital paraibana”. Para maiores informações recomendamos a leitura de CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. s.p. 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

de Zezita para os lençóis do cabaré e também para os lençóis das famílias ricas era o *Richilieu*. De origem européia, esse tipo de bordado é característico de peças de linho, especialmente àquelas destinadas à cama, mesa e banho. É um bordado que demanda bastante minúcia por parte de quem o faz, sob pena de prejudicar o acabamento da peça ao fim do trabalho. Por se tratar de uma técnica utilizada em peças requintadas, Zezita imagina que os lençóis seriam utilizados por um coronel agraciado em ser o primeiro homem, no sentido sexual do termo, na vida de uma das novas garotas da referida “casa de tolerância” localizada na Avenida Maciel Pinheiro, lugar onde cabarés, salões e cafés

(...) se constituiriam numa realidade do cotidiano da cidade, sobretudo porque, desde outrora, tais ruas mantinham a condição de serem lugares freqüentados pelos comerciantes não apenas para atividades de compra e venda de mercadorias, mas na busca incessante do prazer e da satisfação de desejos e emoções. Tratava-se da diversão masculina. A partir de 1920, tornou-se mais evidente nessas ruas, principalmente à noite, tal aspecto festivo, notando-se, no semblante dos que transitavam por elas, o mais espontâneo contentamento. Nestas ruas as noites se alongaram e tornaram-se alegres e divertidas com conversas, bebedeiras e momentos de amor proporcionados pelas damas nos salões requintados. Não faltavam abraços, beijos e gargalhadas extravagantes das mulheres, apenas desfrutáveis por aqueles homens que dispusessem de recursos financeiros, ou pelos boêmios amantes das noites. Os salões e cafês passaram a ser freqüentados pelos intelectuais, políticos e comerciantes. Neles os fazendeiros e produtores de algodão [os chamados coronéis], quando vinham à Capital, pernoitavam e também se divertiam nos braços das meninas vestidas à francesa (CHAGAS, 2004, s.p).

É importante ressaltar também como o lugar – o cabaré – era observado pela depoente na condição de reduto masculino. O papel da mulher nesse local era única e exclusivamente o de ser prostituta, visto que se tratava, por excelência, de um lugar de diversão para os homens. Eles poderiam freqüentá-lo e voltar para o seio familiar como se nada tivesse acontecido, como se aquilo fosse um direito, daí a depoente afirmar que a relação do homem com a família era “diferente”. Já à mulher isso não cabia. O lugar social reservado à ela reservado era, geralmente, o de mãe e matrona do lar ou, no extremo oposto, o de prostituta. A ela não cabia o direito de divertir-se no mundo boêmio, já ao homem isso era imputado quase como que uma espécie de “obrigação social”.

De certa forma, a sociedade tolerava os salões e os cafês, pois esses eram os locais onde os grandes comerciantes, burocratas de carreira e os políticos se divertiam com as chamadas mulheres públicas, antes de retornarem ao lar e a família. Assim, a casa e a família se preservavam como símbolo da moralidade e respeitabilidade (CHAGAS, 2004, s.p).

Outro aspecto que chama atenção no depoimento é o trecho que retrata a relação de apadrinhamento dos mais ricos para com os mais pobres: segundo ela mesma reitera, a sua madrinha era uma mulher rica, “da alta”, residente no mesmo local no qual moravam algumas clientes de sua mãe e que eram provenientes da mesma classe social dessa distinta senhora – a Avenida Tabajaras, no Centro da cidade.

Eram poucos os trabalhos os quais as mulheres poderiam realizar, sendo os domésticos a sua atividade “por excelência”, quer fosse pela obrigação social que lhes era imposta, relativa aos cuidados com o lar, ou pelo fato de ser a única opção de trabalho remunerado que lhes era possível.

A luta é... As mulheres não trabalhavam, não podiam trabalhar, isso era ordem também expressa, fazia parte do código das famílias porque mulher não trabalhava! Então a forma daquelas que o marido não podiam sustentá-las... Era os trabalhos domésticos assim, porque a gente era obrigada, eu tô dizendo lá em casa, a termos, a desenvolvermos um trabalho manual. Minhas tias, essa daí [aponta o retrato exposto na sala] era maravilhosa! Isso aqui que ela fazia era uma coisa linda [aponta para uma colcha em cima do sofá]. Era, mas o que ela bordava! Elas bordavam renda irlandesa, elas já bordavam renda irlandesa! Meu filho tem uma, tem uma blusa com renda irlandesa, labirinto. Elas faziam labirinto sabe em que? Numas rodinha que chama, em uns negócio redondinho que chama... (...). E bordavam toda sorte de bordado elas bordavam! Os médicos, os nomezinho dos médicos... (Zezita, 61 anos).

Os trabalhos domésticos, portanto, podem ser interpretados nessa passagem como sendo o verdadeiro sustentáculo da mulher. Assim, as chamadas “prendas do lar” eram interpretadas como uma obrigação feminina, não sendo, portanto, vistas como um trabalho passível de remuneração salvo se, conforme enfatiza a narradora, as mulheres que o exerciam não fossem casadas ou, se o fossem, os exercessem pelo fato de não terem maridos que pudessem sustentá-las, o que parece ser o caso da “mãe-vó” de Zezita, que era viúva, e de suas tias, visto que durante todo o depoimento, em momento algum, a narradora chega a afirmar que suas tias eram casadas. Daí acreditarmos ser essa a justificativa que a leva a enfatizar que em sua casa todas as mulheres eram

obrigadas a realizar um trabalho manual: obrigadas pela pobreza, pela ausência da figura masculina como provedor do lar, obrigadas, portanto, pela necessidade de sobreviver.

No que tange às técnicas de bordado aplicadas pela mãe de Zezita e suas tias na realização dos trabalhos, percebe-se que, além do *Richilieu*, citado no depoimento anterior, existia também a técnica do bordado em labirinto⁵², a renda irlandesa e o que acreditamos ser a renda de bilro, já que a depoente remete ao uso de “um negocinho redondinho”, o que faz referência a uma espécie de almofada dura ou cilindro, peça indispensável para prender os bilros e manejar os fios utilizados na confecção da peça.

Outro tipo de ocupação feminina no período estudado era a prática da chamada amamentação remunerada, exercida por mulheres que tinham leite e que podiam ceder, mediante pagamento, uma parte dele para outras crianças além dos seus próprios filhos ou netos. D. Inácia, a avó e “mãe de criação” da depoente Zezita, era uma das mulheres que exercia este tipo de atividade no bairro de Jaguaribe em meados da década de 1940.

A mulher vinha, batia na casa, uma casinha de pau e dizia: “A senhora está dando de mamar? Eu soube que a senhora tá dando de mamar”. Mamãe entrava numa sala e primeiro tinha que lavar a mama, tinha que passar álcool, pra depois darem a criança a ela. Aí ela dava de mamar e depois, assim, ela tinha que... Mas era remunerado, e era por isso que ela ia, agora, já de outro lado, não era! Foi muito bom você ter perguntado, você deve conhecer até a pessoa que chama ela de mãe. O filho de Tenente Lucena⁵³, porque a família de Tenente Lucena, existia muito isso, os irmãos deles todinhos são padrinhos dos meus tios. Tenente Lucena era compadre de mamãe, o irmão dele era

⁵² Em relação à técnica de bordado em labirinto, Gonçalves (1996) traz as seguintes informações a respeito do que parece ser a sua origem: “(...) o seu aparecimento parece datar dos finais do século XV ou começo do século XVI, na Europa, quando se buscam alternativas ao bordado fechado sobre um fundo compacto e tecido pré-existente: borda-se sobre tecidos transparentes e depois passa-se a cortar certos espaços no tecido, entre os motivos bordados. O labirinto (chamado “lakis” na França) seria, na verdade, um trabalho situado na transição entre aquele bordado fechado e a renda (trabalho em que já não há esse fundo)”. Para maiores informações acerca dessa e de outras técnicas de bordado, recomendamos a leitura de GONÇALVES, Regina Célia. *Vidas no Labirinto: mulheres e trabalho artesanal – um estudo sobre as artesãs da Chã dos Pereira*- Ingá/PB. 226 p. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba.

⁵³ Segundo Fabiano Mozart (2011, s.p), Tenente Lucena foi um dos “(...) maiores folcloristas do Brasil, autêntico representante da cultura popular paraibana e nordestina. Hoje é nome de escolas, ruas e conjuntos folclóricos da Paraíba e Rio Grande do Norte”. Recebeu a alcunha de “tenente” por conta de sua patente nas Forças Armadas do Brasil. Paraibano de Itabaiana, faleceu em João Pessoa no ano de 1985, é considerado um dos maiores expoentes e incentivadores da cultura popular. Para mais informações acerca da história de vida e das ações de incentivo à cultura propostas por Tenente Lucena, recomendamos a leitura de MOZART, Fabiano. Tenente Lucena, o general do folclore disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/cronicas/2140212>>. Acesso em 19 fev. 2012.

compadre de mamãe, cada um dos irmãos são padrinhos de um dos filhos de mamãe. E tinha essa troca de mama: D. Nilza, que era mulher dele, não pôde dar de mamar, e ela [a mãe de criação da depoente] deu de mamar sabe a quem? A Palmari, que sai sempre nos jornais. Palmari Lucena, Palmari que se foi embora para os Estados Unidos. Quando foi um dia, ele me encontrou e disse: “Você é minha irmã”. Ele me chama e tem aquele respeito de mãe-de-leite, chamava-se mãe-de-leite, que dá a benção, que tem todo o respeito. Já a relação de mamãe indo lá pro povo da casa de Marcos [ex-companheiro da narradora], não, a relação... Quando eu fui dizer um dia desses a Idalvo [ex-cunhado da entrevistada] que talvez mamãe tivesse dado de mamar a ele... Aí, não era não, era uma relação diferente. Ela ia lá, era remunerada, e não existia nenhum laço, tinha nada que dizer que era mãe de leite! Aqui não, tinha a comadre, que deu o leite, que era a mãe de leite e que os meninos têm respeito por ela... Então são duas coisas bem diferentes. As mães davam muito de mamar a outras crianças, porque se dava de mamar até os quatro anos, cinco anos, eu mamei em mamãe, porque, da minha distância, por que eu sou a neta mais velha, pra minha tia, são seis anos. Como se dava de mamar demais... E dava-se de mamar também por causa da falta de recursos (Zezita, 61 anos).

Observa-se, neste relato, a diferença entre a atividade da amamentação remunerada e a não remunerada quando realizada pela mesma mulher. Na casa das famílias abastadas que a contratavam, a ama de leite era tratada, literalmente, como uma empregada – limpava a mama, deveria demonstrar asseio e higiene e, ao final de seus serviços, era paga e dispensada, aproximando-se, exceto no que se refere ao item remuneração, da imagem da escrava negra provedora de leite materno retratada por Freyre (1990) em sua obra *Casa Grande e Senzala*.

A escolha da escrava negra para ama de menino sugere-nos outro aspecto interessantíssimo das relações entre senhores e escravos no Brasil: o aspecto higiênico. De Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando ao peito das saloias ou escravas (FREYRE, 1990, p. 378).

Já quando a mulher cedia o leite para amamentar os filhos de suas familiares, vizinhas ou comadres, as crianças que recebiam este benefício deveriam ser-lhes gratas para o resto da vida, inclusive chamando-as de mãe, mais especificamente de “mães de leite”, dispensando-lhes todo respeito e admiração equivalente a uma “mãe de sangue” ou verdadeira mãe. Nesse caso, apresenta-se uma lógica diferente da amamentação remunerada, do leite-mercadoria: há uma lógica de afinidade, de relações de

vizinhança/apadrinhamento que se estendem e se estabelecem como verdadeiras relações familiares.

No que se refere ao bairro de Jaguaribe na condição de espaço de trabalho do feminino, essa era uma atividade exercida por mulheres de diferentes origens étnicas e que necessitavam do dinheiro obtido com a prática para complementar sua renda ou mesmo garanti-la integralmente, visando o sustento da família e dos filhos, sendo vários os fatores que levavam as verdadeiras mães a recorrer a este tipo de serviço. Em algumas, após o parto, o leite secava ou se tornava extremamente raro, o que as obrigava a procurar uma ama a fim de garantir a alimentação da criança, que poderia ser recém-nascida ou não. No entanto, este não era o único fator que motivava a prática da chamada “amamentação mercenária”.

Embora algumas mães na realidade não pudessem amamentar, outras não o faziam por costume, vaidade, falta de paciência e até repugnância – a grande dificuldade não era só o tempo gasto na amamentação, mas suportar a sujeira da criança (MATOS, 2002, p.151).

Apesar da atividade descrita pela depoente ocorrer num contexto diferente do período da escravidão, a mesma encontra-se a ele relacionada, visto que é possível interpretá-la como algo do qual a mulher pobre não consegue se desvencilhar mesmo anos depois da abolição: sua condição material a leva a barganhar o leite materno como verdadeira mercadoria pelo fato de que a mesma precisava do dinheiro para atender às necessidades de toda a família. A relação com a criança que recebe o leite e com a família, que literalmente o compra, é a de maior distanciamento possível. Não há reconhecimento ou gratidão por parte de quem recebe o leite pago. As relações capitalistas de compra e venda substituem isso, daí a narradora afirmar que “Quando eu fui dizer um dia desses a Idalvo que talvez mamãe tivesse dado de mamar a ele... Aí, não era não, era uma relação diferente. Ela ia lá, era remunerada, e não existia nenhum um laço, tinha nada que dizer que era mãe de leite!”.

A questão do aleitamento materno também é um ótimo indicador para que analisemos os hábitos alimentares e de saúde do período retratado pela narradora. Nota-se que o leite materno era o elemento principal da dieta alimentar da criança pobre, visto que a depoente afirma que “As mães davam muito de mamar a outras crianças, porque

se dava de mamar até os quatro anos, cinco anos (...). Como se dava de mamar demais... E dava-se de mamar também por causa da falta de recursos”.

Em outras palavras, as razões para a atividade de amamentação remunerada ser comum à época são apontadas pela própria depoente, a exemplo do grande número de filhos por família e da falta de recursos no que tange à complementação da dieta alimentar das crianças, dentre outros fatores. Na falta de recursos para a aquisição de outros alimentos para se dar as crianças, mesmo para as mais “crescidinhas”, dava-se o leite materno até os quatro ou cinco anos de idade.

No que tange ao declínio desse tipo de atividade remunerada, Matos (2002) aponta como um dos fatores que motivaram tal circunstância, a partir da passagem do século XIX para o XX, a maior divulgação e posterior emprego de políticas de saúde de cunho higiênico-sanitarista em várias cidades brasileiras, visto que,

Num momento em que crescia a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilitava a propagação de doenças contagiosas, a amamentação mercenária passou a ser vista como incompatível com essas novas formas. Para as propostas de higienização do lar, a palavra de ordem era eliminar os miasmas e germes e qualquer veículo de contaminação. Assim, a imagem difundida era a de que o pobre contaminava o rico, e os criados aos patrões. Observar preceitos de higiene constituía-se, porém, em sinônimo de acabar com o trabalho mercenário de amamentação (MATOS, 2002, p.155).

As atividades das mulheres de Jaguaribe no que se refere aos mundos do trabalho estavam, em sua maior parte, relacionadas às prendas do lar e aos cuidados com o outro, no caso às crianças, sendo retratadas não apenas pelas próprias narradoras, mas também pelos homens entrevistados. Dessa maneira, acreditamos ser interessante também fazer esse exercício de análise: observar e interpretar como as profissões femininas eram retratadas pelas próprias mulheres e também pelos homens, da mesma forma que iremos proceder no que tange às relações de trabalho de alguns homens que foram citadas nas entrevistas realizadas com as mulheres.

Dos trabalhos femininos descritos nos depoimentos masculinos destacam-se dois: o de parteira e o de professora, ambos citados pelo mesmo depoente – Carlos Pereira de Carvalho e Silva, 72 anos. Acerca das considerações que se referem à primeira, ele descreve seu próprio parto que, segundo o mesmo, lhe foi contado pela irmã mais velha.

(...) Eu morava numa casa de esquina, porque era uma mercearia, era o número 508 da antiga Rua da Concórdia que hoje se chama Senador João Lira. Fazia esquina com a Vasco da Gama. E, lá foi que eu abri os meus olhos para o mundo pelas mãos de uma parteira cujo nome, por muito tempo, eu não lembrei, mas minha irmã mais velha andou me lembrando. Foi D. Delfina, com a assistência de um médico da família, Doutor Danilo Luna. Naquela época não existiam especialistas, existiam os médicos que faziam tudo. E como doutor Danilo Luna ainda era um médico, era Danilo Alencar de Carvalho Luna, ainda era pessoa ligada à família, tinha um certo parentesco, ele atendia desde parto até... Não digo enterro porque médico nenhum quer enterrar... Mas assistências aos velhos, problemas de coração, enfim... Então ele foi quem, ele não fez o parto, na realidade... Naquela época as mulheres, como a minha mãe, davam à luz em casa. Só em casos especiais é que iam para a maternidade, então eu nasci em casa (Carlos, 72 anos).

Através do relato, observamos a importância da figura da parteira, visto que o depoente deixa bastante claro que o médico acompanhou o parto, sendo todo o trabalho de aparatar⁵⁴ a criança realizado por D. Delfina. Essa passagem do relato nos remete a novas práticas da sociedade, inclusive no que tange aos cuidados com a saúde, afastando-se dos costumes ditos rurais, o que foi justificado pela presença do médico no momento em que acompanha o parto da mãe do depoente, realizado pela parteira. Deve-se ressaltar também que nosso depoente não era de família pobre, mas sim “remediada”. Certamente as mulheres pobres de Jaguaribe não tinham esse acompanhamento médico no momento do parto. Além disso, como ele mesmo coloca, o médico era um parente e, por essa razão, esteve presente junto à senhora no momento do parto. Ademais, o médico era o profissional que era um verdadeiro generalista, além de ser uma pessoa que possuía uma afinidade significativa com a família, cuidando de seus membros do nascer ao morrer, segundo reitera o narrador.

Essa passagem do depoimento remete-nos aos comentários de Chagas (2004) quando retrata a intervenção de profissionais de saúde nos partos de algumas mulheres residentes na Cidade da Parahyba no início do século XX, mais especificamente no ano de 1923.

Caminhando pela lateral da Rua Visconde de Pelotas, o declive na topografia do terreno indica a Rua da Baixa. Descendo-se por ela, alcança-se a Lagoa. Antes desta área verde, a Rua 13 de

⁵⁴ De acordo com Alencastro *et al.* (1997, p.71), “Durante o período colonial e no Primeiro Reinado as parteiras chamavam-se ‘aparadeiras’. Em seguida seu nome mudou para ‘assistentes’, sem que se alterasse seu precário ofício, relegado a pretas velhas e a ‘curiosas’”.

Maio dispõe de várias casas residenciais; entre as tantas, a de número 659 se destacava nos anúncios publicitários: residência da farmacêutica Clarice Justa Luna Freire, que prestava assistência às parturientes. Para tanto, avisava aceitar chamado a qualquer hora. Caso o familiar da grávida não desejasse se dirigir até a casa indicada, bastava ligar para o telefone de número 26, que esta farmacêutica atenderia em domicílio. (CHAGAS, 2004, s.p).

A segunda profissão feminina descrita a partir da interpretação masculina é a de professora, mais precisamente a de professora primária. Em um longo relato imerso em saudosismo, comparações, afetividades e, principalmente, idealização, Carlos Pereira de Carvalho e Silva descreve a sua professora de primeiras letras: D. Durvalina Falcão.

Então, os quatro primeiros anos eu estudei no Grupo Escolar Santo Antônio: primeiro, segundo, terceiro e quarto. Interessante: aí eu conheci os primeiros bancos escolares e conheci a primeira professora. Dizem que assim como as mulheres não esquecem o primeiro sutiã, que o padre não esquece a primeira missa, um estudante dificilmente esquece a primeira professora, principalmente naquele tempo. Hoje não porque, às vezes, o aluno hoje entra na escola e tem três ou quatro professores. Naquela época era uma professora para o primeiro ano, a mesma professora para o segundo ano, a mesma professora para o terceiro ano e às vezes mudava no quarto ano. E era uma professora que ensinava Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, quer dizer, era a chamada professora que se chama hoje de polivalente. Era a verdadeira mestra, era a professora que nos ensinava o que era importante aprender. D. Durvalina Falcão – esse era o nome da minha querida primeira professora. Lamentavelmente ela não vive mais, mas a ela eu devo muito, muito da minha vida, porque essa sim, eu guardo muito – não tenho nenhuma foto dela – mas guardo muito na memória. Parece que eu estou vendo... Era uma mulher de estatura mediana, cabelos pretos, lisos, jamais desalinhados, jamais! Eram uns cabelos como os seus, pretos... Só que ela não os deixava cair sobre os ombros, ela os amarrava num... Depois foi que eu vim saber, num chamado coque. E depois eu vim a assemelhá-la quando assistia uns filmes de Grace Kelly, né? Você lembra de Grace Kelly a famosa princesa de Mônaco? (...) que morreu em um acidente, uma lindíssima atriz, que ela usava muito esse tipo de cabelo, um coque, que D. Durvalina usava. Era uma mulher solteira, ela sempre usava roupas... Naquela época nem se falava de mulher usar calças compridas, isso não existia, mas ela usava roupas muito sóbrias, geralmente preto ou cinza, e ela me ensinou durante quatro anos. E, interessante, é que durante dois anos, ela ensinava e era diretora do Grupo Escolar. Então, eu estudei com D. Durvalina e

pra ela, pra mim foi importante porque era do tipo de professora que sabia ensinar, não era prepotente, não era arrogante, admoestava com civilidade, chamava a atenção sem gritar, porque há muita gente que acha que se a pessoa gritar, a outra ouve, nem sempre. No grito nem sempre se resolve. Admoestava com firmeza, exigia disciplina, mas nunca teve um caso de indisciplina na turma porque todos a respeitavam muito. Então, quando isso aconteceu, entre sete e dez anos, aí sim, aí eu já me lembro, eu me lembro do dia de prova, me lembro da hora do recreio, me lembro da merenda escolar, da sopa deliciosa de feijão com macarrão, deliciosa, mas me lembro, sobretudo, da figura de D. Durvalina. Era uma figura notável que eu devia ter guardado uma foto dela, mas... A última vez que a vi, já faz muito tempo, eu já tava casado, pai de filho, foi numa missa que eu assisti na Igreja de Lourdes. Encontrei ela assim, devia ter me dirigido a ela e lhe ter dito “Como lhe sou grato, D. Durvalina”, mas senti que talvez não fosse naquele momento, na hora da missa. Quando terminou a missa eu já não a encontrei. Muito tempo depois eu soube da sua morte, que eu lamentei profundamente, mas eu registro, ainda com muita, mas com muita satisfação minha, pessoal, e até com muita saudade, o tempo em que eu convivi com ela, D. Durvalina Falcão, a minha primeira professora! (Carlos, 72 anos).

Este relato do senhor Carlos, extremamente rico em detalhes, traz à baila diversos elementos para discussão e análise. O primeiro deles remete à própria História da Educação no sentido de demonstrar como se processavam as relações professor/aluno/escola em um passado ainda recente em comparação aos dias atuais (década de 1940, aproximadamente). A professora é descrita pelo depoente como uma “verdadeira mestra” porque era uma generalista em relação ao conhecimento. Por ser uma professora “polivalente” tinha de lecionar diferentes disciplinas no decorrer de séries diferentes, acompanhando sistematicamente o desenvolvimento não só de um ou outro aluno, mas por vezes, de uma classe inteira.

Outro ponto da relação professor/aluno ressaltado pelo depoente era o respeito – quase que um misto de temor e admiração – pela figura da professora que, segundo ele, não precisava recorrer aos gritos para impor a sua autoridade: seu semblante de “mulher séria” naturalmente impunha a autoridade necessária, sem falar em sua vestimenta “sempre sóbria”, nas cores preta e/ou cinza. Atenos-nos também à riqueza de detalhes do depoente ao descrever a vestimenta, o modo de pentear-se e de portar-se da professora, quase que um “emblema” da mulher dita séria da época: cabelos presos, apesar de sua solteirice, nunca desalinhados e o fato de não usar calça comprida, mas

sim saias, apesar das calças já serem, à época, vestimentas presentes no guarda roupa feminino em outras partes do mundo, a exemplo da Europa⁵⁵.

É interessante que no discurso do entrevistado, em momento algum, o mesmo exalta de forma direta a beleza de D. Durvalina, nem mesmo se declara apaixonado por ela, como frequentemente ocorre com alguns meninos quando se trata da primeira professora. No entanto, isso fica subjacente quando o senhor Carlos a compara com Grace Kelly, a Princesa de Mônaco, um ícone de beleza e elegância para a sua geração. Do discurso do depoente acerca de sua professora infere-se que, pelo menos esteticamente, ela era um modelo para o então menino Carlos Pereira.

Por fim, o aspecto que se destaca é o do trabalho da memória e do narrador, pautado pela valorização deste em relação à lembrança permeada de afetividade com a qual descreve D. Durvalina Falcão, sua primeira professora. Apesar de não ter uma fotografia dela, o que seria um suporte para a sua memória, apesar de não ter agradecido a ela pelos anos de felicidade de sua infância na escola, o narrador a tem na lembrança e enfatiza sua figura durante o depoimento, procedendo como uma espécie de “pedido de desculpas póstumo”, na esperança de que quem o escuta possa dar continuidade ao “legado” de D. Durvalina, eternizando-a na memória de outros através do registro sonoro e, posteriormente, escrito.

Das profissões exercidas pelas moradoras entrevistadas, a única que não se refere diretamente aos trabalhos domésticos é a de professora, exercida por duas das cinco narradoras que nos cederam os seus depoimentos: D. Leda e D. Zezita. A primeira lecionou durante anos a disciplina de História numa escola estadual do próprio bairro, a Pedro Augusto Caminha, conhecida pela sigla EPAC. Já a segunda, engenheira de formação, começou a sua vida profissional como professora de uma escola particular do bairro, sendo este estabelecimento educacional pertencente à senhora Daura Santiago Rangel, conhecida professora da cidade de João Pessoa.

⁵⁵ Para maiores informações a respeito da História da Moda, mais especificamente no que diz respeito às modificações da indumentária feminina, recomendamos a leitura de STEFANI, Patrícia da Silva. *Moda e Comunicação: a indumentária como forma de expressão*. 2005. 90p. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/32542160/MODA-E-COMUNICACAO>> Acesso em 20 jan. 2012.

Entrei na Engenharia, comecei a dar aula particular de matemática, comecei a ter meu dinheirinho, só comprava roupa... Sim, aí eu mandei fazer uma calça comprida, o colégio precisou que eu desfilasse com uma calça comprida, aí D. Daura comprou pra que eu ficasse pagando. Mamãe quase que morre, mas eu tinha que ir, tinha que jogar, tinha que desfilar, tinha que ter essa calça comprida. Aí mamãe, costureira, disse: “Não faço! Pode mandar outra pessoa fazer!”. Aí foi feito por outra pessoa, mas quando foi de noite, eu fiz a calça e de noite ela abriu a calça. A calça era justinha e ela abriu a calça, eu desfilei com aquela coisa largona, assim, horrorosa! Morri de chorar, porque a calça... Aí foi que eu dei meus primeiros passos (Zezita, 61 anos).

No depoimento de Zezita destacam-se várias passagens dignas de uma leitura e análise mais atenta. A primeira delas diz respeito ao curso superior de sua escolha, o de Engenharia, uma área que era concebida, à época (meados da década de 1960), como uma formação majoritariamente masculina, em outras palavras, “profissão de homem”. Diferente das mulheres que trabalhavam quase que única e exclusivamente com as prendas domésticas – bordado, costura, cozimento de alimentos, lavagem de roupas, etc, Zezita é o caso representativo de uma nova geração de mulheres que, a partir da década de 1960, começava a trabalhar literalmente fora de casa, ganhando espaço no mercado de trabalho e constituindo sua renda própria. No entanto, percebe-se que ela, mesmo sendo estudante de Engenharia, passa a exercer uma profissão ainda vista como eminentemente feminina – a de professora.

Outro aspecto do depoimento diz respeito às relações familiares e a uma espécie de “choque de gerações” entre a mãe e a narradora. Apesar de ser costureira – típica atividade profissional das mulheres de sua geração, a mãe de Zezita se recusa a confeccionar uma calça comprida para que a filha, professora, desfilasse pelo colégio no qual ministrava aulas, remetendo a outros elementos que compõem a vida cotidiana das pessoas, a exemplo do vestuário feminino.

A narradora tenta fazer uso de uma espécie de “burla” para escapar da ordem da mãe que se recusou a confeccionar a calça. De posse de seu dinheiro, ganho através do seu trabalho, ela paga a outra costureira para fazer a calça, no entanto, não imaginava que a autoridade materna pudesse prevalecer: a mãe, às escondidas, “afrouxa” a calça comprida “justinha” da filha, fazendo-a parecer uma saia, transformando-a numa “coisa largona” como a própria depoente descreve.

Faz-se necessário ressaltar também, traçando um paralelo com os relatos de outras mulheres acerca do mundo do trabalho que, diferente das mulheres esposas e mães cuja renda advinha da realização de trabalhos domésticos que, por sua vez, serviria para atender as necessidades financeiras de toda família, a mulher solteira que trabalha – representada pela narradora Zezita, integrante de uma geração diferente da de sua mãe, mulher viúva que se sustentava a partir de uma atividade profissional diretamente ligada às prendas domésticas, a costura – emprega a sua remuneração com aquilo que ela deseja: “(...) comecei a dar aula particular de matemática, comecei a ter meu dinheirinho, só comprava roupa...”. Não queremos generalizar esse trecho do relato ou afirmar que a narradora não ajudava nas despesas de sua casa contribuindo com parte do dinheiro arrecadado, de forma alguma, mas sim demonstrar que a condição de emancipação feminina se expressava de forma crescente no contexto ao qual a narradora remete em sua fala, mais precisamente o final dos anos 60 do século XX.

Em se tratando da temática referente aos mundos do trabalho, quando retratado da perspectiva masculina, observamos que os entrevistados, ao contrário das mulheres, não trataram a respeito de suas próprias profissões, mas sim a diferentes atividades concernentes à vida de outros homens e mulheres com os quais conviveram.

Acreditávamos que, pelo fato do trabalho remunerado ser uma instância extremamente importante na vida cotidiana do homem contemporâneo inserido na sociedade capitalista, esse seria um dos assuntos mais recorrentes nas entrevistas referentes ao gênero masculino. Entretanto, quando da análise das mesmas, percebemos, na verdade, uma inversão: as mulheres relataram bem mais a respeito de seu trabalho e suas atividades profissionais do que os homens, cabendo a esses deterem-se aos assuntos relacionados às suas formas de diversão, conforme observaremos no próximo subtópico desse capítulo. Dessa maneira, o resultado da nossa análise contrariou, em parte, a afirmação de Perrot (2010) de que

(...) os pesquisadores de história oral conhecem por experiência própria a diferença entre a relação dos homens e a das mulheres com o seu passado: homens mudos, que esqueceram quase tudo o que não tem ligação com a vida do trabalho; mulheres faladoras, a quem basta apenas deixar vir a onda de lembranças, por pouco que se interroge a sós: o homem habituou-se demais a impor silêncio às mulheres, a rebaixar suas conversas ao nível da tagarelice, para que elas ousem falar em sua presença. (PERROT, 2010, p. 207).

A profissão de vendedor, notadamente o vendedor ambulante que apregoa os seus bordões e cantigas anunciando produtos pelas ruas do bairro, foi uma das lembranças recorrentes na memória do senhor Emilson. Ele descreve a atividade de venda de gêneros alimentícios realizadas pelo Sr. Queijinho, vendedor de angus, pamonhas, canjicas e milho verde que residia na antiga Rua São Vicente, atual Carmelo Ruffo.

Betinho do Rolete – era filho de Sr. Queijinho, morava na Avenida Carmelo Ruffo. O Queijinho era o pai dele, era... Ele saía todos os dias e ele vendia angu feito, cuscuz, canjica, milho, dependendo da época. Aí ele vendendo as canjicas que fazia, os pratos de canjica, ele saía gritando, pregando pela rua: “Olha o queijinho, olha o queijinho! Pra tomar com café, comer puro no dentinho, o freguês acha bonzinho”. Aí ficou o apelido dele de Queijinho por conta disso. E Betinho era filho dele, e vendia rolete de cana. Aí, ficou chamado de “Betinho do Rolete”, filho de Queijinho (Emilson, 76 anos).

Observa-se no relato apresentado que a profissão do pai, o senhor Queijinho, também era exercida por Betinho, diferenciando-se o tipo de produto alimentício que vendiam: o primeiro, derivados do milho, já o segundo, roletes de cana de açúcar. Percebe-se também que os dois eram conhecidos pelos seus apelidos – Queijinho e Betinho – ambos no diminutivo, o que denota certa “intimidade” da população jaguaribense para com ambos. Além disso, o relato remete para um hábito que parecia ser comum aos moradores do local: comprar alimentos que eram comercializados nas ruas do bairro.

Outra ocupação masculina retratada pelo mesmo entrevistado foi a de motorista de aluguel ou motorista de praça, o que seria equivalente, nos dias atuais, aos chamados taxistas ou motoristas de táxis. Nesse sentido, o narrador Emilson, memorialista, autor da obra *Retratos de Jaguaribe*, teceu comentários em sua entrevista a respeito de um senhor de apelido “Material”, conhecido motorista e “contador de causos” de Jaguaribe.

Cidinho – era irmão do Galego da Vila, não sei se você conhece. O pai dele era Material. Por que Material? Porque ele era motorista, conhecia de ferramenta, aí quando o pessoal queria comprar um carro aí levava pra ele ver. Ele dizia: “Pode comprar que o material é bom”. Aí, ficou com o apelido de Material. Conta-se uma história que Material gostava muito de contar história, de inventar histórias extraordinárias. Contar causos, né? Contar não, diziam que ele mentia. Aí dizem que um cidadão ainda ia pegar uma mentira maior que a dele. Aí contratou ele pra ir pra Cabedelo, o carro... O táxi dele, né? Que

naquele tempo não era taxista, era chofer de praça. E essa estrada de Cabedelo era de barro. Aí ele disse que esse camarada que contratou ele falou: “Material, vamo lá em Cabedelo que eu tenho um negócio lá em Cabedelo e você vai me levar lá”. Aí, pegou o carro e foi-se embora na estrada. Puxando 60 km/h, mais ou menos. Aí, de repente, o passageiro disse: “Material, pára aí, pára aí que eu vi uma agulha ali e eu tô precisando de uma agulha!” Uma agulhazinha de costura, que tinha. Aí Material disse: “Ah, rapaz, isso aí não presta não que ela tá com o fundo quebrado!” Quer dizer: o camarada numa velocidade, numa estrada de barro, ver uma agulha? Aí o outro ainda ver que o fundo da agulha tá quebrado? (Risos). Aí contam essa história desse Material. (Emilson, 76 anos).

Além de nos trazer impressões sobre a atividade de chofer de praça realizada pelo senhor Material, o relato de Emilson enumera aspectos importantes a respeito da cidade de João Pessoa, a exemplo da distância entre a capital e a cidade vizinha de Cabedelo, ligadas à época, conforme o narrador enfatiza, por uma estrada de barro, que tudo leva a crer se tratar da BR-230, hoje asfaltada, que faz a ligação entre os dois municípios. Por se tratar de uma estrada de barro, de pouca estrutura, dificilmente a velocidade do carro de Material passaria daquilo que o narrador relatou – 60 Km/hora.

Através da leitura e interpretação do relato do depoente, acreditamos que o senhor Material – chofer de praça contador de causos – era uma daquelas figuras que se apresentavam como sendo “emblemáticas” no bairro de Jaguaribe, apresentando idiossincrasias em suas personalidades que as tornavam praticamente “inesquecíveis” em relação à memória de alguns moradores. No caso de Material, essas características ímpares de sua personalidade diziam respeito aos aspectos da mentira e de sua destreza em avaliar automóveis para compra e venda, característica esta que deve ter sido adquirida após anos de profissão dirigindo um carro de praça.

Outro assunto também recorrente na memória dos moradores idosos do bairro de Jaguaribe eram as chamadas vendas ou bodegas, várias delas literalmente espalhadas por diversas ruas de Jaguaribe, geralmente em esquinas, preferencialmente nas avenidas e ruas mais movimentadas. Uma das vendas daquele lugar pertencera ao pai do senhor Carlos Pereira que, no entanto, não permaneceu na atividade de “bodegueiro” durante muito tempo, visto que,

A venda foi negociada porque não estava dando mais, segundo ela [a mãe], ele [o pai] era mole demais e não cobrava os fiados que o pessoal fazia, e conseguiu um emprego público. Ele passou através, naquela época não havia concurso, mas Doutor

Horácio de Almeida, que o Secretário de Interior do governo de José Américo, conseguiu um... Acho que foi minha mãe quem foi pedir – ele não ia, mas ela foi – e ele foi nomeado fiscal de salão da Biblioteca Pública do Estado, onde ele trabalhou mais de trinta anos, e isso já é outra história. E aí eu tenho muitas lembranças desse tempo, foram muito boas para mim (Carlos, 72 anos).

Segundo o depoente, a postura de seu pai em relação ao fato de não cobrar aos clientes que compravam fiado na caderneta da venda fez com que o estabelecimento comercial praticamente fosse à falência. Mais do que apontar a razão para a falência do empreendimento do pai do narrador, esse depoimento explicita um tipo de relação comercial que era bastante comum entre os chamados bodegueiros ou vendeiros e a população de Jaguaribe: a venda na caderneta ou fiado. Neste tipo de venda há uma relação de mútua confiança entre quem vende e quem compra: o primeiro cede ao segundo o crédito que provavelmente ele não teria se efetuasse suas compras em outro lugar, sendo o segundo responsável por quitar a referida dívida quando findado o prazo proposto em comum acordo entre ele e o negociante, relembrando-nos outra passagem da canção *Coisa da Antiga*, quando os autores do samba afirmam que “(...) naquele tempo a palavra de um mero cidadão valia mais que hoje em dia uma nota de milhão” (NUNES, 2000, s.p).

Para que a relação entre o vendeiro e os clientes se processasse de forma satisfatória, fazia-se necessário que existisse um laço de familiaridade entre ambos, o que só era conseguido à base de anos de convivência em um mesmo bairro. Em alguns, a exemplo daquilo que descreve Mayol (1996), o comerciante tornava-se uma verdadeira referência para a população do bairro. Ao descrever um dono de mercado do bairro lionês de Croix-Rousse, o senhor Robert, o autor afirma que este vendeiro

(...) tem, portanto, um conhecimento “por dentro” de sua rua (...) dos indivíduos, das famílias, dos dramas, conhecimentos de todos absolutamente excepcional. Dotado de prodigiosa memória, ele não esquece nada, tudo registra, conhece os gostos de cada um e de cada uma, chama quase todos pelo nome, trata familiarmente todos aqueles que conheceu na juventude, conhece todas as crianças (MAYOL, 1996, p. 119).

Conforme o exposto, o comerciante pode ser interpretado pela população de um bairro mais do que como sendo aquele a quem se recorre ao fiado com data acertada de pagamento ao final do mês. Por vezes ele é a única alternativa a qual o cliente pode

recorrer para, literalmente, não ver sua família passar fome. É claro que há uma relação comercial entre ambos, todavia, não se pode negar que laços de afetividade interligam a população local a algumas dessas figuras do bairro de Jaguaribe, conforme expressa o depoimento da senhora Zezita.

(...) porque cada uma das coisas são muito marcantes. Aquele cara que vendia na farmácia, não é, o pão... Sr. Rufino era uma pessoa assim, dizia mamãe que ele chegou de Alagoinha [pequena cidade do interior da PB] e tinha uma barraquinha que vendia cachaça, pobre, mas um homem que era visionário, sabe? (...). Ajudou muito a gente, porque a gente ia comprar, e tinha carteira, ia comprar e ele anotava, sabe, o que a gente comprava. Aí mamãe mandava: “Vá compra meia grama de manteiga”, sei lá, sei que era um negócio que vinha todo arrumadinho, eu me lembro ainda hoje, sabe? *Toda Jaguaribe era bem isso: você tinha alguns locais de pontos de venda em que essas pessoas, na realidade, tinham uma relação muito grande com quem ele estava vendendo.* Mesmo que não chegasse o dinheiro e você não podia pagar, às vezes não podia pagar, mas eles rolavam a dívida e você pagava posteriormente, sabe? (Zezita, 61 anos) [destaque nosso].

As relações de afetividade, os laços de sociabilidade e familiaridade comuns entre comerciantes e fregueses de um mesmo bairro tendem a mudar na medida em que o comércio daquela determinada área se transforma, o que coaduna também com o processo ocorrido no bairro de Jaguaribe. De lugar eminentemente residencial, este passou a apresentar um caráter heterogêneo a partir dos anos 1970, quando casas comerciais e prestadores de serviços passam também a “se misturar” às casas do bairro. A proximidade do Centro da cidade contribuiu, de certa maneira, para atrair esses lojistas e prestadores de serviços, conforme observado no segundo capítulo deste trabalho.

Além de exemplificar um tipo de relação comercial comum no bairro, no relato de Carlos também se encontra a exemplificação de práticas de cunho clientelista, de prestação de favores e empreguismo adotadas por gestores da administração pública numa época em que, a exemplo do que reitera o próprio depoente, não eram realizados concursos para a investidura dos cargos que compunham os quadros do funcionalismo público. Diante da eminente falência da venda do pai do narrador, sua mãe “toma a frente” da situação e solicita, provavelmente a um parente ou amigo próximo que trabalhava no poder público, um emprego para o marido, no que é atendida. Dessa

forma, o pai do narrador passou a trabalhar na Biblioteca Pública do Estado na condição de fiscal de salão.

Outro aspecto interessante sobre o discurso do depoente Carlos Pereira é a lembrança da mãe forte e mandona. Foi ela quem decidiu que a família dele não ia se mudar para um local de Jaguaribe que ficava longe do Centro da cidade, conforme se observou no capítulo anterior. Trata-se da mesma mulher, assertiva em suas palavras, que taxava o marido de “frouxo” por não cobrar os fiados da vizinhança, o que levava à falência a bodega de onde se tirava o sustento da família. Foi essa mãe, mulher descrita como forte e decidida pelo narrador, quem arrumou emprego para o pai dele. O menino Carlos, hoje um homem idoso, transpõe ainda uma admiração incontestável por mulheres fortes como sua mãe e sua primeira professora, a senhora Durvalina Falcão.

A profissão de alfaiate foi outra ocupação masculina citada nas entrevistas dos idosos quando eles relataram aspectos concernentes aos mundos do trabalho. Entretanto, os mesmos não chegaram a narrar pormenores acerca do *modus operandi* da profissão, conforme enfatiza o depoimento do entrevistado Emilson, ao tratar a respeito das lembranças de quando assistiu a uma de suas primeiras partidas de futebol do bairro. Foi neste local que ele conheceu o alfaiate Sr. Coelho e demais membros da família deste.

Então, naquele jogo de futebol, eu vi várias pessoas que eu cito ali no livro [*Retratos de Jaguaribe*], tem a escalação, tem tudo lá. Eu me dei muito bem, encontrei, inclusive uma figura, um alfaiate chamado Mestre Coelho, um homem risonho, alegre, era um dos diretores do América [Futebol Clube]. Era alfaiate, e seus filhos também eram alfaiates. Um tinha o apelido de Doca e o outro era de nome Rosalvo. Isso foi o meu primeiro contato com o bairro naquele ano, de 44 (Emilson, 76 anos).

Ser alfaiate era uma profissão típica dos homens pobres das décadas de 40 e 50 que aprendiam essa que era considerada uma “arte”, geralmente passada de pai para filho, a exemplo do que ocorrera com o Mestre Coelho, que ensinou os pormenores da dita “arte” aos dois filhos citados pelo depoente. É importante lembrar que Jaguaribe, nos dias atuais, é um dos únicos bairros de João Pessoa que ainda possui alfaiatarias recebendo encomendas, a exemplo de uma que atualmente está localizada na Avenida Senador João Lyra, ainda pleno funcionamento.

Acredita-se que um dos fatores que deve ter influenciado a existência de uma parcela de alfaiates no bairro foi a presença da Escola de Aprendizes e Artífices, atual

Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Paraíba – IFPB naquela localidade. Na referida escola, mais precisamente no período o qual Ferreira (2002) considera como sendo a primeira etapa de seu funcionamento (1910-1940), eram oferecidos diversos cursos voltados para a preparação profissional dos jovens carentes para que se transformassem em operários e artífices, tais como os de marcenaria, alfaiataria, encadernação (tipógrafo) e serralharia.

A exemplo das análises anteriores, que tomaram por base o olhar masculino em relação às profissões femininas, também observamos, nos relatos de algumas mulheres entrevistadas, referências a profissões masculinas, a exemplo dos musicistas, mais especificamente aqueles que compunham a banda de militar do 15º Regimento de Infantaria – 15º RI, localizado na fronteira entre os bairros de Jaguaribe e o vizinho bairro de Cruz das Armas. Alguns desses músicos militares residiam em Jaguaribe e, nos momentos em que afinavam seus instrumentos ou simplesmente tocavam por diversão, proporcionavam alegrias para alguns moradores do bairro, especialmente para as crianças.

Os militares que faziam parte da banda de música, eu convivi com “Usura”⁵⁶. “Usura” fazia parte da Orquestra Sinfônica como meu avô. Eles vieram do interior e o emprego que eles conseguiram foi o exército, e foram tocar na banda de música, então eles eram instrumentistas e nós, crianças, que vivíamos na [avenida] Benjamim Constant, brincando de... Todas as crianças, a partir de seis horas nós brincávamos. Então, era uma coisa muito, que na minha memória é fantástico! “Usura” tocando num baixo que a noite inteira ele tocava: ton-ton-ton [tenta imitar o som do instrumento musical], e nós corríamos, e nós nos divertíamos (Zezita, 61 anos).

Outra profissão masculina citada ainda pela mesma depoente era a de pedreiro, mais precisamente fazendo referência àqueles operários que foram responsáveis pela construção do maior templo religioso do bairro, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

(...) aquela igreja ela foi toda construída basicamente com a ajuda [financeira] de alemães religiosos, católicos, que mandavam ajuda e vinham de navio. O meu bisavô trabalhou na

⁵⁶ Ribeiro (2000) faz menção, em suas memórias escritas, a este senhor de apelido “Usura” na parte final de seu livro, mais especificamente no capítulo VI intitulado: “Apelidos: anos 40,50 e 60”. “Usura: era o apelido do Tenente do Exército Senhor Severino Ramos da Silva. Foi músico da banda do 15º RI, tocando instrumento trombone. Um de seus filhos era baterista. O outro é nosso conhecido seresteiro Cristóvão” (RIBEIRO, 2000, p.245). Todavia, apesar de fazer referência a este personagem, não indica qual seria o significado ou a origem do apelido.

igreja, e quem foi o gerente? Não era nem engenheiro, não era nem formado ele, era aquele empreiteiro, Sr. Geminiano Limeira, e ele contratou meu bisavô e ele trabalhava, e eu achava isso demais por que aquela igreja, eu acho aquela igreja vetusta, imponente demais, mas ela é um pouco de nós, de todos nós. (Zezita, 61 anos).

Conforme o relato da depoente reitera, observa-se que o saber proveniente da experimentação, do fazer prático, era valorizado no período retratado, o que poderia ser consequência, provavelmente, da escassez de mão de obra especializada: Sr. Geminiano Limeira, empreiteiro responsável pela construção da Igreja do Rosário, não era engenheiro de formação, todavia, contratava os empregados e acompanhava a obra de perto como se o fosse, numa lógica que se diferencia daquela vigente no mercado de trabalho atual no qual, muitas vezes, a titulação é mais valorizada do que a experiência prática.

O avô de Zezita trabalhou como pedreiro na construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, algo que é extremamente valorizado pela depoente na frase “eu achava isso demais”, visto que ela mesma considera esse templo religioso mais do que um símbolo do bairro de Jaguaribe, mas sim, enfatizando a noção de pertencimento, como sendo “um pouco de todos nós”, um pouco de cada um dos moradores residentes no bairro.

Sobre a construção da Igreja do Rosário, no que tange a seus detalhes, a exemplo da colocação de seus sinos, há alguns elementos que foram reiterados nas narrativas de nossos entrevistados. Nesses relatos encontram-se certos aspectos que nos permitem inferir sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais que trabalharam naquela construção e finalização das obras, a exemplo do que descreve Carlos Pereira.

Aquela igreja foi edificada com os recursos dos paroquianos, mas principalmente pela ordem franciscana da Alemanha que mandou ajuda. E é uma das igrejas mais bonitas de João Pessoa e da Paraíba, das mais bonitas. Aí eu lembro sim, lembro não da construção em si, mas lembro da colocação dos sinos que foi uma operação das mais complicadas que eu já vi. Eu me lembro dos sinos colocados ali no adro da igreja e depois sendo içados para o campanário, numa operação que até hoje eu não sei mais o que foi feito naquela época. Porque, não existiam essas escadas *magirus* ou esses elevadores que... Não, foi feito praticamente na marra, com roldanas, gente levando, e cada sino daquele pesa... (Carlos, 72 anos).

Pelas dificuldades técnicas da construção e da colocação dos sinos à época, visto não existirem ainda as facilidades proporcionadas pela tecnologia atual citadas pelo depoente – a exemplo da escada *magirus* ou elevadores, percebe-se que as atividades profissionais comuns em um canteiro de obras, não só aquelas realizadas pelos pedreiros, mas também carregadores e auxiliares estavam relacionadas, antes de qualquer coisa, à necessidade de se empreender força física para sua efetivação, daí o destaque para a presença eminentemente masculina nesses locais de trabalho.

Mas nem só de trabalho consistia o cotidiano de homens e mulheres residentes em Jaguaribe. Por acreditarmos que a vida cotidiana é constituída por diferentes instâncias, reiteramos que, entre essas instâncias às quais fazemos referência, encontra-se a da diversão. Nesse sentido, retratamos algumas das diferentes opções de diversão existentes no bairro⁵⁷.

4.2) Diversões

O lazer é uma temática bastante discutida a partir da dicotomia com o termo trabalho. Ambas são palavras que, relacionadas a campos semânticos diferentes, fazem parte da vida do ser humano. O trabalho ainda é observado, notadamente na sociedade ocidental, como uma importante instância – senão a mais importante – da vida humana. O lazer, a fruição, as diversões, o ócio, o tempo livre são ainda interpretados, por vezes, de maneira negativa. Na verdade, até o século XIX mais precisamente, ainda reverberavam apologias ao trabalho como instância que dignifica a condição humana, conforme reitera, entre outros estudiosos, Max Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. O trabalho compunha um campo central da vida do homem, sendo o tempo não dedicado a este interpretado como “perdido”, sobretudo pelos empregadores.

Dessa maneira, o trabalho era visto como a instância central da vida, sendo o “tempo livre” uma prerrogativa das classes abastadas que, literalmente, sustentavam-se a partir da exploração da força de trabalho alheia. O aproveitamento do tempo livre era, portanto, privilégio de poucos, ou seja, daqueles que detinham os modos de produção, daqueles que formulavam as leis que os favoreciam a fim de aproveitar-se do trabalho

⁵⁷ No capítulo anterior tratamos a respeito das festas de rua do bairro de Jaguaribe que, por sua vez, não deixam de ser opções de diversão do bairro cuja periodicidade era esporádica. No caso do subtópico 4.2, resolvemos tratar de outros tipos de diversão e lazer no bairro que estavam mais próximas da rotina cotidiana e que, por sua vez, não apresentavam uma periodicidade específica para serem desfrutadas por sua população.

de outrem, fosse escravo ou remunerado. Gozar do lazer era sinônimo de liberdade plena, ilimitada e conquistada à custa da exploração de outrem.

No entanto, as conquistas dos trabalhadores no decorrer do tempo foram inegáveis e se relacionam, direta ou indiretamente, em vários aspectos, ao repouso ou ao lazer, a exemplo das férias remuneradas, da licença maternidade e da aposentadoria. Estes são apenas alguns exemplos de conquistas bastante custosas, porém necessárias e atualmente reconhecidas, da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o lazer pode ser percebido como “(...) um conjunto de fatos e circunstâncias que, por sua natureza, apresentam-se como isentos das pressões e das tensões que, com certa frequência, podem afetar as atividades humanas individuais e grupais compulsivas opcionais” (ANDRADE, 2001, p.21). Com a especialização cada vez maior da atividade do trabalho, além das lutas dos diversos movimentos trabalhistas a nível mundial, reivindicando menores jornadas e melhores condições de trabalho, o lazer pode ser interpretado como sendo

(...) elemento central da cultura *vivida* por milhões de trabalhadores, possui relações sociais sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência, passam a ser tratados em novos termos (DUMAZEDIER, 1976, p.20) [destaque do autor].

Por estar relacionado a assuntos que se interligam diretamente à vida cotidiana do ser humano, podemos inferir que o lazer faz parte dela. Todavia, nem todos os autores que tem nele o seu principal tema de investigação pensam dessa maneira. Apesar de, em algumas passagens de seus escritos, denominá-lo como “lazer cotidiano”, Dumazedier afirma ser perigoso definir o lazer de forma a opor este elemento apenas à atividade do trabalho profissional. Para ele, o lazer é definido

(...) nos dias de hoje, sobretudo, *por oposição ao conjunto de necessidades e obrigações da vida cotidiana*. Dever-se-á, ainda, salientar que ele só é praticado e compreendido pelas pessoas que o praticam dentro de uma dialética da vida cotidiana, na qual todos os elementos se ligam entre si e reagem um sobre os outros (DUMAZEDIER, 1976, p.32) [destaque nosso].

Por essa razão, o lazer é pensado por muitos autores de forma a se diferenciar da instância do trabalho, entretanto, não são todos os teóricos que o tomam como uma verdadeira suspensão do cotidiano, opondo-o a este, mas pelo contrário. No que tange à

sociedade atual, trabalho e lazer tem se integrado cada vez mais. Isso ocorre, por exemplo, em empresas cujo foco esteja na produtividade aliada ao bem estar do próprio funcionário, modificando a cultura de que cotidiano – no sentido de rotina – e lazer são instâncias completamente separadas, reservando-se nesses locais de trabalho espaços para que os funcionários possam conversar, jogar, brincar, entre outras atividades, sem que haja, necessariamente, momentos rigidamente definidos para isso em seu dia de trabalho. Além do mais, é inegável a importância de repouso, distração e entretenimento imbricados ao próprio cotidiano humano.

Ainda que rápida e leve, qualquer atitude que alivie tensões é repousante e pode manifestar-se como ocasião de situação favorável ao exercício do lazer autêntico, *considerado como ato vital e integrado ao ritmo cotidiano* (ANDRADE, 2001, p.25) [destaque nosso].

Pelo fato da vida cotidiana do homem não resumir-se apenas à instância do trabalho, acreditamos que o lazer e as diversões fazem parte dela em vez de serem interpretados como sendo literalmente separados. Porém, como há ainda, em termos teóricos, uma prevalência muito forte em torno da interpretação do lazer como suspensão momentânea do cotidiano, resolvemos nos referir às atividades repousantes, lúdicas e à fruição do tempo livre dos moradores e moradoras idosos do bairro de Jaguaribe como diversão, ou opções de diversão, a fim de que o uso do termo “lazer” em si não suscitasse quaisquer “imbróglios teóricos” nesse sentido.

No entanto, reiteramos a nossa interpretação diante desse termo no sentido de concordar que o lazer “(...) aparece como realidade integrante da vida pessoal, da mesma forma que o trabalho, a religião, a cultura e outros fatos que, naturalmente ou por aquisição cultural *compõem o cotidiano humano*” (ANDRADE, 2001, p.42) [destaque nosso]. Assim, percebe-se que o lazer pode ser basicamente interpretado de duas maneiras: a primeira como sendo oposto à vida cotidiana e, na segunda, como sendo um dos elementos que a compõem, caracterizando-se como uma de suas instâncias de forma a estar conectada à atividade do trabalho e não repelida por esta.

Na verdade, a nosso ver, o que importa aqui não é tanto a definição de lazer que se tem por base, mas sim o conceito de cotidiano. Ora, se interpretarmos o cotidiano como sinônimo de rotina, obviamente se perceberá que o lazer não faz parte dessa rotina, pelo contrário, significa a quebra dela. No entanto, se o cotidiano for tomado como “a vida de todo homem”, conforme enfatiza Heller (2000), em suas diversas

instâncias, o lazer faz parte do cotidiano, visto ser este formado por múltiplos aspectos e “artes de fazer”, conforme enfatiza Certeau (2009), o que também nos leva a considerar as “artes” de distrair-se, divertir-se e até mesmo descansar como componentes desse cotidiano.

Por esta razão, neste capítulo especificamente, sugerimos a substituição do termo *lazer* por *diversão* ou *diversões*, dado este não se configurar como sinônimo do segundo, mas sim como uma das funções que o compõem

(...) o lazer, qualquer que seja sua função, é, inicialmente, liberação e prazer. Em seguida, as respostas diferenciam-se em três categorias que, a nosso ver, correspondem às três funções mais importantes do lazer: a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento (DUMAZEDIER, 1976, p.32).

As diversões fazem parte do lazer que, conforme exposto anteriormente, abarca uma série de outras modalidades, a exemplo do repouso, das viagens, dos passatempos, etc. Optamos por tratar como diversões outras formas de lazer relacionadas ao bairro de Jaguaribe que estivessem interligadas àquilo que foi reiterado nos depoimentos como sendo o uso do “tempo livre” dos entrevistados no sentido de apontar o que eles faziam no bairro nos momentos em que não estavam trabalhando ou estudando, a exemplo de atividades lúdicas como o futebol, as idas a templos religiosos (à missa, por exemplo), as atividades culturais como assistir aos filmes nos cinemas do bairro, as diversões noturnas, dentre outras.

E justamente por considerar a vida cotidiana como sendo formada por diferentes instâncias, não tomamos aqui a diversão como ruptura, mas sim como complemento às atividades do cotidiano e vice e versa, enfatizando que, no caso das análises dos moradores idosos do bairro de Jaguaribe, existiam tipos de diversões comuns a homens e mulheres, a exemplo do cinema, mas também existiam aquelas que se relacionavam, de forma mais intensa, a cada um dos dois gêneros, a exemplo do futebol e da chamada “vida boêmia” para os homens.

Em se tratando das festas de rua de Jaguaribe, também as consideramos em nossa análise como tipos de diversões existentes no bairro, no entanto resolvemos abordá-las de forma separada no capítulo 3 desse trabalho dado a sua importância para o lugar, bem como as referências a elas terem sido feitas em praticamente todas as

entrevistas realizadas, além de que os próprios idosos falaram a respeito das mesmas de forma destacada em seus depoimentos, distinguindo-as de outras formas de diversão.

As diferentes opções de diversão existentes no bairro foram um dos assuntos mais recorrentes nas entrevistas masculinas, especialmente no que tange ao futebol, notadamente entre as décadas de 40, 50 e 60 do século XX, momento em que Jaguaribe expandia-se e, por esta razão, ainda apresentava muitos sítios (áreas ruralizadas) e terrenos baldios em sua configuração. Para os depoentes masculinos, o futebol apresentava-se como uma opção de diversão desde a infância, o que se registra quando esses se referem às suas primeiras memórias a respeito do bairro. O senhor Emilson Ribeiro relata o que considera ser a sua primeira lembrança de Jaguaribe, descrevendo o dia em que se mudou do vizinho bairro de Cruz das Armas para Jaguaribe.

(...) era um domingo ensolarado – eu saí com meu irmão pra percorrer aquelas ruas, o que à época era, chamava-se “Jaguaribe de Baixo”, e por coincidência tinha um jogo de futebol, de um time chamado América. Todo jovem, todo menino é encantado por futebol, ainda hoje eu gosto. Aí nós fomos assistir a esse jogo do América. Nesse jogo tinha pessoas que nunca me saíram da lembrança: Joquinha, um alfaiate que ainda hoje mora na Avenida Conceição, não sei se você tem condições de falar com ele. Eu tenho a impressão de que ele ainda está vivo (Emilson, 76 anos).

Mesmo participando na condição de espectador da partida, o depoente estabeleceu ali, naquele momento, segundo ele, laços de amizade e relações entre vizinhos e conhecidos que perduraram por muito tempo. O futebol, portanto, não era apenas uma opção de diversão para quem assistisse e torcesse pelas agremiações preferidas nas partidas, mas também para quem jogava e organizava os campeonatos. Alguns jovens e crianças costumavam fazer isso em Jaguaribe: montar um time representante de uma rua para enfrentar uma equipe de outra rua ou avenida do bairro, conforme descreve Martinho Campos.

(...) havia uma integração comunitária, digamos assim, social, muito forte. Não só na rua nossa, mas com as outras também. As crianças, a garotada que faziam os seus times de futebol, iam jogar uma rua com a outra... A gente jogava na rua, o que é uma situação que hoje não pode ser repetida, não é, mudou tudo. A começar das ruas sem calçamento, rua de chão batido, de terra batida, o que facilitava o jogo de futebol e outras brincadeiras, não é, muitas outras brincadeiras (Martinho, 69 anos).

De acordo com o narrador, a própria configuração das ruas do bairro à época auxiliava a integração entre as crianças para que os jogos de futebol acontecessem: os logradouros não eram calçados, eram de “terra batida”, formando um grande campo a céu aberto, lugares propícios para a prática do futebol e outras brincadeiras. O fluxo de veículos também não deveria ser expressivo, o que facilitava o jogo, evitando paradas bruscas durante a realização das partidas por conta do trânsito. Pelo depoimento percebe-se também que o futebol não se configurava como única opção de diversão para crianças, havendo também outras brincadeiras, as quais o depoente não cita, mas faz referência. Na verdade, de acordo com Frisselli e Mantovani (1999), as próprias características do jogo de futebol, na condição de esporte coletivo, facilitam o desenvolvimento da sociabilidade entre crianças e adultos.

Quando se referem à relação entre o futebol, a infância e a juventude no bairro, os três narradores do sexo masculino retratam em seus depoimentos, de forma mais detalhada, dois elementos básicos: o Estrela do Mar Futebol Clube e a figura de Frei Albino, técnico do time e uma espécie de “coordenador” da chamada “Cruzada Eucarística”, organizada pela paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Dentre os narradores que se lembram de sua participação nessa organização no período da infância está o depoente Carlos Pereira, para quem a figura de Frei Albino era um dos grandes responsáveis por agregar tantos meninos que gostassem e se dedicassem ao mais popular dos esportes brasileiros em Jaguaribe.

Então, a Igreja do Rosário, eu freqüentava como assistente de missa, como estudante de catecismo, e, obrigatoriamente, você para jogar lá na Cruzada, você tinha que assistir a missa e tinha que ter boas notas. Veja bem, juntava a parte esportiva com a parte social e com a parte educacional. É bem interessante. No domingo, a gente assistia a missa das sete, que era a missa da criançada, depois a gente tomava café e depois ia pra Cruzada pra jogar. E só jogava quem tivesse ido pra missa e quem tivesse feito, tirado boas notas na escola. E Frei Albino era um incentivador. Ele tinha um mérito... Era um alemão de quase dois metros de altura, grandão, falava um português enrolado, mas ele adorava a meninada, quase todos nós passamos aqui por Frei Albino, (...). E ele formava, todos os anos, vários times de futebol. Tem muita gente boa aí, eu me lembro de Cláudio Hermano que é um médico conceituado, Genival... Genival... é, Veloso de França que é um professor conceituado, José Humberto, é tanta gente boa que estudou ali, entendeu, e que se formou ali e que deve muito a Frei Albino. Tanto que, quando Frei Albino faleceu, foi no dia sete de setembro, acho que foi em

1973. Ele foi a um jogo acho que do Estrela do Mar, que foi um clube que foi fundado até em função da Cruzada e chegou até ser campeão da Paraíba de profissionais, ele foi... Esse clube parece-me que foi excursionando no interior do Rio Grande do Norte, e o ônibus virou e incendiou. E ele [Frei Albino] saiu muito queimado, não resistiu às queimaduras e faleceu. E no dia sete de setembro houve o enterro de Frei Albino. Primeiro houve o velório na Igreja do Rosário e depois ele foi enterrado no cemitério Senhor da Boa Sentença. E foi um enterro das coisas mais... Não digo belas, mas marcantes. Foi bela assim, pela homenagem que ele recebeu. Todos os jovens, mas todos os jovens acompanharam a pé da Igreja do Rosário até o cemitério, cantando, em louvor dele. E olhe que da Igreja do Rosário até o cemitério é uma distância grande... É uma boa tirada! E num dia sete de setembro, me lembro que nesse dia ninguém foi pra parada de sete de setembro porque todos foram acompanhar o enterro de Frei Albino. (Carlos, 72 anos).

Nessa passagem estão registrados aspectos interessantes que dizem respeito à própria rotina dos garotos participantes da Cruzada Eucarística e do time de futebol, além da já mencionada importância de Frei Albino para a agremiação em si e para a Igreja do Rosário. Primeiramente, percebe-se que a paróquia, através do esporte, tenta agregar um trabalho de cunho social a um de cunho educativo, além de promover a catequização e o aumento do número de fiéis/freqüentadores da própria paróquia, visto que as crianças começavam a freqüentar a missa aos sete anos, existindo, para tanto, uma celebração especial pra elas – a missa da criançada, às 7 da manhã do domingo. Somente depois disso se iniciavam as atividades desportivas sendo que, para participar delas, era necessário estar freqüentando a escola e tirar boas notas.

Talvez seja essa a razão que leve o depoente a afirmar que “muita gente boa”, quando criança, passou pela “tutela” de Frei Albino e do Estrela do Mar. Na nossa interpretação, o autor usa o termo “gente boa” em lugar de “gente escolarizada” ou “gente que estudou”, dada a obrigatoriedade de se estar freqüentando a escola para poder entrar no time do Estrela do Mar.

Em seguida, no que parece ser a segunda parte dessa passagem, o narrador descreve a importância da figura de Frei Albino, centrando a sua narrativa na descrição da morte do religioso que ocorreu, de acordo com o depoente, em um acidente trágico, momento em que o religioso estava viajando justamente para cumprir um compromisso desportivo – um jogo do Estrela do Mar no Rio Grande do Norte. Há uma espécie de martirização do Frei que, na opinião de Carlos Pereira, viveu e morreu “pelo time e para o time”. Sua morte causou comoção no bairro, atraindo diversos jovens para que lhe

prestassem uma última homenagem, o que ocorreu no sete de setembro, dia da independência, data emblemática...

Em outras palavras, nessa narrativa, tudo conduz para que a figura de Frei Albino possa ser imortalizada e interpretada como uma espécie de “baluarte” do bairro, o que é reiterado na descrição quase heróica de sua morte, que se deu de forma trágica: em um acidente automobilístico, vítima de queimaduras. No dia do enterro, o desfile deixa de ser o de sete de setembro para se transformar, segundo a descrição do depoente, numa espécie de “desfile fúnebre” em memória de Frei Albino. Lembremos que, para a Igreja Católica, a correlação entre morte e memória é essencial; aliás, não só para a Igreja, mas para a teologia cristã em si. No caso do catolicismo, este elemento se expressa de forma mais contundente na importância que se dá ao martírio dos santos, ao dia de comemoração dos padroeiros, o que coincide, geralmente, com o dia de sua morte, à peregrinação aos locais sagrados relacionados à morte/martírio desses santos e do próprio Cristo, além da comemoração do dia de finados, conforme elucida Le Goff (1992),

Desenvolveu-se muito cedo na Igreja o costume de oração pelos mortos. Muito cedo também, como, aliás, também nas comunidades judaicas, as igrejas e as comunidades cristãs passaram a ter *libri memoriales* (chamados a partir do século XVII unicamente *necrólogos* ou *obituários* (...)), nos quais estavam inscritas as pessoas, vivas e sobretudo mortas, sendo a maioria benfeitores da comunidade, de quem ela queria guardar memória e por quem rezava. (LE GOFF, 1992, p.447) [destaques do autor].

Ainda em relação ao futebol, o esporte se configurava como opção de diversão não apenas para as crianças e jovens, mas também para os adultos do bairro, quer na condição de expectadores das partidas, quer na condição de jogadores. Não é forçoso lembrar que em Jaguaribe, durante algum tempo, treinaram os plantéis de importantes agremiações da cidade de João Pessoa, a exemplo do Botafogo, Auto-esporte, Filipéia Futebol Clube e Esporte Clube Cabo Branco. Este último, antes de transferir sua sede social para o bairro do Miramar, no fim da década de 1950, ocupava um espaço importante no bairro de Jaguaribe.

Ah... Uma coisa que também me toca muito é que o bairro tinha uma tradição muito forte de futebol, sabe, por conta do Clube Cabo Branco. Tem a Casa da Cidadania, em frente, aliás, de lado da Casa da Cidadania, tem a [avenida] Vasco da Gama, ali,

todo um complexo urbanístico que tem ali hoje, não existia. Ali era um clube que era o melhor clube da cidade. (...) todo aquele quarteirão, tinha o estádio, o pequeno estádio do Cabo Branco, tinha a quadra de tênis (...) Mas o Cabo Branco, ali naquele bairro, ele teve uma importância muito grande do ponto de vista esportivo, porque como ele era o único estádio, não era o único, mas era o melhor estádio, era onde acontecia os grandes embates futebolísticos, os clássicos, Botafogo e Treze, vinha de Campina Grande e tal. E a gente, de uma forma ou de outra, entrava pra ver esses jogos, e havia toda uma expectativa, o próprio bairro tinha nele dois times, que eu me lembro, muito bons: o *Red Cross*, ou Cruz Vermelha e o célebre Estrela do Mar, que era da Igreja do Rosário, de Frei Albino, e ainda hoje tem lá, é nessa rua aqui, eu não sei o nome dela aí, me esqueci, mas aqui em Jaguaribe, fica atrás da Igreja do Rosário, tem um campinho também bom. E ali se formou um centro de desenvolvimento de craques. De lá saíram grandes craques até pro futebol do Sul, não é? Posso lembrar muitos nomes: Cara de Gato, Panta, Adjmir, que eu conheci, Caju, que já é morto (Martinho, 69 anos).

Assim, o futebol no bairro tinha a sua importância porque era um verdadeiro “celeiro de craques”, conforme observa Martinho Campos. Craques esses que foram jogar em clubes importantes de outras regiões do país, e não apenas por se configurar o futebol como opção de diversão, nem tão pouco pelo fato de que nele existiam muitos times, amadores e profissionais, espaço para jogos etc.

Outro aspecto interessante do cotidiano que se expressa nesse depoimento diz respeito à relação entre o futebol e os apelidos que eram dados àqueles que praticavam o esporte, sendo alguns deles até ofensivos, mas que, no entanto, acabavam por representar um aspecto que ressaltava a intimidade e união de muitos que faziam parte dos plantéis profissionais e amadores do futebol do bairro.

Juliana – E tinha umas criaturas que jogavam futebol tinham uns apelidos bem interessantes, né? Por exemplo, “Ademir dos Doidos”, por que o pessoal chamava ele de “Ademir dos Doidos”⁵⁸ (risos)?

Emilson – (Risos). Ademir porque ele tinha uma “queixada”, tal qual o centroavante do Vasco da Gama dos anos 50, que era Ademir Menezes (...). Mas, tinha quem chamasse ele de “Ademir Queixada”, porque ele tinha um queixo grande. E Henry tinha essa queixada...

Juliana- O nome verdadeiro dele era Henry?

⁵⁸ Referência à passagem descrita no livro *Retratos de Jaguaribe: um passeio histórico de 1940 a 1970*. (João Pessoa: Editora Universitária, 2000), cujo autor é o memorialista Emilson Ribeiro, o entrevistado em questão, e cuja leitura da obra mencionada recomendamos.

Emilson – Era Henry, Henry Arruda. A colônia, o Juliano Moreira⁵⁹, tinha uns funcionários que formaram um time pra jogar lá dentro, num terreno que eles tinham, e Ademir passou a jogar lá com eles, na colônia, aí passaram a chamar ele de “Ademir dos Doidos” porque ele tinha a queixada e jogava no time da colônia (risos). Aí ficou conhecido como “Ademir dos Doidos”! (...) Tem, tem muitos apelidos interessantes (Emilson, 76 anos).

Além do registro relativo aos apelidos conferidos a quem participava dos jogos de futebol, o depoente ressalta uma importante função desse esporte não só no que diz respeito à população de Jaguaribe, mas de modo geral: o futebol era visto como opção de diversão inserida no próprio âmbito das atividades profissionais. Muitos times de futebol, amadores e profissionais, surgiram a partir de sindicatos, organizações trabalhistas ou mesmo agregando pessoas que exerciam uma mesma profissão, que estavam juntas num mesmo espaço de trabalho, a exemplo dos funcionários do Complexo Judiciário Juliano Moreira. Isso também ocorria, segundo o próprio narrador, em outros locais de trabalho de Jaguaribe, a exemplo do que descreve o depoimento subsequente.

Este aqui [aponta outra foto em seu livro, *Retratos de Jaguaribe*] era um time de futebol que era da construção, quando estavam construindo o Hospital Napoleão Laureano. A maioria desse pessoal daqui era do Recife, e veio pra aqui pra construir o hospital. Onde hoje tem aquela parte do Henfil [Hospital Clementino Fraga, um dos centros de referência, em João Pessoa, para o tratamento de pacientes com AIDS], né, onde tem aquele lugar que distribui medicamentos, aquele terreno vazio, não tem ali? A construção do hospital era pra lá e aquele terreno era vazio, onde essa firma que veio do Recife construir se instalou ali, e tinha um terreno de barro e eles fizeram esse time chamado de “O Construção” (...). Como eles não tinham muita gente [jogadores], aí mesclava com o pessoal daqui que trabalhava, por exemplo, Adalberto, Marrom, João Heráclito, Bastos, que era um marceneiro/carpinteiro e morreu. Eles passaram a trabalhar lá, menos João Heráclito e Marrom por que eles eram de... Todos esses daqui eram do Recife e vieram pra aqui, pra construção do hospital. Aí, formaram um time de futebol. (...) Isso começo de... Foi mais ou menos em cinquenta e pouco, mais ou menos... Foi na década de 1950. (Emilson, 76 anos).

⁵⁹ Trata-se do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, localizado na Avenida Dom Pedro II, no bairro da Torre, estando muito próximo ao bairro de Jaguaribe.

Através deste depoimento é possível perceber, dentre outros aspectos que, apesar da rivalidade natural que existia por parte dos times de futebol formados em Jaguaribe, fossem amadores ou profissionais, era comum o fato de um jovem jogador defender mais de uma agremiação sem que isso gerasse problemas para os clubes, bem como complementar os plantéis de outros times que, por ventura, estivessem desfalcados pelo fato de terem poucos jogadores – como era o caso de “O Construção” – ou porque um ou mais jogadores não poderiam eventualmente comparecer às partidas por conta do trabalho.

Pelo fato dos times serem compostos por jogadores que também exerciam outras atividades profissionais, a exemplo dos operários de “O Construção”, e de profissionais que compunham o plantel de outras de agremiações, tais como pequenos comerciantes, motoristas, alfaiates, professores, dentre outros, era comum, na falta de um jogador de uma equipe, a substituição do mesmo por um companheiro de outra agremiação sem que esse fato gerasse maiores problemas. Uma amostra disso são as fotos de clubes de futebol de Jaguaribe apresentadas por Ribeiro (2000) em que são recorrentes as presenças de jogadores que defendiam mais de um clube nas partidas amistosas ou competitivas realizadas nos campos do bairro ou em outras localidades⁶⁰.

Por se configurar como um esporte eminentemente masculino na época referenciada pelas memórias dos entrevistados, as narradoras do sexo feminino não fazem menção ao futebol como opção de diversão para elas – nem na qualidade de expectadoras e, muito menos na de jogadoras. A única menção é feita pela senhora Tereza, e mesmo assim a depoente se refere ao futebol como opção de diversão voltada para os seus filhos que, ainda crianças, brincavam em “(...) um campinho de futebol, lá na Igreja mesmo, que eles [seus filhos] quando eram pequenos, no sábado à tarde, eles batiam bola lá. Hoje o padre transformou esse campo num salão de festas” (Tereza, 83 anos).

Já no que tange ao universo masculino, a relação com o futebol não se processava apenas no âmbito local, mas também nacional, visto que alguns dos depoentes se recordam do fato de terem ouvido, através do rádio, considerado como sendo o mais importante veículo de comunicação da época, importantes partidas desse esporte, dentre elas, a conquista da Copa do Mundo de 1958, primeiro de um total de cinco títulos atualmente ostentados pela Seleção Brasileira de Futebol Masculino.

⁶⁰ As fotos estão dispostas, especificamente entre as páginas 75 a 90 da obra *Retratos de Jaguaribe*.

De acordo com Martinho, a alegria da conquista contrastou com o clima de comoção e tristeza no bairro de Jaguaribe vivenciado oito anos antes, quando o time brasileiro perdera a Copa do Mundo então realizada no Brasil para o selecionado uruguaio, episódio conhecido como *Maracanaço*. Porém, segundo o depoente, no ano de 1958, a emoção que se alastrou por Jaguaribe foi de outro tipo.

Mas o que eu quero dizer é que não saiu da minha cabeça o dia em que o Brasil foi campeão mundial. Era véspera de São Pedro, chovia um pouco, todo mundo escutando o jogo nos rádios, cada casa tinha o seu rádio. Mas aí, a gente se juntava nas casas de alguém pra fazer... Uma casa maior, a juventude, os rapazes todos se juntavam, aí já tavam bebendo, né (...). Mas como eu disse, então, a gente já estava bebendo, eu assisti ao jogo, eu ouvi, nós ouvimos o jogo em um rádio Phillips enorme, e aí tomando batida sem parar, numa euforia enorme porque era a primeira vez que o Brasil ia para uma final com possibilidade de ser campeão mundial e foi, né, quer dizer, não era a primeira vez, a segunda vez. A festa que aconteceu nesse bairro foi muito forte. As pessoas nas ruas, famílias que estavam brigadas fazendo a reconciliação, as pazes. E eu assisti a tudo isso. Isso me marcou, ver aquela coisa de fulano, o caba tá que nem pode ver a cara do outro e tá ali abraçado, bebendo e tal, o impacto de um fato como esse do futebol na vida da sociedade e no bairro, um bairro, em particular, que, como eu disse a você, tinha no futebol, muito fortemente, embora, volto a insistir, não é que eu estou dizendo que o bairro de Jaguaribe fosse o único a ter isso, mas que eu saiba, era um bairro em que isso se concentrava de maneira muito forte (Martinho, 69 anos).

A euforia da conquista da Copa do Mundo era tamanha que a vitória do Brasil se configurava como sendo mais do que um episódio que levava à catarse coletiva, mas sim como um momento de renovação: era necessário fazer as pazes entre os vizinhos e parentes brigados, era necessária a reconciliação de todos, quase como num rito de Ano Novo, cuja renovação é o principal fator que concorre para a transmissão da paz – mesmo que momentaneamente – entre as pessoas. O depoente não assistiu à Copa, apenas ouviu os jogos no rádio, mas ele assistiu “a tudo isso” que aconteceu no bairro, registrando na memória esses momentos, o que se expressa na frase: “Isso me marcou”.

O narrador ainda ressalta que tal “estado de euforia” só foi possível em Jaguaribe pelo impacto que o futebol possuía na vida cotidiana de seus moradores, fosse na qualidade de expectadores – próximos ou à distância, como ocorreu no caso da Copa

do Mundo de 58, conquistada na Suécia – ou na condição de jogadores ou simplesmente admiradores do esporte.

No depoimento destaca-se também o trecho em que o narrador se refere às sociabilidades no bairro neste dia que acabou se transformando em um grande momento de comemoração, um dia que “não saiu da cabeça” do depoente. Apesar de, segundo ele, parte das casas do bairro ter o seu próprio aparelho de rádio, as pessoas se reuniam para ouvir os jogos em conjunto, ressaltando assim as relações amigáveis entre alguns vizinhos, parentes e amigos residentes em Jaguaribe, sendo o rádio, pelo menos no momento em que as partidas se realizavam e eram transmitidas, o elemento que culminava no conagraçamento de todas essas pessoas. Esse é o caso que Souza menciona em relação ao uso do rádio na cidade de Campina Grande-PB nas décadas de 1940 e 1950.

Ao contrário do jornal escrito, que pressupunha o letramento e o hábito de leitura, ou do teatro e do cinema, que exigiam a presença física do espectador numa sala destinada à suas apresentações, o rádio conseguia passar suas mensagens apenas através da voz, podendo ser encontrado em qualquer lugar, até nos bairros mais pobres da cidade. E mesmo quando este não existia em todos os lares, sempre havia a possibilidade de ouvir-se “a caixa falante” no vizinho, na mercearia, no boteco, no quartel, no hospital e até mesmo nos bailes e nos cabarés. (...) Tudo se podia saber através daquele artefato moderno de comunicação e, numa espécie de retransmissão oral, divulgar entre outras pessoas que não tivessem acesso a ele. O rádio trouxe este tipo de liberdade ao homem e ao mesmo tempo condicionou o tipo de informação, pois a partir de sua invenção a divulgação da notícia tinha que ser rápida, precisa, carregada de imagens que prometessem ao indivíduo mais simples, mesmo nos lugares mais distantes do interior do país, ter acesso ao que estava sendo dito a quilômetros de distância de onde ele estava. (SOUZA, 2006, p.25).

O rádio apresentava significativa importância à época como um veículo de comunicação responsável não só pelo entretenimento, mas também pela garantia de informações ao espectador, conforme ilustra o depoimento de Carlos Pereira:

(...) vivi, durante muito tempo, nesta casa, na Rua da Concórdia, de cujo quintal eu estava falando. Por que o quintal? Porque as minhas primeiras lembranças são do quintal. Evidente que, alguma coisa que a gente se lembra que aconteceu há sessenta e cinco anos, sessenta e sete anos, vem complementada pelo que as pessoas disseram, mas há algumas imagens que ficam

decididamente gravadas na nossa memória. Por exemplo, uma delas é o quintal com as mangueiras do quintal. Porque, naquela época os quintais eram grandes, embora as casas fossem pequenas, mas elas tinham quintais. Às vezes tinham jardins e quintais. E a nossa era uma casa modesta, ao que eu me lembro era uma casa que tinha uma sala de visitas, onde tinha sempre um sofá e uma cadeira de balanço, e onde tinha sempre um rádio – aí eu me lembro muito bem – Phillips, holandês, aquele que tinha um feltro, né, onde você captava todas as emissoras, inclusive a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Tabajara daqui que era a única rádio naquela época, e meu pai costumava ouvir, aí eu lembro também, a Rádio Central de Moscou. Ele ouvia meio escondido porque era uma rádio de um país comunista e ele pensava que ouvindo a rádio de um país comunista podia ser denunciado à polícia, coisa desse tipo. Pois esse rádio não era enfeite, era realmente um equipamento do mais alto valor porque, naquela época não tinha televisão e todas as notícias ou as pessoas sabiam pelo único jornal que circulava praticamente que era A União, e que poucas pessoas tinham condição de comprar e de ler o jornal... Mas o grande veículo de comunicação era o rádio, como é ainda hoje (Carlos, 72 anos).

Num primeiro aspecto, o depoimento faz referência a duas opções de diversões “caseiras”, podemos assim chamar, para o depoente: o quintal de sua casa e o rádio, que se localizava na sala, lugar em que os habitantes promoviam ações voltadas para uma maior sociabilidade na residência, onde se reunia a família inteira para ouvir os programas radiofônicos ou simplesmente para conversar, comer, etc.

Já o quintal se configurava como um espaço de descoberta para a criança, com suas plantas – a exemplo das mangueiras mencionadas pelo narrador – e para se brincar, daí a afirmação do depoente de que “as minhas primeiras lembranças são do quintal”, além de enfatizar que mesmo se as casas fossem pequenas, no que tange à sua área, possuíam espaços livres para que fossem plantados vegetais, estender roupa ou mesmo direcionados às brincadeiras das crianças, como eram os jardins e quintais à época.

No entanto, como criança que era, o narrador não se lembra de tudo aquilo que se passava em seu espaço de diversão, ancorando-se na memória de outros – parentes e amigos, por exemplo – cujas lembranças ele também agrega às suas, formando assim o verdadeiro “tecido” da memória social, a qual Halbwachs (2009, p.43) faz referência, inclusive, no que tange à infância: “Não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto não nos tornamos um ser social”. Ou seja, a imagem, tal como a que o depoente se referiu sobre o quintal de

sua casa, “vem complementada pelo que as pessoas disseram”, tal como ele mesmo enfatiza.

Já em relação ao rádio como veículo de comunicação e informações, o narrador se lembra do local de destaque onde este ficava – na sala, sobretudo em seu centro. Ele afirma também lembrar-se do modelo e das estações que o aparelho captava, dentre elas, a rádio Central de Moscou – emissora de um país comunista, o que justificava assim o medo de seu pai em ouvi-la, temendo retaliações, muito provavelmente por parte do governo de Getúlio Vargas. Dada a idade do depoente, 72 anos, pode-se inferir que tenha nascido no fim da década de 30, tendo parte de sua infância sido passada durante o período do Estado Novo (1937-1945), momento de grande repressão ao comunismo em âmbito nacional, o que justificava, portanto, o temor de seu pai ao ouvir a emissora de rádio soviética.

O narrador destaca ainda a Rádio Tabajara como a única emissora em âmbito local a ter uma programação própria, da mesma forma que o Jornal A União representava para a imprensa a possibilidade de informação relativa aos acontecimentos ocorridos na cidade de João Pessoa e no Estado da Paraíba. Além de transmitir informações e apresentar uma programação voltada para a realidade paraibana, a Rádio Tabajara⁶¹ possuía também uma orquestra própria – a Orquestra Tabajara, diferentes programas de auditório e era responsável por trazer à Paraíba atrações de renome nacional e internacional. Alguns desses artistas trazidos pela rádio chegaram a realizar concertos e shows no bairro de Jaguaribe, tal qual elucida o depoimento de Martinho.

Sim, e uma coisa interessante que o bairro de Jaguaribe, e a minha rua em particular desenvolveu foi uma certa programação cultural, e algumas pessoas do bairro e da minha rua, que se organizaram pra trazer os grandes nomes que, quando vinham os grandes cantores pra se apresentar em João Pessoa, alguém dava um jeito de levar esse pessoal pro bairro (risos). E as ruas disputavam tinha uma emulação também, e quem é que levava pro bairro, etc. Eu me lembro de Cauby Peixoto e Ângela Maria na minha rua. A rua coalhada de gente e eles dois cantando no meio da rua! E eu nunca mais me esqueci disso, não é? Luiz Gonzaga cantando em cima de um, de um, de uma marquise de uma venda lá na esquina de Jaguaribe com o, com o Cinema Jaguaribe, Jackson do Pandeiro, todo esse pessoal se apresentava ali, né? Já nesse momento eram grandes movimentações culturais de... Interessante, era muito

⁶¹ Para maiores informações, recomendamos a leitura de CARNEIRO, Josélio (org.). *Tabajara 65 anos: a rádio da Paraíba*. João Pessoa: Gráfica A União, 2002.

interessante... À época, nós não falávamos de banda, nós falávamos de conjuntos, em vez de bandas, como se fala hoje, banda tal, banda tal, nós tínhamos era os conjuntos. Eu era garoto e lembro que tinha um conjunto chamado “Conjunto de Boate Havana”, tocava bolero, rumba, mambo, que era muita influência, naquela época, das músicas do Caribe, não é? Bienvenindo Granda⁶², nunca ouviu falar? O mexicano, que usava um bigodão, chamavam-no de “*el bigode cantante*”. E ele vinha sempre ao Brasil e vinha sempre pra João Pessoa porque ele adorava João Pessoa. E, inclusive, encontrava em João Pessoa músicos que ele levou pro México. Eu lembro, por exemplo que, uma vez, ele veio pra cá, e... Essa história eu não tenho os detalhes todos, porque eu era mais novo, mas eu me lembro que meus primos mais velhos falavam que ele tocava com uma banda chamada *Sonora Matancera*, cujo forte era um conjunto com quatro pistonistas que davam o tom àquelas músicas, né? Eram músicas tocadas muito nas quermesses, que o pessoal não chamava quermesses, como no Sul. Eram as festas, as festas populares, né (...) (Martinho, 69 anos).

No depoimento de Martinho percebe-se que era comum a vinda desses artistas para o bairro de Jaguaribe quando os mesmos se encontravam na cidade de João Pessoa para apresentações, sendo trazidos pela Rádio Tabajara. Acredita-se que algum morador ou freqüentador do bairro, provavelmente funcionário daquela emissora ou mesmo que fazia parte do público que ia assistir aos programas de auditório promovidos pela rádio, deveria trazê-los para realizar apresentações no bairro. Pelo fato do narrador reiterar que havia uma emulação nas ruas devido à presença de tais atrações, reforça-se a tese de que isso deveria ser algo já esperado pelos moradores do bairro. Também chama-nos atenção o fato de se tratarem dos grandes cantores da época – Cauby Peixoto, Ângela Maria, Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro – e atrações internacionais, como o cantor mexicano Bienvenindo Granda e o conjunto cubano Sonora Matancera.

A respeito da importância dos ritmos latinos, a exemplo da rumba, do mambo e da salsa nas rádios brasileiras durante as décadas de 40 e 50 do século XX, Souza esclarece que

Os ritmos latino-americanos estouravam nas paradas de sucesso e geravam versões em português, como a bela *Dez anos*, um bolero do mexicano Rafael Hernandez, gravado por Emilinha Borba, em 1951. Os boleros faziam tanto sucesso que nomes desconhecidos do público brasileiro como Gregório Barrios,

⁶² Para maiores informações a respeito de aspectos da vida deste cantor mexicano, recomendamos o acesso ao site< <http://cifrantiga2.blogspot.com/2006/09/bienvenido-granda.html>>. Acesso em 15 nov. 2011.

Carlos Ramirez, Roberto Yanés, Trio Los Panchos, Lucho Gracia e Pedro Vargas tornaram-se familiares aos ouvidos nacionais, embalando muitas noitadas nos cabarés, sambas e bailes improvisados nos bairros populares de todo Brasil. Xavier Cugat divulgava a rumba, enquanto Pérez Prado, criador do mambo no início da década de 50, surgia como grande revelação da música cubana pré e pós-revolução castrista (SOUZA, 2006, p.23) [destaque do autor].

Um aspecto ressaltado por nosso entrevistado diz respeito à afirmação de que nunca se esqueceu desses momentos vivenciados no bairro, tendo-os escolhido, inclusive, para compor o seu relato. Desta feita, tal exemplo demonstra ser a memória seletiva e, não apenas isso, reiterando também que o narrador, à maneira do que faz o historiador de ofício em relação aos documentos que utiliza, seleciona os fatos a serem registrados e contados, escolhendo apenas algumas passagens de sua vida, o que varia obviamente, de um entrevistado para outro. Nesse sentido, abre-se um tema que leva a uma discussão teórico-metodológica concernente à legitimidade dos relatos orais como fontes históricas, conforme estão sendo utilizados neste trabalho.

Vários pesquisadores da área de História, notadamente aqueles que questionam o uso da metodologia da história oral, tecem severas críticas à utilização deste tipo de fonte baseando-se no fato de que as mesmas seriam completamente imbuídas do parecer subjetivo de quem narra os acontecimentos. Objetivando desconstruir a idéia de negatividade e até mesmo de inviabilidade das fontes orais justamente por conta do traço de subjetividade que lhes é característico, Alessandro Portelli (1996) elucida que a objetividade seria pura ilusão em relação ao trabalho de escrita da história.

Em se tratando de história oral, é necessário lembrar-se de que as fontes não são mapas, livros, documentos, objetos inanimados: são pessoas, ou melhor dizendo, são pessoas e suas histórias. O ato de narrar, de ter vontade de contar uma história a respeito de sua vida ou a versão de um fato imbuída de subjetividade impedem a separação por completo daquilo que Portelli (1996) convencionou chamar de “fatos” da chamada “filosofia”, ou seja, da interpretação dos mesmos. Sendo assim, percebe-se que os entrevistados escolhem aquilo que vão registrar, não se comportando apenas como meros contadores/repassadores dos acontecimentos, os quais o historiador deveria compilar e interpretar.

Em outras palavras, a narração em si não é separada da interpretação do entrevistado: o ato de contar, de narrar, já pressupõe a visão subjetiva do narrador

acerca dos fatos, traço apontado por alguns estudiosos como negativo para a escrita da História, mas que pode se transformar, dependendo da forma como o historiador aprende a lidar com a subjetividade, no traço mais significativo de uma pesquisa no que tange às análises dos relatos orais.

Ao propor tocar em um assunto ainda tão controverso, Portelli enumera duas importantes indagações que reproduzem respostas às perguntas feitas por aqueles que desconsideram os relatos orais na qualidade de fontes de pesquisa.

(...) em primeiro lugar, diz-se que a subjetividade é um elemento incontrolável, irreconhecível, idiossincrático, no qual não se pode basear seriamente uma análise; (...) como é possível tirar conclusões generalizadoras de um episódio individual? Por definição, a subjetividade diz respeito ao indivíduo, ao passo que a história e a pesquisa social dizem respeito aos grupos humanos mais vastos. (...) A impossibilidade de passar do individual ao social tornaria inutilizáveis para fins científicos as fontes orais e as memórias, na medida em que a subjetividade constitui seu próprio argumento. A aproximação mais usual consiste, pois, em tentar excluir a subjetividade, tanto das fontes como do observador, do campo dos fenômenos estudados, para concentrar-se em fenômenos aparentemente concretos e controláveis (PORTELLI, 1996, p.03).

A saída plausível para essas perguntas está no fato de reconhecer, primeiramente, que a posição do historiador não pode ser a de eliminar ou a de não considerar o caráter subjetivo das fontes orais, mas sim a de perceber que os entrevistados nunca relatarão *a* versão sobre os fatos, no sentido de que ela seja absolutamente verdadeira e fiel ao que aconteceu, mas sim nos contarão *uma* versão sobre os fatos, formando assim uma lembrança composta não apenas da memória individual, mas também coletiva, tal como procede o narrador Martinho ao afirmar que “Essa história eu não tenho os detalhes todos, porque eu era mais novo, mas eu me lembro que meus primos mais velhos falavam (...)”.

O narrador não se lembra de tudo, não sabe de tudo, ancora a sua memória também na de outrem, no intrincado tecido que forma a memória social, conforme enfatiza Halbwachs (2009). E, por essa razão, indagamos: existe um documento ou uma fonte que relata o acontecimento tal qual o ocorrido para que se possa desconsiderar o relato oral como fonte de pesquisa no que tange ao trabalho do historiador? A resposta é: não!

Dessa maneira, é possível afirmar que os fatos em si, os eventos narrados, materializam-se em forma de textos e esses servirão de base para as análises do historiador, sendo possível, “(...) através dos textos, trabalhar com a fusão do individual e do social, com expressões subjetivas e práxis objetivas articuladas de maneira diferente e que possuem mobilidade em toda narração ou entrevista” (PORTELLI, 1996, p.04). Assim, a busca pela representatividade da fonte oral não tange a questão quantitativa, ou mesmo a uma média estatística, mas perpassa, antes de tudo, a questão qualitativa: não importa quantos narradores foram entrevistados, mas sim que versões dos acontecimentos eles trouxeram em seus depoimentos e de que maneira o historiador trabalha com elas.

Portanto, o que se mensura em um relato oral de memória não é a sua validade em relação a uma descrição real ou não, fidedigna ou não: que fonte histórica é capaz de lidar com a objetividade pura? Por lidar com possibilidades e diferentes versões da história, as fontes orais não obedecem a esquemas rígidos, não se estruturam no território daquilo que é quantitativo, objetivo, inegável. Assim, Portelli conclui que

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. (...) a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento, (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos (PORTELLI, 1996, p.09) [destaque nosso].

Ainda em relação às narrações dos depoentes quando as mesmas se referem às diversões do bairro de Jaguaribe, mais especificamente sobre o que se convencionou chamar de “vida boêmia” – apresentações musicais, ida a bares e festas, sobretudo noturnas, deve-se observar que esse é um elemento que está presente, de forma mais perceptível, nos depoimentos dos homens que viveram no bairro, tal como demonstra a entrevista de Martinho. Este narrador enfatiza em seu relato a importância do Bar Luzeirinho como opção de diversão de Jaguaribe e como reduto boêmio do bairro.

(...) nós tínhamos aqui no bairro um bar chamado “Luzeirinho”, na [avenida] Vasco da Gama, que foi, durante muito tempo, o “Centro dos Boêmios”, né? Era quase aquilo que a gente chama hoje de *point*, né? Era um *point* porque sexta e sábado, de sexta pro sábado e do sábado para o domingo ou véspera de feriado, ia-se comer o picado de porco célebre de Toinho, que era o dono do bar. Gozado, era um bar pequeno, era um “pé sujo”, se a gente fosse falar nos termos de hoje, né? Pequeno, mas congregava um... Não havia esse movimento de veículos, [João Pessoa] era uma cidade pacatíssima, né? Uma cidade em que você poderia andar, naquela época, a madrugada inteira sem haver nada, nem um ataque de nada nem de ninguém, pelo contrário, se encontrava era gente [conhecidos] na rua. Eu cansei de sair de festas com 16, 17, 18, 19 anos, vinha de festas que aconteciam no Centro da cidade, 4 horas da manhã, e vinha a pé pra casa, umas 3 e meia, 4 horas e tudo muito bem. Então, no bairro, no Bar do Luzeirinho, baixava todo esse pessoal e, com Bienvenindo Granda não foi diferente. Ele ia pra lá, o pessoal levava ele pra lá e ele na calçada dava umas canjas (...) (Martinho, 69 anos).

De acordo com este relato, o bar é descrito como um local pequeno e modesto, mas que era, sobretudo, considerado um *point*, um local de encontro para a juventude do bairro, freqüentado também por uma das grandes atrações artísticas que faziam apresentações na Rádio Tabajara e de lá eram levadas para Jaguaribe: o cantor mexicano Bienvenindo Granda.

No depoimento transparecem aspectos não só sobre o bairro, mas também a respeito da cidade de João Pessoa no período: a possibilidade de deslocamento a pé, mesmo em altas horas da madrugada, o pequeno fluxo de veículos, a tranquilidade em si que existia na cidade à época, principalmente para os boêmios que a conheciam e nela se deslocavam pela noite à fora. Expressa-se também o fato de que, em momento algum de sua entrevista, o narrador se refere ao Luzeirinho como um “espaço misto” de diversão, ou seja, que congregava a presença de homens e mulheres. Os bares em si eram tidos, à época, como redutos eminentemente masculinos.

No entanto, apesar da existência de práticas de diversão socialmente interpretadas como “não-autorizadas” às mulheres de Jaguaribe, tais como freqüentar bares, a exemplo do Luzeirinho, algumas delas, sobretudo as mais jovens, tentavam burlar, de diferentes maneiras, essa imposição social outorgada pela família, pela Igreja e por outras instituições, configurando aquilo que Certeau (2009) denomina de tática. Esse autor reafirma o cotidiano como lugar de criação, enfatizando que certas “artes de

fazer” burlam, por vezes, a ordem que lhes é imposta por diferentes instâncias sociais. Daí diferenciar os conceitos de tática e estratégia, relacionando-as, sucessivamente, às instâncias dos “mais fracos” e dos “mais fortes”, em termos de dominação social.

A tática seria o subterfúgio comum utilizado pelo fraco para driblar a ordem cotidiana imposta pelo forte podendo, portanto, ser considerada como “arte do fraco” ou “uma astúcia”, conforme elucida Certeau (2009, p.95), “(...) a tática é determinada pela *ausência de poder*, assim como a estratégia é organizada pelo postulado do poder” [destaque do autor]. Nesse sentido, observamos que o autor faz uma escolha teórica pelo olhar sobre estes modos de fazer dos mais fracos ou daqueles considerados “pequenos” socialmente, primando, assim, por caracterizar o cotidiano como o espaço da criação e não apenas pela repetição, imposta, no mais das vezes, pelos mais fortes.

Em relação às diversões proibitivas para as mulheres, a exemplo de frequentar os bares, um exemplo de tática empregada pela depoente Zezita, 61 anos, para ir ao bar Luzeirinho consistia em valer-se das relações familiares, mais precisamente da companhia de um irmão mais velho,

(...) por que tem uns bares que o povo vai pra lá, né? Principalmente um bar que foi famosíssimo, tá, em todos os jornais, se você fizer a pesquisa... É o bar do Zé, ou... Luzeirinho! O Luzeirinho era na [Avenida] Vasco da Gama, só pra homens, mas a gente passava pra “se enxerir” pros homens, pros rapazes, até porque a alta *society* passava lá. Então, o Luzeirinho era um bar masculino, mas eu fugia a isso porque o meu irmão me levava lá. Eu ia lá no bar do Luzeirinho, tá, é o bar do Zé. (Zezita, 61 anos).

Uma diferença perceptível entre as descrições do bar nos depoimentos de Zezita e de Martinho indicam o significado que aquele lugar possuía para os dois narradores, demonstrando a perspectiva diferente de homens e mulheres em relação ao mesmo espaço. Para Martinho, o Luzeirinho, o reduto boêmio que ele já estava acostumado a frequentar, era, na verdade, “um pé sujo”, um bar pequeno onde a boa comida, as companhias e atrações musicais da importância de Bienvenindo Granda, por exemplo, “compensavam” o desconforto momentâneo das horas em que ali permanecia.

Já Zezita não percebia os aparentes “defeitos” do lugar ou, caso os percebesse, estes ficavam em segundo plano, sendo o fator que mais chamava a sua atenção a presença dos rapazes da “alta *society*”. Enquanto para Martinho o Luzeirinho era um lugar de divertimento, para Zezita era um lugar que exercia fascínio, tendo em vista que

para ela era proibido estar ali. Ela burlava as convenções sociais de Jaguaribe à época, ela sobrelevava isso com a sua atitude de freqüentar o bar: o Luzeirinho era o lugar “pra se enxerir pros rapazes”, para conseguir, quem sabe, um relacionamento com um deles, fosse de flerte, namoro ou um futuro casamento...

Outro tipo de diversão noturna comum aos rapazes de Jaguaribe era oferecer serenatas às moças do bairro. A serenata consistia na reunião de um grupo de amigos, dentre os quais alguns tocavam e outros cantavam com a finalidade de agradar as moçoilas, as namoradas ou futuras namoradas.

As serenatas do bairro, eu não posso esquecer! Eu fiz muitas serenatas no bairro! De sexta pro sábado e do sábado para o domingo, nós saíamos com os colegas, com um violão, até flautas apareciam! Eu cantava muito bem naquela época, hoje eu não canto nada. Aí, nós íamos cantar aquelas coisas, os bolerões, não é, uns sambas-canções já conhecidos. E as meninas ficavam acordadas já esperando, em alguns pensionatos⁶³, o bom é que a gente já sabia que tinha platéia. E tinha namoradas por lá também, que ficavam na expectativa... (Martinho, 69 anos).

O depoente deixa claro em sua narrativa que era papel do homem organizar a serenata – chamar os amigos, arrumar os instrumentos musicais e cantar, cabendo às namoradas ou às pretendentes ficar esperando a passagem dos grupos de rapazes que executavam “os bolerões antigos”, conforme o narrador se refere. Já no caso das mulheres, mais especificamente no que tange ao depoimento da senhora Zezita a respeito das serenatas de Jaguaribe, havia certa preocupação relativa à repercussão da serenata ofertada à moça perante a sua família: a reação do pai da mesma, que poderia ser intempestiva, caso o mesmo fosse um homem ciumento. De acordo com a depoente,

Ah, [em] Jaguaribe o povo era muito dado a fazer [serenata], ave Maria, demais, tem um rapaz que ele ainda está vivo, Romualdo o nome dele, fazia serenata. Fazer serenata para as namoradas

⁶³ Em relação aos pensionatos femininos do bairro, não obtivemos maiores informações a respeito desses estabelecimentos em nenhum outro depoimento deste trabalho. Todavia, acreditamos que Jaguaribe possuía várias dessas casas que abrigavam moças e rapazes estudantes pelo fato do bairro ser muito próximo do Centro da cidade, local onde até o início da década de 1970 funcionavam as faculdades de diversos cursos superiores que formavam a Universidade Federal da Paraíba, visto que o campus dessa instituição, atualmente localizado no bairro do Castelo Branco III, só passou a congregar parte dos cursos superiores em um só local a partir do ano de 1973. Com a reformulação da estrutura acadêmica da Instituição, inicia-se o processo de unificação dos cursos superiores todos em um único lugar, passando a existir não mais faculdades pulverizadas em torno da área central da cidade, exceto o curso de Direito que, durante muitos anos, permaneceu funcionando no Centro da capital paraibana, nas proximidades da Praça dos Três Poderes e Tribunal de Justiça da Paraíba. Para maiores informações, sugerimos a leitura de <<http://www.ufpb.br/historico.html>>. Acesso em 5. jan. 2012.

era o máximo, mas ninguém fez pra mim, não dizendo que eu era, que não tinha... Mas sempre fazia serenata, ninguém fazia confusão não, pai não fazia confusão não, só se fosse um pai bravo. Era como se fosse uma declaração de amor, mas os rapazes também não abordavam, não tinha nada de violência não, ia ali, cantar, três, quatro pessoas, aí ia embora (Zezita, 61 anos).

Percebe-se na narração da depoente que, para as moças, o momento da serenata era especial, “era o máximo”, sendo também algo cercado de uma expectativa muito grande, visto que “Era como se fosse uma declaração de amor” do rapaz para a moça. Em uma passagem do depoimento a narradora dá a entender que se ressentia do fato de nunca ter recebido uma das serenatas comuns em Jaguaribe, prontamente se retificando “mas ninguém fez pra mim, não dizendo que eu era, que não tinha...”, modificando brevemente o assunto da entrevista para descrever a serenata em si, ressaltando também qual era o papel que as jovens deveriam exercer naquele momento de descontração: o de apenas esperar ser escolhida como “alvo” de uma dessas declarações de amor realizadas no bairro.

Já as idas à igreja consistiam em atividade que era vista como uma diversão permitida e até incentivada para as mulheres de Jaguaribe na época a que se referem os depoimentos dos idosos entrevistadas. De um modo geral, esse incentivo iniciava-se desde a infância, com a participação das crianças na chamada Cruzada Eucarística, coordenada por Frei Albino. Era como se o lazer estivesse submetido a uma ordem moral – a da Igreja Católica – representada pela figura de Frei Albino que era, ao mesmo tempo, um misto do sagrado e do profano. De acordo com Zezita,

(...) todos nós vivíamos, basicamente, a religiosidade, todos nós estávamos ligados à Igreja do Rosário. Ela unia todos os jovens: os jovens, os homens estavam todos no Estrela do Mar. As moças... Como eu fiz: Cruzada Eucarística e depois Filhas de Maria, como eu fui um pouco rebelde, não entrei nas Filhas de Maria. Todo mundo tinha um ritual, começava... Porque, assim, Jaguaribe pra mim significa o que eu sou até hoje. Eu era livre: você é jovem, criança, é livre. Quando dava sete anos, aí você mudava, porque, com sete anos, você tinha que começar, rigorosamente a ir à missa, tínhamos que ir à missa praticamente todos os dias (...) (Zezita, 61).

No relato da narradora destaca-se algo que pode ser interpretado como um ritual de passagem que marcava a nova condição da criança para comunidade jaguaribense: a obrigatoriedade, a partir dos sete anos de idade, em ir à missa todos os dias e de fazer

primeira comunhão. Nota-se que o hábito de ir à missa estava arraigado à rotina das pessoas do lugar, posto que deveria ser feito todos os dias, o que também não deixa de suscitar a indagação: mas se ir à missa era uma opção de diversão, como deveria ser realizada todos os dias? Percebemos, portanto, que tal atividade se configura como opção de diversão a partir da interpretação de cada um dos entrevistados em relação a ela.

Outro aspecto que está expresso no depoimento de uma maneira bem demarcada é o seguinte: os rapazes tinham “um destino” no que tange à diversão relacionada à Igreja e as moças tinham outro – os primeiros iam compor os times de futebol vinculados ao Estrela do Mar e as meninas passariam a freqüentar um grupo de oração conhecido como “Filhas de Maria”, apesar da negativa da depoente em seguir esse “destino”, reiterada pela frase “como eu fui um pouco rebelde, não entrei nas Filhas de Maria”, o que interpretamos aqui como uma afirmação de liberdade da entrevistada.

A prática da religiosidade católica, portanto, também pode ser observada como um tipo de “distração” voltado para todos os habitantes do bairro, em especial para as mulheres, mães e esposas que deveriam vivenciar isso em seu dia a dia e repassar os ensinamentos da Igreja para seus filhos, filhas, esposos e familiares⁶⁴. A presença de três templos católicos em Jaguaribe – Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (na fronteira entre Jaguaribe, o Centro da cidade e o Varadouro) e Igreja de São Cristóvão, tutelada por diferentes ordens religiosas, contribuía significativamente para esse aspecto.

O cinema apresentava-se como uma opção de divertimento comum a homens e mulheres do bairro. Em Jaguaribe existiam quatro deles, segundo informações de Ribeiro (2000), sendo o Cine Jaguaribe considerado o principal dentre os quatro, não apenas pela sua localização privilegiada – na esquina da Avenida Capitão José Pessoa com a Avenida Aderbal Piragibe – mas principalmente pela sua capacidade de espectadores. Além desse, o bairro comportava outros três: o Cine Bela Vista, que na verdade estava localizado na fronteira entre os bairros de Cruz das Armas e Jaguaribe, o

⁶⁴ A esse respeito, Costa (2007, p.19) enfatiza que: “Para a Igreja Católica, num contexto marcado por tensões sociais, políticas e econômicas [anos 30 e 40] que ameaçavam a *ordem*, a mulher como rainha do lar, teria uma forte influência e poder na formação do comportamento feminino e também masculino da época. Pois, ao considerar que uma nação é composta pelo conjunto dos seus lares, e sendo esses lares comandados por mulheres, que como mãe assume o papel de educar os seus e, como mulher, adotar um comportamento que estivesse dentro dos padrões morais aceitáveis, ela passou a ser uma peça chave na formação de um Estado em *ordem*, se tornando dessa forma a “única” capaz de salvar a sociedade da desarmonia e da desordem (...)” [destaques da autora].

Cine São José, localizado no Círculo Operário de Jaguaribe e o Cinema Santo Antônio, cuja direção estava a cargo dos frades franciscanos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Os cinemas... Quando eu cheguei aqui funcionavam os cinemas Santo Antônio, onde hoje é a Casa da Cidadania... Funcionava, o cinema aqui São José, que hoje é o Círculo Operário, e funcionava ainda um cinema que era Cine Jaguaribe, na Aderbal Piragibe com o cruzamento da Capitão José Pessoa. Hoje não existe mais nenhum cinema aqui não. Aqui em Jaguaribe não tem mais cinema... (Leda, 72 anos).

A narradora enumera em seu relato quais eram os principais cinemas de Jaguaribe e, ao final dessa passagem, num tom que se aproxima ao de lamentação, atesta que hoje não existem mais cinemas nesse lugar. O cinema era considerado como uma opção de diversão para ambos os sexos, contudo, existia certo controle social por parte da família e da Igreja em relação aos filmes a serem assistidos, especialmente pelas mulheres, além do fato de que, ao se apagarem as luzes para a projeção, caso a moça estivesse desacompanhada, existia um risco: o dela ser abordada por rapazes que também compareciam aos cinemas para assistir aos filmes. Por essa razão, desde o início da década de 1930, segundo Chagas (2004), padres católicos recomendavam filmes e mesmos os horários das exibições que deveriam ser freqüentados por adolescentes e jovens, em especial as do sexo feminino.

No caso do bairro de Jaguaribe, essa tutela da Igreja sobre o cinema se processou de forma mais direta, visto que uma das principais salas de exibição do bairro – o Cine Santo Antônio – era administrado pelos padres franciscanos da Igreja do Rosário, conforme ressalta Leal (2007), além do fato de que a membros da Igreja Católica também exerciam suas influências em outra sala de exibição do bairro – o Cine São José, recomendando, no caso deste, quais deveriam ser os filmes a serem exibidos.

Com o fim da Grande Guerra [Segunda Guerra Mundial] e, naturalmente, com o surgimento de filmes fortes, onde o sexo já era tratado com certa liberdade, principalmente nos filmes europeus, a Igreja paraibana, como a brasileira, se movimentou para defender a moral dos católicos. Aqui em nosso Estado, por exemplo, todos os Bispos entraram na luta, fundando em suas Dioceses “clubes de cinemas” ou construindo cinemas para a exibição de filmes sobre sua responsabilidade. No sertão, quem comandava tudo era o Bispo D. Luiz Mousinho, enquanto em João Pessoa o grupo era dos mais fortes e culturalmente

preparados em termos de cinema, notadamente a partir da década de 50, quando fundou o “Cineclube da Paraíba” e construiu o “Cine Santo Antônio” e colocou em prática uma boa programação no “Cine São José” (LEAL, 2007, p.123).

A Igreja, na condição de instituição de grande importância no bairro, executava o seu papel de “preceptora” da população local tanto no que concernia à recomendação dos filmes a serem assistidos, sobretudo para os mais jovens, como também em relação ao comportamento que esses deveriam apresentar dentro das salas de projeção, algo que era burlado por jovens de ambos os sexos. A “magia” do cinema para essas gerações não estava assentada apenas no fato de assistir aos filmes exibidos ali, mas principalmente se referendava no fato do cinema se constituir como um lugar de descobertas tanto no sentido intelectual como também no sentido sentimental/sexual do termo – os primeiros relacionamentos, paqueras, beijos aconteciam “no escurinho do cinema”, conforme ressalta o depoente Martinho Campos.

São duas fases que me marcaram em termos de cinema. Eu falei a você que a minha condição de cinéfilo cresceu aqui em Jaguaribe, porque muita gente ia ao cinema. Aliás, é uma coisa que João Pessoa inteira, mas eu me refiro particularmente ao bairro de Jaguaribe porque era o bairro que tinha mais cinemas. Jaguaribe se diferenciava dos demais [bairros] em termos culturais, e o cinema como parte de todo esse espectro cultural, não é, tinha uma participação intensa e forte. No começo, quando eu ainda era garoto, nós íamos pras matinês – matinais e matinês – pra assistir seriados e etc. Às vezes, durante a semana, à noite, de seis às oito da noite, tinham seriados e íamos com as mães, pais etc, os mais “taludinhos” já iam sozinhos, não é, e tal. Tinha duas fases: essa era a primeira fase, a fase que me marcou na infância, e, como eu sou artista plástico também, eu sempre, naquela época, gostava muito de participar, no cinema, do assistir e às vezes até também meter a mão na tinta e nos pincéis para a feitura dos cartazes dos filmes no cinema. Porque tinha nos cinemas, em todos eles, alguém no bairro que desenhava os cartazes, que desenhava mesmo, que pegava a figura, pois vinha a foto do filme, as fotos do filme, o cara pegava uma delas e... Eram um, tinham um, uma espécie de, um... Um bastidor, como é que se chama, aquela parte de madeira que é um, é uma armação de madeira, onde se pregava um papel que hoje eu não encontro mais, que era um, uma espécie de papel de encapar livros, menos espesso. Então se fazia aquela, uma espécie de tela, era o banner (...). Era o banner da época e era desenhado e pintado, né? Então, isso aí me marcou naquela época, eu tinha participação nisso (...). A outra já foi a fase mais adolescente em que o cinema era o local de

encontro, de namoro. Isso aí me marcou também porque, os primeiros beijos, os primeiros agarrados, etc, foram dentro do escurinho do cinema, tanto que essa história do escurinho do cinema, não existe uma música que fala disso? (...) É, da Rita Lee! Pronto! Então aquela música da Rita Lee ela retrata bem a história do escurinho do cinema, né? Quer dizer, são duas fases, né, que foram, do ponto de vista cultural e cinematográfico, marcantes pra mim, quer dizer, que estão na minha cabeça, marcantes pra mim por isso, porque eu não esqueço isso, tá muito incorporado (Martinho, 69 anos).

Em seu depoimento o narrador prontamente marca as duas fases de sua vida influenciadas pelo cinema: a infância e juventude, sendo a primeira relacionada ao crescimento e à maturação intelectual e a segunda, relacionada à maturação sexual. Os garotos e garotas do bairro, ao assistir aos filmes desde pequenos, principalmente os seriados em capítulos, entravam em contato com outras culturas, por vezes, outras línguas (inglês e francês, sobretudo), com outras representações acerca da vida cotidiana, etc. Além disso, o narrador afirma ter sido o cinema o responsável por despertar em si o seu gosto e talento para outra arte: as artes plásticas visto que, como desenhava bem, era chamado para pintar os cartazes dos filmes a serem divulgados por todo bairro de Jaguaribe.

Em segundo lugar, o narrador expõe o cinema como um lugar onde diversas experiências aconteceram, do ponto de vista pessoal, em sua juventude. O “escurinho” do cinema – eternizado na canção homônima interpretada por Rita Lee e citada pelo narrador – era o cúmplice das primeiras descobertas com o sexo oposto, reiterando o sentimento expresso pelo poeta paraibano Sérgio de Castro Pinto a esse respeito,

abriam-se cortinas, zíperes e braguilhas
 tinha início a projeção
 de mãos por entre pernas
 tão brasil (PINTO, 1996, p.21).

Os cartazes expostos pelo bairro de Jaguaribe como a conchamar os espectadores para assistir aos filmes são lembrados também por outra narradora, a senhora Zezita, não só pela beleza e colorido, mas principalmente porque os mesmos eram afixados por alguém que pode ser considerado uma “figura emblemática” do bairro. Outros narradores também expressaram a importância dessa pessoa em seus depoimentos, no entanto, nenhum deles soube precisar-lhe o nome, chamando-o apenas pelo apelido com o qual ele era conhecido naquele lugar: Umbuzeiro ou Imbuzeiro.

Eu digo a Pedro Osmar [filho de D. Izabel, uma das idosas entrevistadas neste trabalho], Pedro Osmar, eu e Marquinhos Veloso que era meu primo, fotógrafo, fotografou muitas fotos lindas de Jaguaribe, fotos lindas, eu e Marquinhos a gente pensava muito em fazer um filme, a gente podia fazer, que é a vida de Umbuzeiro. A gente não sabe de onde ele surgiu, a história que a gente sabe é que Umbuzeiro tinha dois objetivos pra vida dele na comunidade: primeiro era para as mães. Quando a mãe dizia “Lá vem Umbuzeiro” saiam todos correndo (...). É, Umbuzeiro era um negão, de mais ou menos um metro e oitenta, mas corcundinho assim, mais corcundo, de pé no chão, todo maltrapilho, e morava no cinema Jaguaribe. No cinema Jaguaribe, no final, tinha um cantinho que quem conseguia entrar no cinema Jaguaribe... E ele ficava ali dentro. Claro que eu não sei detalhe, eu não sei onde ele morava ali, e a outra função dele era que, os cinemas antigamente, eles faziam em um papel e eles botavam assim: “Sessão – Matinê: Tarzan, o homem da Selva, às 14:00 horas, o Jaguaribe apresenta!” – já sabia que era o Jaguaribe. Ele botava aquilo nas costas e ia botar nas esquinas: botava na esquina da Vasco da Gama, botava lá no final, no cruzamento da Avenida João da Mata com a [Avenida] Capitão José Pessoa, perto de onde ali hoje é a igreja, em uns pontos estratégicos em que a população de Jaguaribe fazia a leitura daquilo ali. Muitas das vezes ele ia com dois, uma na frente e segurando o outro. É tanto que Marquinhos fez uma leitura daquilo ali, uma alusão muito bonita. Marquinhos tinha a visão da minha rua, quando dizia: “Lá vem ele”, a gente já saía correndo. E Marquinhos morava na [Avenida] Aderbal Piragibe, junto da Capitão José Pessoa, e Marquinho disse: “Zezita, o que eu vejo é como se fosse a via sacra, por que ele cai”. Ele era epilético também, então, a minha visão que eu tenho é como se fosse uma coisa em câmera lenta, por que ele caía, levantava e não podia quebrar aquilo, por que aquele papel era frágil. Ele carregava aquilo, então, à noite, no cinema, ele não aparecia, não dizia nada, mas era uma figura *sui generis*. Sabe aquela figura, assim, marcante nas nossas vidas? Era uma coisa maravilhosa, né? (Zezita, 61 anos).

De acordo a interpretação da depoente, Imbuzeiro ou Umbuzeiro era uma figura do bairro de Jaguaribe que despertava nela e em outros contemporâneos seus um misto de temor e curiosidade: temor porque sua própria feição – negro, alto, calado, taciturno, maltrapilho – não era das mais agradáveis, especialmente para as crianças, muitas delas acostumadas a ouvir das mães contos e “lendas urbanas” associadas a figuras muito parecidas com a descrição de Umbuzeiro, a exemplo do “homem do saco” e do “papa-figo” ou “papa-figados”, dentre outras. Zezita afirma que uma das “funções” desse senhor era ser uma espécie de “materialização” do temor que as mães incutiam nos

filhos pequenos a fim de puni-los ou mesmo para deixá-los em “estado de alerta” quanto ao fato de conversar com estranhos dentre outros perigos nos quais os pequeninos poderiam incorrer.

Em segundo lugar, a função de Umbuzeiro dizia respeito à sua vida “profissional”: pregar os cartazes do Cinema Jaguaribe que anunciavam os filmes a serem exibidos naquela sala de projeção, sobretudo os lançamentos. A narradora chama atenção para algo que contribuía para aumentar ainda mais o temor e curiosidade em torno da figura de Umbuzeiro, já que não se sabia seu verdadeiro nome, sua origem e em que condições ele morava dentro do Cine Jaguaribe, além do fato do personagem em questão ser epilético.

As crises de epilepsia sofridas por Imbuzeiro e o fato de carregar em suas costas as placas de madeira onde eram postos os cartazes dos filmes confeccionados à mão, tal qual o narrador Martinho faz menção em depoimento anteriormente analisado, fez com que um amigo da narradora – de quem ela reproduz a fala – interprete a rotina diária de Umbuzeiro como uma verdadeira *via crucis*. Tal qual o Cristo ele cai, tal qual o Cristo, carrega um madeiro e, como o Cristo, ele sofre. Por um momento a fragilidade do papel que ele carrega é associada à fragilidade de sua figura, quase que metonimicamente.

O silêncio do personagem é associado aos mistérios que cercam a sua origem e sua vida. Umbuzeiro ficou marcado na memória de nossa depoente como um a “figura *sui generis*”, quase como um personagem fictício o qual ela tenta eternizar e, até certo ponto, redimir, através de seu relato de memória, desde o início deste, quando a entrevistada afirma: “eu e Marquinho a gente pensava muito *em fazer um filme*, a gente podia fazer, que é *a vida de Umbuzeiro*” [destaque nosso]. De carregador de cartazes ao papel principal de um filme: essa seria a “redenção” que Umbuzeiro merecia na opinião da narradora Zezita.

As salas de projeção se configuravam como um espaço de cultura onde os freqüentadores entravam em contato com as representações acerca da vida, do cotidiano e das histórias fantásticas que se passavam no Brasil, na França, nos Estados Unidos e até no Oriente. A nosso ver, é importante registrar que, de acordo com Ribeiro (2000), a divisão social existente no bairro, um aspecto importante da vida cotidiana daquele lugar, se refletia também dentro das salas de cinema durante as sessões. Segundo o autor, os ingressos vendidos para as sessões nesses estabelecimentos eram divididos entre os “de primeira” e os “de segunda” categoria.

Os primeiros davam acesso às poltronas da sala de projeção em que o conforto e a visibilidade eram melhores sendo, portanto, mais caros. Os “de segunda”, por conseguinte, davam acesso às poltronas menos confortáveis e mais próximas à tela de projeção, o que dificultava a visibilidade dos espectadores no momento em que assistiam aos filmes. Pelo fato desses últimos ingressos terem preços módicos, eram muito procurados pelos espectadores residentes nas áreas periféricas do bairro, além de atrair uma clientela proveniente de localidades vizinhas, a exemplo do Varjão (atual bairro do Rangel) e de Oitizeiro (atual bairro dos Novais). A divisão de classes expressa a partir do preço dos ingressos e da disposição das cadeiras dentro do Cine Jaguaribe é assim descrita pelo narrador Carlos Pereira.

E ali eu assisti esses grandes filmes daquela época: “O sol como testemunha”, “Ben-Hur”, esses filmes que você talvez já tenha ouvido falar. Mas um, um... Assisti todo o seriado de “Fu-Manchu”, porque tinha uma coisa interessante, o Jaguaribe tinha, eu me lembro tanto do Cinema Jaguaribe, tinha duas classes, né, tinha um balcão lá em cima, eram poucas cadeiras, e embaixo tinha duas classes: as dez ou quinze primeiras filas eram mais baratas por que ficavam em cima da tela, a pessoa que ia mais para trás pagava um pouco mais caro (Carlos, 72 anos).

Dessa maneira, angariar recursos para ir ao cinema não era uma tarefa fácil, sobretudo para as crianças e jovens que residiam na porção do bairro conhecida como “Jaguaribe de Baixo”. Como fazer para burlar a falta de condições financeiras e garantir a diversão? Zezita, exemplifica como ela procedia para ter mínimas condições financeiras de ir ao cinema.

(...) o Cinema Jaguaribe custava nove e cinqüenta, alguma coisa porque eu não sei qual era o nome da moeda, era uma moeda lá de trás, aí eu pegava as garrafa e vendia as garrafa, garrafa seca. E as garrafa, depois que eu vendia, dava três e cinqüenta, olhe, pra chegar a nove e cinqüenta! Aí era pra ir pra matinê, ir pra matinê no Cine Santo Antônio era um glamour! As paqueras... Era assim, era o máximo! Então, era assim, era aquele momento, em que as coisas são difíceis, mas cada conquista, te dá prazer! Entende? (Zezita, 61 anos).

Ir ao cinema, portanto, era uma das opções de diversão mais requisitadas de Jaguaribe, de acordo com os relatos de memória dos moradores entrevistados, algo que era comum a homens e mulheres do bairro, atividade que poderia ser realizada só, entre

amigos ou em família, por vezes sendo regulada, direta ou indiretamente, por esta instituição e também pela Igreja, no entanto as pessoas do bairro, de uma maneira ou de outra, acabavam por burlar as dificuldades encontradas, fossem de cunho institucional ou mesmo financeiro, para poder usufruir dessa opção de lazer em suas vidas cotidianas.

4.3) Relações Familiares

A última daquelas que poderíamos chamar de “macro temáticas” do cotidiano tratadas pelos entrevistados diz respeito à questão das relações familiares. Antes de tudo, faz-se necessário ressaltar que este foi um tema amplamente tratado nos relatos femininos enquanto que, em relação aos homens entrevistados, apenas duas passagens de dois narradores diferentes incorreram diretamente em assuntos relacionados a este tema, em especial.

Assim, a realidade verificada a partir dos depoimentos analisados acaba por refletir uma idéia há muito arraigada na sociedade, sobretudo a ocidental: a de que cabe à mulher – especialmente quando esta ocupa a posição de esposa, mãe ou filha – o papel de cuidadora da família, em diversos sentidos. Pelo fato dessa atividade fazer parte do hábito de todas as entrevistadas do sexo feminino que se dispuseram a contribuir com esse trabalho, acreditamos que esta tenha sido a razão principal para a expressiva recorrência da temática nas entrevistas.

A noção de família é algo bastante abrangente e que não segue um modelo único, mesmo em se tratando de um bairro dito “tradicional” ou “antigo” como Jaguaribe. Os diferentes modelos de família exemplificados pelos depoentes evidenciam que esta é uma realidade não apenas do bairro, mas também do país como um todo. Apesar da representação da família patriarcal descrita por Freyre (1990) ser uma espécie de modelo legitimado no Brasil, sofrendo modificações no decorrer do tempo, conforme elucida Velho (1987), o mesmo não se constitui como o único existente no bairro de Jaguaribe durante o período relatado pelos idosos entrevistados.

Através das entrevistas percebe-se que em Jaguaribe existiam famílias formadas apenas por mulheres, como era o caso da depoente Anunciada, além do registro de mães que optaram por criar seus filhos sozinhas, enfrentando preconceitos sociais da época, conforme descreve a entrevistada Zezita, bem como outros exemplos a serem analisados

no decorrer do capítulo. Por essa razão, coadunamos com a posição teórica de Almeida *et al* (1987) ao indagar

(...) o que pretendemos circunscrever ao definirmos família? Trata-se de um grupo concreto composto por um certo número de pessoas ligadas por consangüinidade ou por aliança e que ocupam lugares diferentes numa hierarquia interna de poder e de papéis? Ou trata-se de uma representação social que os diversos grupos e sociedades fazem das relações de aliança e de consanguinidade, sendo, nesse sentido, não uma realidade positiva visível, mas uma realidade simbólica – e portanto construída – que expressa, produzindo, reproduzindo e legitimando valores que *transcendem* as fronteiras do grupo, uma mentalidade, uma maneira de se situar a vida? (Almeida *et al* , 1987, p.13) [destaque nosso].

Pautando-nos nessa perspectiva, achamos por bem analisar passagens das entrevistas que não se referem apenas às relações concernentes às famílias mononucleares de modelo patriarcal (pai, mãe e filhos), mas também a relação desenvolvida pelos membros dessas e de outros tipos de famílias de forma mais abrangente, a exemplo daquelas estabelecidas entre vizinhos ou através do compadrio.

Ao se reportarem às práticas cotidianas relativas à família, no geral, as moradoras idosas de Jaguaribe faziam referência a diversas atividades, a exemplo das artes do cotidiano – no sentido que Certeau (2009) confere ao termo – de cozinhar, arrumar, nutrir, cuidar, dentre outras. No que tange a esta última, mesmo quando se tratava de uma entrevistada que não tivesse marido ou filhos, por exemplo, todas elas afirmaram desempenhar o papel de cuidar de outras pessoas da família, tais como irmãos, sobrinhos e pais, conciliando essas relações com o próprio trabalho doméstico, com o trabalho fora do âmbito do lar e também em relação a outras atividades desenvolvidas por elas, a exemplo do que descreve a senhora Tereza, moradora do bairro de Jaguaribe há 50 anos.

Eu gosto do meu bairro! Eu moro praticamente só, porque moro com dois filhos, pra quem tinha treze filhos, todos casaram, saíram, outros foram pra outras cidades. A lembrança que eu tenho era de minha casa cheia naquele tempo, né, e hoje eu só tenho três pessoas em casa! É, faz falta [mais pessoas em casa], mas o bairro de Jaguaribe, eu continuo dizendo, foi muito bom eu ter criado meus filhos aqui no bairro, foi muito bom. Tenho mesmo saudade do tempo em que eles eram pequenos. A luta era maior, mas eu gostava muito! Eu era a professora deles, eu era mãe, eu era costureira, cozinheira, eu era tudo, naquela época, aí me traz muita saudade! (Tereza, 83 anos).

Em um depoimento permeado pela idealização do papel social materno e pelo saudosismo provocado pela lembrança dos filhos que se foram, a senhora Tereza Morais expressa um sentimento de muita falta do período em que assumia diferentes atribuições em sua casa, além dos cuidados maternos: o fato de ser a professora, a costureira a cozinheira, de *ser tudo* para os filhos.

O contraste entre o que significa ser mãe num passado não tão distante e o que significa sê-lo atualmente está exposto na diferenciação que a narradora faz a partir da descrição dicotômica da vida dos filhos adultos *versus* a vida dos filhos quando esses eram crianças. Na infância havia o “controle do ninho”, a presença constante dos filhos no lar. Quando esses alcançam a idade adulta, a solidão se torna a tônica da vida da mãe que antes acolhia treze filhos e atualmente tem apenas dois em casa, pois, contando com ela, são três as pessoas que residem naquele ambiente e compõem a sua família mononuclear nos dias de hoje.

A “síndrome do ninho vazio”⁶⁵ que atinge D. Tereza Morais é uma tônica entre as famílias grandes, tais como a dela, e se verifica não apenas na zona urbana, mas também na zona rural, desencadeada por diferentes fatores. No espaço rural paraibano, mais precisamente na zona rural do município de Ingá-PB, local de abrangência de sua pesquisa, Gonçalves (1996) elucida que o “ninho vazio” é resultado do fluxo de migração de alguns membros das famílias residentes no local – sobretudo os de sexo masculino – para cidades da Região Sudeste a fim de garantirem um emprego, uma fonte de renda que os auxilie de forma mais efetiva do que a lavoura, sujeita a intempéries constantes, além da concentração fundiária, para sustentar a família.

Em se tratando do espaço urbano, mais especificamente ao bairro de Jaguaribe e ao exemplo dos filhos da senhora Tereza, a concorrência por uma vaga no mercado de trabalho após anos de estudo, assim como a ocorrência do casamento levou-os a constituírem outras famílias, esvaziando, assim, literalmente, o núcleo familiar original dos quais eram derivados.

Conforme se afirmou no início deste subtópico, encontramos nos depoimentos analisados não apenas exemplos de famílias pautadas no modelo patriarcal, mas também

⁶⁵ Para maiores informações acerca do que os estudos das áreas de Medicina (Psiquiatria) e Psicologia costuma qualificar como sendo a “síndrome do ninho vazio”, sugerimos a leitura de SARTORI, Adriana C. R.; ZILBERMAN, Mônica L. Revisitando o conceito de síndrome do ninho vazio. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832009000300005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 15 jan. 2012.

aquelas que eram formadas por um núcleo eminentemente feminino, tal como a família de D. Anunciada.

Eu, minha mãe e minha avó. A minha família era essa, não conheci pai, né? Minha mãe e minha avó foi quem me criaram. A gente veio pra aqui e aqui elas faleceram. Mas, graças a Deus me casei aqui, tive quatro filhos, meu marido morreu e eu hoje estou aqui, ao lado dos meus filho (...) Tá ali, olha o retrato [aponta para a estante da sala]: minha mãe, minha avó e eu! A minha avó ali. Hoje em dia, os meninos não respeita os mais velho! Não respeita pai, mãe, avó. Ih, velho? Bota logo no asilo. Essa não [olha pra foto da avó], era logo o meu xodó! Ela não podia me ver triste que ela dizia assim: “Olhe, o que foi que aconteceu? Você tá sem dinheiro?”. Por que às vezes o pessoal vinha, dava dinheiro a ela e ela escondia de mãe. Aí ela vinha, tirava do bolso: “Tome um dinheirinho!” (...) graças a Deus, dei conta do recado, porque hoje o povo pode ganhar Rio de Janeiro, pai e mãe, “Ah, não posso sustentar, não!”. Aí abandonam os velhos... Eu não! Eu não abandonei nenhuma das duas. Fui criada com muito sacrifício, e graças a Deus eu contribuí! É por isso que eu repito que eu sou feliz, por isso que hoje eu tenho meus filhos, meus amigos! Já basta ela dizer hoje: “Aí, mainha tá doente!”. Aí é telefone por todo canto pra saber de mim, quando eu vejo os carro chega... Não é bom a pessoa chegar nessa idade? Aí, quando chega, me abraça, aí eu tenho que tomar banho, trocar de roupa, botar perfume. Porque quando chegam, aí é abraçado e querem me encontrar cheirosa! (Anunciada, 87 anos).

Ao descrever a família da qual proveio, há um misto de orgulho e ressentimento na fala de Anunciada: por um lado demonstra gratidão às duas mulheres que a criaram – sua mãe e sua avó. Já por outro, afirma laconicamente que não conheceu o pai, o que abre um precedente de observação, no mínimo, interessante: o fato de que o modelo de família patriarcal era algo que poderia se configurar como sendo comum nas famílias de classes médias ou abastadas, mas que nem sempre se reproduzia nas famílias oriundas das classes subalternas, em Jaguaribe, com maior intensidade.

Dessa maneira, pode-se afirmar, portanto, que a mãe de D. Anunciada se enquadraria, mesmo isso tendo ocorrido há cerca de 87 anos, dada a idade da depoente, na categoria que atualmente se costuma chamar de “mãe solteira” pelo fato da depoente afirmar que não conheceu o pai, deixando implícita a razão pela qual isso não tenha ocorrido. Este exemplo, portanto, reitera a crítica de Almeida *et al* (1987, p. 16) em relação à representação quase que imponente na sociedade brasileira do modelo patriarcal de família ao elucidar que “(...) critica-se a abrangência desse modelo para

estratos ou classes sociais, ou mesmo circunstâncias pessoais em que não se tem as condições de concretização dele”.

Ainda em relação ao relato da senhora Anunciada, percebe-se o contraste entre o tratamento por ela dispensado à mãe e à avó idosa (o qual se assemelha ao tratamento que os filhos, parentes e amigos conferem a ela nos dias atuais), e o tratamento que outras pessoas dispensam aos idosos, colocando-os em asilos, abandonando-os em detrimento de outras “preocupações”, a exemplo de vida profissional, da nova vida familiar, etc. É o próprio idoso na condição social de indivíduo que vivencia a velhice criticando a sociedade excludente que procurar manejar e dirimir a própria figura do idoso sob diversos aspectos, conforme elucida Bosi (2009).

Para D. Anunciada, a figura da avó que amparou sua mãe ainda solteira e que a criou aparece permeada de carinho: a narradora a chama de “meu xodó”. A avó, de acordo com a depoente, era alguém que, mesmo na pobreza, procurava satisfazer os caprichos da jovem neta, dando-lhe “um dinheirinho” escondido. Há, sem dúvida, uma aproximação entre a figura da jovem neta e a figura da avó, apesar da diferença geracional registrada entre ambas. A avó cuida e educa tal como a mãe, mas há nessa relação certo “relaxamento” por parte da avó: o de não ser “tão dura” com a neta, o de dar-lhe “um dinheirinho” para as despesas pessoais sem que a mãe saiba. Assim, a relação entre a senhora Anunciada e avó parece ser um exemplo ilustrativo daquilo que afirma Halbwachs (2009),

A criança também está em contato com os avós e através deles remonta um passado ainda mais remoto. Os avós se aproximam das crianças, talvez porque, por diferentes razões, uns e outros se desinteressam pelos acontecimentos contemporâneos em que se prende a atenção dos pais. Marc Bloch diz: “Em sociedades rurais é bastante comum que, durante o dia, quando o pai e a mãe estão ocupados nos campos ou nos mil trabalhos da casa, as crianças pequenas sejam confiadas à guarda dos “velhos” e é destes, tanto até mais do que dos pais, que estas recebem o legado de costumes e tradições de todo tipo (HALBWACHS, 2009, p.84).

É numa tônica de orgulho que a narradora enfatiza que, ao contrário da posição daqueles que ela critica, não abandonou a avó e à mãe, enquadrando-se na condição de alguém que ampara os idosos de sua própria família em uma sociedade capitalista acostumada a dispensar-lhes a partir do momento em que se esgotam a sua força de

trabalho, ou seja, a partir do momento em que deixam de ser os provedores do lar. Assim, de acordo com Bosi (2009),

Nos melhores aprendizes a gratidão acompanha o sentimento da própria superioridade em relação ao velho. Mas o comum dos aprendizes, quando a fonte geradora esgotou seus benefícios, volta-lhe as costas e buscam outras fontes. Isto é humano, dirão, é a lei da superação da geração mais velha pela mais jovem. Ou será desumano, próprio de uma sociedade competidora, onde já se perdeu o gosto inefável da individualidade de cada pessoa? (BOSI, 2009, p.76).

Nesse sentido, reiterando o trecho da entrevista de D. Anunciada e recuperando a citação de Bosi (2009), percebe-se que os jovens precisam cuidar de seus velhos, todavia, não são apenas eles que desempenham este papel. Há idosos que cuidam de seus idosos, daqueles que são, por vezes, mais frágeis do que eles próprios, mesmo quando a convenção social já lhes indicaria assumir outro papel – o de serem cuidados. É o que se verifica, por exemplo, no depoimento da senhora Leda quando a mesma se refere ao pai, o senhor Leonel.

Aí eu sei que nessa festa de papai dos 100 anos, porque ele foi o único da família que completou essa idade, aliás da família dele e da família de mamãe, dos meus parentes, dos meus antecedentes, ele foi o primeiro a completar os 100 anos. Aí foi um negócio assim... Muito emocionante pra gente, né? Porque no dia mesmo do aniversário dele foi numa terça feira, dia 27 de julho, eu tinha ido para a física [fazer exercícios físicos] e ele tava deitado. Quando eu voltei ele já tinha saído do banheiro, já tinha tomado banho. Aí eu pedi a benção a ele, aí quando ele terminou de me abençoar ele me disse assim (emocionada, reproduz a fala do pai): “– Você agora tem um pai centenário”. Aí eu me abracei com ele, no choro, caí no choro. Era como se fosse... Uma coisa, que nunca aconteceu na minha vida. Foi um dos dias mais felizes da minha vida eu saber que tava tendo ele até aquela idade, né? Porque nem todo mundo que tem um pai, eu acho que passou por essa emoção que eu passei, ter um pai, eu, com a idade centenária. (Leda, 72 anos).

No depoimento de D. Leda, reiterando o que é comentado por Bosi (2009) acerca da evocação mnemônica da figura paterna nos relatos de memória dos idosos, o pai representa alguém cujos traços espirituais transcendem os físicos. Na fala de sua filha, o senhor Leonel aparece mais do que como um pai centenário: ele assume, na verdade, o papel de um sábio que relembra à filha não apenas a data do aniversário, mas

principalmente a importância daquele momento, no que ela mesma justifica ao afirmar que não é “pra todo mundo” ter um pai centenário!

A emoção evocada pela ação do pai é de tamanha importância para a filha que ela literalmente “cai no choro”. A família, assim, constitui-se como uma espécie de “porto seguro” de expressiva parcela dos idosos entrevistados, pois é nela e através da integração entre os seus membros que, na condição de filhos, pais, netos, cuidandos ou cuidadores, os idosos vivenciaram momentos importantes para sua formação e na sua vivência cotidiana.

Fazendo-se referência ainda às relações familiares que não corroboravam o modelo patriarcal de família em Jaguaribe, registra-se a experiência de Zezita, 61 anos, quando a mesma optou, conforme descrito em seu depoimento, por ser mãe solteira em fins da década de 1970/início dos anos 80. As reações que, por conseguinte, foram advindas dessa decisão, tanto no que se refere à sua família mononuclear como também à sua “família por extensão” – os vizinhos de Jaguaribe, coadunavam aquilo que parecia ser o pensamento vigente do período: a valorização de um modelo de família tido como “comum”, formado por pai e mãe (casados) e os respectivos filhos advindos desta união.

É tanto que, aí eu rompo, né, aí eu engravidei... Foi quando eu engravidei, e logo depois desse ano mamãe muda lá para a Avenida Coelho Lisboa. Mas foi esse período, aí eu comecei, né, que é difícil, não foi fácil! E mamãe tinha, e não só ela era contra: a família jaguaribense também. Algumas pessoas amigas nossas vieram dizer: “Você viu o que você fez com Inácia?”, sempre tinha alguém pra vir fazer o julgamento e me dizer. Vinha alguém: “Eu tive com Inácia, ela está profundamente... Ela não tem cara pra enfrentar a família! Como é que ela vai enfrentar a família com o que você fez?”. As pessoas vinham e as pessoas faziam isso no direito de fazer, né? Agora, eu já começava a observar, mas nunca brigava com as pessoas, nem rompi com elas e até as entendo desse jeito, são daquele jeito, entendeu? Eu é que tava enxergando um pouco mais, não podia estar exigindo que alguém pudesse estar com aquele todo... É tanto que essas minhas tias, aquelas que eram mais rigorosas, seguraram Pedro [o filho da entrevistada], sabe? Aí, tem uma coisa também que é um mistério, todo esse período da gravidez, aparecer a barriga, e aí, depois que Pedro chega, se desmancha, porque é um amor por Pedro! Aí, todo mundo esqueceu tudo, é como se não existisse! Aí Marcos [pai do filho de Zezita] ficou sendo “o queridinho”, porque era o pai de Pedro, bem aceito, tudo, só não tinha era casamento! Eu sentia que o sonho da vida de mamãe era que eu casasse com Marcos, que ele não era casado no religioso, ele era desquitado, na realidade. Mas que

não aconteceu nenhuma coisa nem outra, passei minha vida inteira solteira. (Zezita, 61 anos).

Através do depoimento da narradora, logo em suas passagens iniciais, percebe-se que a crítica relativa à atitude que ela tomou – a de assumir ser mãe solteira e não se casar com o pai de seu filho – chocou a sua família nuclear próxima e também os vizinhos, que se comportaram como uma verdadeira extensão da sua família. Juntas elas compunham a “família Jaguaribense”, à qual a narradora faz referência, além de ressaltar que as pessoas que a repreendiam pela atitude tomada “(...) faziam isso no direito de fazer, né?”, ou seja, na condição de família em que se enquadravam, tinham o direito ou pelo menos acreditavam ter o direito de assim proceder, mesmo que não fossem membros de sua família consanguínea.

Outro aspecto que a narradora não deixa claro é o fato de sua mãe ter se mudado da Avenida Benjamim Constant, local onde sua família morou por um considerável período de tempo, conforme descrito em passagens anteriores de seus depoimentos, para a Avenida Coelho Lisboa, no mesmo bairro. Apesar de não afirmar com veemência que a gravidez dela tenha sido o motivo de tal mudança, nós podemos inferir isso por duas razões: a primeira pela seqüência temporal expressa na fala da própria moradora, na passagem “É tanto que, aí eu rompo, né, aí eu engravidei... Foi quando eu engravidei, e logo depois desse ano mamãe muda lá para a Avenida Coelho Lisboa”. A segunda pela própria importância dada pela depoente e por sua mãe em relação à opinião dos vizinhos, a sua “família por extensão” em Jaguaribe, no que se refere ao ocorrido.

A reação contrária da família da depoente e de seus vizinhos parece estar ancorada em aspectos ideológicos pautados em uma visão “conservadora” daquilo que supostamente deveria ser interpretado como família. Lembremo-nos também que Jaguaribe era um bairro em que a presença da Igreja Católica se observava de forma muito expressiva, tanto no sentido físico referente ao número de templos no bairro (ao todo, três), como também no sentido ideológico: os padres eram responsáveis diretamente por um cinema (Santo Antônio), colaboravam na organização das atividades do Círculo Operário do bairro e do cinema existente neste Círculo (Cine São José), além de coordenarem uma escola (Grupo Escolar Santo Antônio).

Além disso, os religiosos também apresentavam uma significativa parcela de contribuição no que tange à organização das festas de rua do bairro, sobretudo às festas da Padroeira Nossa Senhora do Rosário, bem como na organização de atividades desportivas, a exemplo dos jogos de futebol do time ligado à Paróquia de Nossa

Senhora do Rosário – o Estrela do Mar. Portanto, os padres tinham uma relação direta com a comunidade, influenciando-a no seu arcabouço ideológico em diversos momentos e aspectos da vida cotidiana.

O modelo paternalista de família era observado por aqueles que criticaram a atitude de Zezita como sendo o ideal, visto que ela ressalta: “Eu sentia que o sonho da vida de mamãe era que eu casasse com Marcos, que ele não era casado no religioso, ele era desquitado, na realidade”, no entanto, a sua opção em ficar solteira permaneceu apesar de que burlar as convenções da época foi, conforme afirma a depoente, muito difícil, sendo mais facilmente superado após o nascimento da criança.

A reação contrária dos vizinhos a certas atitudes de outros membros da comunidade, expressando, muitas vezes, atos de intolerância e até mesmo de preconceito, encontra-se também na narração de Martinho, quando este relata o seguinte caso ocorrido em Jaguaribe durante a passagem de sua infância para a adolescência,

Por exemplo, eu me lembro que na minha rua, em determinado momento, numa casa que foi desocupada, veio morar uma senhora com uma filha e se soube que ela [a mãe] era desquitada. Eu lembro que houve um acordo tácito das mulheres da rua para isolarem-na. O que foi feito, e o que eu como criança, achava um absurdo, né? Eu gostava muito da filha dela, queria namorá-la, e aí senti uma repressão ao me aproximar porque sabia que a mãe dela, que era uma senhora, diga-se de passagem, muito direita, mas era desquitada, então, isso causava todo um receio social, né, porque a mulher era vista como uma ameaça aos maridos, às mulheres, uma ameaça às relações ditas normais e que estavam conformadas dentro dos preceitos religiosos e tal, essa coisa toda, né? (Martinho, 69 anos).

Indubitavelmente, nessa passagem, percebe-se, além do preconceito, um ponto em comum entre esta narração dos entrevistados Martinho e Zezita: o fato de que as relações de vizinhança ultrapassavam as relações familiares e que caberia a sanção da comunidade como um todo – formando, talvez uma só família, “a família Jaguaribense” – para punir os casos em que se ameaçasse “a integridade familiar” baseada num modelo patriarcal mononuclear, fosse por parte da mãe solteira, fosse por parte da mulher desquitada. De acordo com o narrador, houve um “acordo tácito” entre as mulheres que se valiam de estratégias para, literalmente, expulsar aquela mulher de seu convívio, isolando a ela e à filha, taxando-as como inadequadas para residirem em Jaguaribe.

A presença dos vizinhos como uma espécie de extensão da família se expressa nos depoimentos dos moradores idosos não apenas na forma de crítica às atitudes de algum dos membros da “família Jaguaribense”, mas muitas vezes no que se refere ao auxílio mútuo. A figura de um vizinho, dada a sua aproximação e desvelo para com o outro morador do bairro, poderia substituir, por vezes, a presença de um parente mais próximo ou mesmo de um membro da família mononuclear, tal como se pode observar no depoimento de D. Izabel.

O meu filho mais velho, Josa, um dia intoxicou-se com um “cumê” [uma comida], aí ficou doente. Quando foi tarde da noite haja esse menino morrendo, vivendo, roncando. Tinha uma velha lá em casa e disse: “Cumadre, Josa tá passando mal. Mulher leve esse menino pro doutor!”. Eu disse: “O pai bêbado, dormindo... É, eu vou, vou levar ele”. Enrolei ele em um lençol para ir lá para o Ponto de Cem Réis, para o pronto-socorro era lá na [Avenida] Visconde de Pelotas [onde atualmente está localizado o prédio de uma empresa de telefonia]. Cheguei aí na esquina, “de pés”, com ele todo enrolado, aí Sr. Medeiros, que tinha uma venda ali na esquina e tava sentado na calçada, me disse: “Cumadre, donde vai assim?”. Eu disse: “Vou pro médico”. “E cadê Osias [marido de D. Izabel]?” “Tá lá, como sempre!”. Ele disse: “Eu vou lhe levar”. Eu disse: “Não, não quero não. Eu vou só mesmo, eu não tenho medo de nada!”. “Espere aí cumadre que eu vou chamar um carro”. “Eu não espero não, vou-me embora!”. Saí andando, cheguei em frente ao PAM [Hospital PAM de Jaguaribe], onde hoje é o PAM era o Clementino Fraga. O hospital daí era aqui. Aí ele foi atrás de um homem lá na [Rua] Senhor dos Passos que tinha um carro. Quando chegou em frente ao PAM o carro parou: “Cumadre, venha cá cumadre”. “Oh, Sr. Medeiros, pra quê o senhor fez isso? Eu não vou não, eu vou de “pés”!”. “Não, mas não tenha medo de mim não. Eu tô fazendo às vezes de seu marido porque seu marido é bêbado, não tem vergonha com nada, não se ajeita! Vamos embora?” Aí eu fui né? Cheguei lá e disse: “Pode ir embora que eu vou só. O dia já está amanhecendo e eu vou só!”. Cheguei lá no hospital o menino foi medicado e aí melhorou. Vim embora com ele, de novo. Vim em casa ele já veio bom. (Izabel, 87 anos).

O auxílio prestado pelo vizinho, o senhor Medeiros, ao socorrer o filho da entrevistada parece, a princípio, um tanto constrangedor para a depoente, o que se expressa nas sucessivas negativas dela em receber a ajuda de um homem que, tarde da noite, “fazia às vezes de seu marido” visto que o pai da criança, conforme ressalta a mesma, encontrava-se impossibilitado de auxiliá-la naquele momento por estar bêbado.

Observa-se perante a situação a criação de uma espécie de “rede de solidariedade”, já que Sr. Medeiros, por não possuir carro, foi chamar outra pessoa, residente na Rua Senhor dos Passos, para juntos acompanharem D. Izabel ao hospital. A relação quase que familiar entre os dois vizinhos se expressa também na forma como o Sr. Medeiros se referia a D. Izabel – “cumadre” – como se esta fosse membro de sua família através de relações de compadrio, o que não se sabe ao certo, já que a depoente não faz nenhuma menção nesse sentido.

Outros dois elementos importantes que também estão presentes no depoimento da entrevistada se referem às modificações de alguns espaços da cidade e do bairro e ao respeito à sabedoria/conselhos expressos pelos mais velhos. O primeiro elemento fica claro quando a narradora reconhece o trajeto feito por ela mesma para socorrer o filho – as ruas por onde andou, os hospitais pelos quais passou, o destino final onde pretendia chegar – o Antigo Pronto Socorro de João Pessoa, localizado na Avenida Visconde de Pelotas, no Centro, onde hoje encontra-se instalada a sede de uma empresa de telefonia. A descrição do trajeto – de Jaguaribe ao Centro – expressa também a sensação de segurança da depoente em andar a pé na cidade, mesmo sendo tarde da noite e numa situação adversa, reiterada pela frase: “Eu não tenho medo de nada”!

O segundo elemento, ou seja, o respeito à opinião dos mais idosos que, em várias sociedades, representam a sabedoria, notadamente em uma situação de perigo, como a que se apresentava a esta depoente, se expressa quando D. Izabel resolve acatar o conselho de “uma velha” que à época morava em sua casa e que a convence a levar o filho pequeno ao hospital. A narradora aquiesce ao pedido da mais velha no momento em que afirma “É, eu vou, vou”, apesar das aparentes dificuldades que se apresentavam para ela: a ausência do pai do menino, que se encontrava bêbado e dormindo, o horário em que precisaria sair de casa, o deslocamento a pé para o Centro da cidade, etc.

Por proceder de forma a acatar o pedido de uma pessoa mais velha, D. Izabel permite que a idosa em questão exerça um dos papéis sociais mais importantes conferido aos mais velhos em diversas sociedades: o de ser guardião da sabedoria adquirida através de seus anos de vida, razão pela qual se justifica o fato do idoso ser naturalmente aquele a quem se recorre aos conselhos, conforme afirma Bosi (2009).

A relação de ajuda mútua entre os vizinhos do bairro de Jaguaribe se expressava em momentos de extrema necessidade, a exemplo dos casos de enfermidade, morte, fome, mas também no dia a dia. Essas são passagens comuns nos relatos de alguns idosos entrevistados, a exemplo daquilo que reitera a senhora Zezita,

Agora mesmo, na morte de mamãe, foi muito engraçado, os vizinhos lá da rua foram todos, pareciam que... Eu tava vendo assim, meu Deus do céu, os vizinhos, com o cabelo mais branco, que, mas assim, as relações... Eles foram porque são queridos nossos, têm respeito pela gente, pessoas que nós criamos, porque tem crianças que nós criamos! Ia pra aquela casa pra mamãe tomar conta porque a mãe ia trabalhar, tava todo mundo lá, todo dia, tavam no hospital hoje, ainda, a gente cria uma relação muito de família, carimbada como família. Tem família nossa que morou em Jaguaribe e hoje mora na Bahia que chamava mamãe de “vó”, que acompanhou a doença de mamãe, acompanhou tudo, sabe, perguntando sempre: “Precisa de que? Precisa de dinheiro, precisa de ajuda?”, sabe? Eu vejo Jaguaribe, assim, é um pouco diferente. (Zezita, 61 anos).

Ao afirmar que algumas relações entre vizinhos de Jaguaribe eram “carimbadas como família”, Zezita explicita uma parte importante da rede de confiança mútua que se estabelecia entre alguns dos moradores do bairro, a ponto de que os filhos de alguns deles fossem “criados” pela mãe da depoente, algo comum nas regiões mais pobres e periféricas. Caso a mãe precisasse trabalhar, poderia pedir para que uma das vizinhas “olhasse” a criança, tomasse conta dela durante o expediente de trabalho. A relação chega a ser tão arraigada que, em alguns casos, segundo a narradora, D. Inácia, mãe de criação e avó de Zezita, era chamada de “vó” por outras crianças do bairro. Outro ponto enfatizado pela depoente: os vizinhos mudaram no decorrer do tempo a sua aparência física (cabelos brancos) ou até mesmo o local de moradia, mas as suas relações não “envelhecem”: “Eles foram porque são queridos nossos, têm respeito pela gente (...)”.

É importante ressaltar que não estamos, de forma alguma, buscando idealizar as relações de vizinhança do bairro de Jaguaribe ou subsumir, de alguma maneira, possíveis conflitos entre vizinhos que poderiam existir no bairro durante o período estudado, no entanto, enfatizamos que, em todas as entrevistas em que há menção à figura de vizinhos e amigos, à menção de laços de carinho e respeito cultivados entre eles, excetuando-se as passagens analisadas anteriormente, em que a narradora Zezita se reporta à sua decisão de ser mãe solteira e a passagem da mulher desquitada descrita por Martinho. Nesses dois casos as pessoas são, em maior ou menor grau, hostilizadas pelos vizinhos, porém as relações de vizinhança de Jaguaribe foram tratadas e interpretadas pelos depoentes de maneira positiva, conforme enfatiza a própria Zezita ao final de seu depoimento: “Eu vejo Jaguaribe, assim, é um pouco diferente”, realçando que ali as

peessoas se tratavam como se fossem membros de uma mesma família, no mais das vezes.

Dessa forma, corroborando a posição de Bosi (2009) quando a autora faz menção à maneira como seus depoentes idosos relataram as relações entre vizinhos na cidade de São Paulo no início do século XX, é possível afirmar que a correlação entre memória e relações de vizinhança é extremamente importante na composição da memória social,

Na constituição da memória familiar, são importantes os contatos com outros grupos. Uma família pode ter morado longos anos num mesmo bairro, formando vínculos estreitos com a vizinhança; a criança se sente incluída no grupo familiar e no da vizinhança, suas lembranças brotam de um outro, dada a íntima vivência de ambos (BOSI, 2009, p.431).

Esse grupo “exterior” ou este “outro” grupo em que se ancoram as lembranças, ao qual Bosi (2009) faz referência, pode ser oriundo de dentro da própria família da criança – não se referindo, exatamente, à família mononuclear mais próxima, mas sim se reportando a parentes mais distantes que visitariam a “família original”. É justamente nessa perspectiva que se enquadram as lembranças do então menino Carlos Pereira relativas ao seu tio Joca, um “tio afim”, como ele próprio denomina.

(...) e eu lembro muito bem que às vezes a gente recebia a visita do tio Joca. Tio Joca era um tio afim, porque ele era casado com a irmã do meu pai, e que era, para aquela época, como se fosse um homem rico, por que ele tinha uma propriedade no Rio Grande do Norte e ele vinha quase todo mês visitar a gente e ele falava muito uma coisa interessante. A gente pedia “A benção, tio Joca” e ele dizia “Deus te dê boa fortuna”. Ele nunca dizia “Deus te abençoe”. E aquilo também ficou muito gravado. Ele era um homem alto, bonito. Para os padrões da época, era como se ele fosse um coronel sertanejo, daqueles que usava bota, chapéu, que andava a cavalo. E chegava... E quando ele chegava, ele fazia uma festa, porque ele trazia carne de sol, queijo de coalho, então a gente sabia que ia passar bem. Interessante é que quando ele chegava, geralmente uma cama que a gente dormia não dava pra ele, porque ele era um homem de mais de um metro e oitenta. Então, o que acontecia: ele dormia numa rede na sala, numa rede na sala praticamente em cima da mesa. E minha mãe ficava preocupada e ele dizia “Não se preocupe. Não se preocupe, Amália”. Interessante era que minha mãe chamava-se Amália, mas ela tinha um apelido: Doninha. Naquela época tinha muito Dona, Doninha... “Não se preocupe, Doninha, por que eu durmo tarde, quando todo mundo for dormir, e acordo cedo, quando todo mundo tá dormindo”. E

realmente quando a gente levantava, seis horas, ele já estava no meio do mundo ou estava fazendo café. E tinha uma coisa indefectível nele: o cachimbo! Era como se eu tivesse sentindo, ainda hoje, o cheiro daquele fumo que ele usava no cachimbo e a forma como ele tomava um café bem forte, sentava na espreguiçadeira, botava aquelas botas assim em cima de um banquinho que tinha e acendia o cachimbo. Botava o fumo no cachimbo, batia, batia, depois acendia com o fósforo e ficava dando aquelas baforadas que enchiam a casa de um cheiro que a gente gostava. Nessa época não havia a proibição de fumar em lugar privado, em lugar fechado, mas era uma coisa que também, veja bem, são coisas de sessenta anos atrás, mas são coisas que ficaram guardadas. Aí não é porque minha mãe me disse, ou porque meu pai me falou. É porque eu vivi! (Carlos, 72 anos)

A imagem do tio Joca na memória de Carlos encontra-se cercada de certa idealização, além da sinestesia inerente à memória do narrador quando este se reporta ao cheiro de fumo que se espalhava pela sala da casa quando o tio fumava o “indefectível cachimbo”. O cheiro, na verdade, acaba funcionando como uma espécie de “gatilho” que ativou a memória do depoente, associando-o às lembranças relacionadas ao tio. Segundo o narrador, tratava-se de uma pessoa que morava na zona rural, a julgar pela sua vestimenta – “era como se ele fosse um coronel sertanejo, daqueles que usava bota, chapéu, que andava a cavalo” – e pelos “presentes” que trazia para a família Pereira: queijos e carne, enfim, alimentos caros para compor a dieta alimentar de sua família.

Uma característica de tio Joca ressaltada pela memória de Carlos era a altura do dito fazendeiro: ele era tão grande que não cabia numa cama, por isso dormia em uma rede, na sala da casa da família. O estereótipo do tio aproxima-se dos gigantes das histórias infantis não só pelo tamanho, mas porque seu ar misterioso, a fumaça que saía de seu cachimbo quase que mágico, despertava o interesse e a curiosidade das crianças perante ele. Isso tudo aliado à maneira *sui generis* com a qual saudava os sobrinhos que lhe pediam a benção: não respondia o tradicional “Deus lhe abençoe”, mas sim “Deus lhe dê boa fortuna”, quase que um sinônimo de “Deus te faça tão rico quanto eu sou”. Na verdade, nem podemos mensurar qual era o padrão de “riqueza” que o então garoto Carlos atribuía para o tio Joca, mas apenas que, em termos de situação financeira, este parece ser um dos parentes mais abastados, senão o mais abastado, que o narrador possuía em sua infância.

Outro aspecto importante sobre o tio Joca pode ser percebido no momento em que o narrador busca legitimar a existência dele e, por conseguinte, da sua lembrança

perante o ouvinte: “Aí não é porque minha mãe me disse, ou por que meu pai me falou. É por que eu vivi”, o que acaba por funcionar quase como que um atestado, um demonstrativo de que tio Joca existiu de verdade, com todas as suas excentricidades e idiossincrasias, aspectos que assim aparecem na memória do depoente no que tange às lembranças de sua infância.

Por fim, com relação ao binômio cotidiano e família no bairro de Jaguaribe observou-se que, através de alguns depoimentos, as famílias do bairro descritas pelos narradores não eram sempre guiadas ou permeadas pelo modelo patriarcal por vezes imposto pelas instituições, tais como a Igreja Católica. Um exemplo disso foi o que ocorreu com a depoente Izabel, de 87 anos, visto que a mesma conviveu com o seu falecido esposo sem ter sido oficialmente casada com este, vindo a contrair núpcias apenas quatro anos após o nascimento de seu primeiro filho.

Faz-se necessário enfatizar que, algo que hoje se configura como extremamente comum era considerado, à época à qual o depoimento faz menção (anos 40 e 50 do século XX), fora dos padrões e costumes locais. A descoberta de tal situação acabou por resultar na interferência direta da Igreja Católica em relação à composição familiar do lar de D.Izabel. Essa interferência está representada pela figura da madre superiora dirigente da instituição filantrópica – creche – onde a narradora precisava deixar os seus filhos pequenos para poder exercer suas atividades de bordadeira.

Aí um dia, a superiora foi, um dia, eu fui lá. Antigamente davam aquele fubá de olasa, não era? Leite, fubá, óleo, davam aquele negócio. Ela [a madre superiora] separava todo mês uma caixa deste tamanho [faz o tamanho com as mãos] cheinha de coisa pra mim. Aí mandava o recado pr’eu ir buscar. Quando foi um dia, ela disse: “Não, você não pode levar, não! Vá chamar seu marido!”. Eu disse: “Ah, superiora, ele não vem não!” Ela falou: “Vem, diga a ele que venha eu quero falar com ele!”. Quando eu cheguei em casa, disse: “Vai, vai Osias lá no orfanato buscar o negócio que a superiora me deu mas eu não posso trazer não”. Ele respondeu: “Ai, eu não vou falar com aquelas freira não, vou não!”. E eu: “Vai embora, rapaz!”. Ele falou: “Eu não vou buscar não!”. Eu disse: “É comida!”. Aí foi de cima, foi de baixo, eu ainda fui com ele. (...). A superiora: “Ah, meu filho, é você? Sim, eu tô doida pra vê você!”. Foi-se embora, lá pra dentro mais ele. Botaram pra um escritório lá, conversaram muito, ele disse: “É, não posso me casar não, eu não tenho condições, não sei o que ...”. [D. Izabel imita a voz da Madre Superiora]. “Não, meu filho! Que é que falta pra você casar? Só o vestido! Não falta nada, não tem a cama de casal?”. [Risos]. Ele disse: “Tenho”. Aí ela chegou e disse: “Pois olhe,

você vá pra casa, leve essa caixa de coisa pra lá que a sua mulher não pode, que ela é muito magrinha. Pois você vá pra casa que quando chegar tal dia D.Francisca vai lá”. Olhe, ela deu o pano pra fazer roupa pra ele, deu o pano pra fazer meu vestido, até colcha de cama bordada ela me deu. Uma colcha linda! De casal! Pra ir pra igreja, eu não dei um passo! D.Francisca foi quem resolveu tudinho! Quando tudo tava resolvido marcaram o dia, casei dia de São Pedro, no dia do aniversário de Pedro Osmar, quando ele fez dois ano (Izabel, 87 anos).

O depoimento de D. Izabel é revelador de uma série de elementos acerca do contexto histórico e social da época. Um desses elementos, afirmamos mais uma vez, reside no fato de que Igreja exercia um papel de controle social na comunidade de Jaguaribe, prova disso é a interferência direta da instituição – através da figura da madre superiora da creche – na vida pessoal de Izabel. Aos olhos da Igreja, ela não poderia mais permanecer naquela situação: conviver maritalmente com um homem, ter filhos dele e não ser oficialmente casada com ele, discordando veementemente do ideal de família defendido pela instituição, o da família mononuclear formada apenas depois do casamento.

No relato encontra-se expresso também o papel assistencialista promovido pela própria Igreja ou pelos movimentos leigos católicos que buscavam atender aos chamados “desvalidos”, os mais pobres e necessitados, a exemplo do Núcleo Noelista⁶⁶ da Paraíba, fundado em 1931 e que objetivava dedicar-se

(...) a recristianização do meio feminino e realização de campanhas assistencialistas. As noelistas paraibanas eram mulheres que faziam parte de uma elite social católica urbana. Aquelas de maior relevo na sociedade, tendo acesso a bons livros e a uma educação formal, o que as distinguiam da maioria das mulheres da época (COSTA, 2007, p.14).

Não é forçoso lembrar que o período ao qual se refere o depoimento de D.Izabel – anos 40 e 50 do século XX – foi marcado por importantes mudanças políticas e sociais não só na Paraíba, mais em todo o Brasil, a exemplo das relativas ao que se

⁶⁶ De acordo com Costa (2007), o movimento noelista foi fundado na França no ano de 1894. Tratava-se de um grupo leigo ligado à Igreja Católica e formado por jovens da considerada “boa sociedade” francesa que se uniram no intuito de se transformar numa liga permanente que se pautava pelo assistencialismo aos mais pobres e combate a idéias que eram consideradas impróprias ao pensamento cristão católico. Para maiores informações, recomendamos a leitura de COSTA, Simone da Silva. *Mulheres em defesa da ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

convencionava chamar de “padrões familiares”. Tais mudanças foram influenciadas também pelos meios de comunicação de massa da época, a exemplo do cinema estadunidense e europeu, cujos filmes já retratavam mulheres exercendo trabalhos remunerados fora de casa, além de revelar algo condenável em relação aos padrões sociais vigentes à época, o exemplo de casais que já tinham vida sexual antes do matrimônio ou famílias cujos cônjuges eram separados, o que acabava por se tornar uma ameaça à idéia de matrimônio indissolúvel defendida pela Igreja Católica.

Além disso, deve-se ressaltar que este foi um período em que a Igreja Católica e os grupos leigos que compunham suas hostes, a exemplo do Núcleo Noelista, estavam empenhados em combater aquilo que consideravam como sendo verdadeiros perigos ao bem-estar das famílias católicas, sobretudo as das classes subalternas, a exemplo do comunismo e do socialismo, que esses grupos costumavam interpretar como sendo sinônimos. Para fazê-lo, a Igreja e os grupos leigos dedicavam-se não apenas à assistência material às famílias, representada pela cesta básica e pelo auxílio relativo às vestimentas e acessórios necessários para o casamento de D. Izabel, por exemplo, mas também às ações de catecismo voltadas para crianças e jovens, apoio a encarcerados de ambos os sexos e fundação dos chamados círculos operários em lugares que se concentravam um grande número de trabalhadores, a exemplo do bairro de Jaguaribe.

Muitas foram as formas utilizadas pela Igreja, para cooptar os que estavam imbuídos por essas “idéias nefastas” [idéias socialistas/comunistas] e que levariam à ruína do país, da família e da religião. A categoria dos trabalhadores ou dos operários foi a que mais atenção obteve dos meios católicos, a contar com os Círculos Operários Católicos, as associações beneficentes e assistencialistas, além da *Coluna Operária*, que era um espaço “aberto” dedicado aos trabalhadores para expressarem suas opiniões e queixas, desde que tudo dentro da lei. A fundação do Círculo Operário, na capital paraibana, estava relacionada ao movimento de controle da classe operária, sob a orientação da Igreja Católica, em todo país. Na Paraíba a instituição não mediu esforços para dar apoio a essa associação, surgida num contexto de expansão do movimento circulista em todo país, em que a Igreja se colocava contra a prática comunista, declarando apoio à política implementada por Getúlio Vargas. Não ficou de fora desse apoio aos Círculos Operários as noelistas paraibanas, que arrecadavam fundos para a manutenção do movimento, incentivadas pelo seu *protetor*, representante da Igreja Católica no Noel (COSTA, 2007, p.149) [destaques da autora].

Assim, verifica-se que a ação prestada à família de D. Izabel por parte da superiora da creche se configura apenas como um dos tipos de ação que a Igreja Católica costumava organizar neste período com a finalidade de reaproximar as classes subalternas da ideologia da instituição, buscando cooptá-las de alguma forma, seja através do assistencialismo ou do que era chamado como projeto de recristianização dos mais pobres, enveredando pelas ações de catequese e combate ao comunismo e outros “novos” valores político-sociais que, na visão de alguns católicos, poderiam “infectar” a sociedade e, sobretudo, a célula menor que a formava: a família.

À guisa de conclusão deste capítulo, acreditamos que, ao proceder à análise das entrevistas, conseguimos atingir o nosso principal objetivo que consistiu em investigar o cotidiano dos moradores idosos de Jaguaribe através de um recorte de gênero. Essa análise, portanto, buscou investigar de que maneira os entrevistados e as entrevistadas vivenciaram diferentes tipos de relações cotidianas – de trabalho, de diversão e relações familiares – no espaço do bairro. Dessa maneira, procedeu-se a um estudo acerca da memória dos moradores no sentido de compreender o cotidiano deste bairro construído, simbolizado e imaginado por eles e com o qual tomamos contato a partir dos relatos de memória de nossos depoentes, elucidando os diversos elementos que permeavam as suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados de janeiro de 2012, por razões diversas, fez-se necessário, mais uma vez, nosso retorno ao bairro de Jaguaribe. Dentre as razões que justificaram tal regresso, destacava-se o fato de voltarmos a entrar em contato com dois de nossos depoentes que trabalham no Centro Administrativo Estadual para que os mesmos nos entregassem devidamente assinados os seus Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, instrumento exigido pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba para a realização de estudos envolvendo seres humanos.

Seguimos para o bairro e ao passarmos a pé pela Avenida 1º de Maio rumo ao Centro Administrativo, sentíamos a chuva que caía suavemente. Era uma chuva fina que modificava, por alguns instantes, a impressão que tínhamos daquela paisagem por nós já tão conhecida e percorrida diversas vezes, seja pessoalmente, através dos nossos passos, na condição de transeunte da cidade que passava por Jaguaribe, seja na condição de pesquisador, percorrendo as artérias do bairro em busca da casa dos moradores que foram entrevistados nesse estudo, ou ainda através da leitura e interpretação de nossas fontes: as entrevistas realizadas com os moradores idosos desse local.

Ao realizar este percurso constatamos como o bairro havia se modificado, aliás, como Jaguaribe ainda vem se modificando, de forma mais recente, nesses dois últimos anos, período em que esta pesquisa foi realizada, posto que, assim como Jaguaribe, o próprio estudo por nós desenvolvido também foi se transformando gradativamente.

Nosso objeto e nossas investigações se aproximaram, a medida em que as leituras iam sendo feitas e as entrevistas realizadas, de um Jaguaribe simbolizado, construído e registrado na memória dos idosos participantes desse trabalho. Aos poucos, iam como que “se afastando”, mas sem se desligar completamente, do Jaguaribe tangível, bairro que abriga diversas repartições públicas da capital e que se configura atualmente como um lugar de caráter heterogêneo, dado que as residências continuam a predominar em sua paisagem “concorrendo” diretamente com os prédios comerciais e de prestação de serviços existentes no local, sobretudo em suas ruas mais movimentadas.

Reiterando o objetivo deste trabalho que é o de analisar a memória dos idosos como elemento para a compreensão acerca das transformações ocorridas no bairro de Jaguaribe, podemos dizer que, num primeiro momento, ainda quando elaborávamos nosso projeto para a seleção de 2010 do Programa de Pós – Graduação em História –

PPGH/UFPB, pretendíamos trabalhar com a história do bairro em si, dando continuidade ao que fizemos em nosso Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso – TACC, diferenciando-se apenas as fontes a serem utilizadas, incluindo-se, portanto, nessa que viria a ser a segunda etapa da pesquisa (mestrado), as entrevistas dos idosos que ainda moravam ou que já haviam residido no bairro. No entanto, ao longo da nossa trajetória de pesquisa, percebemos ser outro nosso objetivo que se transmutava, cada vez mais, do concreto para o abstrato, se assim podemos abordá-lo, de forma mais aprofundada.

Ao indagarmos os idosos acerca das transformações sociais, culturais e espaciais ocorridas no bairro, constatamos que Jaguaribe em si não era formado apenas por um conjunto de ruas, avenidas, vilas, casas, prédios comerciais e residenciais definidos prioritariamente e que espelham os mapas propostos pelos gestores públicos.

O bairro, em si, é muito mais do que isso. É o Jaguaribe que, no entendimento dos idosos entrevistados, refletia a clivagem social bem definida dos “de cima” e dos “de baixo”. Era, assim, o Jaguaribe onde os seus moradores, nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX, se deslocavam a pé para o Centro, para ir ao trabalho, comprar víveres e estudar.

Trata-se do Jaguaribe das áreas ruralizadas, a exemplo do sítio de D. Zaíra, lugares que foram paulatinamente sendo substituídos pelas áreas urbanizadas e pela construção de casas e prédios comerciais, na mesma medida em que o nome das ruas que expressavam sentimentos, religiosidade e convivência com o mundo rural – Rua da Paz, da Concórdia, São Vicente e Rua do Abacateiro – foram dando espaço a nomes de “ilustres” cidadãos da Paraíba e do Brasil, sobretudo políticos. Na memória dos idosos, emergia o Jaguaribe dos campos de futebol e poças de lama das ruas de terra batida onde alguns dos entrevistados brincaram quando crianças.

Enquanto caminhávamos pela avenida, lembrávamos das afirmações dos moradores acerca dos prédios públicos que tiveram a sua localização modificada, a exemplo da antiga Escola Técnica Federal da Paraíba (atual IFPB) e o Mercado Público do bairro, em substituição da feira que ocorria no lugar onde hoje se encontra atualmente o Centro Administrativo Estadual, destino final daquela nossa “jornada”.

Porém, o que mais estava marcado em nossa memória, na condição de pesquisador, era o quanto aquelas pessoas que foram por nós entrevistadas “bebião”, conforme afirmou uma delas, a senhora Zezita, o bairro de Jaguaribe. Essas pessoas vivenciam o fato de “ser do bairro” de uma maneira tal que não se referiram a si

mesmos, no decorrer desta pesquisa, na condição de ex-moradores de Jaguaribe – categoria que, num primeiro momento, foi por nós utilizada de maneira equivocada. Os idosos referem-se a si próprios quase como sendo “eternos” moradores do lugar, ligados a este por laços de sentimento e sensação de pertencimento que o tempo sedimenta de forma profunda, independentemente da distância.

O Jaguaribe que estudamos é um bairro marcado pelas mudanças registradas no trânsito das memórias, assunto discutido no segundo capítulo do nosso estudo. Esse local que tanto se modificou é o mesmo lugar que registra permanências que se constituem em suportes afetivos para os seus moradores. A feira, os templos religiosos, os locais onde ainda se presta assistência a uma população proveniente de Jaguaribe e para além do bairro – hospitais e orfanatos – são alguns espaços de permanência deste lugar, verdadeiras marcas que conferem identidade ao local.

Entretanto, a dimensão do afeto que está diretamente relacionada às permanências na memória coletiva encontra-se muito mais assentada nos dois primeiros elementos, a feira e os templos religiosos católicos, visto que há um grupo de convivência (vizinhos, parentes, amigos) que continuam a freqüentar esses locais, independentemente de terem, por alguma razão, ido morar em outros bairros da capital paraibana.

Já para os hospitais e locais de assistência, a exemplo dos orfanatos, é conferida uma atmosfera de negatividade: quem quer ir a hospitais/ter que freqüentar hospitais? Afinal de contas, ninguém quer ficar doente, notadamente os idosos, para quem o hospital significa, muitas vezes, a última estada antes de sua morte física. Além disso, os orfanatos e casas de assistência às crianças pobres coadunam com a idéia de abandono e infância desvalida.

Assim, faz-se necessário salientar que esses locais do bairro – orfanatos e hospitais, alguns deles instalados em Jaguaribe desde o início do século XX, juntamente com o complexo penitencial do Presídio Feminino do Bom Pastor formam uma espécie de “cinturão da dor” não só do bairro, mas na cidade de João Pessoa em si. São lugares em que o sofrimento é a “tônica” de sua existência e, como tal, ainda não foram estudados de forma conjunta em pesquisas da área de História, Sociologia ou Antropologia, o que pode vir a se constituir como um objeto de estudo interessante para esses e outros campos do conhecimento humano.

As festas de rua de Jaguaribe formam outro assunto recorrente nas entrevistas vislumbradas neste trabalho. Não é exagerado afirmar, a nosso ver, que cada um desses

festejos, dada a riqueza de detalhes e informações dos depoimentos coletados, renderia um trabalho dissertativo em separado, sejam as festas religiosas que misturavam os elementos sagrados e profanos, a exemplo das festas da padroeira, Natal, Ano Novo, São João e Malhação dos Judas, sejam aquelas de caráter popular expresso em sua alegria contagiante, a exemplo do Carnaval.

Os idosos entrevistados, em sua maior parte, lamentaram profundamente o fato de que essas festas de rua não mais ocorram no espaço do bairro de Jaguaribe, o que não acontece por razões diversas, seja pela necessidade do poder público em disciplinar as festas de rua, modificando os espaços onde as mesmas ocorrem, seja pelo caráter mercantil que as festas ditas tradicionais passaram a apresentar, atualmente arraigadas pelo afã capitalista da díade diversão que gera lucro, lucro que gera diversão.

Por fim, o quarto capítulo se configurou como sendo um verdadeiro desafio no que tange a sistematização das informações acerca do cotidiano do bairro expressas nas entrevistas realizadas. A primeira constatação, ao perscrutarmos as fontes, foi a de observarmos nelas uma divisão de gênero flagrante – as ações que, nas entrevistas, permeavam o cotidiano dos homens diferenciando-se daquelas “artes do fazer”, no sentido que Certeau (2009) confere ao termo, referentes ao gênero feminino.

Dentre as atividades e elementos tomados para análise, observou-se aqueles que foram os mais recorrentes nas entrevistas, a exemplo do mundo do trabalho, diversões e relações familiares, sendo que essas últimas abarcavam tanto as relações dos diferentes tipos de famílias mononucleares existentes no bairro, como também aquelas relações que eram entendidas pelos próprios moradores idosos entrevistados como sendo dessa natureza, mas que não estavam interligadas, *pro forme*, a uma família constituída por laços consangüíneos, e sim sentimentais, a exemplo de amigos e vizinhos.

No que se refere ao quarto capítulo, num primeiro momento da análise dos relatos, nos surpreendeu o fato de que alguns dos assuntos que permeavam as narrativas estavam relacionados, quase que de forma mais direta, a um gênero do que a outro, a exemplo do que ocorreu com os assuntos interligados ao mundo do trabalho, reiterados, de forma mais enfática, pelas mulheres do que pelos homens, quando pensávamos justamente ao contrário.

O que nos movia a pensar dessa maneira era o fato do trabalho ser uma das instâncias mais importantes na vida do homem ocidental, principalmente quando isso se refere ao período retratado nos relatos de memória dos idosos entrevistados, de forma peremptória: as décadas de 40 a 80 do século XX, momento em que muitas mulheres

ainda não exerciam atividades remuneradas fora do âmbito do lar, sendo o homem entendido como o “natural” provedor da casa.

Contrariando as nossas expectativas, constatamos que existiam no bairro, notadamente em sua porção conhecida como Jaguaribe de Baixo, local onde residiam as pessoas mais pobres, famílias inteiras formadas por mulheres ou que se sustentavam quase que completamente a partir da renda proveniente do seu trabalho, a exemplo das famílias de D. Anunciada (87 anos), moradora da Rua Professor Renato Carneiro da Cunha e de Zezita Alves (61 anos), que residiu no bairro até o início da década de 1980, mais precisamente nas Ruas Benjamim Constant e Avenida Coelho Lisboa.

No decorrer da pesquisa e elaboração de um trabalho acadêmico é necessário que recorramos às nossas fontes inúmeras vezes, fontes que acabam por nos auxiliar na escrita, além de nos fazer observar recorrências ou discrepâncias que não víamos com total clareza quando das nossas primeiras leituras. A detalhada escuta, leitura e interpretação das entrevistas realizadas neste trabalho, especialmente após término do processo de transcrição das mesmas, nos permitiram observar um aspecto recorrente no relato de vários moradores idosos: a idéia de morte ou finitude do bairro de Jaguaribe. Tal constatação nos incentivou a perscrutar, de forma mais específica, essa recorrência.

Desse modo, é no mínimo intrigante imaginar como um bairro cuja vida social e cultural apresentou-se de forma tão intensa na narração dos idosos seja retratado, nessas mesmas entrevistas, quando os depoentes se referem aos dias atuais, como um espaço completamente transformado e fadado ao fim. Por que alguns relatos dos moradores idosos do bairro trazem a idéia de finitude de forma tão categórica? Existiria alguma relação entre a idéia de finitude do bairro e a proximidade desses idosos de sua morte física, dada a idade avançada de alguns?

Tinha piquenique que sempre tinha, era muito bom. Hoje não, num tem mais nada, acabou tudo! Só tem esses negócio que é uma esculhambação tudinho! Não! No meu tempo, a gente ia e passava o dia todinho nos piquenique. Tinha coco, por São João, tinha coco-de-roda aqui por junto de casa, vinha polícia! Olhe, eu ia e dançava minha filha! (Anunciada, 87 anos).

D. Anunciada chega a ser incisiva em sua narrativa acerca do bairro: “acabou tudo!”, já que o que restou para os dias atuais, na opinião desta depoente, é visto como uma verdadeira “esculhambação”. Em sua narração está expressa uma idéia de contigüidade: o “fim” das opções de diversão de Jaguaribe expressa a finitude do

próprio bairro, daí constatarmos que o Jaguaribe que morreu não é o bairro em si, visto que ele continua a ser um lugar onde existem opções de diversões, espaço onde várias pessoas residem e vivenciam outras experiências de vida diferentes da entrevistada. O Jaguaribe que morre é aquele simbólico, é o bairro tal qual ela registra em sua memória, é o bairro *do meu (seu) tempo*, expressão que teima em aparecer em diferentes relatos de memória de idosos, tal qual elucida Bosi (2009, p.421): “Curiosa é a expressão *meu tempo* usada pelos que recordam. Qual é *o meu tempo*, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos?”.

O tempo que o idoso considera como seu é, paradoxalmente, aquele que passou: o tempo em que produzia, se divertia, realizava os seus projetos. Não que a velhice seja sinônimo de improdutividade, todavia, para alguns idosos, essa condição decai bastante em comparação aos anos de sua juventude e idade adulta, daí se debruçarem sob o passado com tamanho afínco para recordá-lo, tanto que chamam de *seu* este período da vida.

A idéia de morte é um dos elementos mais ressaltados pelos idosos quando eles remetem ao bairro de Jaguaribe nos dias atuais. Não nos esqueçamos que existe, em relação à memória, um componente que a relaciona às vivências e preocupações do sujeito que lembra, interligando o presente, ou seja, as suas condições atuais, ao passado. Ora, a morte é uma preocupação dos idosos, logo, de uma forma ou de outra, tal elemento estaria refletido em seus depoimentos. Nesse caso, a idéia de morte repassada através dos depoimentos reforça a representação que os próprios idosos imprimem ao bairro posto que, para eles, Jaguaribe era “vivo” em seus “tempos de mocidade”, hoje, “está morto”, acabou-se. Sobre o presente como elemento que interfere diretamente na representação da memória por parte de entrevistados, reitera Pollack (1992, p. 04): “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”.

D. Izabel chega a ser mais contundente em sua avaliação acerca do bairro entendendo-o como alguém que morre, ou melhor, que está seguindo para o estágio de morte. Em sua opinião não há mais vida, alegria ou qualquer movimentação que a envolva nesse local.

(...) na época de São João era quadrilha. Tinha quadrilha por todo o canto ali no Filipéia, Romerito fazia e... Oscar fazia coco-de-roda. Era muito animado aqui, por isso é que eu digo que o povo ficou rico e não quer mais saber dessas coisas, diz que isso é coisa do tempo antigo, do tempo “do ronca”, e é, né? Por isso que morreu Jaguaribe... E o resto... (Izabel, 87 anos).

Para a depoente a pobreza do bairro significava alegria, mais especificamente, as pessoas pobres do bairro – seus populares – eram os verdadeiros responsáveis pela alegria do lugar: “(...) por isso é que eu digo que o povo ficou rico e não quer mais saber dessas coisas (...)”. Para ela, o povo de Jaguaribe “enriqueceu”, por isso que a ausência das manifestações populares acabou por conduzir o bairro à morte. O que era bom ficou “no tempo do ronca”, restando ao hoje a representação de ser apenas a certeza do fim o que, de certa maneira, corrobora com a própria idéia de proximidade da morte, visto que ela se relaciona diretamente ao devir da velhice: depois da senectude, a finitude é o “caminho natural” do ser humano.

O fim ao qual a narradora se refere está relacionado à participação popular que parece ausente, para ela, neste Jaguaribe transformado dos dias atuais. Trata-se de um lugar onde as manifestações sociais e culturais não a convidam a uma participação efetiva. Para ela, assim como o tempo que passou, o verdadeiro Jaguaribe também passou, ou melhor, acabou, morreu, dando lugar a um “outro” bairro, no qual ela continua a residir.

Dessa maneira, o sentido de morte do bairro de Jaguaribe no discurso de seus moradores idosos está diretamente relacionado àquilo que eles, enquanto indivíduos que compunham um grupo social, vivenciaram durante um período de utilização ativa desse espaço, o que está interligado ao contexto histórico da época em que se inseriam nas atividades que, segundo suas próprias interpretações, “davam vida” ao local: as manifestações culturais.

Sob essa perspectiva, a velhice, etapa da vida pela qual estão passando, por hora, pode ser interpretada como um processo que eles percebem em si próprios e que se estende para além de si, posto que também é contíguo ao bairro: é como se Jaguaribe, para eles, também estivesse vivendo a sua própria velhice. Em seus relatos estão presentes o sentimento de saudade e ainda a proximidade da “morte” de Jaguaribe, tal como a morte de si próprios.

Muitas das manifestações culturais que esses idosos ajudaram elaborar e construir foram se tornando cada vez mais raras no bairro, num processo que se

configurou na medida em que Jaguaribe teve suas características modificadas. O que existe neste lugar atualmente é a prevalência de uma “vida” voltada para o mundo do mercado de trabalho formal, algo do qual os idosos entrevistados encontram-se afastados devido à sua condição de aposentados/pensionistas, em sua maioria.

Com o crescimento do comércio no bairro e o acentuado número de repartições públicas em suas cercanias, Jaguaribe acaba por deixar de ser uma área eminentemente residencial, atraindo assim outro tipo de movimentação para o seu espaço: o excesso de transeuntes, de barulho e de trânsito, por exemplo. Com a saída de alguns moradores do local, “afrouxaram-se” os outrora estreitos laços de vizinhança, o contato interpessoal, a noção de familiaridade.

Alguns dos idosos que permanecem residentes no bairro indubitavelmente percebem essas mudanças, estranham-nas e as constataam em seus relatos. Para eles, de fato, o Jaguaribe das festas de rua, das confraternizações e da proximidade com os vizinhos está morto. Resta-lhes lamentar sua “morte”, negando ou negligenciando esse “novo e desconhecido” bairro que contrasta com o Jaguaribe de outrora registrado em suas memórias.

Seria o caso de repensarmos o sentido de finitude presente no discurso desses sujeitos sociais. Há verdadeiramente uma “morte do bairro” ou a transformação desse espaço? Jaguaribe realmente “acabou” ou o bairro festivo e eminentemente residencial registrado na memória de alguns idosos entrevistados acabou por se transformar, no decorrer dos anos? Essas e outras questões podem vir a conduzir a realização de futuros estudos a respeito do bairro e da memória dos moradores sobre ele, além de nos indicarem pontos inéditos de investigação ou mesmo aspectos das entrevistas que compõem o corpus documental deste trabalho e que não foram utilizados, no todo ou em parte.

Outro assunto que pode ser tema de futuras investigações e que foi tratado na condição de subtópico do capítulo 4 dessa dissertação diz respeito ao mundo do trabalho no bairro, mais especificamente a certas profissões ainda consideradas como verdadeiras “artes” e que encontram em Jaguaribe um espaço para alguns profissionais que “teimam” em insistir no seu desenvolvimento, a exemplo dos ofícios de alfaiate e barbeiro. No bairro ainda existem, nos dias atuais, pontos comerciais que oferecem esses serviços a seus moradores e também para pessoas residentes em diferentes áreas da cidade de João Pessoa que o freqüentam. A nosso ver, seria interessante investigar se a oferta desses serviços na cidade de João Pessoa se concentra, de alguma forma, em

Jaguaribe. Em caso afirmativo, apontar que razões contribuem para isso. Talvez possamos apontar o fato da antiga Escola de Aprendizes Artífices, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –IFPB, estabelecimento de ensino localizado no bairro, ter oferecido cursos profissionalizantes (alfaiataria) num passado recente. Há ainda a possibilidade que se abre para a investigação do dia a dia dos profissionais que ainda exercem esses trabalhos em Jaguaribe, procurando entender como aprenderam seu ofício, se perpetuaram seus ensinamentos para outras gerações – filhos e netos – dentre outras indagações que poderiam nortear um estudo dessa natureza, relacionando diretamente a história oral, a memória e a importância do saber profissional que tais ofícios exigem.

Conforme observado no capítulo 3 que tratou das festas de rua realizadas no bairro, percebeu-se que as manifestações culturais são parte importante da história dos moradores de Jaguaribe e do próprio bairro em si. Jaguaribe foi, pode-se dizer, um verdadeiro arcabouço cultural de diversos movimentos artísticos e estéticos, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Nesse local residiram diversos artistas e agitadores culturais da cidade de João Pessoa, responsáveis pela organização e fomento de diferentes atividades diretamente relacionadas à cultura, sendo o mais emblemático desses movimentos aquele liderado pelo grupo conhecido como Jaguaribe Carne⁶⁷, além de outros movimentos sociais do aporte do “Fala Bairros”, do qual se derivou o “Fala Jaguaribe”⁶⁸. Tais ações merecem ser estudadas de forma mais aprofundada, seja por historiadores ou mesmo por profissionais de outras áreas, a exemplo de educadores, músicos, atores, comunicólogos e cientistas sociais.

Tal como o bairro é dinâmico nas suas transformações, nosso estudo também procurou ser dinâmico, e como era de se esperar, apresentou-se sem ter a pretensão de abranger todos os assuntos relativos a Jaguaribe que as entrevistas realizadas por ventura sugerissem. Nossa observação se pautou no relato de memória dos moradores idosos do bairro, no entanto, outras vertentes de investigação poderiam ter sido escolhidas, a exemplo da interpretação acerca do próprio bairro e de suas transformações a partir dos relatos daqueles que trabalham em seu espaço.

⁶⁷ Para maiores informações a respeito do “Jaguaribe Carne” recomendamos o filme documental *Jaguaribe Carne: alimento da guerrilha cultural*, dirigido por Fabia Fuzeti e Marcelo Garcia, cujos detalhes de produção e algumas cenas gravadas estão disponíveis através do sítio eletrônico <<http://www.gasolinafilmes.com.br/jaguaribecarne/sobreDocumentario.html>>. Acesso em 12 jan. 2012.

⁶⁸ Sobre o movimento “Fala Jaguaribe”, recomendamos a leitura de DOMINGUES, Maria de Fátima Farias et al. *O Fala Jaguaribe: uma análise histórica*. 1994. s.p. Monografia (Especialização em Pesquisa). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

Assim, pelo fato de Jaguaribe ser um bairro que congrega diferentes repartições públicas da esfera estadual, municipal e também lojas e empresas da iniciativa privada, poderia ser interessante investigar como as pessoas que moram fora do bairro e nele apenas trabalham vem o atual Jaguaribe. Que diferenças suas narrativas apresentariam em relação àquelas dos moradores do local?

Em se tratando dos moradores do bairro, não daqueles mais antigos, mas sim os mais recentes, visto que a dinâmica de ocupação de Jaguaribe continua a existir já que se configura como um processo, seria possível ainda perscrutar de onde esses novos moradores são provenientes, de que forma eles vêem o bairro, quais opções de diversão, lazer e entretenimento cultural eles encontram nesse lugar nos dias atuais, dentre outros aspectos.

A natureza dialógica e subjetiva dos relatos orais de memória nos permitiu observar de que maneira os depoentes idosos interpretaram o bairro e as modificações sofridas pelo mesmo, permitindo-nos estudar o Jaguaribe registrado na memória dos nossos entrevistados. Por vezes enfrentamos dificuldades em explicitar, no decorrer da nossa trajetória de pesquisa, nosso objeto de estudo que foi confundido com o estudo acerca da história do bairro em si e, de outras vezes, julgado como “um trabalho pertencente a qualquer outra área, menos à História”. No percurso de pesquisa acreditamos que aprendemos a lidar com essas dificuldades, além de reafirmarmos a certeza de estarmos trabalhando com memórias que contam versões da história, mas principalmente com pessoas, muitas delas bastante simples ou “ordinárias” que, pela sua experiência de vida e pela fluidez de sua narrativa acabaram por se configurar como “pessoas extraordinárias” enquanto agentes da História. Infelizmente uma dessas pessoas não mais se encontra presente entre nós para ver a finalização desse estudo. Trata-se de D. Anunciada, que faleceu enquanto esta pesquisa ainda estava em andamento.

As leituras teóricas acerca da memória, da história oral e da história social, notadamente a de matriz inglesa e de inspiração thompsoniana foram de fundamental importância para a construção deste trabalho, porém, indubitavelmente, nenhum elemento de natureza teórica ou metodológica foi mais importante do que o nosso contato direto com os narradores, efetivando assim a construção do documento – a entrevista – realizada conjuntamente conosco, as palavras que compunham o relato, os olhares, as pausas, a emoção.

Essas idiossincrasias se constituíram nos elementos responsáveis por lapidar o nosso conhecimento, ainda em construção, acerca do tema. Enquanto alguns colegas de turma e de profissão se compraziam no trato com “os mortos”, através da investigação dos documentos escritos nos arquivos, nós exultávamos quando de uma entrevista marcada com sucesso, quando encontrávamos nossos narradores em outros lugares do bairro, não apenas no momento da entrevista, momentos em que também aprendíamos com eles, assim como o fazíamos no instante seguido de breve silêncio após nossa pergunta, quando da nossa conversa com eles, “de gravador na mão”.

Alguns se contentavam com “os mortos”, mas nós, ao contrário, tentamos recolher dos vivos o que eles ainda tem a dizer, que interpretações do passado gostariam de nos repassar, de nos contar através de suas narrativas pautadas na memória, fazendo-nos refletir no sentido de apontar “Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair uma barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além (...)” (BOSI, 2009, p.89).

Memória que é releitura, que é reconstituição, que frui e deixa as suas marcas (presenças) e suas contribuições para além da morte – morte do bairro (?) e morte de uma narradora, a exemplo de D. Anunciada, pois afinal de contas, continuamos vivos nas recordações daqueles que ainda se lembram de nós, por nós e para além de nós, durante muito tempo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.p.155-202.

_____. O que documenta a fonte oral: a ação da memória: a ação da memória. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir, contar: textos em História Oral*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.33-43.

ALMEIDA, Ângela Mendes de *et al.* Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987. p.13-21.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 16.ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello P. do. *Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que não é sério*. 1998. 380 fls. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

ALENCASTRO, Luís Felipe *et al* (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2. p.12-93.

ANDRADE, José Vicente de. *Lazer- princípios, tipos e formas na vida e no trabalho*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001. p. 13-51.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. BRESCIANI, Stella;NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.p.15-36.

AROSTÉGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore; Revisão Técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006. p. 1-54;251-420;465-512.

ARRUDA, Alisson. Malhação do Judas gera intolerância. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 24 abr.2011, Caderno Cidades, p. B4.

BAITELLO JUNIOR, Norval. O Trabalho entre a vida e a morte. In: *Projeto História – cultura e trabalho*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. n.16. fev. 1998. p.115-120.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. p.1-69.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. v.1.7.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p.197-221.

BIENVENINDO GRANDA. Disponível:<<http://cifrantiga2.blogspot.com/2006/09/bienvenido-granda.html>>. Acesso em 15 nov. 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 07-34; 44-100.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1987.

_____. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.p.13-66; 113-126.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A Família na obra de Frédéric Le Play. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300007>. Acesso em 15 nov. de 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.334 do ano de 1941. Dispõe sobre a criação do 15º. Regimento de Infantaria na cidade de João Pessoa-PB. Disponível em: <<http://www.15bimtz.eb.mil.br/historico.php>>. Acesso em 15 de jan. 2011.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CALLAI, Helena Copetti. O Estudo do Lugar como Possibilidade de Construção da Identidade e Pertencimento. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Setembro, 2004. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra: 2004. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2001.

CAMPOS, J.C; LAURENTI, Marcelo. Comportamento do Ingá (*Ingá uruguensis*), em diversas fases de desenvolvimento em Mata Nativa. Disponível em <http://www.unifenas.br/pesquisa/download/ArtigosRev1_98/rev1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2012.

CARDOSO, CIRO Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p.402.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.p.205-252.

CARNEIRO, Josélio (org.). *Tabajara 65 anos: a rádio da Paraíba*. João Pessoa: Gráfica A União, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11ed. São Paulo: Global Editora, 2002.p.325.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. v.1. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 169- 217.

_____. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. v.1. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.09-55; 86-100; 157-198.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 6.ed. v.2. Petrópolis: Vozes, 2011. p.37-69; 115-130; 166-185.

CHAGAS, Waldeci Ferreira *et al.* O bairro de Jaguaribe: das origens à ocupação. *Boletim de Pesquisas UNIPÊ*, João Pessoa, v.1, p.1-19, 1998.

_____. Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe. *Boletim de Pesquisas UNIPÊ*, João Pessoa, v.2, p.7-20, 2000.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. s.p. 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.21.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 130.

COSTA, Simone da Silva. *Mulheres em defesa da ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. p.13-68; 105-121; 122-155.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Vários zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor Pereira no carnaval carioca da virada do século. CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, Cecult, 2002.p.371-417.

DA MATTA, Roberto. *Carnaval, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara/Koogan, 1990. p. 82-124.

DA MATTA, Roberto. A família brasileira como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de *et al.* Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/ UFRJ, 1987. p.115-129.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. p.45-54.

DEL PRIORE, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p.259-274.

DOMINGUES, Maria de Fátima Farias *et al.* *O Fala Jaguaribe: uma análise histórica*. 1994. s.p. Monografia (Especialização em Pesquisa). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. Tradução: Maria de Lourdes Santos e Alice Kyoko Miyashiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p.11-32.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Paulo Neves.1.ed.São Paulo:Editora Martins Fontes, 1996 [1912]. p.403-423.

DUVIGNAUD, Jean, *Festas e Civilizações*. Tradução de L.F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.p.9-77.

ESCARDUÇA, Carla. Sinestesia. E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Cieca. Disponível em:<http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=289&Itemid=2>. Acesso em 01 ago. 2011.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e O Profano*: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 15-35; p.63-81.

FERNANDES, Salismar (org.). *Mangabeira*: uma história viva. João Pessoa: Editora Gráfica Mangabeira, 2006.

FERRAZ, Sônia Tadei; DUAYER, Juarez. *Pesquisa, Produção e Consumo da Habitação e o Mercado Imobiliário de João Pessoa*. João Pessoa: Departamento de Arquitetura da UFPB, 1985.

FERREIRA, Almiro de Sá. *Profissionalização dos Excluídos*: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1910-1940). João Pessoa: Gráfica A União, 2002.

FERREIRA, Maria Nazareth. *As festas populares na expansão do turismo*: a experiência italiana.São Paulo: Editora Arte & Ciência (Villipress), 2001.p.09-19.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, DH-UFPB, n.16. 2007.p.83-102.

FONSECA, Ivonildes da Silva *et al.* Festas na rua: momentos que permitem leituras sociais. *Boletim de Pesquisa*, v.1. João Pessoa: Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ, 1998. p.112-120.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990 [1933]. p.378-383.

FRISSELLI, Ariobaldo; MANTOVANI, Marcelo. *Futebol*: teoria e prática. São Paulo: Phorte, 1999. p. 03-08.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Anos de incerteza (1930-1937): romance regionalista. Disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/RomanceRegionalista>> Acesso em: 22 jun. 2011.

FUZETI, Fábila; GARCIA, Marcelo. Jaguaribe Carne: alimento da guerrilha cultural. Disponível em:<<http://www.gasolinafilmes.com.br/jaguaribecarne/sobreDocumentario.html>>. Acesso em 12 jan. 2012.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. p.45-84.

GONÇALVES, Regina Célia. A História e o Oceano da Memória: algumas reflexões. *Saeculum* – Revista de História. João Pessoa, DH-UFPB, n. 04-05, jan.1998/dez. 1999.

_____. *Guerras e Açucares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. *Vidas no Labirinto: mulheres e trabalho artesanal – um estudo sobre as artesãs da Chã dos Pereiras* – Ingá/PB. 1996. 226p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia e Narrativa: do arquivo ao texto. *Revista Clio*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, n.28. 2010. Disponível em <<http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/105/76>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. A Cidade Simbólica: inscrições no tempo e no espaço. *Estudos Ibero-americanos*. PUC-RS, v.XXXII, n.1, p.143-155. Junho de 2006. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1306>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. Espaços entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antônio Torres *et al* (orgs.). *História: cultura e sentimento – outras histórias do Brasil*. Recife: Editora Universitária – UFPE/EdUFMT, 2008. p.135-166.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2009.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.p. 17-41.

HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução: Cid K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.83-105.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. s.l: Sistema Positivo, 2009. [versão eletrônica].

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Projeto História* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. n.22. São Paulo: EDUC, 2001.

LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. *O BNH e a Nova Forma do Estado no Brasil pós-64*. 1985. s.p. Dissertação. (Dissertação de Mestrado/MSC/UFPB). Universidade Federal da Paraíba.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução da estrutura Urbana Recente de João Pessoa- 1960/1986. QUIROGA, Ana Maria (org). *Evolução das estruturas urbanas do Nordeste: elementos indicativos para estudos comparados*. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1992, nº 29, p. 01-58.

LEAL, Wills. *Cinema na Paraíba, cinema da Paraíba*. 1.ed. João Pessoa: Gráfica JB, 2007, v.1, p.120-123.

_____. *No tempo do lança-perfume ou a História do Carnaval na/da cidade de João Pessoa*. 2.ed. João Pessoa: Gráfica JB, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991. p.5-76.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Tradução de Manuel Ruas. v.1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.p.205-241.

_____. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Pereira Borges. 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

LEITÃO, Lúcia; AMORIM, Luiz (orgs). *A Casa nossa de cada dia*. Recife: Editora Universitária, 2007.

LIMA, Elizabeth Cristina de A. *A Fábrica de Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano*. 2.ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal da Campina Grande – UFCG, 2008. p.9-112;235-251.

_____. *A Festa de São João nos Discursos Bíblico e Folclórico*. Campina Grande: Editora da Universidade Federal da Campina Grande – UFCG, 2010. p.13-18;53-120.

LIMA, João Batista de. *Oitizeiro: sua história e sua gente*. João Pessoa: Gráfica Atual, 2008.

LISPECTOR, Clarice. Coletânea de frases. Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frases_de_saudades/>. Acesso em: 05 de ago. 2011.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea. FERREIRA, Marieta de Moraes;AMADO, Janaina (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV,2006.p.15-25.

MACEDO, Vicente Bezerra. *Mandacaru: sua história e seu povo*. João Pessoa: Editora Gráfica A União, 2009.

MARTINS NETO, Juvenal. Conceitos de Espaço, Lugar e Território. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/34813/1/Conceitos-Espaço-Lugar-e-Territorio/pagina1.htm#ixzzlQmFjDEl2>>. Acesso em 03 jul. 2011.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.p. 09-41; 87-109.

MAYOL, Pierre. O Bairro. CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 6.ed. v.2. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. p. 37-185.

MAZIVIEIRO, Maria Carolina. Memória e Espaço: vinculações acerca da formação da identidade urbana. V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento, 2007, Campinas. *Anais V Seminário Memória, Ciência e Arte*, Campinas: 2007.

MENDONÇA, Juliana Barros. *O Bairro de Jaguaribe: origens, ocupação e formas de uso do espaço do bairro (1930-1960)*. 2010. 68p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia e Memória*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.p.7-72.

MOURA, Gustavo; PINHEIRO, Wênio. *Nação Jaguaribe*. João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2009.

MOZART, Fabiano. Tenente Lucena, o general do folclore disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/cronicas/2140212>>. Acesso em 19 fev.2012.

NASCIMENTO, Milton. Saudades dos aviões da Panair. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/milton-nascimento/455896/>>. Acesso em 15 jan. 2011.

NORA, Pierre. Entre a História e a Memória: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*. n.10. São Paulo: EDUC, 1993.p.7-28.

NUNES, Clara. *Clara Nunes – coleção Bis* (álbum duplo). Guarulhos: EMI, 2000. CD stereo (14 faixas).

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues. A Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes – João Pessoa-PB. *Revista do Unipê: revista quadrimestral do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ*. Ano XV, nº 1. João Pessoa: Gráfica do UNIPÊ, p.70-77, 2010.

OZOUF, Mona. A Festa: sobre a Revolução Francesa. LE GOFF, Jacques *et al* (orgs). *História: novos objetos*. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1988.p.216-234.

PASTOREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.26-31.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 1.ed. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010. p. 09-14; 167-231.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003. p.8.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. nº 17, nov. 1998. p. 203-211.

PINTO, Sérgio de Castro. Cine Brasil: matinê das moças. In: *A Quatro Mãos: poemas*. João Pessoa: ANPOLL/Editora da UFPB, 1996. p.21.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 1-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo – Revista de História*. Rio de Janeiro, vol.1, nº2, 1996. p.59-72.

_____. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. In: *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. nº 14, fev. 1997. p. 07-24.

_____. História Oral como gênero. In: *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. nº 22, jun. 2001. p. 09-36.

_____. Um trabalho de relação: observações sobre história oral. Tradução: Lila Cristina Luz Xavier. *Recherche storiche salesiane*, 36, XIX (gennaio-geugno 2000), p.125-134.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. *Retratos de Jaguaribe: um passeio histórico de 1940 a 1970*. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

RODRIGUEZ, Janete Lins. *Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária, 1980. p.39-59

RODRIGUEZ, Janete Lins; DROULERS, Martine. *João Pessoa: crescimento de uma capital*. João Pessoa: Editora Universitária, 1981.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. 16.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p.42-49.

_____. *Por uma Economia Política da Cidade*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 111- 118.

SARTORI, Adriana C. R.; ZILBERMAN, Mônica L. Revisitando o conceito de síndrome do ninhovazio. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832009000300005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 15 jan. 2012.

SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Um Espaço de Disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de C.; SILVA, Marco Aurélio F. *et al* (orgs). *Comportamentos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.p.59-96.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 75-79; 275-278.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. *As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa*. 1999. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SILVA, Vânia Cristina da. *Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve!Salve!* : festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). 2011. 134 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. As cidades e as memórias revisitadas: ou de como as memórias (re)inventam cidades. ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega *et al* (orgs). *Historiografia e(m) diversidade: arte e artimanhas do fazer histórico*. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH, 2010. p. 110-120.

_____. O Mundo que se ouve e o mundo que se vê: o rádio e os auditórios em Campina Grande. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de; FREITAS, Goretti Maria S. *História da Mídia Regional: o rádio em Campina Grande*. Campina Grande: EDUF-CG/EDUEP, 2006. p.7-69.

STEFANI, Patrícia da Silva. *Moda e Comunicação: a indumentária como forma de expressão*. 2005. 90p. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/32542160/MODA-E-COMUNICACAO>> Acesso em 20 jan. 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*.n.93, julho de 2001. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>.Acesso em 03 jul. 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v.1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.p.13.

_____. Rough Music. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*.Tradução de Rosaura Eichemberg.São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p.353-405.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*.Tradução de Rosaura Eichemberg.São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p.267-304.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

TINEM, Nelci *et al*. Trincheiras: a expansão para o sul. TINEM, Nelci (org). *Fronteiras, Marcos e Sinais: leituras das ruas de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2006.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A Espetacularização das Culturas Populares ou Produtos Folkmediáticos. Disponível em:<<http://bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.html>>. Acesso em 12 jun. 2011.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.p. 03-57; 77-112; 132-150; 151-164; 179-224.

UFPB. Histórico. Disponível em <<http://www.ufpb.br/historico.html>>. Acesso em 5. jan. 2012.

VELHO, Gilberto. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de *et al*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987. p.79-87.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 4.ed. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

_____. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. Tradução: Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.199-248.

ANEXOS A – ILUSTRAÇÕES – FIGURAS E FOTOS



Fotografia 1 – Vista lateral do Centro Administrativo Estadual, localizado na Avenida Aderbal Piragibe, construído durante a administração do então governador Ernani Sátiro (1972). Nesse lugar, anteriormente, existia um grande terreno baldio em que era organizada a feira de Jaguaribe, mesmo local onde ficavam os pavilhões durante a festa da padroeira do bairro – Nossa Senhora do Rosário e demais festas de rua de Jaguaribe, segundo informam alguns depoentes idosos. Foto: Juliana Barros de Oliveira (abril de 2011).



Fotografia 2 – Vista frontal de Igreja da santa padroeira de Jaguaribe, Nossa Senhora do Rosário, cuja entrada está localizada defronte à continuação da Avenida 1º de Maio. Foto: Juliana Barros de Oliveira (abril de 2011).



Fotografia 3 – Avenida Conceição, local onde, segundo os depoentes idosos, eram organizadas as festas do carnaval, festas juninas e o Natal e ano novo. Foto: Juliana Barros de Oliveira (abril 2011).



Fotografia 4 - Praça dos Motoristas, local onde ainda se realiza a Malhação do Judas em Jaguaribe, evento que ocorre, de acordo com os depoentes idosos, durante o sábado da semana santa (sábado de Aleluia). Foto: Juliana Barros de Oliveira (abril de 2011).



Fotografia 5 – Antigo casarão da Avenida Primeiro de Maio que, segundo o depoente Emilson Ribeiro, foi demolido no início dos anos 2000. Foto: Acervo de Emilson Ribeiro (ano 2000).



Figura 1 – Representação das ruas que compunham as duas partes do bairro de Jaguaribe conhecidas por seus moradores idosos como Jaguaribe de Cima e Jaguaribe de Baixo. Planta: Denise Lemos.

ANEXOS B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

RELAÇÃO EM ORDEM ALFABÉTICA, BREVE PERFIL DOS ENTREVISTADOS E FOTOCÓPIA DOS TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS MESMOS⁶⁹

Carlos Pereira de Carvalho e Silva – Engenheiro, atual superintendente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER. Nasceu em 1938 e residiu em Jaguaribe durante 25 anos, saindo do bairro para morar em outro lugar após o seu casamento. É cronista e tem no bairro de Jaguaribe o assunto principal de seus escritos. Suas crônicas a respeito do bairro foram publicadas em jornais locais de grande circulação, a exemplo de *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*.

Emilson Ribeiro – 76 anos, auditor e professor aposentado da instância estadual, autor do livro *Retratos de Jaguaribe* – um passeio histórico de 1940 a 1970, o qual utilizamos na condição de referência bibliográfica neste trabalho. Chegou para residir no bairro de Jaguaribe em 1944, lá permanecendo até 1958 e, em seguida, retornando ao bairro no ano de 1968 até fins da década de 1970.

Leda Rodrigues de Oliveira – nasceu em 1938 e reside em Jaguaribe desde 1962, primeiramente na Rua Monsenhor Almeida (antiga Minas Gerais), passando a residir, a partir de 1965, na Avenida 12 de Outubro, onde continua instalada nos dias atuais. Professora de História aposentada, dedica-se à música nas horas vagas e aos cuidados com o pai centenário, o senhor Leonel.

Maria Anunciada dos Santos Carvalho – 87 anos, residiu por toda a vida no bairro de Jaguaribe, mais precisamente nas ruas Monsenhor Almeida (antiga Minas Gerais) e Professor Renato Carneiro da Cunha (antiga Rua da Paz). Bordadeira desde a infância, conciliava o trabalho com as atividades não remuneradas, conforme frisa em sua entrevista, pertinentes ao seu credo religioso – a umbanda – sendo durante anos a mãe de santo responsável por um templo localizado no vizinho bairro do Rangel. Faleceu em julho de 2011.

Maria Izabel do Nascimento – octogenária que, assim como D. Anunciada e D. Tereza Moraes, compõem o quadro das mais velhas dentre os narradores cujos relatos constituem o foco deste trabalho. Reside em Jaguaribe desde que nasceu, ausentando-se brevemente do bairro por um curto período, quando residiu no bairro do Cristo Redentor, juntamente com um de seus filhos. Costureira, atualmente aposentada, perdeu a visão por volta da década de 1970 e, por essa razão, não pode mais desenvolver o seu ofício desde então.

Maria José Azevedo (Zezita) -Nascida no dia 30 de abril de 1949. Atualmente trabalha no Centro Administrativo Estadual. Quando de sua estada no bairro, residiu em dois diferentes locais: Rua Benjamim Constant, próximo à Avenida Conceição, e Avenida Coelho Lisboa, mudando para este local quando se encontrava grávida. Mãe solteira e mulher que se considera “à frente do seu tempo”, Zezita atualmente não mais reside em Jaguaribe, mas sim no bairro de Miramar.

Martinho Leal Campos – 69 anos, funcionário público que exerce suas funções profissionais no Centro Administrativo de Jaguaribe, atuando como economista. Não reside mais no bairro, espaço do qual ele precisou fugir, após o Golpe Militar de 1964, pelo fato de ser militante comunista.

⁶⁹ A única depoente que não possui termo de consentimento assinado é D. Anunciada pelo fato da mesma ter falecido em julho de 2011, portanto, meses antes da assinatura do documento, o que havia sido agendado previamente com a pesquisadora para o mês de setembro do corrente ano, após a realização do exame de qualificação da mesma.

Tereza Soares de Moraes - 83 anos, dona de casa residente há 51 anos em Jaguaribe na mesma casa simples de muro branco e baixo e com um belo “pé de jambo” no jardim, localizada na Avenida 12 de Outubro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS - CEP**

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - CEP/HULW, da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada no dia 22/02/2011, após análise do parecer do relator, resolveu considerar **APROVADO** o projeto de pesquisa intitulado **O BAIRRO DE JAGUARIBE NA MEMÓRIA DE SEUS MORADORES IDOSOS (1940 -1980)**. Protocolo CEP/HULW nº. 042/11, Folha de Rosto nº 398808, CAAE Nº 0013.0.126.000-11, das pesquisadoras **JULIANA BARROS MENDONÇA (Autora)** e **REGINA CELIA GONCALVES (Orientadora)**.

Ao final da pesquisa, solicitamos enviar ao CEP/HULW, uma cópia desta certidão e da pesquisa, em CD, para emissão da certidão para publicação científica.

João Pessoa, 23 de maio de 2011.

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

Profª Drª Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

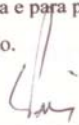
A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

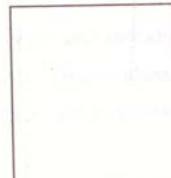
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

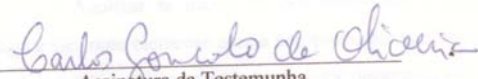
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica


Assinatura da Testemunha

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros de Oliveira

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatólia, Bancários

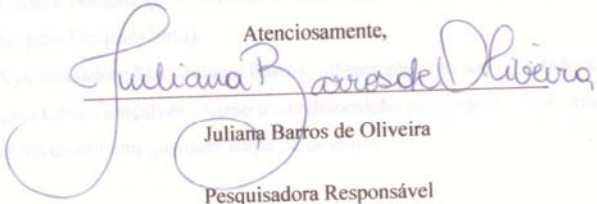
CEP: 58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley -

HU: 3216-7302

Atenciosamente,


Juliana Barros de Oliveira

Pesquisadora Responsável

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

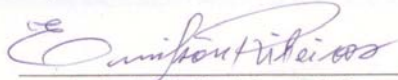
A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

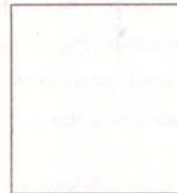
A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

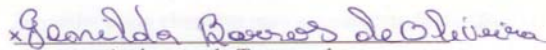


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica



Assinatura da Testemunha

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros Mendonça

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatólia, Bancários

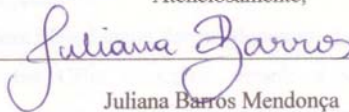
CEP: 58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley –

HU: 3216-7302

Atenciosamente,



Juliana Barros Mendonça

Pesquisadora Responsável

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

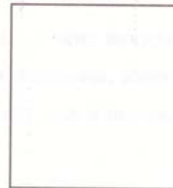
A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Iseda Rodrigues de Oliveira

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica

Carlos Jacob de Oliveira

Assinatura da Testemunha

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros Mendonça

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatólia, Bancários

CEP: 58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley –

HU: 3216-7302

Atenciosamente,

Juliana Barros Mendonça

Juliana Barros Mendonça

Pesquisadora Responsável

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

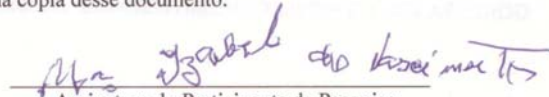
A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

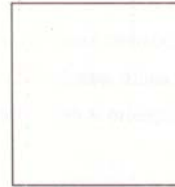
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)




Assinatura da Testemunha

Espaço para impressão dactiloscópica

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros Mendonça

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatólia, Bancários

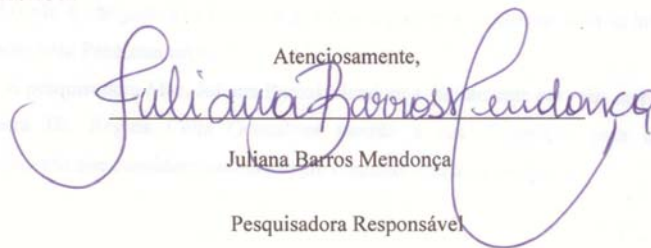
CEP: 58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley -

HU: 3216-7302

Atenciosamente,


Juliana Barros Mendonça
Pesquisadora Responsável

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica


Assinatura da Testemunha

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros Mendonça

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatolia, Bancários

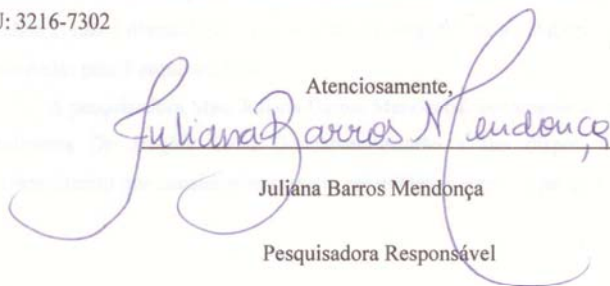
CEP:58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley –

HU: 3216-7302

Atenciosamente,


Juliana Barros Mendonça
Pesquisadora Responsável

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

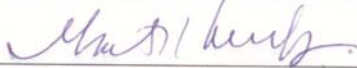
A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

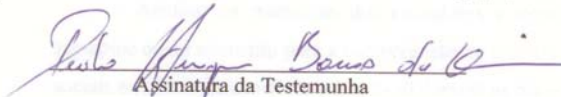


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica



Assinatura da Testemunha

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros Mendonça

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatolia, Bancários

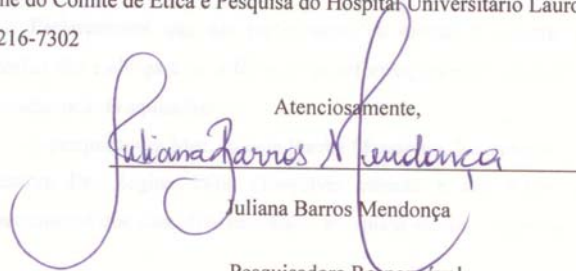
CEP: 58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley -

HU: 3216-7302

Atenciosamente,



Juliana Barros Mendonça

Pesquisadora Responsável

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos (1940-1980) e está sendo desenvolvida por Juliana Barros Mendonça, aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Regina Célia Gonçalves.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar as memórias dos moradores e ex-moradores idosos do bairro de Jaguaribe como elemento para a compreensão da história do bairro e das transformações sociais e estruturais ocorridas nesse local durante as décadas de 40 a 80 do século XX;
- Analisar o processo de urbanização do bairro de Jaguaribe em consonância ao processo de crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa durante o período estudado;

A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do bairro de Jaguaribe ancorados nas versões da história levantadas através dos relatos de memória dos idosos entrevistados;

Solicitamos a sua colaboração para conceder entrevista a respeito do assunto, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de humanas, publicação em revista científica e uso em nossa futura dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

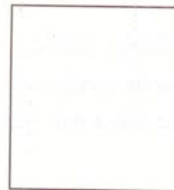
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

A pesquisadora Msc. Juliana Barros Mendonça, juntamente com sua orientadora, professora Dr. Regina Célia Gonçalves estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Tereza Soares de Moraes
Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica

Carlos Jonato de Oliveira
Assinatura da Testemunha

- Contato com o Pesquisador (a) Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Juliana Barros Mendonça

Endereço: Rua dos Ipês, 80, Conjunto Anatólia, Bancários

CEP: 58052-030

Telefone: 8707-7847

Telefone do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley –

HU: 3216-7302

Atenciosamente,

Juliana Barros Mendonça

Juliana Barros Mendonça

Pesquisadora Responsável